

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E DO
CONHECIMENTO ESPACIAL DA
CRIMINALIDADE COMPARADOS AO REGISTRO
OFICIAL DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS**

LUCI APARECIDA NICOLAU

ORIENTADOR: CLODOVEU AUGUSTO DAVIS JR.

CO-ORIENTADOR: PAULO HENRIQUE DE SOUZA BERMEJO

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E DO
CONHECIMENTO ESPACIAL DA
CRIMINALIDADE COMPARADOS AO REGISTRO
OFICIAL DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais - Departamento de Ciência da Computação como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Computação.

Belo Horizonte

Julho de 2011

© 2011, Luci Aparecida Nicolau.
Todos os direitos reservados.

N639a Nicolau, Luci Aparecida
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E DO
CONHECIMENTO ESPACIAL DA
CRIMINALIDADE COMPARADOS AO REGISTRO
OFICIAL DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS / Luci
Aparecida Nicolau. — Belo Horizonte, 2011
xxiv, 191 f. : il. ; 29cm

Dissertação (mestrado) — Universidade Federal de
Minas Gerais - Departamento de Ciência da
Computação

Orientador: Clodoveu Augusto Davis Jr.

Co-orientador: Paulo Henrique de Souza Bermejo

1. Computação - Teses. 2. Sistema de Informação
Geográfico - Teses. 3. Segurança Pública - Teses.
4. Conhecimentos - Teses. 5. Percepções - Teses.
6. Análise Criminal - Teses .Orientador. II.
Coorientador. III.. I. Título.

CDU 519.6*72 (043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Análise da percepção e do conhecimento espacial da criminalidade comparados
ao registro oficial de ocorrências policiais

LUCÍ APARECIDA NICOLÁU

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos Senhores:


PROF. CLODOVEU AUGUSTO DAMÁS JÚNIOR - Orientador
Departamento de Ciência da Computação - UFMG


PROF. PAULO HENRIQUE DE SOUZA BERMEJO - Co-orientador
Departamento de Ciência da Computação - UFLA


PROFA. MIRELI AMORIM MORO
Departamento de Ciência da Computação - UFMG


DRA. KARLA ALBUQUERQUE DE VASCONCELOS BORGES
Prodabel

Belo Horizonte, 28 de julho de 2011.

Pai, a realização deste sonho só foi possível porque um dia você acreditou em mim, antes mesmo que eu me julgasse capaz. Antes eu achava, agora eu tenho certeza, você me deu asas e se manteve como meu farol em porto bem seguro. Obrigada. Amo você.

Agradecimentos

Um dia alguém disse que nós oito éramos o algo mais que a vida possui. Hoje somos 23. Acredito que vocês, família, são os pilares da minha vida.

Agradeço à meu Pai, Sebastião Alaor Nicolau, pelo exemplo, companherismo e atenção sempre presentes. À minha mãe, Maria Aparecida Nicolau, pelas orações e conforto em todas as horas. Aos meus irmãos, Sebastião Marcos e Adilson Roberto, pelo incentivo. À minha irmã, Liandra [mãezinha], por cada vez que foi minha razão e pela palavras que me acalmaram. À minha irmã, Liamara, por ter carregado meu coração quando ele se tornava pesado demais. A minha irmã, Lucimara, por seu socorro quando até os amigos mais próximos me deixaram. Aos meus 12 sobrinhos (em especial à você Arianne, sua ajuda bilíngue fez toda a diferença) e 3 cunhados por entenderem minha ausência e pelas orações.

Agradeço ao professor Clodoveu Davis, por sua real orientação, compreensão, cooperação, liberdade para que eu desenvolvesse minhas idéias, empenho e dedicação. Foi um prazer e uma honra tê-lo como orientador neste trabalho.

Sinceros agradecimentos à 6ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais pela sessão da base de dados - objeto imprescindível para este trabalho e permissão para que seus colaboradores participassem da pesquisa. Em especial, ao Sr Major Antônio Claret dos Santos, que acreditou e colaborou incondicionalmente este trabalho desde sua concepção, ao Sr Cabo Edson Machado Júnior, por toda a colaboração na reunião desta fabulosa base de dados.

Aos meus amigos - sim amigos - esta palavra tem novo significado após a realização deste trabalho: Maisa (sem seu ombro amigo o fardo teria sido bem mais pesado); Rilson (ouvir/ler seu bom dia todas as manhãs me deu forças para continuar); Claudiane (sua casa, seu café e sua net foram cruciais neste trabalho); Tiago Vinicius (as incontáveis tardes de sábado que dedicou a me ouvir discutir e estruturar a base de dados serão para mim um eterno exemplo de amizade incondicional); Marcelo Marcos (você deu sentido àqueles dias em que a humanidade perdeu o sentido); Cleusa (minha eterna mãe e amiga, poder te abraçar e correr para sua casa para dividir os sorrisos e lágrimas fez com que eu acreditasse mais em mim); Fabrício Almeida (meu irmão

e amigo, a simples lembrança de nossas madrugadas de conversas me ajudaram a ter paciência e planejar); Gabriel Coutinho (suas palavras no corredor da UFMG e nossos cafés me trouxeram para a realidade); Jaime (foi muito bom ter remado este barco ao seu lado), Professor Marcelo Silva (seus conselhos, seu companherismo, exemplo de vida e de fé me mantiveram no Caminho) e André Fonseca (quando iniciamos nossa jornada, você me disse que eu conseguiria - depois da disciplina do Loureiro e da nossa parede vermelha - eu realmente acredito que posso fazer qualquer coisa).

Agradeço ao DCC/UFMG, na pessoa do professor Montenegro, as palavras sobre dedicação e disciplina ditas naquela manhã irão ecoar doravante em minha jornada. Ao DCC/UFLA pela iniciativa. Ao DAE/UFLA pelo apoio.

Á banca de defesa, Professora Mirella Moro (foi uma honra receber suas contribuições), Pesquisadora Karla Albuquerque (sua presença e considerações foram memoráveis) e Paulo Bermejo (sua participação me fez compreender o papel de um coorientador).

Minhas maiores honras são ao Inevitável, ao Fundamento e Razão do Universo, meu Padrão, meu Exemplo, minha Referência. Á Pessoa que tem uma Firmeza tranquilizadora, Humildade de quem conhece á Deus, Sabedoria pujante, Fé vencedora, Amor cativante, Aquele a Quem Deus escolheu para restaurar todas as coisas. Ao Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim - a Jesus agradeço.

“Eu amo esta parede vermelha e esta planta verde. Por um tempo uma de mim se sentiu segura aqui com um de meus sonhos. Mas eu tenho outros tantos sonhos. Eles amam outras cores, outras plantas e não estão entre estas paredes. Estes outros sonhos não cabem num único lugar. Eles são parte do infinito, escolheram todos os lugares para morarem. Então agora, eu, que também sou muitas, quero seguir estes outros sonhos. É assim, não pode ser diferente.”

(LAN-EMC2)

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo investigar a correspondência entre as percepções pessoais de policiais militares sobre a criminalidade e a realidade, considerando um conjunto de infrações policiais de grande impacto sobre o cotidiano da população: *perturbação do sossego, porte ilegal de armas, uso de drogas, tráfico de drogas, furto e roubo*. Para tanto, policiais militares em atividade no município de Lavras (MG) responderam a questionários em que seu perfil foi caracterizado, e indicaram em mapas os locais onde pensam estar localizadas as maiores concentrações de infrações penais de cada tipo. Esses locais foram então comparados com os dados oficiais de infrações, registrados pela Polícia Militar. Os resultados mostram uma sensível diferença entre a percepção e o conhecimento dos policiais militares e a distribuição real das infrações, e também permitem perceber divergências de percepção entre os próprios policiais. Essas divergências indicam que é necessário adicionar ao processo informacional oriundo dos boletins de ocorrência etapas em que ocorram a análise espacial do comportamento da criminalidade e o compartilhamento das informações geradas com os membros da corporação, de modo a aumentar a eficiência das ações pela integração estratégica das percepções.

Palavras-chave: Segurança Pública, Conhecimentos, Percepções, Análise Criminal.

Abstract

This dissertation investigates the correspondence between the individual perceptions of criminality by military policemen and the reality, considering a set of police reports on events of high social impact, such as *disturbance of the peace, illegal possession of weapons, use of drugs, drugs trafficking, burglary and theft*. For that purpose, military policemen from the city of Lavras (MG) answered to profiling questionnaires and indicated on maps the regions in which they supposed the highest concentrations of criminal events of each type were taking place. These places were then compared to the actual set of criminal events, as recorded by the Military Police. Results show a remarkable difference between the personal perception and knowledge of the policemen and the actual distribution of events, and also show a considerable discrepancy among the perceptions of the policemen themselves. These discrepancies indicate that the routine processing of police reports should include steps for the spatial analysis of the criminal behavior and the dissemination of such information among the policemen, in order to increase the efficiency of the police actions through the strategic integration of perceptions.

keywords: Public safety, Knowledge, Perception, Criminal analysis.

Sumário

1	Introdução	1
1.1	Objetivos do trabalho	3
1.2	Motivação	4
1.3	Organização do trabalho	4
1.4	Área de estudo - Lavras(MG)	5
2	Conceitos e trabalhos relacionados	7
2.1	Sistemas de informação geográficos - SIG	7
2.1.1	SIG aplicado à análise criminal	8
2.2	Percepção e conhecimentos	9
2.2.1	Algumas palavras sobre percepção	10
2.2.2	Definição e organização do conhecimento	10
2.2.3	Dimensões do conhecimento	18
2.3	Segurança pública	24
2.3.1	Ação, operação e ocorrência policial	24
2.3.2	Boletim de ocorrência	24
2.3.3	Infrações penais utilizadas no trabalho	25
2.3.4	Níveis hierárquicos e o acesso à informação na Polícia Militar	27
2.4	Trabalhos relacionados	29
2.4.1	Sistemas de informação geográficos	29
2.4.2	Construção dos conhecimentos em segurança pública	32
3	Metodologia	41
3.1	Método de abordagem	41
3.2	Procedimentos técnicos da pesquisa	42
3.2.1	Tabulação dos dados referentes aos perfis dos policiais militares	44
4	Resultados e discussão	45
4.1	Análise do perfil dos policiais militares	45
4.1.1	Idade	45

4.1.2	Sexo	46
4.1.3	Localidade de nascimento	46
4.1.4	Estado civil	47
4.1.5	Número de filhos	47
4.1.6	Local de residência antes de trabalhar para a PM	48
4.1.7	Tempo de moradia antes de trabalhar para a PM	48
4.1.8	Tempo de trabalho para a PM	49
4.1.9	Posto ou graduação	50
4.1.10	Média de infrações atendidas por semana	51
4.1.11	Infrações mais atendidas no último semestre	51
4.1.12	Ser vítima ou conviver com alguém que tenha sido vítima da criminalidade	51
4.2	Percepção espacial das infrações pelos PMs	55
4.2.1	Posto ou graduação	55
4.2.2	PMs que atuam policiamento ostensivo e PMs que atuam em unidades administrativas	67
4.3	Mapa de concordância sobre as percepções dos PMs	77
4.3.1	Furto	78
4.3.2	Perturbação do sossego	78
4.3.3	Porte ilegal de armas	80
4.3.4	Roubo	80
4.3.5	Tráfico de drogas	80
4.3.6	Uso de drogas	83
4.4	Distribuição espacial das infrações segundo a base oficial	85
4.4.1	Furto	86
4.4.2	Perturbação do sossego	86
4.4.3	Porte ilegal de armas	87
4.4.4	Roubo	87
4.4.5	Tráfico de drogas	88
4.4.6	Uso de drogas	88
4.5	Comparação entre o conhecimento dos policiais e a base de dados oficial	89
4.5.1	Furto	90
4.5.2	Perturbação do sossego	92
4.5.3	Porte ilegal de armas	93
4.5.4	Roubo	94
4.5.5	Tráfico de drogas	94
4.5.6	Uso de drogas	95

5	Conclusão e trabalhos futuros	99
	Referências Bibliográficas	101
A	<i>Apêndice A - Questionário</i>	109
B	<i>Apêndice B - Mapa de referência</i>	111
C	<i>Apêndice C - Múltiplos cenários sobre as percepções dos policiais militares</i>	113
C.1	Percepção geral das infrações segundo cada policial militar	113
C.2	Tempo de serviço na PM	120
C.2.1	Entre 1 - 5 anos	121
C.2.2	Entre 5 - 10 anos	121
C.2.3	Entre 10 - 20 anos	122
C.2.4	Mais de 20 anos	124
C.3	Nascidos e não nascidos em Lavras(MG)	127
C.3.1	Nascidos em Lavras(MG)	128
C.3.2	Não nascidos em Lavras(MG)	132
C.4	Moravam em Lavras(MG) antes de atuarem na PM e os que não moravam	134
C.4.1	Moravam em Lavras(MG)	135
C.4.2	Não moravam em Lavras(MG)	139
C.5	Presenciaram pelo menos uma das infrações antes de atuarem na PM e os que não presenciaram	141
C.5.1	Presenciaram	142
C.5.2	Não presenciaram	147
C.6	Vitimados	148
C.6.1	Já foram/tiveram	149
C.6.2	Nunca foram/tiveram	154
C.7	Número de infrações atendidas por semana	155
C.7.1	Atendem menos 10 ocorrências por semana	156
C.7.2	Atendem mais de 10 ocorrências por semana	157
D	<i>Apêndice D - Análise da base oficial de dados</i>	163
D.1	Furto	163
D.2	Perturbação do sossego	168
D.3	Porte ilegal de armas	173
D.4	Roubo	177
D.5	Tráfico de drogas	182

D.6 Uso de drogas 187

Lista de Figuras

1.1	Mapa do município de Lavras(MG)	6
2.1	Etapas do processo de gerenciamento da informação	14
2.2	Organização do Conhecimento	18
2.3	Espiral de Construção do Conhecimento	22
4.1	Idade	46
4.2	Sexo	47
4.3	Localidade de nascimento	47
4.4	Estado civil	48
4.5	Número de filhos	48
4.6	Local de residência antes de trabalhar para a PM	49
4.7	Tempo de moradia antes de trabalhar para a PM	49
4.8	Tempo de trabalho para a PM	50
4.9	Posto ou graduação	50
4.10	Média de ocorrências atendidas por semana	51
4.11	Ocorrências mais atendidas no último semestre	52
4.12	Ser vítima ou conviver com alguém que tenha sido vítima da criminalidade	52
4.13	Idade x Posto/Graduação	53
4.14	Tempo de trabalho x Posto/Graduação	54
4.15	Média de infrações atendidas por semana x Posto/Graduação	54
4.16	Tempo de serviço x infração mais atendida no último semestre	55
4.17	PM04 e PM07 - Posto de Soldado.	56
4.18	PM19 e PM22 - Posto de Soldado.	57
4.19	PM08 e o PM17 - Posto de Cabo.	59
4.20	PM18 e PM24 - Posto de Cabo.	59
4.21	PM25 - Posto de Cabo	60
4.22	PM02 e PM09 - Graduação de Sargento.	61
4.23	PM10 e PM12 - Graduação de Sargento.	62
4.24	PM15 e PM16 - Graduação de Sargento.	63

4.25	PM21 - Graduação de Sargento	63
4.26	PM01 e PM03 - Graduação de Tenente.	64
4.27	PPM20 e PM23 - Graduação de Tenente.	65
4.28	PM11 e PM13 - Posto de Capitão.	66
4.29	PM14 - Posto de Capitão	67
4.30	PM05 e PM06 - Posto de Major.	68
4.31	PM02 e PM03 - Policiamento ostensivo.	69
4.32	Percepção geral das ocorrências segundo o PM04 e PM07 - Policiamento ostensivo.	69
4.33	PM09 e PM16 - Policiamento ostensivo.	70
4.34	PM17 e PM18 - Policiamento ostensivo.	70
4.35	PM19 e PM20 - Policiamento ostensivo.	71
4.36	PM21 e PM22 - Policiamento ostensivo.	71
4.37	PM23 e PM24 - Policiamento ostensivo.	72
4.38	PM25 - Policiamento ostensivo.	72
4.39	PM01 e PM05 - Unidade administrativa.	74
4.40	PM06 e PM08 - Unidade administrativa.	75
4.41	PM10 e PM11 - Unidade administrativa.	75
4.42	PM12 e PM13 - Unidade administrativa.	76
4.43	PM14 e PM15 - Unidade administrativa.	76
4.44	Percepções individuais dos PMs - Furto	78
4.45	Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Furto	79
4.46	Percepções individuais dos PMs - Perturbação do sossego	79
4.47	Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Perturbação do sossego	80
4.48	Percepções individuais dos PMs - Porte ilegal de armas	81
4.49	Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Porte ilegal de armas .	81
4.50	Percepções individuais dos PMs - Roubo	82
4.51	Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Roubo	82
4.52	Percepções individuais dos PMs - Tráfico de drogas	83
4.53	Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Tráfico de drogas . . .	83
4.54	Percepções individuais dos PMs - Uso de drogas	84
4.55	Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Uso de drogas	84
4.56	Base de dados oficial - Furto	86
4.57	Base de dados oficial - Perturbação do sossego	87
4.58	Base de dados oficial - Porte ilegal de armas	88
4.59	Base de dados oficial - Roubo	89
4.60	Base de dados oficial - Tráfico de drogas	90

4.61	Base de dados oficial - Uso de drogas	91
4.62	Comparação entre BOs e PMs - Furto	92
4.63	Comparação entre BOs e PMs - Perturbação do sossego	93
4.64	Comparação entre BOs e PMs - Porte ilegal de armas	94
4.65	Comparação entre BOs e PMs - Roubo	95
4.66	Comparação entre BOs e PMs - Tráfico de drogas	96
4.67	Comparação entre BOs e PMs - Uso de drogas	96
A.1	Questionário aplicado aos policiais militares	109
B.1	Mapa para demarcação da percepção criminal sobre furto	111
C.1	PMs PM01 e PM02, respectivamente.	114
C.2	PMs PM03 e PM04, respectivamente.	114
C.3	PMs PM05 e PM06, respectivamente.	115
C.4	PMs PM07 e PM08, respectivamente.	115
C.5	PMs PM09 e PM10, respectivamente.	116
C.6	PMs PM11 e PM12, respectivamente.	116
C.7	PMs PM13 e PM14, respectivamente.	117
C.8	PMs PM15 e PM16, respectivamente.	117
C.9	PMs PM17 e PM18, respectivamente.	118
C.10	PMs PM19 e PM20, respectivamente.	118
C.11	PMs PM21 e PM22, respectivamente.	119
C.12	PMs PM23 e PM24, respectivamente.	119
C.13	PM25	120
C.14	PMs PM04 e PM22 - Tempo de serviço entre 01 e 05 anos	121
C.15	PMs PM07 e PM15 - Tempo de serviço entre 05 e 10 anos.	121
C.16	PM23 - Tempo de serviço entre 05 e 10 anos.	122
C.17	PMs MP02 e PM05 - Tempo de serviço entre 10 - 20 anos.	122
C.18	PMs PM09 e PM11 - Tempo de serviço entre 10 - 20 anos.	123
C.19	PMs PM13 e PM14 - Tempo de serviço entre 10 - 20 anos.	123
C.20	PMs PM17 e PM21 - Tempo de serviço entre 10 - 20 anos.	124
C.21	PMs PM01 e PM03 - Tempo de serviço superior à 20 anos.	124
C.22	PMs PM06 e PM08 - Tempo de serviço superior à 20 anos.	125
C.23	PMs PM10 e PM12 - Tempo de serviço superior à 20 anos.	125
C.24	PMs PM18 e PM19 - Tempo de serviço superior à 20 anos.	126
C.25	PMs PM20 e PM24 - Tempo de serviço superior à 20 anos.	126
C.26	PM25 - Tempo de serviço superior à 20 anos.	127
C.27	PMs PM01 e PM02 - Nascidos em Lavras(MG).	128

C.28 PMs PM03 e PM04 - Nascidos em Lavras(MG).	128
C.29 PMs PM05 e PM07 - Nascidos em Lavras(MG).	129
C.30 PMs PM08 e PM09 - Nascidos em Lavras(MG).	129
C.31 PMs PM10 e PM18 - Nascidos em Lavras(MG).	130
C.32 PMs PM19 e PM20 - Nascidos em Lavras(MG).	130
C.33 PMs PM21 e PM22 - Nascidos em Lavras(MG).	131
C.34 PMs PM23 e PM24 - Nascidos em Lavras(MG).	131
C.35 PM25 - Nascido em Lavras(MG).	132
C.36 PMs PM06 e PM11 - Não nascidos em Lavras(MG).	132
C.37 PMs PM12 e PM13 - Não nascidos em Lavras(MG).	133
C.38 PMs PM14 e PM15 - Não nascidos em Lavras(MG).	133
C.39 PMs PM16 e PM17 - Não nascidos em Lavras(MG).	134
C.40 PMs PM01 e PM02 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	135
C.41 PMs PM03 e PM04 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	135
C.42 PMs PM05 e PM08 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	136
C.43 PMs PM09 E PM10 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	136
C.44 PMs PM12 e PM16 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	137
C.45 PMs PM17 e PM18 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	137
C.46 PMs PM20 e PM22 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	138
C.47 PMs PM23 e PM24 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	138
C.48 PM25 - Morador de Lavras(MG) antes de atuar na PM.	139
C.49 PMs PM06 e PM07 - Não moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	139
C.50 PMs PM11 e PM13 - Não moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	140
C.51 PMs PM14 e PM15 - Não moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.	140
C.52 PM21 - Não morador de Lavras(MG) antes de atuar na PM.	141
C.53 PMs PM03 e PM05 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	142
C.54 PMs PM06 e PM07 Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	142
C.55 PMs PM08 e PM09 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	143
C.56 PMs PM10 e PM12 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	143

C.57 PMs PM13 e PM14 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	144
C.58 PMs PM15 e PM16 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	144
C.59 PMs PM17 e PM18 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	145
C.60 PMs PM19 e PM20 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	145
C.61 PMs PM21 e PM22 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	146
C.62 PMs PM23 e PM24 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.	146
C.63 PM25 - Presenciou pelo menos uma das ocorrências antes de atuar na PM.	147
C.64 PMs PM01 e PM02 - Não presenciaram nenhuma das ocorrências antes de atuarem na PM.	147
C.65 PMs PM04 e PM11 - Não presenciaram nenhuma das ocorrências antes de atuarem na PM.	148
C.66 PM14 - Não presenciou nenhuma das ocorrências antes de atuar na PM. .	148
C.67 PMs PM01 e PM02 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	149
C.68 PMs PM03 e PM04 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	150
C.69 PMs PM05 E PM06 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	150
C.70 PMs PM08 e PM09 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	151
C.71 PMs PM10 e PM11 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	151
C.72 PMs PM12 e PM13 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	152
C.73 PMs PM16 e PM18 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	152
C.74 PMs PM19 e PM20 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	153
C.75 PMs PM21 e PM22 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	153

C.76 PMs PM23 e PM25 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.	154
C.77 PMs PM07 e PM14 - Nunca foi vítima ou teve alguém de seu convívio vitimado por alguma das ocorrências.	154
C.78 PMs PM15 e PM17 - Nunca foi vítima ou teve alguém de seu convívio vitimado por alguma das ocorrências.	155
C.79 PM24 - Nunca foi vítima ou teve alguém de seu convívio vitimado por alguma das ocorrências.	155
C.80 PMs PM16 e PM18 - Atendem pelo menos 10 ocorrências por semana. . .	156
C.81 PMs PM19 e PM21 - Atendem pelo menos 10 ocorrências por semana. . .	156
C.82 PMs PM22 e PM25 - Atendem pelo menos 10 ocorrências por semana. . .	157
C.83 PMs 01 e PM02 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.	157
C.84 PMs PM03 e PM04 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.	158
C.85 PMs PM05 e PM06 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.	158
C.86 PMs PM07 e PM08 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.	159
C.87 PMs PM09 e PM10 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.	159
C.88 PMs PM11 e PM12 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.	160
C.89 PMs PM13 e PM14 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.	160
C.90 PMs PM15 e PM17 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.	161
C.91 PMs PM20 e PM23 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.	161
C.92 PM24 - Atende mais de 10 ocorrências por semana.	162
D.1 Furto - 2001	163
D.2 Furto - 2002	164
D.3 Furto - 2003	164
D.4 Furto - 2004	165
D.5 Furto - 2005	165
D.6 Furto - 2006	166
D.7 Furto - 2007	166
D.8 Furto - 2008	167
D.9 Furto - 2009	167
D.10 Furto - 2010	168
D.11 Perturbação do sossego - 2001	168
D.12 Perturbação do sossego - 2002	169
D.13 Perturbação do sossego - 2003	169
D.14 Perturbação do sossego - 2004	170
D.15 Perturbação do sossego - 2005	170
D.16 Perturbação do sossego - 2006	171

D.17 Perturbação do sossego - 2007	171
D.18 Perturbação do sossego - 2008	172
D.19 Perturbação do sossego - 2009	172
D.20 Porte ilegal de armas - 2001	173
D.21 Porte ilegal de armas - 2002	173
D.22 Porte ilegal de armas - 2003	174
D.23 Porte ilegal de armas - 2004	174
D.24 Porte ilegal de armas - 2005	175
D.25 Porte ilegal de armas - 2006	175
D.26 Porte ilegal de armas - 2007	176
D.27 Porte ilegal de armas - 2008	176
D.28 Porte ilegal de armas - 2009	177
D.29 Roubo - 2001	177
D.30 Roubo - 2002	178
D.31 Roubo - 2003	178
D.32 Roubo - 2004	179
D.33 Roubo - 2005	179
D.34 Roubo - 2006	180
D.35 Roubo - 2007	180
D.36 Roubo - 2008	181
D.37 Roubo - 2009	181
D.38 Roubo - 2010	182
D.39 Tráfico de drogas - 2001	182
D.40 Tráfico de drogas - 2002	183
D.41 Tráfico de drogas - 2003	183
D.42 Tráfico de drogas - 2004	184
D.43 Tráfico de drogas - 2005	184
D.44 Tráfico de drogas - 2006	185
D.45 Tráfico de drogas - 2007	185
D.46 Tráfico de drogas - 2008	186
D.47 Tráfico de drogas - 2009	186
D.48 Uso de drogas - 2001	187
D.49 Uso de drogas - 2002	187
D.50 Uso de drogas - 2003	188
D.51 Uso de drogas - 2004	188
D.52 Uso de drogas - 2005	189
D.53 Uso de drogas - 2006	189

D.54	Uso de drogas - 2007	190
D.55	Uso de drogas - 2008	190
D.56	Uso de drogas - 2009	191

Lista de Tabelas

2.1	Ação Organizacional	10
2.2	Dados, informações e conhecimento	15
2.3	Tipos de Conhecimento	20
2.4	Modos de Conversão do Conhecimento	21
2.5	Tipos e Modos de Conversão dos Conhecimentos	22
2.6	Processo de Criação do Conhecimento	23
4.1	Número de infrações registradas entre 2001 - 2010	85

Capítulo 1

Introdução

A atuação das autoridades em segurança pública envolve uma grande quantidade e variedade de dados e informações. Por esse motivo, cada agente público que atua nessa área inevitavelmente desenvolve, com base em sua experiência profissional e no treinamento que recebe da corporação, um conjunto de percepções e diretrizes que o orientam no dia-a-dia. Profissionais de polícia, em particular os policiais militares, frequentemente recebem informativos da corporação, produzidos visando orientá-los a respeito de problemas específicos de uma comunidade onde atuam. Somando essas fontes de informação, sob o escopo de sua percepção pessoal, os policiais militares desenvolvem conhecimento tácito (pessoal) sobre a realidade da criminalidade da área em que atuam.

O conhecimento tácito dos policiais e do comando da corporação se somam para definir diretrizes de atuação, nas quais os objetivos de ações de combate ao crime são definidos de modo não-ambíguo, originando iniciativas para normatizar, dissuadir, repreender ou reprimir ações que não estejam alinhadas à legislação, à ordem e aos costumes dos cidadãos (Furtado (2003); Nicolau (2005); Beato Filho e Peixoto (2008); ABDI (2010)). De acordo com Nicolau (2005), processo de disseminação de informação no âmbito das forças policiais pode ser caracterizado da seguinte forma:

1. Organização dos dados de modo a facilitar a obtenção de informações relevantes para o cenário em questão;
2. Interpretação das informações encontradas;
3. Compartilhamento das informações com os envolvidos nas ações que serão executadas;
4. Construção acumulativa e gradual de conhecimentos com base nessas informações;

5. Explicitação desses conhecimentos para a organização, de acordo com a necessidade;
6. Tomada de decisões com base nessas informações e conhecimentos.

O instrumento de coleta de dados universalmente utilizado pelos profissionais de segurança pública é o boletim de ocorrência (BO). Trata-se do documento de trabalho do policial militar no qual se registra, de maneira codificada e detalhada, os acontecimentos e circunstâncias referentes às ocorrências policiais, isto é, qualquer fato que, de qualquer forma, afete ou possa vir a afetar a ordem pública e que exija a intervenção policial, por meio de ações e/ou operações (Tristão, 2007).

No entanto, o aumento das desigualdades sociais está redesenhando o mapa da criminalidade num âmbito geral, sendo necessário a intervenção constante do contingente policial e a consequente emissão de Boletins de Ocorrência (BOs), gerando um volume de dados bastante significativo e a partir do recorrente registro destas infrações para uma mesma região, áreas de alta incidência criminal são formadas - as chamadas "*zonas quentes de criminalidade*" (Craglia et al., 2005; Neckerman, 2009).

Este volume faz com que seja praticamente impossível que um policial militar consiga tomar conhecimento do conjunto de dados que provêm desses milhares de BOs de modo a usar essa informação em sua tomada de decisões cotidianas, em ação. Mesmo para o comando da corporação, perceber a criminalidade como um fenômeno complexo e espacialmente distribuído com base unicamente no conteúdo de BOs é uma tarefa humanamente impossível. Assim, tem-se procurado utilizar a tecnologia da informação para organizar, selecionar e facilitar a visualização das informações contidas nos BOs.

De acordo com ABDI (2010) os sistemas de informação e tecnologia da informação devem ser utilizados de acordo com a iteração entre os atores envolvidos no processo de segurança pública, isto é policiais e sociedade civil. Esta iteração se dá por meio do *processamento* de todas as interações com os cidadãos, do *tratamento* das informações sobre as ocorrências oriundas de diversas fontes e do *acompanhamento e avaliação* do desfecho das ações realizadas.

A ABDI (2010) discute ainda que esta sequência pode ser otimizada se novas tecnologias forem introduzidas a nível de processos, garantindo maior agilidade, eficiência e diminuindo os custos diretos e indiretos.

Segundo Poston e Speier (2005), a utilização sistemas de gestão de conhecimento (*Knowledge Management Systems*, KMS) pode facilitar o processo de compartilhamento eficiente e eficaz dos recursos intelectuais da organização, mas a utilização desses sistemas ainda esta fora da realidade das organizações responsáveis pela segurança pública por questões como: funcionalidades disponíveis, gestão, preço e facilidade de

utilização. Deste modo, frequentemente, o sistema computacional escolhido é um sistema de informação geográfico, uma vez que este permite uma melhor representação e visualização espacial dos dados, bem como diversas possibilidades de exploração e análise do conteúdo (Nicolau, 2005).

Outra questão relevante no que se refere à atuação do policial é justamente o conhecimento tácito que cada um desenvolve a respeito das ocorrências criminais para um determinado local, principalmente se o município em que presta serviço for o mesmo de sua naturalidade. Fatos envolvendo sua vida e a vida de pessoas de seu convívio podem contribuir para a construção de um cenário mental sobre a criminalidade, o que provavelmente influenciará em sua tomada de decisões.

Monjardet (2002); Craglia et al. (2005); McLaughlin et al. (2007); Souza (2009) chamam a atenção para o *saber prático - conhecimento tácito* inerente a todo PM, ou seja, o resultado gradual da acumulação informal de experiências diárias durante o sua vida profissional. Este conhecimento tácito/informal acaba, segundo estes autores, por concorrer com o conhecimento explícito/formal; uma vez que o conhecimento tácito é construído a partir de informações repassadas superficialmente por policiais veteranos e o conhecimento explícito é construído na academia de polícia através de documentos formais e oficiais.

1.1 Objetivos do trabalho

Portanto, sabendo que a atuação de um policial militar depende parcialmente do conhecimento explícito da Polícia Militar e parcialmente de seu conhecimento tácito, identificou-se o problema a ser discutido nesta pesquisa: *investigar a correspondência entre as percepções pessoais de policiais militares e a realidade de um conjunto significativo de ocorrências policiais registradas*. Para responder à esta questão foi desenvolvido um método de entrevistas e coleta de dados junto a policiais militares do 8º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais na cidade de Lavras(MG), com variados tipos de atividades e em diferentes postos militares. Os dados coletados junto aos policiais foram comparados com o registro especializado para um conjunto de ocorrências policiais.

Especificamente, para a elaboração desta dissertação buscou-se:

1. Identificar e analisar a percepção e o conhecimento espacial dos policiais militares sobre o conjunto de seis ocorrências policiais na cidade de Lavras(MG);
2. Identificar e analisar o conhecimento espacial da Polícia Militar sobre o mesmo conjunto de seis ocorrências policiais na cidade de Lavras(MG);

3. Comparar e analisar dos resultados encontrados para as percepções e os conhecimentos encontrados.

A motivação para a pesquisa e posterior construção deste trabalho é discutida na seção 1.2.

1.2 Motivação

A construção do conhecimento acontece a cada dia, sendo todos os fatos e percepções utilizadas neste processo: o que é presenciado, o que é ouvido, o que se lê, o que se obtém como informação nos meios de comunicação. A reunião do conhecimento que cada um intimamente construiu com o conhecimento coletivamente construído e documentado permite a construção de um conhecimento completo, quer seja do indivíduo, quer seja da organização. Nonaka e Takeuchi (1997) chamam estes conhecimentos de tácitos (conhecimentos do indivíduo) e explícitos (conhecimentos documentados).

A questão: *saber o quanto de cada conhecimento, o policial militar emprega diariamente em suas ações?* foi a motivação para a elaboração deste trabalho. Assim, buscou-se analisar a percepção e o conhecimento individual do policial militar sobre a criminalidade comparando-o com o registros criminais lançados nos boletins de ocorrência.

Os resultados encontrados demonstram uma sensível diferença entre a percepção e os conhecimentos dos policiais militares sobre os locais críticos das ocorrências policiais e o que os boletins de ocorrência registram.

1.3 Organização do trabalho

Esta dissertação analisa as percepções e os conhecimentos espaciais sobre um conjunto de ocorrências policiais observadas pelos PMs e os compara com o conhecimento espacial que a Polícia Militar possui sobre o mesmo conjunto de ocorrências. O texto está organizado da seguinte maneira:

- Introdução Objetivos Motivação Organização do trabalho Área de estudo
- Referencial teórico Conceitos Trabalhos relacionados
- Metodologia do trabalho Abordagem Procedimentos técnicos

- Resultados e discussão
- Conclusão Trabalhos futuros
- Referencial bibliográfico
- Apêndices

No capítulo 2, é realizada uma discussão sobre os sistemas de informação geográficos. Disserta-se sobre a definição de percepção, a definição de conhecimentos e sua organização - são enfatizados as classificações e transformações dos tipos de conhecimentos; a seguir são apresentadas algumas definições relacionadas à segurança pública. São apresentados, também neste capítulo, uma série de trabalhos relacionados ao tema de pesquisa.

Maiores detalhes sobre a metodologia de desenvolvimento empregada no trabalho são apresentados no capítulo 3.

No capítulo 4 são apresentados os resultados do trabalho. Os resultados da tabulação dos dados oriundos dos questionários, o levantamento da percepção dos policiais militares a respeito do conjunto de ocorrências policiais e suas comparações. Neste capítulo também são apresentadas comparações entre as percepções dos policiais militares para o conjunto de ocorrências e o conhecimento da Polícia Militar para as mesmas.

O capítulo 5 apresenta as conclusões e os trabalhos futuros.

Por fim, foram inseridos os apêndices do trabalho. Sendo eles: A - o questionário utilizado para realizar o levantamento do perfil, B - mapa exemplo sobre a percepção dos policiais militares para as ocorrências policiais, C - mapas das percepções e conhecimentos dos policiais sobre a espacialização da criminalidade para o município de Lavras(MG), D - análises realizadas na base de dados oficial.

1.4 Área de estudo - Lavras(MG)

Lavras(MG) é um município brasileiro da região do Campo das Vertentes, no sul do estado de Minas Gerais. Localiza-se a uma latitude 21° 14'30 sul e a uma longitude 44° 00' 10 oeste, estando a uma altitude de 919 metros e possuindo uma área de 564,5km², com uma população de 92.171 habitantes segundo o censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade é sede do 8º Batalhão da Polícia Militar (8º BPM) e do 6º Comando Regional da Polícia Militar (6º CRPM), contendo também uma unidade da Polícia Federal (IBGE, 2009).

A Figura 1.2 ilustra o mapa do município. Foram assinalados alguns bairros do município no mapa com o intuito de nortear os entrevistados sobre o espaço de pesquisa, a escala do mapa está em 1:3km .

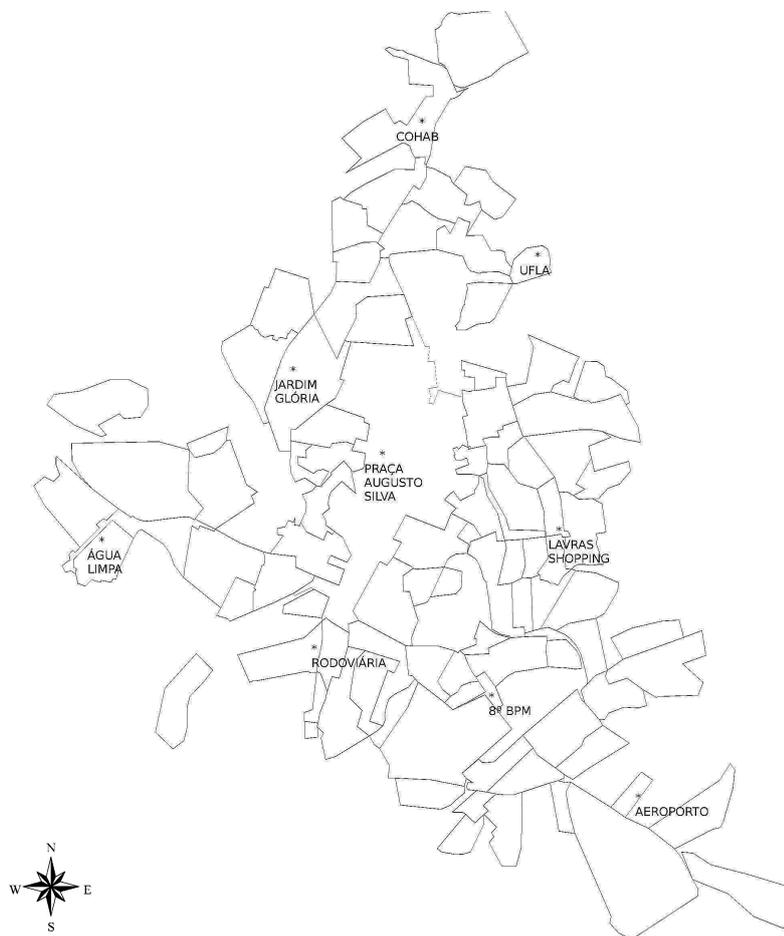


Figura 1.1. Mapa do município de Lavras(MG)

Fonte: Dados da Pesquisa

Capítulo 2

Conceitos e trabalhos relacionados

Neste capítulo são apresentados 1) os conceitos referentes aos sistemas de informação geográficos (SIG) seguidos de uma discussão sobre a utilização dos SIG na análise criminal; 2) explora-se também uma definição de percepção, definições para conhecimentos e sua organização, sua classificação e transformação; 3) apresenta-se, também, alguns conceitos referentes a segurança pública; e por fim, 4) são apresentados alguns trabalhos relacionados ao tema de pesquisa.

2.1 Sistemas de informação geográficos - SIG

Ao longo das últimas décadas, organizações em todos os segmentos perceberam o valor das informações que são geradas diariamente por seus colaboradores e passaram a utilizar os conhecimentos construídos a partir destas como vantagem competitiva em seus setores. Perceberam, também, que informações geradas e nunca utilizadas, informações duplicadas e informações não-estruturadas são inúteis. Deste modo, a conclusão da maioria foi a de que mais importante do que possuir um arcabouço de informações, é necessário dispor de um sistema eficiente e eficaz para organizá-las. Este é o papel dos sistemas de informação. Trata-se de um recurso computacional para organizar, manter e utilizar grandes volumes de informações, agilizando assim, a comunicação interna e/ou externa (Mintzemberg, 2003).

Esta característica de manipular grandes volumes de informações associados à possibilidade de tratar informações geocodificadas possibilitou a existência dos sistemas de informação geográficos(SIG). Um SIG pode ser formalmente definido como sendo um sistema manipulado por computador, utilizado para armazenar, analisar e manipular dados geográficos, isto é, dados caracterizados principalmente pela localização geográfica (Davis, 2000). Analisando cada uma de suas partes, tem-se SIG como sendo um sistema de software que utiliza recursos de computação gráfica e processamento

digital de imagens associando a banco de dados convencionais, informações geográficas além de possibilitar a recuperação de informação por meio de sua localização espacial (Davis, 2000).

Um SIG pode trabalhar com áreas de quaisquer tamanho, de um lote em uma quadra específica de um município até todo o planeta. Porém, toda esta facilidade não é processada de modo trivial, embora esteja constante progresso, os sistemas de informação geográficos ainda precisam trabalhar no complexo processo de coletar, armazenar, manipular e visualizar as informações geradas a partir de bases de dados volumosas, variadas e heterogêneas (Nicolau, 2005).

A maneira como este processo é conduzido permite que um fenômeno geográfico possa ser analisado a partir de diferentes formas e precisões, visando atender o objetivo da aplicação. Da mesma maneira que um SIG permite esta generalização, permite também uma consistente especificidade na manipulação de fenômenos geográficos, associando características diversificadas e propriedades que variam ao longo do espaço e do tempo. Adicione a esta variabilidade de dados os diversos perfis de usuários e tem-se a necessidade de aplicações diversas, ou seja, os sistemas de informação geográficos devem conter conjuntos pré-definidos de aplicações para que seus diversos usuários possam manipular os mais variados tipos de dados (Nicolau, 2005).

2.1.1 SIG aplicado à análise criminal

Este tipo de sistema de informação tem sido de grande importância para as organizações responsáveis pela segurança pública, uma vez que as questões: *1- o quê?*; *2- onde?*; *3 - quando?*; *4 - Como? e*; *5- porquê?* podem ser consideradas seu *checklist*(guia) de trabalho. As respostas para as questões 1,3,4 e 5 podem ser tratadas, armazenadas e compartilhadas de modo relativamente simples/convencional dentro da organização, isto é, tratam-se de dados únicos. Porém a questão 2, a localização espacial da ocorrência - o *onde*, é bem mais complexa, uma vez que é composta de outras informações - endereço. Sendo esta, a questão 2, o motivo das organizações de segurança pública optarem por este tipo de sistema de informação.

Esta necessidade de se localizar geograficamente uma infração penal, não é recente, estudos remontam o início do século XX. Mas além de localizar, estas organizações buscam também monitorar estas ocorrências, processo que ficou conhecido como análise criminal. Um olhar pela evolução deste processo revela que o mapeamento da criminalidade em seus primórdios consistia em um mapa impresso fixo em uma parede ou manipulado sobre uma mesa. Neste, cada ocorrência era marcada por um alfinete. É inegável seu valor para a época, uma vez que permitia uma clara visualização dos crimes e onde estes ocorriam, porém a manutenção, a atualização e análise desses ma-

pas tornaram-se complexas ao longo dos anos, principalmente pelo crescente número de ocorrências registradas e pela crescente abrangência espacial das mesmas (Nicolau, 2005).

Esta capacidade analítica do SIG é tida por muitos pesquisadores da área criminal como sendo, ao lado de seu potencial para criar mapas a partir de volumosas bases de dados, a sua importância real. De modo resumido, algumas possíveis análises realizadas pelos SIGs são itenizadas abaixo e podem ser encontrada detalhadamente em (Nicolau, 2005).

- Exemplo: em uma base de dados são selecionados casos de agressão grave e os registros correspondentes à ocorrência são destacados por meio de um símbolo. A informação correspondente a estes dados pode ser apresentada por meio de: i) mapeamento do tempo; ii) mapeamento do espaço; iii) mapeamento de tipos de incidente e iv) *modus operandi*.
- Mensuração de áreas e distâncias - útil na determinação do número de crimes ocorridos por unidade de área.
- Inclusão e sobreposição das medidas - permitindo clara distinção entre um distrito policial e um distrito escolar, por exemplo.
- SIG como ferramenta de integração e exploração dos dados - agregar diferentes bancos de dados que compartilham a mesma geografia.
- Zonas quentes - indicando alguma forma de aglomeração para uma distribuição espacial em que ocorrências policiais são frequentes.

Todas estas análises só serão possíveis mediante os conhecimentos construídos a partir da criteriosa organização das informação e de um correto processamento dos dados. Para tanto, a seção 2.2 tratará do processo de construção do conhecimento.

2.2 Percepção e conhecimentos

Nesta seção são apresentados alguns conceitos referentes à percepção e conhecimentos. São apresentadas definições para percepção e sua relação com os conhecimentos e a seguir é apresentado o modo como o conhecimento é organizado, suas etapas, relacionamentos, dimensões e conversões.

2.2.1 Algumas palavras sobre percepção

Segundo Penna (1997), "*perceber é conhecer utilizando todos os sentidos, objetos e situações*". O mesmo autor afirma que, para se perceber algo, é necessário haver uma proximidade com o objeto no tempo e no espaço, de modo que se possa ter acesso direto ou imediato a ele. Nesse sentido, o ato de *perceber* possui algumas características. Primeiramente, a limitação de informação. É a perspectiva que determina a percepção e essa percepção é uma forma restrita de captação de informação e construção de conhecimento. A segunda característica é a assimilação de conteúdos em função de um contexto ou um sistema de referência. Outra característica é a utilização da percepção na tomada de decisão. Com base nessas características, será considerado, para efeito da presente dissertação, que percepção é parte integrante do conhecimento tácito.

2.2.2 Definição e organização do conhecimento

Segundo Nicolau (2005) o processo de construção dos conhecimentos se origina dos dados disponíveis, como pode ser observado na Tabela 2.1.

Tabela 2.1. Ação Organizacional

Ação Organizacional
Dados \implies Informações \implies Conhecimentos \implies Explicação e Predição \implies Gestão:projeto e gerência \implies Melhoria ou Manutenção da excelência

Fonte: Adaptado de Nicolau (2005)

Segundo Nicolau (2005):

- *Dados*: são registros brutos, em que o determinismo e o aleatório estão confundidos.
- *Informações*: são as componentes determinísticas dos dados explicitadas, tornadas claras, acessíveis.
- *Conhecimentos*: são o conjunto de informações articuladas entre si e com teorias(modelos) de comportamento do fenômeno, podendo ser descritos formalmente(conhecimento explícito) e disponibilizados ou não(conhecimento tácito).
- *Explicação e predição*: são os poderes que o conhecimento científico, à respeito do fenômeno, confere ao gestor.

- *Gestão*: é a utilização adequada dos conhecimentos, por parte do gestor, traduzida em tomada de decisão e ações administrativas, voltadas para a solução de problemas.
- *Melhoria ou manutenção da excelência*: são os fins desejados para tornar a qualidade de vida social excelente.

Uma sequência de ações organizacionais similar à acima descrita é trabalhada por Choo (2003) quando este afirma que se não houver uma compreensão correta dos processos humanos e organizacionais sobre os quais os dados são processados, gerando informações com potencial para auxiliar na construção dos conhecimentos e como estes subsidiam o processo de tomada de decisão, as organizações serão incapazes de compreender a importância de suas fontes.

Beato Filho (1999); Craglia et al. (2005); McLaughlin et al. (2007) chamam a atenção para o fato de que um dos principais problemas enfrentados pelos policiais no desenvolvimento de suas ações decorre do uso limitado das informações disponíveis por parte das organizações. Beato Filho (1999) destaca que as informações disponibilizadas não passam de dados consolidados e sem contexto, cabendo aos policiais a interpretação dos mesmos. Logo, as ações não seguem um padrão, e as estratégias para resolução de problemas são de caráter reativo aos incidentes. O resultado destas ações tampouco são informados aos policiais (sistema de *feedback* organizacional inexistente). Beato Filho (1999) discute que os meios de comunicação exercem o papel de informantes à sociedade, porém há de se discutir a veracidade e o sensacionalismo das informações divulgadas.

Tratando especificamente dos itens - dados, informações e conhecimentos - , encontra-se uma vasta literatura a respeito de suas definições e usos.

Dado, segundo Sirihal Duarte (2005), pode ser definido como um conjunto de símbolos passíveis de serem contados, processados e armazenados em sistemas computacionais, ou seja, trata-se de uma unidade matemática independente do usuário. Já Carvalho (2006); Bermejo (2009), definem dado como sendo a reunião de fatos sobre quaisquer eventos e sobre o mundo. Porém, mais importante que definir o termo dado é compreender a capacidade de uma organização em analisá-lo, sintetizá-lo e posteriormente dar-lhe significado, gerando a informações e a partir destas a construir conhecimentos.

Carvalho (2006) trata a informação como sendo o produto resultante do processo de captura e atribuição de significado às experiências e idéias de alguém. Mas Sirihal Duarte (2005); Bermejo (2009) vão além ao atribuir à informação a noção de ser um conjunto de estruturas dotadas de significado que podem ou não ter sido geradas

de modo intencional por um emissor. De posse desta definição, os autores conferem à informação o status de cerne do processo de construção do conhecimento e instuinte da cultura:

- ao iniciar o processo de comunicação, a informação é gerada por um indivíduo e um segundo indivíduo, ao recebê-la, decide internalizá-la ou não.
- cada um recebe e interpreta as informações à sua própria maneira e lhe confere um significado pessoal;
- a informação é percebida é norteadada pelo nível de conhecimento do receptor e pelo cenário em que está inserido;
- uma vez percebida e/ou recebida a informação passa a alterar o processo de construção do conhecimento do receptor.

Sirihal Duarte (2005) chama a atenção para o fato de que o nível de conhecimento de uma pessoa - sua cultura pessoal(tácita), é apenas um fragmento do conhecimento global(explicíto) - cultura global, quando considerado sua capacidade de aprendizado e sua capacidade interpretativa. A diferença entre os dois tipos de cultura foi discutida por Simmel (1983) da seguinte maneira:

"A discrepância entre a cultura tornada objetiva e a subjetiva parece expandir-se permanentemente. O acervo da cultura objetiva é aumentado diariamente e de todos os lados, enquanto o espírito individual somente pode entender as formas e conteúdos de sua constituição em uma aceleração contida, seguindo apenas de longe a cultura objetiva. [...] Nas línguas e nos costumes, nas constituições políticas e nas doutrinas religiosas, na literatura e na técnica, é acumulado o trabalho de incontáveis gerações, enquanto espírito tornado objetivo. Deste trabalho acumulado cada um leva o quanto quiser ou puder, mas nenhum indivíduo é capaz de esgotá-lo; entre a dimensão deste acervo e a do que dele é retirado temos as relações mais variadas e casuais".

Mcgee e Prusak (1994); Costa (2007) ressaltam o fato de que para a informação se transformar em conhecimento, esta passa por uma série de etapas bem definidas e interdependentes como descrito a seguir:

1. Identificação da necessidade da informação: refere-se a identificação, por parte do gestor, qual a informação é necessária em dado momento, bem como sua disponibilidade e localização ambiente interno ou externo. Destaque aqui para o papel do gestor, uma vez que este precisa identificar as necessidades relacionadas

à informação de seus colaboradores, analisar a disponibilidade destas informações e encontrar um meio de divulgá-las.

2. Classificação/armazenamento/tratamento e apresentação da informação: aqui é definido como as informações serão classificadas e posteriormente armazenadas. O modo como os envolvidos terão acesso às informações também é definido nesta etapa.
3. Desenvolvimento de serviços de informação: conhecimentos e experiências dos usuários finais são aproveitados nesta etapa.
4. Distribuição/disseminação/análise e uso da informação: uma vez processadas, as informações devem ser divulgadas. Possibilitar a atuação humana nesta etapa pode garantir vantagem competitiva e estratégica para a organização.

A Figura 2.1 ilustra estas etapas e seus relacionamentos.

McLaughlin et al. (2007); Beato Filho e Peixoto (2008) destacaram a importância do adequado tratamento da base de dados para o sucesso das ações organizacionais, a necessidade da qualificação dos colaboradores internos para a construção e a posterior utilização dos conhecimentos construídos.

De posse da importância destes conceitos, estudiosos em Administração conferem algumas características às organizações ditas bem-sucedidas em suas áreas de atuação. São elas: *i*) tais organizações processam as informações disponíveis de modo eficiente e eficaz, *ii*) são capazes de gerar conhecimentos, e *iii*) são suficientemente flexíveis de modo a transformarem rapidamente suas ações segundo as necessidades do meio em que está inserida (Dourado, 2007; Bermejo, 2009).

O primeiro item refere-se à informação, mas qual seria uma definição apropriada para a informação, uma vez que segundo Choo (2003) a informação é parte integrante de quase tudo o que uma organização pode fazer? Buckland (1998); Costa (2007) apresentam informação como sendo:

1. *Processo*: ao receber uma informação o estado de conhecimento de uma pessoa muda;
2. *Conhecimento*: o que o indivíduo percebe ao receber a informação, sendo portanto, intangível;
3. *Coisa*: referência aos atributos dos objetos, meramente instrutivo.

A respeito do item 2 - informação como conhecimento - Nonaka e Takeuchi (1997); Costa (2007) ressaltam que embora os termos informação e conhecimento sejam utilizados como sinônimos, existem diferenças entre eles, tais como:



Figura 2.1. Etapas do processo de gerenciamento da informação

Fonte: Adaptado de Mcgee e Prusak (1994)

1. por meio da informação é possível lançar novos olhares à eventos ou objetos, tornando tangível os significados. E é esta característica que faz da informação o meio essencial para a construção do conhecimento;
2. o aspecto semântico da informação confere significado ao que necessita ser transmitido;
3. informações são dados organizados, conhecimento é construído com base nestas informações e na cultura pessoal do indivíduo;
4. informação e conhecimento são relacionados e específicos ao contexto em que estão inseridos, são organizados e construídos de forma dinâmica a partir de interações sociais.

Costa (2007) esclarece que esta diferença fica mais clara se o conhecimento for analisado sob a ótica pessoal (conhecimento tácito), para o autor, o conhecimento tácito precede o conhecimento explícito (expresso, declarado), sendo o primeiro essencial. Destaca ainda que todo conhecimento é em essência tácito.

Na tentativa de elucidar estes termos, Stenmark (2002); Nicolau (2005); Costa (2007) apresentam na Tabela 2.2 as definições para *dados, informação e conhecimento*.

Tabela 2.2. Dados, informações e conhecimento

AUTOR(ES)	DADO	INFORMAÇÃO	CONHECIMENTO
WIIG (1993)	Não abordado pelo pesquisador	Fatos organizados que descrevem uma situação ou condição	Verdades assumidas como absolutas por um indivíduo, perspectivas e conceitos, julgamentos e expectativas, metodologias e <i>Know-how</i> .
NONAKA and TAKEUCHI (1997)	Não abordado pelos pesquisadores	Um fluxo de mensagens com significado	Verdades assumidas como absolutas por um indivíduo, compromissos criados a partir das mensagens com significado
DAVENPORT (1998)	Observações	Dados com significado, relevância e propósito	Informação valiosa proveniente da mente humana.
DAVENPORT and PRUSAK (1998)	Grupo de dados	Uma mensagem com significado para mudar a percepção do receptor	Experiências, valores, <i>insights</i> e informação contextualizada.
CHOO (2000)	Fatos e mensagens	Dado com significado	Verdades assumidas como absolutas e justificáveis por um indivíduo.
NICOLAU (2005)	Registros brutos	Componente determinística e explícita dos dados	Informações articuladas entre si e com modelos, explicitadas ou não.

Fonte: Elaborado a partir dos trabalhos de Stenmark (2002); Nicolau (2005); Costa (2007)

Sendo a PM uma organização, estes conceitos são aplicáveis e assim um novo contexto organizacional emerge, marcado por ambientes cada vez mais complexos e dinâmicos onde mudanças rápidas, profundas e via de regra irreversíveis ocorrem.

A respeito do uso da percepção no processo de tomada de decisão, Beato Filho (2000); McLaughlin et al. (2007) discute sobre como a elaboração de políticas públicas faz uso das percepções sociais relacionadas ao medo das pessoas, mais do que das taxas reais de criminalidade. Ainda existem poucos indicadores sociais que mensurem de modo eficiente a relação entre as percepções dos cidadãos e a realidade dessas taxas, levando as agências responsáveis pela segurança pública a balizarem suas ações mais nas informações divulgadas pela mídia, particularmente quando ocorrem casos de grande visibilidade, do que nos dados disponíveis.

Deste modo, Choo (2003) discute o processo de construção de um conhecimento que seja condizente com a realidade. Segundo esse autor, este processo tem início no uso que se faz das informações organizadas a partir dos dados. No caso da Polícia Militar, é de se esperar que a corporação utilize as informações de que dispõe e que são diariamente produzidas a partir dos dados que coleta pela ação dos policiais para tentar contextualizar as mudanças que ocorrem no ambiente externo. Isso faz com que a corporação desenvolva sua capacidade de planejamento, já que precisa direcionar seus recursos da forma mais efetiva possível para o cumprimento de sua missão institucional. Se a construção do conhecimento não ocorresse, restaria à corporação apenas reagir aos acontecimentos, dificultando sobremaneira sua atuação na prevenção de eventos de criminalidade. O problema é tornado mais complicado pelo dinamismo do ambiente externo, que provoca incertezas e emergências, às quais a Polícia Militar precisa reagir com base em sua experiência acumulada e em seu suprimento de recursos técnicos e estratégicas. A eficiência e a eficácia da ação policial são, portanto, bastante dependentes desse processo de construção de conhecimento, tanto para o planejamento das ações, quanto para a construção de suas normas e diretrizes de atuação.

O segundo passo na construção do conhecimento, de acordo com Choo (2003), é o necessário uso estratégico da informação disponível, pressupondo a criação, a organização e o processamento dos dados coletados pela ação policial cotidiana. Isso precisa ser feito pela própria PM, de modo que novos conhecimentos possam ser construídos por meio de um constante processo de aprendizagem. A partir desses conhecimentos, novas capacidades são desenvolvidas pelos seus agentes, gerando a possibilidade de aperfeiçoamento e conseqüente melhoria dos processos organizacionais.

No entanto, cumprir integralmente esse ciclo é um desafio para as corporações policiais, uma vez que os conhecimentos adquiridos ficam tipicamente pulverizados por toda a organização, ou por vezes concentrados em algumas pessoas ou unidades de trabalho (Choo, 2003). É necessário também promover a codificação desses conhecimentos em uma linguagem comum aos seus colaboradores. Além disso, o compartilhamento destes conhecimentos precisa ocorrer, pois, de acordo com Block et al. (2007); Malhotra

et al. (2008), embora os colaboradores concordem que é essencial que a informação seja compartilhada a fim de que toda a organização se desenvolva, nem todos se sentem motivados a fazê-lo. Haining e Law (2006); Kim e Kankanhalli (2009) discutem estes comportamentos e suas implicações para a segurança pública, analisando inclusive o fato de que a não-colaboração ou resistência pode implicar no fracasso das ações organizacionais. De acordo com Beato Filho (1999) este problema pode ser em parte resolvido com políticas de gerenciamento, sem a necessidade de mudanças drásticas, dispendiosas e demoradas. Moura (2010) relata os benefícios obtidos pela PM de São Paulo ao desenvolver ações coletivas para a promoção da segurança pública no que se refere à minimização do número de homicídios na zona sul da cidade. Tais ações foram baseadas na cooperação mútua entre todos os atores públicos, coletivos e individuais envolvidos no processo.

Em seu processo de tomada de decisão a Polícia Militar busca a racionalização com base em diretrizes gerais e no histórico de suas ações para cada tipo de ocorrência atendida. Na prática, a racionalidade pretendida é obscurecida pelo conhecimento tácito que seus agentes possuem, pois este decorre de sua experiência pessoal, e não do conjunto das experiências da corporação. O conhecimento tácito também surge como alternativa para a tomada de decisão individual sempre que o agente não dispõe de informações relevantes sobre o cenário em questão.

Frequentemente, os usos atribuídos às informações (criar significado, construir conhecimento e tomar decisões) são tratados como se fossem dissociados e independentes, quando na realidade deveriam ser tratados como interligados e complementares, de modo a possibilitarem o surgimento de uma visão global da corporação Choo (2003). De modo geral, esses usos podem ser compreendidos como uma sequência de níveis, onde cada nível interno produz as informações para o nível externo subsequente, como mostra a Figura 2.2.

Na Figura 2.2, percebe-se que a informação flui de fora para dentro, sendo gradativamente absorvida de modo a colaborar com a ação organizacional. Inicialmente, ocorre a percepção da informação sobre o ambiente e, a partir deste, um significado é construído, um contexto é dado às ações da organização e a construção do conhecimento passa a possuir uma orientação. Assume-se que o conhecimento é parte intangível do indivíduo, e assim sendo é necessária uma transformação para que esse conhecimento possa ser compartilhado e doravante utilizado nas ações organizacionais. A tomada de decisão para a realização de determinada ação depende do nível de conhecimento que a organização possui. Havendo conhecimento suficiente disponível, a organização terá maior probabilidade de cumprir seus objetivos. A interação organização-ambiente provoca mudanças no ambiente, que por sua vez possibilita novas experiências aos envolvidos.

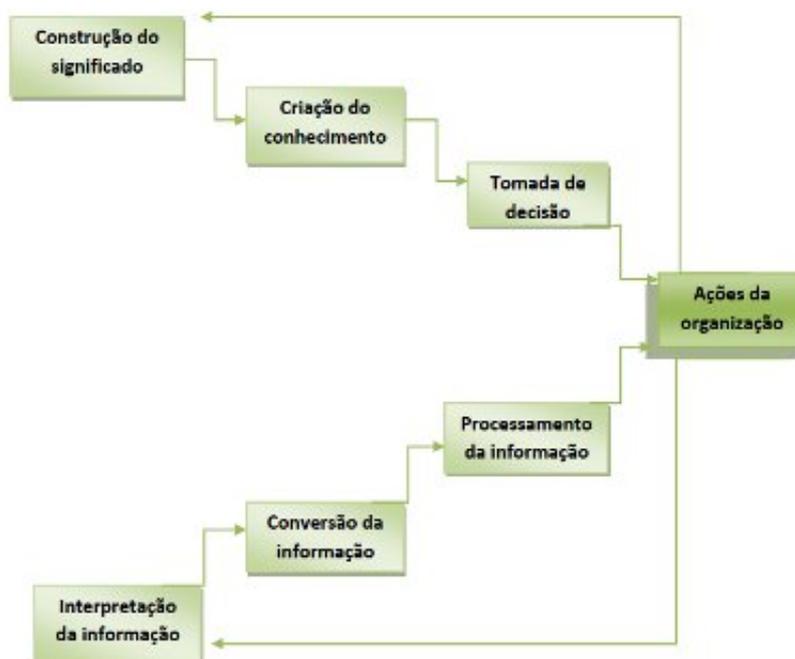


Figura 2.2. Organização do Conhecimento

Fonte: Adaptado de Choo (2003)

Essas experiências, assimiladas individualmente, promovem mudanças também individuais, as quais influenciarão a organização, formando portanto um ciclo organizacional em torno dos conhecimentos Choo (2003).

2.2.3 Dimensões do conhecimento

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997); Carvalho (2000); Bermejo (2009) quando o assunto é conhecimento organizacional é necessário além de gerenciá-lo possibilitar a criação de novos conhecimentos. Os autores concordam que a incerteza dos ambientes em que as organizações estão envolvidas devam ser tratadas como interações ativas e não adaptações passivas, os ambientes são dinâmicos, logo deve-se tratá-lo de modo eficiente.

Uma outra distinção deve ser feita ao se abordar o tema conhecimento: pensar em conhecimento organizacional como algo único, singular, documentado é pensar de modo parcial. Carvalho (2000); Bermejo (2009) diferenciam duas dimensões para o conhecimento: o conhecimento interno(pessoal) e o conhecimento externo(público). Esta distinção é baseada nas diversas características que o pensamento possui. Abaixo são descritas as principais características do conhecimento de acordo com (Carvalho, 2000).

- O conhecimento é essencialmente tácito: o conhecimento de um indivíduo é cons-

truído com base em suas experiências pessoais e em seu convívio social.

- O conhecimento possui múltiplas conexões: cada um dos muitos aspectos do conhecimento está ligado à uma diversidade de fatores culturais, estruturais, tecnológicos associados à cultura pessoal de cada indivíduo. Tentar analisar cada elo desta corrente de modo isolado descaracteriza o conhecimento.
- O conhecimento é auto-organizável: alterações constantes e/ou diárias renovam o conhecimento.
- O conhecimento encontra na comunidade seu ambiente: interações sociais são fundamentais para a construção do conhecimento e disseminação das ações resultantes.
- O conhecimento é fluido: não se pode/deve aprisionar o conhecimento. Excesso de burocracia na documentação do conhecimento acaba por limitá-lo.
- O conhecimento dispensa regras: as barreiras existentes para a construção do conhecimento devem ser removidas.
- O conhecimento não está baseado em fórmulas prontas: não se pode construir um conhecimento que seja aplicável em todas as situações vivenciadas por uma organização, cada situação deve ser analisada em seu contexto.
- O conhecimento é definido de acordo com seu processo gerencial: a construção e gerenciamento do conhecimento está diretamente relacionado ao seu foco de atuação. No caso da PM, busca-se um compartilhamento do conhecimento, logo sua ênfase está na produção de documentação consistente(BO) e no fluxo da informação.

Nonaka e Takeuchi (1997); Bermejo (2009) tratam estas duas dimensões do conhecimento - interno e externo - como conhecimento tácito e conhecimento explícito respectivamente.

Para estes autores, o conhecimento é originalmente tácito, profundamente pessoal, construído a partir da vivência, ações, emoções, expectativas e valores de cada indivíduo. Estas características dificultam sua visualização, sua transmissão e compartilhamento com os demais membros da organização. Nonaka e Takeuchi (1997); Bermejo (2009) segmentam o conhecimento tácito em outras duas dimensões: *dimensão técnica*: pode ser entendido como o modo que cada um realiza uma determinada atividade e a

dimensão cognitiva: modo como o indivíduo percebe o mundo a sua volta, tal percepção é moldada por seus modelos mentais¹ e por suas concepções pessoais.

Sobre o conhecimento explícito, Nonaka e Takeuchi (1997) o define como sendo o conhecimento documentado e disponível aos membros da organização segundo a necessidade de cada um. Os autores ressaltam a facilidade com que pode ser processado, modificado, armazenado e transmitido quando comparado ao conhecimento tácito.

Choo (1998) atribui ao conhecimento uma terceira dimensão: a cultural. Para o autor, o conhecimento cultural é baseado nas relações interpessoais existentes na organização de modo que seja possível perceber, avaliar, explicar e por fim dar significado à realidade construída. Este tipo de conhecimento não pode ser codificado, existe apenas a partir dos relacionamentos de um grupo. O autor, resalta ainda que, dentre as dimensões do conhecimento, está é a principal, uma vez que determina as concepções da organização, seus valores e os tipos de comportamentos considerados apropriados para a organização.

A disponibilidade e codificação do conhecimento foi tipificada e tratada por Boisot (1995); Neto (2002). Para eles o conhecimento codificado é o que Nonaka e Takeuchi (1997) chamam de conhecimento explícito, seu armazenamento pode ser realizado sem grandes perdas de informações. O conhecimento não-codificável para eles, conhecimento tácito para Nonaka e Takeuchi (1997), é o conhecimento que não pode ser armazenado integralmente, é impossível não haver perdas de informação neste processo e sem que a origem da experiência geradora seja afetada. Outras facções para o conhecimento são apresentadas por Boisot (1995): o conhecimento difundido, é o conhecimento explícito de Nonaka e Takeuchi (1997), trata-se do conhecimento que pode ser compartilhado com outros indivíduos; e o conhecimento não-difundido, conhecimento tácito de Nonaka e Takeuchi (1997), como sendo o conhecimento armazenado na mente das pessoas. A Tabela 2.3 ilustra estas dimensões.

Tabela 2.3. Tipos de Conhecimento

	Conhecimento não-difundido	Conhecimento difundido
Conhecimento codificado	Conhecimento proprietário	Conhecimento público
Conhecimento não-codificável	Conhecimento pessoal	Conhecimento do senso comum

Fonte: Neto (2002)

¹Consiste em refletir, esclarecer continuamente e melhorar a imagem que cada um tem do mundo, a fim de verificar como moldar atos e decisões - Senge, P., "As cinco disciplinas", HSM Management, 1998.

A classificação de cada um dos tipos de conhecimento é definida por Neto (2002); Bermejo (2009) da seguinte maneira:

- Conhecimento do Senso Comum: compartilhável e não pode ser codificado, é construído a partir das experiências individuais e ocorre durante toda a vida;
- Conhecimento Pessoal: não pode ser compartilhado nem codificado, é parte do indivíduo;
- Conhecimento Público: é compartilhado e codificado, pode ser encontrado em livros, revista, artigos e em meios informais de comunicação;
- Conhecimento Proprietário: não-compartilhado e codificável, presente, por exemplo, em documentos restritos das organizações.

Uma vez discutido as dimensões e tipos de conhecimentos existentes é importante que seja discutido também os métodos pelos quais os conhecimentos são convertidos entre si, ou seja, como o conhecimento tácito pode ser convertido em conhecimento explícito, explícito em tácito, tácito em tácito e explícito em explícito (Nonaka e Takeuchi, 1997). A Tabela 2.4 ilustra estas situações:

Tabela 2.4. Modos de Conversão do Conhecimento

	Conhecimento Tácito	Conhecimento Explícito
Conhecimento Tácito	Socialização	Externalização
Conhecimento Explícito	Internalização	Combinação

Fonte: Neto (2002)

O modo como estas conversões ocorrem são explicadas por Neto (2002); Bermejo (2009):

- Socialização: conversão do conhecimento tácito em conhecimento tácito. Ocorre por meio do compartilhamento de experiências e modelos mentais.
- Externalização: conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito. Ocorre por meio de conversas e reflexões organizadas com o uso de analogias, modelos e metáforas.
- Combinação: conversão do conhecimento explícito em conhecimento explícito. É o que ocorre nas escolas e universidades.

- **Internalização:** conversão do conhecimento explícito em conhecimento tácito. É a apropriação do conhecimento explícito tomando-o para si e a partir deste construir o conhecimento tácito, é orientado pelo aprendizado e pela prática.

Este processo de interação cíclico, dinâmico e interdependente possibilita a criação de novos conhecimentos para o indivíduo e conseqüentemente para a organização. A junção dos tipos de conhecimento com os modos de conversão do conhecimento pode ser visualizado na Tabela 2.5 (Nonaka e Takeuchi, 1997; Leonard-Barton, 1998; Neto, 2002; Bermejo, 2009).

Tabela 2.5. Tipos e Modos de Conversão dos Conhecimentos

	Conhecimento Tácito	Conhecimento Explícito
Conhecimento Tácito	(Socialização) Conhecimento Compartilhado	(Externalização) Conhecimento Conceitual
Conhecimento Explícito	(Internalização) Conhecimento Operacional	(Combinação) Conhecimento Sistemico

Fonte: Neto (2002)

A visualização deste processo é chamado por Nonaka e Takeuchi (1997) de *Espiral de Construção do Conhecimento*, vide Figura 2.3.

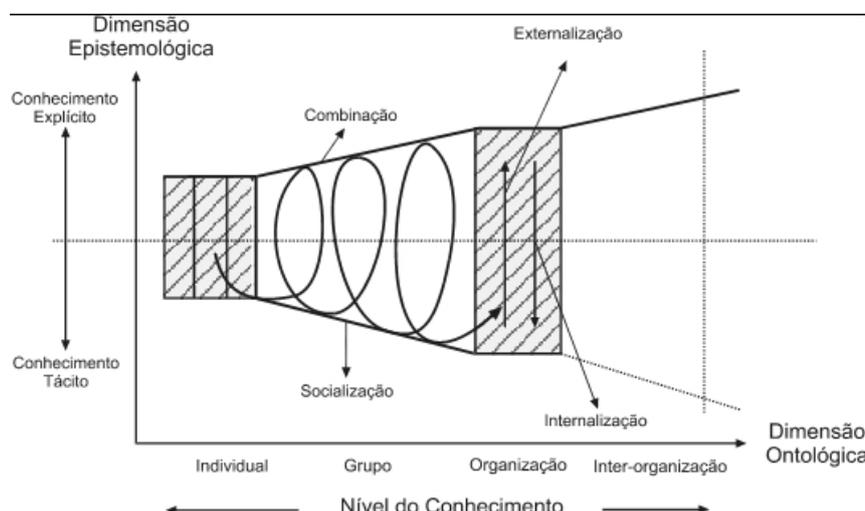


Figura 2.3. Espiral de Construção do Conhecimento

Fonte: Nonaka e Takeuchi (1997)

Os conceitos e interações propostos por Nonaka e Takeuchi (1997) compõem um modelo denominado *modelo de criação do conhecimento organizacional*, o qual é constituído das seguintes fases:

1. Compartilhamento do conhecimento tácito/socialização ou solução compartilhada de problemas;
2. Criação de conceitos/externalização;
3. Justificação de conceitos: discussão, pelos gestores, da validade dos conceitos gerados para organização;
4. Construção de um modelo/cominação/protótipo;
5. Difusão interativa do conhecimento.

Wikström e Normann (1994) possuem uma visão menos abrangente para o processo de criação do conhecimento nas organizações. Para estes autores existem apenas três processos: *1 - processos generativos*: aqui um novo conhecimento é criado ao se realizar atividades para resolução de problemas; *2 - processos produtivos*: o conhecimento é acumulado e posteriormente utilizado pela organização para gerar um novo produto ou serviço aos seus clientes; e *3 - processos representativos*: o organização interage com o cliente quando disponibiliza, transmite e comunica o seu conhecimento organizacional de modo a permitir que este construa seu próprio conhecimento.

Resumindo, tem-se a Tabela 2.6 elaborada por Choo (1998), onde pode-se visualizar os processos, fases e atividades de criação do conhecimento.

Tabela 2.6. Processo de Criação do Conhecimento

Processos de Conhecimento (Wikström e Normann (1994))	Fases de Criação do Conhecimento (Nonaka e Takeuchi (1997))	Atividades Construtoras de Conhecimento (Leonard-Barton (1998))
Processos generativos gerando novos conhecimentos	Compartilhamento do conhecimento Tácito Criação de conceitos	Solução compartilhada de problemas Experimentação e prototipagem
Processos produtivos Operacionalizando novo conhecimento	Justificação de conceitos Construção de Arquétipo	Implementação e integração de novas metodologias e ferramentas
Processos representativos Difundindo e transferindo o novo conhecimento	Conhecimentos de níveis cruzados	Implementação de conhecimento

Fonte: Choo (1998)

Uma vez que os conceitos a respeito do conhecimento, de suas especificidades e necessidades tenham sido devidamente tratados, a Seção 2.3 tratará dos pontos necessários à compreensão da construção do conhecimentos em segurança pública.

2.3 Segurança pública

Nesta seção são apresentados os principais conceitos referentes à segurança pública julgados necessários à compreensão deste trabalho, tais como definição de termos utilizados pelos policiais militares, níveis hierárquicos e acesso à informação.

Segundo Souza (2009) possuir uma estrutura hierárquica bem definida e uma disciplina rígida são essenciais para o funcionamento dos órgãos de segurança pública, uma vez que todos os colaboradores devem trabalhar coletivamente como se fossem um indivíduo único regido por seus chefes.

E sendo segurança pública o assunto, encontra-se na Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, mais especificamente em seu artigo 144, as instituições responsáveis pela segurança pública no Brasil bem como suas funções. Dentre elas estão as Polícias Militares, as quais cabem executar as atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública no que se refere a cada um dos estados da federação.

Nas subseções seguintes, encontram-se conceitos referentes aos instrumentos de trabalho desta organização.

2.3.1 Ação, operação e ocorrência policial

A Diretriz Auxiliar das Operações N° 01/94 - Comando Geral estabelecido pela Polícia Militar de Minas Gerais DIAO-01-94-CG, Geral (1994), define:

- i) ação policial-militar* - como sendo o desempenho isolado de fração elementar ou constituída com autonomia para cumprir missões rotineiras;
- ii) operação policial-militar* - como sendo a conjugação de ações, executadas por fração de tropa constituída, exigindo planejamento específico e;
- iii) ocorrência policial* - como todo fato que, de qualquer forma, afete ou possa afetar a ordem pública e que exija intervenção policial, por meio de ações ou operações.

2.3.2 Boletim de ocorrência

O mesmo conjunto de diretrizes elaborado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Geral (1994), define boletim de ocorrência (BO) como sendo o registro escrito, ordenado e minucioso dos fatos e circunstâncias relacionadas com as ocorrências policiais. Na tentativa de deixar explícito o papel humano neste processo, Tristão (2007) também elaborou uma definição para o BO, para este, trata-se do documento

por meio do qual o policial militar registra, de maneira detalhada, os acontecimentos e circunstâncias relacionados às ocorrências policiais.

Todas as vezes que ocorrer um fato definido como ocorrência policial e que teve a intervenção policial, o boletim de ocorrência deve ser produzido. O BO se presta, fundamentalmente, a levar à autoridade de polícia judiciária (Polícia Federal e Polícia Civil) a notícia de infração penal (crime ou contravenção), bem como a outros órgãos, públicos ou particulares, o relato sobre fatos que tenham demandado a intervenção da polícia, cuja solução subsequente esteja atribuída a estes órgãos (Tristão, 2007).

O BO dispõe de um considerável volume de dados (nomes de agentes, vítimas, testemunhas, vestígios, instrumentos e produtos de crime, dentre outros), tornando-se assim um importante documento de armazenamento da legalidade na qual a ação e/ou operação foi realizada. Pode ser utilizado ainda como suporte à correção de medidas, avaliação de desempenho e controle de qualidade (Geral, 1994).

Em função do volume de dados produzidos pelos diferentes órgãos envolvidos com a segurança pública e buscando a disseminação das informações, o BO passa, atualmente, por um processo de mudança: este está em fase de substituição pelo Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), que é um boletim de ocorrências único para a Polícia Militar, Polícia Civil e para o Corpo de Bombeiros Militar, tendo como finalidade a padronização do registro e da coleta de dados, bem como da estatística criminal que, até então, é realizada de maneira independente. A situação evolui para o registro eletrônico único, por meio de computadores, via sistema informatizado. O propósito é aprimorar o Sistema de Defesa Social, com ênfase na integração das ações, bancos de dados, áreas de inteligência e treinamento das organizações, visando padronizar, em todo Estado de Minas Gerais, o registro e o armazenamento dos dados relativos aos fatos ou circunstâncias que exijam a intervenção das instituições policiais, através de uma modelagem que proporcione maior qualidade nas informações gerenciais de segurança pública para a eficiência no exercício das atividades policiais (Tristão, 2007).

2.3.3 Infrações penais utilizadas no trabalho

As infrações penais a serem registradas nos BO são classificadas, codificadas e definidas segundo um sistema definido internamente pela PMMG e registrado na Diretriz Auxiliar das Operações (Geral, 1994). Dentre as centenas de infrações classificadas, este trabalho tratou especificamente de 06 (seis) delas, por serem as mais frequentemente registradas e que causam maior impacto na rotina social da comunidade ², sendo elas:

²Informação obtida por meio de pesquisa preliminar com o Sr Antônio Claret dos Santos - Major PM - Assessor de Comunicação Organizacional da 6ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais

- **Porte de Arma:** Consiste em trazer consigo arma fora de casa ou dependência desta, sem a licença da autoridade ou com ela vencida. Facas/facões/ foices/navalhas/etc, somente são consideradas como arma quando desviadas da finalidade que se destinam, pois em princípio não foram fabricadas com o objetivo de ataque e defesa. O desvio de finalidade é que transforma estes instrumentos em arma imprópria.
- **Perturbação do Sossego/Tranquilidade:** Consiste em molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte (de propósito, deliberadamente) ou motivo reprovável (condenável, desprezível, sem direito).
- **Furto:** Consiste na tentativa ou subtração para si, ou para outrem, de coisa alheia móvel. Enquadram-se nesta classe os furtos praticados mediante abuso de confiança, fraude e concurso de pessoas. Equipara-se a coisa móvel à eletricidade e outras energias.
- **Roubo:** Consiste na tentativa ou subtração de coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Caracteriza-se pela inexistência de emprego de armas, sendo o modo mais usual o emprego da força física (gravata, agressões, número maior de marginais em relação à(s) vítima(s)). Pratica delito mesmo quem logo após a subtração emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou da detenção da coisa para si ou para terceiro.
- **Tráfico de Drogas - Fabrico, Aquisição, Venda, Posse ou Guarda de Equipamentos de Produção, Fabrico ou Transformação de Substância Entorpecente:** Consiste em fabricar, adquirir, vender, fornecer ainda que gratuitamente, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- **Uso de Drogas - Aquisição/Posse ou Guarda Para Uso Próprio de Substância Entorpecente:** Consiste em adquirir, guardar ou trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

2.3.4 Níveis hierárquicos e o acesso à informação na Polícia Militar

Embora o BO seja parte essencial na aquisição de informação sobre o meio em que a PM está inserida, este é apenas parte de processo bem maior de aquisição, compreensão, processamento, armazenamento e distribuição das informações. Assumindo que a informação é parte indispensável no processo de construção dos conhecimentos de seus colaboradores, questiona-se: *Como a Organização Polícia Militar distribui internamente suas informações? Como é decidido quem terá acesso a uma determinada informação?*

Para tentar responder a estas questões, foi feita uma analogia ao que Hall (2005); Bobsin e Löbler (2010) descrevem em seus trabalhos como níveis empresariais. Os diferentes postos ou graduações existentes na PM caracterizam uma hierarquia, esta determina responsabilidade tanto a nível de supervisão quanto à acesso as informações.

Bobsin e Löbler (2010) se une a estudiosos do fim do século XX ao apresentar seu ponto de vista sobre a divisão da estrutura organizacional - hierarquia - em subsistemas: *sistema institucional, sistema gerencial e sistema tático*. Bobsin e Löbler (2010); Mintzberg (2003) concordam que o sistema institucional é o responsável pela tomada de decisão, pelo relacionamento com o público externo, determinação dos objetivos e pelas estratégias organizacionais; já o sistema gerencial estabelece a ligação entre os níveis institucional e tático, é reponsável também pela alocação interna dos recursos; por fim o sistema tático é o núcleo operacional - onde as tarefas e operações são executadas, programas desenvolvidos e as técnicas aplicadas - ou seja no caso da PM, trata-se da prestação efetiva do serviço de segurança pública.

Ainda sobre estes níveis hierárquicos, Lacombe (2003); Bobsin e Löbler (2010) ressaltam a presença da hierarquia também em termos do tipo de tarefa realizada e do poder exercido, classificando-as em: *atividades de direção, atividades gerenciais e atividades de execução*. Deste modo, temos diversas variações no que se refere à tomada de decisão em cada um destes níveis, possibilitando o surgimento das mais variadas demandas em instrumentos que auxiliam na execução das atividades e conseqüentemente influenciado o fluxo interno da informação.

Uma vez discutido a hierarquia a que as informações estão sujeitas dentro da organização PM, é necessário que se discuta como associar a informação recebida dentro da organização de forma explícita com a possível informação pessoal (tácita) sobre uma ocorrência.

Segundo Jorente e Santos (2010) a nova informação só poderá ser associada à antiga se estiverem de algum modo ligadas. Já Gonzalez (2000) em seu trabalho toma como base a hipótese de Peirce³ para explicar o comportamento da mente ao se defrontar com

³Peirce, C. S. A fixação da crença Popular Science Monthly. 12/nov/1877. p.1 à

duas informações para o mesmo fato. Para a autora a mente motivada pelo desconforto da dúvida, da mudança e da surpresa iniciará uma busca pela eliminação de possíveis divergências que possam vir a existir entre elas. Gonzalez (2000) afirma ainda que esta busca só cessa quando novas bases de certeza forem estabelecidas e os fatos anômalos puderem ser vistos não mais como um problema e sim como uma possível ocorrência ainda não vivenciada. Em outro trabalho, Gonzalez e Haselager (2002), ressaltam que a mínima alteração no comportamento de um indivíduo constituinte da organização poderá produzir respostas no ambiente e destes para os sujeitos, em uma espécie de ciclo.

Observando mais atentamente o indivíduo policial militar, Monjardet (2002); Souza (2009) discutem algumas características deste profissional que o particularizam:

- acreditam que todo indivíduo não-policial é um suspeito;
- solidariedade interna bastante fortalecida em função de um isolamento social inerente da profissão;
- possuidores de uma força moral elevada devido à percepção de que são protetores dos cidadãos de bem;
- a masculinidade é bastante valorizada;
- separação interna entre os policiais que atuam na rua e os que atuam na administração.

As condições de trabalho a que estes profissionais estão sujeitos possibilitam a crença de que vivem em dois mundos: o primeiro sendo o da corporação (marcado por regras e comportamentos bem definidos) e o segundo o da sociedade (definido pela desordem e displicência). Deste modo, cria-se a necessidade de se estabelecer laços de confiança e solidariedade. A valorização da masculinidade está relacionada ao uso da força sem exatidão. Por fim, a clara separação entre o PM que atua no policiamento ostensivo e o policial administrativo se baseia na valorização daqueles que diariamente abrem mão da segurança em favor de proteger os inocentes (Monjardet, 2002; Souza, 2009).

Características como coragem, justiça e disciplina acabam por nortear os valores comportamentais de toda a organização PMMG, sendo inclusive incluídos em seu planejamento estratégico 2009-2011. Evidenciando sua preocupação em pautar suas ações em uma política de respeito aos direitos humanos, comunicação transparente com a

15. Tradução de Anabela Gradim Alves, Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/peircecharlesfixacao-crenca.html>. Acesso em 23/01/2011

sociedade e com seus colaboradores internos e em normas de conduta que valorizam a coletividade e o bem comum (Souza, 2009).

Várias pesquisas foram realizadas por diversos autores no intuito de relacionar os temas abordados neste trabalho. Na seção 2.4 são apresentados alguns destes trabalhos.

2.4 Trabalhos relacionados

Abaixo encontram-se trabalhos relacionados ao objeto desta pesquisa. Ressalta-se o caráter multidisciplinar da dissertação. Logo, foram necessários levantamentos de trabalhos relacionados às diversas áreas do conhecimento de modo a referenciar adequadamente os assuntos tratados.

2.4.1 Sistemas de informação geográficos

Partindo do pressuposto de que a gestão da segurança pública deva passar pela compreensão de sua distribuição espacial, relaciona-se abaixo trabalhos que destacam a importância dos sistemas de informação geográficos e suas aplicações.

Davis (2000) levantou questões sobre a importância da utilização de sistemas de informação geográficos, ressaltando que estes possuem ampla aplicação e destacando as necessidades específicas de cada aplicação. Davis (2000) segue discutindo questões sobre a necessidade da utilização de sistemas gerenciadores de banco de dados eficientes e eficazes que permitam múltiplas representações e esquemas conceituais bem definidos. A tese apresenta como resultados um conjunto de primitivas que permitem a especificação de processos operacionais à diferentes apresentações visuais.

Uma destas aplicações foi discutida no trabalho de Wartell e McEwen (2001), onde discutem a adoção dos sistemas de informação geográficos para todo sistema nacional de justiça norte americano a partir de 1997. A adoção deste sistema auxiliou aos pesquisadores e profissionais em segurança pública na identificação de áreas problemáticas e na utilização de recursos escassos com maior eficiência. Segundo Wartell e McEwen (2001) os SIGs permitiram um melhor compartilhamento dos dados e das capacidades dentro dos órgãos de segurança, porém, este mesmo fato tornou-se alvo de preocupações por parte do governo, a tal ponto que o Instituto Nacional de Justiça reconhecer a necessidade de tornar confidencial os dados gerados a partir do mapeamento da criminalidade. O trabalho dos pesquisadores consistiu na elaboração de um relatório com orientações à pesquisadores e profissionais de segurança a respeito da criação e compartilhamento de mapas criminais, aborda também várias técnicas para promoção da privacidade e confidencialidade destes dados.

Porém, todo este potencial deve ser combinado com regras técnicas e éticas bem estruturadas segundo Ratcliffe (2002), pois cada vez mais estas informações de cunho geográfico estão sendo disponibilizadas, inclusive em ambiente web, sem uma reflexão clara sobre suas implicações, o autor afirma que o direito público à informação deve ser equilibrado com o direito à privacidade dos cidadãos. Ratcliffe (2004) abordou neste trabalho as aplicações referentes aos sistemas de informação geográficos, de modo específico discutiu a importância da geocodificação como ferramenta para a análise espacial da criminalidade. Neste trabalho é discutido qual a taxa de acerto pode ser considerada aceitável no que se refere à geocodificação de dados criminais, as simulações foram aplicadas à diferentes tipos de crimes e as ocorrências foram reduzidas aos pontos mapeados, a seguir foram realizadas comparações utilizando métodos estatísticos com base em diferenças significativas. Os resultados encontrados por Ratcliffe (2004) mostram que apenas 85% dos dados são geocodificados corretamente, ou seja, em um processo de geocodificação de 10 mil dados criminais, cerca de 1500 não estarão representados na mapa final. Como alternativa a esta falha Ratcliffe (2004) sugere que os registros não geocodificados sejam analisados e que seja buscado um padrão entre eles ou um tratamento prévio destes endereços buscando aumentar a taxa de acerto em um processo que o autor denomina de melhoria contínua. Ratcliffe (2004) ressalta que, embora haja casos em que a taxa de acerto seja inferior à 85%, os mapas oriundos destas geocodificações não estão incorretos, porém sua eficácia para realizar previsões a cerca dos potenciais problemas é reduzida de modo significativo. O trabalho é concluído com uma recomendação de que a taxa 85% seja adotada como padrão mínimo aceitável para geocodificação de dados criminais.

A produção de mapas que possam ser utilizados nos processos de tomada de decisão pelos policiais também foi discutido por Bowers et al. (2004), tratando especificamente de métodos para geração de mapas para *zonas quentes de criminalidade*. O trabalho discute sobre como uma análise constante dos dados criminais registrados podem ser utilizados para gerar mapas que indiquem as mudanças nas áreas de riscos em potencial. O método de análise proposto pelo autor propõe novas taxas para buscas de eficiência e métricas padronizadas originárias de mapas oriundos de diferentes técnicas. Os resultados encontrados por Bowers et al. (2004) sugerem que sua técnica de mapeamento preditivo de zonas quentes de criminalidade apresentam vantagens consideráveis em relação aos métodos tradicionais de criminalidade e que este pode ser particularmente útil na implantação de mudanças incrementais nas ações policiais.

A respeito do mapeamento de zonas quentes, Eck et al. (2005) abordam em seu relatório uma definição, origem e como devem ser mapeados. Destacando como o mapeamento destas áreas ajuda a polícia a identificar as áreas de alta criminalidade,

os tipos de crimes a melhor maneira de responder a cada situação. Neste relatório é discutido ainda técnicas e softwares para mapeamento de zonas quentes, a necessidade de uma interligação consistente entre o tipo de zona quente identificada e uma possível ação da polícia bem como a importância da precisão nas identificações de pontos de criminalidade ao invés de áreas de criminalidade.

Ainda sobre a importância/utilização, Maximo (2004) também discutiu em sua tese a importância da utilização dos sistemas de informação geográficos na segurança pública. Em seu trabalho aplicou SIG para visualização das informações referentes às ocorrências registradas, discutiu as vantagens de uso, tais como a qualidade das informações quando bem organizadas e as desvantagens, quando esta organização é feita de forma equivocada.

Uma das muitas aplicações para os sistemas de informação geográficos é a representação e a distribuição espacial da criminalidade. Buscando lançar as bases para um sistema que permita tanto a espacialização quanto a gerência, Nicolau (2005) estabeleceu as diretrizes para a construção de um Sistema de Informação Geográfico-Gerencial (SIGG), abordando as necessidades para a sua elaboração e implementação. O SIGG é construído a partir de dados georreferenciados, obtidos diariamente dos boletins de ocorrência (BO), segundo princípios bem definidos de aquisição, visualização/armazenamento, manipulação e posterior distribuição. Este sistema proporciona uma visão geográfica e textual sobre o comportamento e a distribuição da criminalidade no espaço geográfico. Nicolau (2005) destaca ainda como o sensoriamento remoto e sistemas de informação gerenciais têm sido utilizados amplamente para a obtenção de dados e informações significativos sobre o espaço geográfico. Nicolau (2005) finaliza seu trabalho destacando a aplicabilidade do SIGG no processo de auxílio à tomada de decisão para os órgãos responsáveis pela Segurança Pública.

Esta espacialização das ocorrências policiais é tratada também por Block et al. (2007); estes discorreram sobre os crimes ocorridos em Chicago(USA), a maioria não-letais. Os autores destacam o fato de que tais delitos ocorrem geralmente perto da casa da vítima ou da do agressor. Esta pesquisa aborda o fato da variável distância entre a casa da vítima e a do ofensor possuir uma forte relação com um crime violento. A análise inclui índices penais de agressões sexuais, roubos, assaltos registrados pela Polícia de Chicago em 1998. Block et al. (2007) destacam ainda que pouca evidência foi encontrada neste últimos anos de que a criminalidade diminuiu em torno do domicílio do agressor, que a violência predatória é mais provável de ocorrer nos bairros onde residiam muitos infratores, que existe maior probabilidade das mulheres serem atacadas perto de casa do infrator que os homens. O trabalho termina correlacionando distância, localização e vizinhança como variáveis refletoras que estão ligadas às atividades de

rotina da vítima e do agressor e como elas convergem em um incidente violento.

A respeito de localização, Cotrim (2009) discute a importância da correta disposição das viaturas policiais, uma vez que estas funcionam como recursos inibidores de ocorrências policiais através de um policiamento ostensivo. O pesquisador discute ainda, a problemática do planejamento das rondas das viaturas, pois para seu uso eficaz é essencial que sejam identificados horários e locais com necessidades críticas. Como solução para este problema, o trabalho propõe um sistema de informação geográfico como apoio ao planejamento e à tomada de decisão de rotas apropriadas para as viaturas policiais.

Associando índices relacionados à segurança pública e desigualdade social, Neckerman (2009) comparou os bairros pobres e os ricos de Nova York, utilizando sistemas de informação geográficos. As medidas foram construídas a partir de dados públicos para setores censitários. O trabalho demonstra que melhorar a estética e as condições de segurança nos bairros pobres pode ajudar a reduzir as disparidades na atividade física entre os residentes urbanos.

2.4.2 Construção dos conhecimentos em segurança pública

O levantamento e seleção dos trabalhos abaixo relacionados tiveram como base a preocupação dos autores em abordar a problemática da Segurança Pública. Os pontos destacados concentram-se na falta de investimentos, capacitação de pessoal, aquisição de recursos, definição e compreensão dos papéis dos sujeitos, volume de dados referentes à Segurança Pública gerados diariamente e o tratamento que os dados recebem.

Assumindo que a qualidade das informações à que os policiais militares tem acesso é fator determinante para o sucesso ou fracasso de suas ações, Njaine et al. (1997) relataram o processo de produção/geração/sistematização e divulgação das informações a que os policiais do RJ tiveram acesso não era confiável, a qualidade das informações era ruim, banal, de cunho especulatório e com forte indícios discriminatórios. Ressaltaram ainda que os dados originais eram tidos como objetos proprietários e não como um bem público, demonstrando uma estrutura organizacional marcada pelo autoritarismo e burocracia. Estes fatos, levaram ao que as autoras chamam de (des)informação, ou seja informações vazias, sem utilidade para a sociedade ou colaboradores. Concluem o trabalho ressaltando a necessidade de mudanças neste procedimento pela ação conjunta da sociedade, política e órgãos de segurança pública, buscando a valorização da vida.

O conflito entre os dados documentados e a realidade acabou por levar a uma exposição dos órgãos de segurança à mídia nas últimas décadas, tornando igualmente pública a necessidade das ações organizacionais serem revistas, Beato Filho (1999) levantou as chacinas cometidas por policiais e greves como relatos de um processo de

desestruturação destes órgãos. Até então, entendia-se que dentre os papéis que os PMs deveriam desempenhar o mais importante era a proteção da vida e que suas condutas eram baseadas na disciplina e no equilíbrio da força. Foi questionado se o modelo de proteção em vigor estava em crise e o que deveria ser feito para minimizar ou resolver esses problemas. O autor apresentou como possível solução a instituição de polícias democráticas.

A insegurança global assumiu *status* de pandemia e seus efeitos passaram a serem sentidos de modo bastante expressivo na economia mundial. Demonstrando sua preocupação com o assunto o Banco Mundial (Bank (2003)) publicou *Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em Áreas Urbanas da América Latina: Um Guia de Recursos para Municípios*, trata-se de uma coletânea de informações sobre como os municípios latino-americanos podem formular suas políticas de redução da violência e do crime. O guia tem como base as práticas desenvolvidas e adotadas pelo governo da África do Sul. Para o caso da América Latina, incorporou-se apenas exemplos regionais.

Bengochea (2004) acreditava que uma das saídas para a crise que se instaurava estava no diálogo, para tanto, discutiu as necessidade de se construir uma polícia diferente em uma sociedade democrática. O autor destaca que a efetivação destas possibilidades deve trilhar alguns caminhos, tais como as mudanças nas políticas de qualificação profissional, programas de modernização da construção do conhecimento e processos de mudanças estruturais e culturais para que se crie ambientes onde se possa realizar discussões contínuas sobre as questões centrais para a polícia.

Deste modo, para que tenha início do processo de resolução da segurança pública é necessário o compromisso e a transparência dos fatos e das ações. Nesta linha, Lindgren et al. (2004), discutem a importância de se alinhar as competências centrais da organização com as competências individuais, e também os efeitos da não integração da tecnologia da informação nos níveis macro e micro da organização. A pesquisa desenvolve um modelo integrador de competências que, além de descrever a interação entre os níveis de competência organizacional, individual e do papel da tecnologia neste processo, também incorpora uma tipologia de competências, como a competência em uso.

Assumindo que parte da solução para estes problemas de insegurança está nas mudanças comportamentais, Roberts et al. (2005) relataram em seu trabalho o problema da sub-notificação das ocorrências, quer seja pela ausência de registros oficiais ou pelo registro da ocorrência como sendo de natureza diferente da do fato. Tal prática acaba por gerar um cenário irreal para a criminalidade da região, mascarando os reais problemas sociais e impedindo a adoção de práticas para solucioná-los.

As competências individuais e organizacionais podem ser potencializadas com uma

qualificação profissional efetiva e constante, Poncioni (2005), analisou o modelo atual de ensino que a polícia do Rio de Janeiro adotou no ensino e treinamento de seus profissionais, bem como seu desenvolvimento nas academias de polícia civil e militar. A autora analisou também, suas conseqüências para a formação do futuro policial, à luz do desempenho das atividades policiais cotidianas. A análise proposta fundamenta-se na documentação referente aos currículos dos cursos de formação profissional básica ministrados pelos centros de ensino e treinamento profissional - civil e militar - do Estado do Rio de Janeiro.

E sendo o uso de sistemas de gestão do conhecimento um dos modo de se garantir uma possível uniformização do conhecimento, Poston e Speier (2005), analisam como as avaliações de conteúdo e os indicadores de credibilidade afetam a pesquisa dos usuários em sistema de gestão do conhecimento(KMS). Os autores discutem como o uso de KMS podem facilitar o compartilhamento eficiente e eficaz dos recursos intelectuais da empresa.

Mas apenas adotar sistemas informatizados não soluciona problemas, Jaspersen et al. (2005), argumentaram que as organizações precisam de uma estratégia agressiva para incentivar os usuários a ampliar o uso da tecnologia da Informação (TI). O trabalho ressalta que embora as organizações tenham investido massivamente em TI para apoiar os seus processos de trabalho, o potencial funcional das aplicações instaladas ainda é subutilizado. Os autores identificaram que a maioria dos colaboradores da organização utilizam uma pequena parcela dos recursos de TI disponíveis.

Porém, algumas organizações vislumbram que a adoção da chamada tecnologia da informação (TI) poderia gerar vantagem competitiva a médio prazo, Bhatt e Grover (2005), realizaram um estudo sobre como os gerentes de negócios e pesquisadores acadêmicos têm mostrado, nas últimas décadas, grande interesse em compreender como a TI ajuda a criar vantagem competitiva para uma organização. Este estudo compara o pensamento tradicional sobre vantagem competitiva com a visão baseada em recursos, tais como a intensidade da aprendizagem organizacional, a gestão dos relacionamentos e qualidade da infra-estrutura de TI.

A respeito do conhecimento construído e sua relação com o desempenho nas atividades profissionais, Azevedo (2006), descreve os processos de construção do conhecimento social em ambientes comunitários que visam a promoção de Segurança Pública. O autor discute algumas considerações que revelam que as polícias militares enfrentam um desafio no que se refere à apropriação do conhecimento referente ao aumento da criminalidade nos dias atuais. Em uma discussão que pode ser compreendida como dividir para conquistar, Azevedo (2006), defende a adoção de um policiamento comunitário como uma alternativa viável e compatível com os valores de uma sociedade democrá-

tica, uma vez que uma parte importante do conhecimento sobre a criminalidade está em poder dos próprios moradores. A utilização do policiamento comunitário pressupõe redefinições quanto ao principal papel da polícia e demanda a construção de novos conhecimentos, orientados para estratégias preventivas, intensa troca de informações com a comunidade e o desenvolvimento de indicadores de Segurança Pública com uso de tecnologias de sistemas de informação.

Esta troca de informações não deve ficar restrita às informações explícitas, Haining e Law (2006) afirmaram que deve haver uma combinação entre as percepções dos policiais com os registros policiais. Para tanto, os autores realizaram comparações entre as percepções dos policiais com os registros dos crimes violentos contidos em bancos de dados da própria polícia para o ano de 2001. Haining e Law (2006) testaram a confiabilidade da percepção do policial para crimes violentos ocorridos em locais de alta incidência e como resultado obtiveram uma correlação alta para crimes domésticos e uma correlação baixa para os demais crimes. Os autores acreditam que estes resultados são em função de que o sistema de apoio seria útil sobretudo para o policiamento operacional e de que informações relevantes estariam ficando de fora das análises tanto no que se refere às percepções dos policiais quanto ao banco de dados.

A importância da colaboração da comunidade também foi trabalhada em Pare et al. (2007), evidenciando que as características da ocorrência e da comunidade em que este ocorreu pode ter impactos em sua apuração ou não pela polícia. Os autores relatam também que o desempenho da polícia está diretamente relacionado aos desafios impostos pelo contexto em que este está inserido, tais como a pobreza e a área a ser policiada.

Ainda a respeito do desempenho policial junto à comunidade, Weisburd et al. (2006) discutiram o processo de policiamento baseado no efetivo uso da força policial na zonas de maior ocorrência dos delitos e em como este processo propicia o deslocamento da criminalidade para as áreas adjacentes ao fato, gerando as chamadas áreas de captação de criminalidade. O estudo revelou que as ações policiais dissuasórias e repressivas devem dimensionar suas ações a partir de macro-regiões.

Mesmo sendo de senso comum que o compartilhamento das informações auxilie o desenvolvimento de toda a organização, alguns colaboradores ainda não se sentem sensibilizados ou motivados à adotar tal atitude, Block et al. (2007), desenvolveram uma compreensão integradora dos fatores que inibem os indivíduos à partilhar conhecimentos no ambiente organizacional. Os autores ressaltam ainda que o conhecimento dos indivíduos não se transformam facilmente em conhecimento organizacional, mesmo com a implementação de repositórios de conhecimento. Os autores alegam que os indivíduos tendem a acumular conhecimento. Durante o trabalho são apresentadas técnicas de motivação extrínsecas e criação de climas propícios ao compartilhamento do conheci-

mento nas organizações.

Parte desta inibição pode ser atribuída à fatores psicológicos e ao processo de comunicação nas organizações. Malhotra et al. (2008) investigaram as limitações teóricas que a tecnologia da informação encontra em discernir quando o comportamento do usuário resulta de influências externas ou vontade pessoal. Os autores examinaram como os sentimentos psicológicos endógenos de autonomia, liberdade de ação, conflitos internos e externos e pressões externas podem predizer e explicar as intenções dos usuários. É destacado também no trabalho que o comportamento pode resultar da combinação de influências externas e vontade pessoal e que alguns comportamentos desejados podem ser prejudicados ou dificultados por estas combinações.

Ainda sobre o problema que um processo falho de comunicação pode ocasionar e sendo o volume de dados e informações a que os policiais estão imersos uma questão que necessita de imediata atenção, Lima (2008) discutiu o problema causado pelo aumento de dados e informações produzidos diariamente pelos órgãos responsáveis pela Segurança Pública em função da modernização tecnológica do Estado. O autor levanta questões sobre como este volume de dados têm chamado a atenção da sociedade para a problemática da Segurança Pública sem, todavia, instaurar mudanças nas regras e práticas de governo. O trabalho inicia uma discussão sobre a necessidade de se realizar uma redefinição dos papéis do governo e da sociedade. Lima (2008) destacou ainda que o tratamento dispensado a esses dados e as mudanças de comportamento tem menos relação com aspectos técnicos, que são controláveis e dependem da tomada de decisões, e mais com aspectos políticos, que dêem conta de atribuir responsabilidades e resolver conflitos.

Buscando implantar soluções viáveis para a problemática da segurança pública, Ribeiro e Patrício (2008), apresentam uma reflexão e uma contribuição instrumental à problemática do monitoramento e da avaliação das políticas públicas municipais no Brasil. O trabalho é desenvolvido a partir de um estudo de caso que aborda a implementação de um plano municipal de segurança pública. Procurou-se demonstrar como a experiência pode permitir a construção de um arcabouço conceitual que viabilize a formulação de indicadores de monitoramento e avaliação para políticas públicas de redução da criminalidade e da violência, e da melhoria da qualidade de vida no espaço público. Ribeiro e Patrício (2008) problematizaram e construíram, a partir do organograma de metas, objetivos e estratégias de implementação, indicadores de monitoramento e avaliação para cada uma das intervenções realizadas, esperando verificar a viabilidade de generalização desses indicadores para outros municípios brasileiros que estão no processo de implementação de planos municipais de Segurança Pública.

Beato Filho e Peixoto (2008) também apresentaram em seu trabalho os ganhos

obtidos com a implantação do projeto *Polícia de resultados* implantado pela PMMG. Entre diversas ações implementadas pelo comando da PM, os autores discutem o valor das informações registradas para a realização dos planejamentos operacionais e controle da criminalidade. Para tanto, os autores destacam que a capacitação dos recursos humanos internos à organização foi crucial para o sucesso do projeto.

Também buscando soluções para o mesmo problema, segurança pública, Miranda et al. (2008), abordaram a necessidade de se construir um banco de dados onde se armazene as informações sobre os trabalhos realizados pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro para a gestão da Segurança Pública. O trabalho apresenta um recorte sobre como as instituições de segurança pública municipais do Estado do Rio de Janeiro estão organizadas. São analisadas no trabalho as estruturas administrativas e organizacionais e os principais aspectos dos procedimentos institucionais das Guardas Municipais do Rio de Janeiro.

Ainda sobre o relevante papel que as informações possuem nas organizações, Bean (2009) abordou a importância do compartilhamento das informações entre todos os órgãos responsáveis pela segurança dos Estados Unidos à níveis federal, estadual ou local como estratégia de competitividade contra a criminalidade. O trabalho destaca o modo integrado como órgãos governamentais, não-governamentais, comerciais e sociais somam esforços para manterem atualizados os alertas de segurança e os bancos de dados. Bean (2009) observou ainda que foram criados centros de difusão da informação à nível estadual, onde todas as fontes de informação sobre segurança interna são analisadas e integradas. Tal medida foi adotada após os atentados ocorridos naquele país em setembro de 2011 por ter sido detectado que um dos problemas mais significativos relacionado aos eventos foi a ausência do compartilhamento das informações entre as agências. Bean (2009) destaca a ainda a criação da estratégia nacional para compartilhamento da informação, onde décadas de pesquisas sobre segurança foram correlacionadas com o intuito de possibilitar que as ações ocorram como o esperado. O trabalho discute ainda que poucos estudos tenham sido realizados para comprovar a eficácia do compartilhamento destas informações na qualidade da tomada de decisão e que estes estudos constataram que a importância do compartilhamento das informações é difícil de ser mensurada, porém os riscos deste compartilhamento são bastante diretos e previsíveis. Deste modo, o estudo ressalta, por fim, ser necessário uma reavaliação dos conceitos e seus relacionamentos.

As ações conjuntas entre a sociedade e a polícia podem surtir efeitos animadores, como demonstrado no trabalho de Wood e Marks (2008). Parcerias realizadas entre agentes comunitários, grupos sociais e a polícia permitiu a coordenação e integração dos conhecimentos, recursos e habilidades individuais e coletivas em prol da segurança

da comunidade.

Ramchand et al. (2009) apresentam a necessidade da escalibilização do problema em segurança pública. Segundo estes autores, embora exista um consenso de que a criminalidade possa ser classificada quanto à sua gravidade, impacto social e custos (financeiros e operacionais) não existe uma metodologia para se estudar esta gradação, o que acaba por dificultar a implantação de políticas dissuasórias para ambos. Os autores descobriram em suas pesquisas que crimes mais graves, geralmente ocorrem após crimes menos graves. Logo, é necessário que os órgãos responsáveis pela segurança pública compreendam o comportamento dos criminosos afim de exercerem suas funções de modo mais assertivo.

Como parte do problema segurança pública está relaciondo ao comportamento dos seus executores, Kim e Kankanhalli (2009), abordaram a questão da resistência à implementação à sistemas de informação ter sido apontada como responsável pelo fracasso organizacional e que, assim sendo, deve ser compreendida por todos os envolvidos e bem gerenciada pela organização. Os autores propõem um modelo para explicar a resistência do usuário e oferecem sugestões às organizações para a gestão de tal resistência.

Como o fator de resistência pode ter raízes no processo de conversão do conhecimento tanto interno quanto entre as organizações públicas responsáveis pela segurança, Silva (2009), estudou o processo de conversão de conhecimento intra e inter-organizacionais. Analisando organizações com estruturas e missões diversificadas mas trabalhando por um objetivo comum e mutuamente dependente. Em linhas gerais, o trabalho analisa a conversão do conhecimento no desenvolvimento de um serviço preventivo em áreas de risco, recorte feito para o estudo em um bairro da capital mineira.

A comunicação inter-organizacional também é objeto de estudo de Reis (2009). Este analisa em seu trabalho o índice de concordância de policias-militares a nível estadual que exercem uma co-administração na prestação de serviços de segurança pública em Belo Horizonte(MG) a respeito da questão da responsabilidade territorial das áreas integradas de segurança pública entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. O trabalho destaca que a percepção dos envolvidos para o processo de integração ainda não é completo e que as responsabilidades territoriais ainda estão em estudo.

Entendendo que embora as organizações responsáveis pela segurança pública devam ter um objetivo único, estas necessitam de métodos de trabalho diferenciados, Alves (2009) propõe em seu trabalho uma metodologia inovadora que propicia à unidades policiais suas transformações em centro geradores de conhecimento estruturados sob uma ótica de inteligência distribuída. O trabalho aplica a metodologia à Policia Civil da capital federal e apresenta evidências de que essa pode ampliar a capacidade

investigativa desta organização.

Pinc (2009) questionou em seu trabalho a importância do treinamento da força policial e partir deste seu desempenho. A hipótese de que o treinamento aproxima o comportamento do policial aos padrões estabelecidos pela instituição policial foi testada por meio da análise de cinco condutas, os resultados demonstram que embora o treinamento seja importante, as mudanças comportamentais não foram significativas mesmo após os treinamentos. A autora ressaltou ainda a importância de se rever as práticas tradicionais de treinamento.

Concatenando dados, informações e tecnologia espacial, Bornhofen e Tenfen (2009), abordaram a solução encontrada pelo 10º Batalhão de Polícia Militar, na cidade de Blumenau(SC), que desenvolveu e implantou um sistema que projeta os dados armazenados no Sistema Centro de Operações Policial Militar (Copom) sobre a base cartográfica do portal *Google Maps*. Os autores enfatizam os benefícios da gratuidade para os cofres públicos e do uso de sistemas que possuam códigos abertos, possibilitando que qualquer instituição policial possa fazer uso deles.

A importância de se discutir o impacto mapeamento e da variação espacial nas políticas de prevenção da criminalidade em áreas adjacentes, também foi abordada por Ross (2010). Segundo o autor, a ação conjunta das autoridades de municípios, estados próximos e a adoção de práticas punitivas mais severas contribuem para a redução do processo de migração dos crimes e conseqüentemente diminuem a violência.

Entretanto, a eficácia destas ações é diretamente dependente da acurácia dos dados sobre os quais as informações são organizadas e os conhecimentos contruídos. Nolan et al. (2011) tratam dos erros cometidos durante o registro das ocorrências policiais (erros de classificação, sobrecontagem, subcontagem e subestimação de certos crimes), de suas implicações na criação de um mapa criminal para o município e da implantação de práticas efetivas para minimização dos problemas.

Conforme dito anteriormente, o presente trabalho pretende verificar o efetivo grau de circulação da informação sobre a criminalidade através de um experimento, concebido para confrontar o conhecimento tácito e a experiência pessoal de policiais militares em atividade com a realidade da criminalidade, segundo os registros nos Boletins de Ocorrência. A idéia foi provocar uma comparação entre as percepções individuais de policiais militares com relação à distribuição espacial da criminalidade. A metodologia para a construção desse experimento está descrita no próximo capítulo.

Capítulo 3

Metodologia

A metodologia de pesquisa apresentada neste capítulo define o que foi pesquisado nesta dissertação e como foi realizado o trabalho desde a concepção até a conclusão.

3.1 Método de abordagem

De acordo com ? esta dissertação possui a seguinte classificação:

- No que se refere à abordagem do problema, define-se como sendo, inicialmente, uma pesquisa do tipo quantitativa, uma vez que as opiniões e informações obtidas serão quantificadas e posteriormente analisadas; num segundo momento, necessidades como a atribuição de significados e interpretação dos resultados, define-a como uma pesquisa qualitativa;
- Tendo como base a natureza da pesquisa, pode ser definido como sendo uma pesquisa aplicada, uma vez que tenciona construir conhecimentos a serem aplicados no âmbito prático e será dirigido para a solução de problemas específicos envolvendo interesses e verdades locais;
- Baseados nos objetivos, a pesquisa pode ser definida como descritiva, uma vez que tenciona descrever as características de uma amostra populacional pré-definida e estabelecer relações entre as variáveis, possuindo a forma de um levantamento.
- Por fim, no que se refere aos procedimentos técnicos que serão adotados, será realizada inicialmente uma pesquisa documental, seguida uma pesquisa bibliográfica e por fim um estudo de caso(Gil, 2007).
 - A pesquisa documental se caracteriza por fazer uso de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que de acordo com os objetivos

da pesquisa podem ser reelaborados. Para este trabalho serão utilizados os boletins de ocorrência digitalizados;

- Já a pesquisa bibliográfica é centrada no desenvolvimento baseado em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos;
- Um estudo de caso se fará necessário, uma vez será envolvido o estudo do perfil dos policiais militares no que se refere ao conhecimento sobre a espacialização da criminalidade no município de Lavras(MG).

3.2 Procedimentos técnicos da pesquisa

Sabe-se que, para alguns tipos de fenômenos criminais, ocorre a subnotificação das ocorrências pelas autoridades policiais. Por outro lado, certos tipos de infrações penais causam maior impacto sobre a sociedade, e por este motivo são amplamente registrados em BOs. Assim, foi inicialmente conduzida uma discussão com o comando da 6ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais no sentido de escolher alguns tipos de infrações para as quais o estudo teria maior importância. Os seguintes tipos de infrações foram selecionadas: *furto*, *perturbação do sossego*, *porte ilegal de armas*, *roubo*, *tráfico de drogas e uso de drogas*. Segundo discutido, esses tipos de infrações são os que causam maior impacto na rotina de municípios do interior do Estado, e particularmente na região de Lavras(MG), sujeito do estudo.

As seguintes etapas foram, então, planejadas para a condução do estudo:

1. elaboração de um questionário para levantar o perfil de policiais militares sobre a criminalidade em Lavras(MG)(*Apêndice A*);
2. preparação de um instrumento de coleta de dados, sob a forma de um mapa de bairros, para que o policial pudesse manifestar sua percepção sobre a criminalidade, dentro de cada tipo de infração selecionada para o estudo, indicando em que região da cidade acredita que se concentrem estas infrações (*Apêndice B*);
3. digitalização dos questionários e mapas. O resultado das demarcações pelos policiais pode ser visualizado na seção 1 do *Apêndice C*;
4. obtenção, tratamento e construção de um banco de dados geográfico contendo boletins de ocorrências registrando as infrações dos seis tipos selecionados, registradas no período entre 01/01/2001 e 23/11/2010. Os resultados obtidos com a análise podem ser encontrados no *Apêndice D*;

5. produção de mapas agregados, de modo a apresentar o conjunto das percepções dos policiais, no conjunto ou separados em grupos de acordo com características de seu perfil, tais como posto, tempo de atuação, origem, etc (*Capítulo 4 - Resultados e Discussão*);
6. comparação entre mapas gerados a partir das percepções dos policiais e mapas de distribuição espacial das infrações, e realização de análises (*Capítulo 4 - Resultados e Discussão*).

Foi apresentado, a cada policial entrevistado, um mapa da cidade de Lavras, no qual constavam topônimos em quantidade e distribuição suficientes para que um morador da cidade pudesse se orientar. Estes mapas contaram com a seguinte solicitação: "Prezado Senhor, circule no mapa abaixo, o(s) bairros onde acredita acontecer o maior número de ocorrências relacionadas à X", onde X foi substituído por cada uma das infrações penais adotadas neste estudo. Cada um dos seis mapas recebidos por cada policial foi, então, marcado por ele com uma indicação aproximada da região em que cada tipo de ocorrência acontece com maior frequência, em sua percepção.

Sobre a escolha da amostra utilizada no trabalho, inicialmente propôs-se a análise do perfil de todos os policiais militares de Lavras(MG) que atuassem no policiamento ostensivo. Em conversas com o comando da PM, descobriu-se que este contingente contava com 120 policiais. Uma análise estatística preliminar demonstrou que:

- utilizar a população dos 120 policiais resultaria em 720 mapas para serem tratados (06 infrações a serem assinaladas por cada um dos 120 policiais). O impedimento para tal adoção seria ter estes 120 policiais disponíveis para responder à pesquisa, a digitalização e tratamento destes dados;
- uma amostra com grau de confiança em 99% resultaria em 102 policiais para o estudo, um número ainda difícil de atingir e tratar, pois seriam gerados 602 mapas;
- o mesmo vale para os graus de confiança 95% (92 policiais e 552 mapas) e 90% (84 policiais e 504 mapas).

Buscando uma solução para a questão, um estudo mais aprofundado demonstrou que a compreensão sobre criminalidade deveria ser estudada nas várias instâncias de comando da Polícia Militar atuante na segurança pública de Lavras(MG). Então, uma amostra empírica foi proposta, no total foram entrevistados 25 policiais, cujos postos/graduações vão de Soldado a Major: 04(quatro) Soldados, 05 (cinco) Cabos, 07(sete) Sargentos, 04 (quatro) Tenentes, 03 (três) Capitães e 02 (dois) Majores; totalizando 25 policiais e 150 mapas. A escolha desta amostragem foi baseada no número de

policiais por seção policial e na disponibilidade destes na época da realização do estudo (os questionários foram aplicados entre os dias 15/11/2010 e 23/11/2010). Dentro da amostra, variam significativamente fatores tais como: tipos de atividades, turno de serviço, local de nascimento, estado civil, tempo de trabalho na corporação, além do posto/graduação.

3.2.1 Tabulação dos dados referentes aos perfis dos policiais militares

Para o levantamento do perfil dos policiais militares foi realizada uma análise descritiva uni e bivariada dos dados utilizando o software R (R Development Core Team, 2010). As questões levantadas com o questionários foram renomeadas para facilitar a tabulação dos dados.

Cada uma das questões possuem opções de resposta que foram nomeadas sequencialmente. Por exemplo, para a questão referente à Idade, criou-se a variável quantitativa *questao2* e para suas opções de resposta tem-se: 1 = menos de 20 anos, 2 = entre 20 e 25 anos, 3 = entre 25 e 30 anos, 4 = entre 31 e 40 anos, 5 = entre 41 e 50 anos, 6 = mais de 50 anos. O questionário aplicado pode ser visualizado no *Anexo A*.

Na comparação desses mapas com a localização precisa das infrações, foram obtidos graus variados de concordância e abrangência. Nas análises, considerou-se uma escala subjetiva para a classificação do grau de concordância entre as percepções registradas, sua abrangência e o mapa de concentração de infrações. Nessa escala, quando são estudados os 25 policiais, considera-se concordância baixa quando 9 policiais ou menos identificaram de forma aproximada as áreas mais críticas para as ocorrências, sendo concordância média para 10 a 17 policiais e concordância alta para 18 ou mais policiais. Quando se estuda frações da amostra, considera-se concordância baixa quando os policiais concordam sobre a localização e discordam quanto à abrangência, concordância média quando localização e abrangência são aproximadas e concordância alta quando localização e abrangência são coincidentes. Buscou-se com estas análise encontrar possíveis associações entre o conhecimento construído pelos policiais militares antes de entrarem para a polícia, o conhecimento construído ao longo de sua atuação na PM e como o policial militar percebe e conhece cada uma das seis infrações deste estudo para o município de Lavras(MG). Os resultados do experimento são apresentados e discutidos no capítulo 4.

Capítulo 4

Resultados e discussão

Este capítulo apresenta os resultados encontrados com a elaboração deste trabalho. Inicialmente, foram analisados os perfis dos policiais militares por meio de questionário. Questionou-se entre outros dados: posto/graduação, tempo de serviço à PM, número de infrações atendidas por semana, local de nascimento e os bairros onde percebiam alta incidência das infrações estudadas. Segue-se uma análise dos registros oficiais registrados para Lavras(MG)(BOs), buscou-se identificar os bairros onde se concentrava o maior número das infrações pesquisadas. Utilizou-se nesta análise aproximadamente 210 mil BOs registrados no período de 01/01/2001 á 23/11/2010 (data da finalização deste experimento). Finalmente, comparou-se os resultados encontrados com a análise das percepções dos policiais com os resultados encontrados para os BOs. Esta comparação indicou uma sensível diferença entre os resultados.

4.1 Análise do perfil dos policiais militares

Inicialmente, são apresentados os resultados encontrados com a tabulação dos questionários aplicados aos policiais militares. Ressalta-se que dos 25 policiais entrevistados, apenas 5 nunca haviam presenciado quaisquer das ocorrências antes de se tornarem PMS e, após integrarem à PM todos os policiais já atenderam à pelo menos uma das seis infrações desse estudo.

4.1.1 Idade

A amostra selecionada de 25 policiais militares distribuídos ao longo do organograma da PM apresentam uma concentração da faixa etária entre os 31 e 40 anos, como ser observado no gráfico da Figura 4.1. Foram encontrados 02 policiais com idade entre 20 e 25 anos, 02 policiais entre os 25 e 30 anos, 11 policiais entre os 31 e 40 anos e 10 policiais

entre os 41 e 50 anos. Não foram encontrados policiais com idade inferior a 20 anos ou superior a 50 anos. A justificativa para a inserção desta questão no questionário está no fato de uma possível relação entre a idade do indivíduo e o conhecimento construído a respeito do meio em que está inserido.

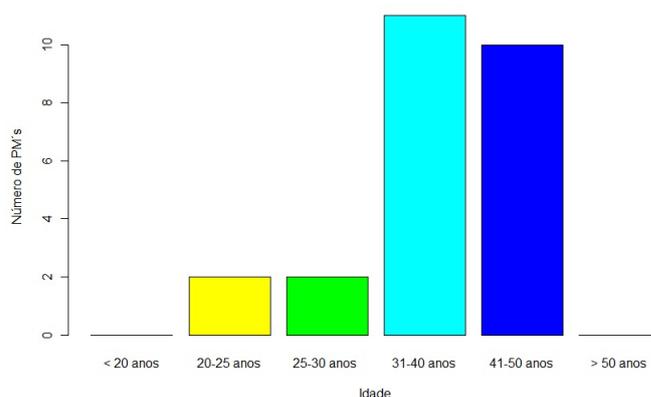


Figura 4.1. Idade

4.1.2 Sexo

No que se refere à distribuição de policiais estudados segundo o gênero, existem 24 policiais do sexo masculino e 01 policial do sexo feminino, como pode ser observado na Figura 4.2. Esta questão buscou identificar a proporção entre os gêneros atuantes na PM.

4.1.3 Localidade de nascimento

Quando se perguntou aos entrevistados onde nasceram: 17 deles responderam terem nascido no município de Lavras(MG) e 08 deles responderam que haviam nascidos em cidades da região conforme a Figura 4.3. Do mesmo modo que infere-se que idade pode interferir no conhecimento construído, existe também a possibilidade do local de nascimento interferir na qualidade e confiabilidade da construção deste conhecimento. Questionou-se sobre a possibilidade de que um policial nascido em Lavras(MG) utilize em suas atribuições profissionais o conhecimento construído sobre informações, nem sempre verídicas, do meio em que viveu.

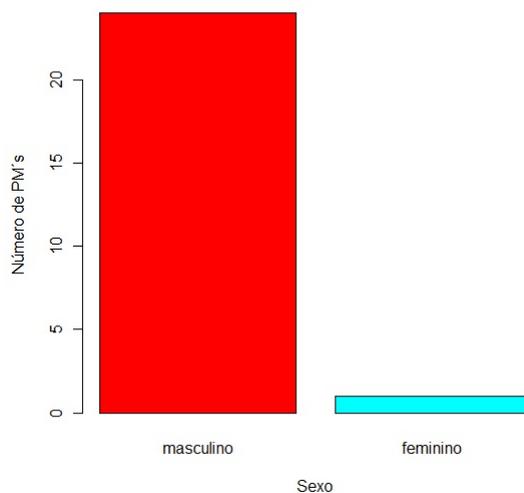


Figura 4.2. Sexo

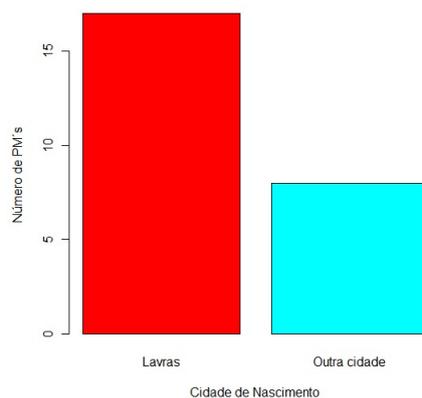


Figura 4.3. Localidade de nascimento

4.1.4 Estado civil

A pesquisa revelou que dos 25 policiais estudados: 03 são solteiros, 03 são divorciados e 19 são casados, graficamente apresentado na Figura 4.4. A questão foi inserida com o intuito de verificar o nível familiar dos policiais.

4.1.5 Número de filhos

A amostra apresentou como resultados, Figura 4.5, para o número de filhos: 04 policiais não possuem filhos e 21 apresentam entre 01 e 03 filhos. Do mesmo modo que a questão sobre *Estado civil* buscou-se verificar o nível familiar dos policiais.

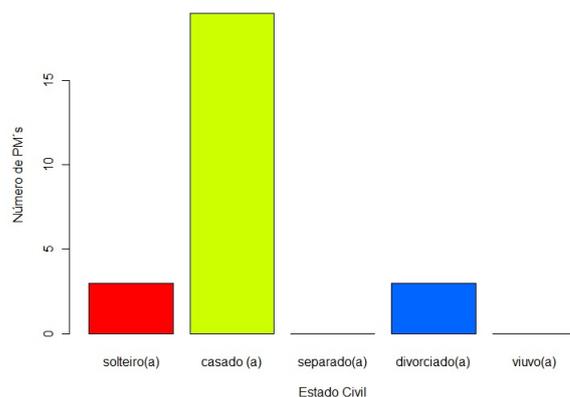


Figura 4.4. Estado civil

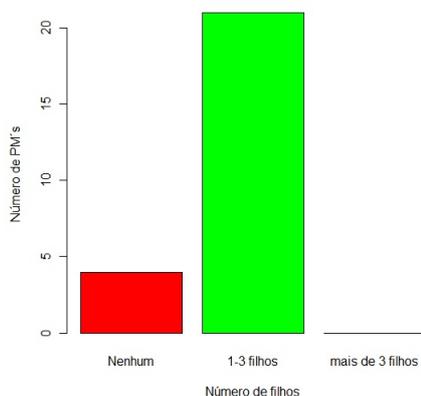


Figura 4.5. Número de filhos

4.1.6 Local de residência antes de trabalhar para a PM

Quando se perguntou aos entrevistados onde residiram antes de entrar para a PM, 17 deles já residiam em Lavras(MG) e 08 moravam em outras cidades, observe a Figura 4.6. Assim como a questão sobre *Cidade de nascimento* pesquisou-se a possibilidade da interferência do local onde o policial militar morou antes de entrar para a PM sobre seu conhecimento a respeito das infrações estudadas neste trabalho.

4.1.7 Tempo de moradia antes de trabalhar para a PM

Ao se questionar os policiais, que moravam em Lavras(MG) antes de entrar para a PM, em qual bairro morou por mais tempo e de quanto foi este tempo; alguns bairros e tempos foram informados : 02 deles moraram entre 01 e 05 anos no local, 01 deles morou entre 10 e 20 anos neste local, 13 moraram neste local por mais de 20 anos.

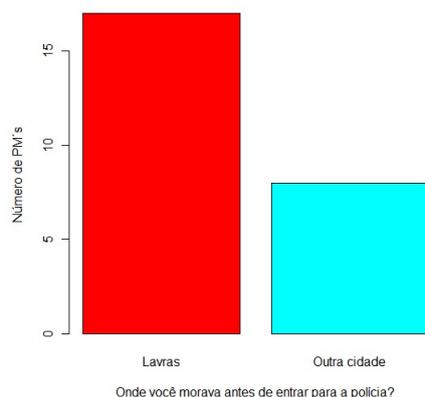


Figura 4.6. Local de residência antes de trabalhar para a PM

A questão não se aplica à 09 dos entrevistados por não residirem no município de Lavras(MG) ou por não ter respondido à questão, a tabulação pode ser visualizada na Figura 4.7. Justifica-se a presença desta questão pelo fato de que o local de moradia e tempo de residência nestes locais podem interferir nos conhecimentos contruídos e consequentemente na atuação deste PM.

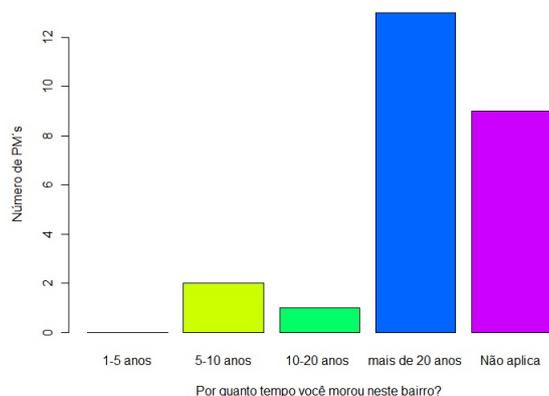


Figura 4.7. Tempo de moradia antes de trabalhar para a PM

4.1.8 Tempo de trabalho para a PM

O tempo de trabalho para a PM, Figura 4.8, revelou que: 02 policiais estão na polícia entre 01 e 05 anos, 03 trabalham para a PM entre 05 e 10 anos, 09 estão na PM entre 10 e 20 anos e 11 deles fazem parte da PM há mais de 20 anos. O tempo que o policial militar presta serviços à organização pode influenciar na construção de seus

conhecimentos, oferecendo a estes à possibilidade de terem vivenciado cada uma das infrações analisadas neste trabalho de modo mais ou menos intenso.

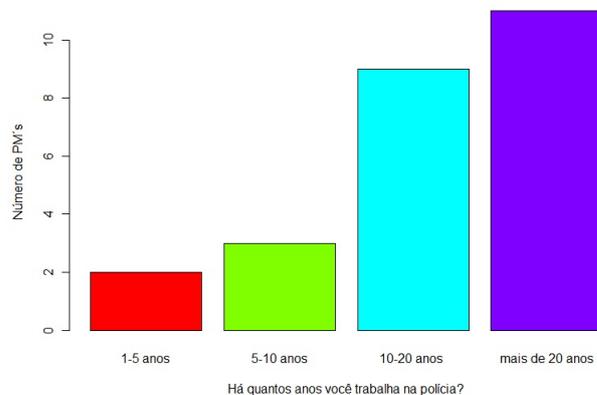


Figura 4.8. Tempo de trabalho para a PM

4.1.9 Posto ou graduação

Dos 25 entrevistados, a pesquisa contou com a colaboração de: 04 Soldados, 05 Cabos, 02 graduados como 1º Sargento, 02 como 2º Sargento, 03 como 3º Sargento, 03 graduados como 1º Tenente, 01 como 2º Tenente, 03 Capitães e 02 Majores, vide Figura 4.9. Ao se percorrer a hierarquia da PM, buscou-se analisar a vivência e os conhecimentos de cada destacamento com as questões do estudo.

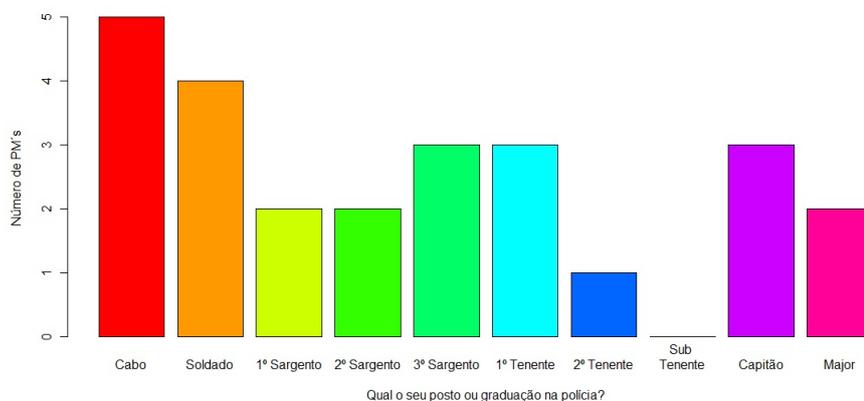


Figura 4.9. Posto ou graduação

4.1.10 Média de infrações atendidas por semana

Em média: 01 policial militar atende a mais de 40 infrações por semana, 05 deles atendem entre 10 e 20 infrações por semana, 01 atende até 10 infrações por semana, 09 deles estão, atualmente, trabalhando na divisão administrativa e os demais não responderam à questão, para estas últimas duas classes de respostas foram contabilizadas como resposta, "não se aplica", vide Figura 4.10. Buscou-se analisar a quantidade média de infrações que um policial militar atende por semana, pois este volume de informações pode ter influência na qualidade dos conhecimentos construídos.

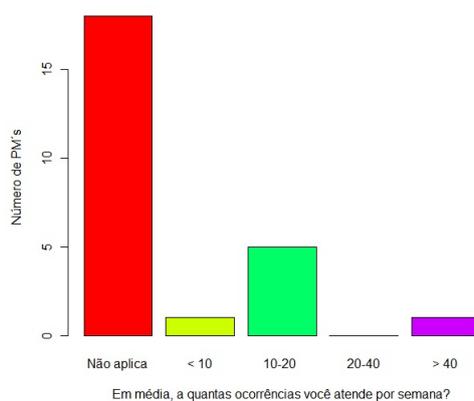


Figura 4.10. Média de ocorrências atendidas por semana

4.1.11 Infrações mais atendidas no último semestre

No que se refere ao atendimento das infrações tratadas no estudo: 10 dos policiais militares pesquisados não atenderam a nenhuma das infrações ou não responderam à questão, 01 atendeu mais a furtos, 01 atendeu de modo expressivo a uso de drogas, 02 à porte de drogas, 03 teve seus registros concentrados em perturbação do sossego e 08 deles atenderam a mais de uma das infrações do estudo de modo igualmente expressivo como pode ser observado na Figura 4.11. A pesquisa buscou com esta questão analisar comportamento semestral destas infrações no município de Lavras(MG).

4.1.12 Ser vítima ou conviver com alguém que tenha sido vítima da criminalidade

Por fim, Figura 4.12, questionou-se a possibilidade do policial militar, alguém de sua família ou de seu círculo de amigos ter(em) sido vítima(s) das infrações estudadas: 05 policiais militares responderam negativamente a questão, 01 respondeu positivamente

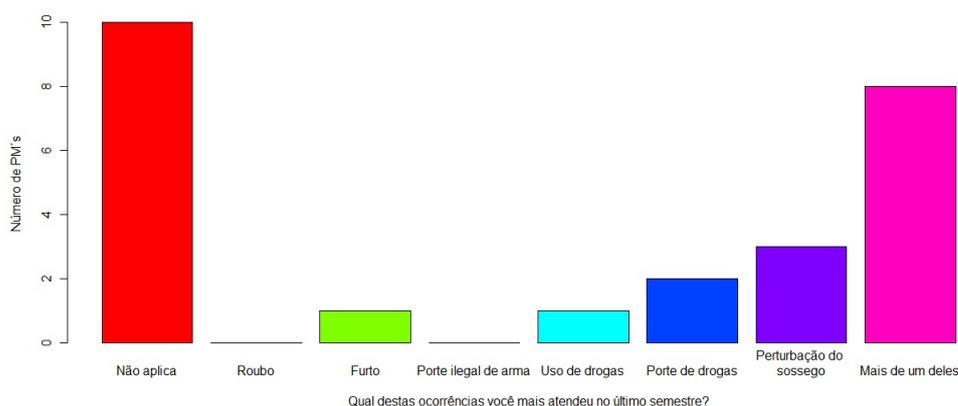


Figura 4.11. Ocorrências mais atendidas no último semestre

a infrações de roubo, 08 assinalaram a opção para perturbação do sossego e 11 dos entrevistados responderam positivamente a mais de uma das infrações. Esta questão objetiva analisar as relações sociais do policial militar, uma vez que ter sido vítima de alguma das infrações estudadas ou conviver com alguém que tenha sido pode interferir em seus conhecimentos sobre a criminalidade no município.

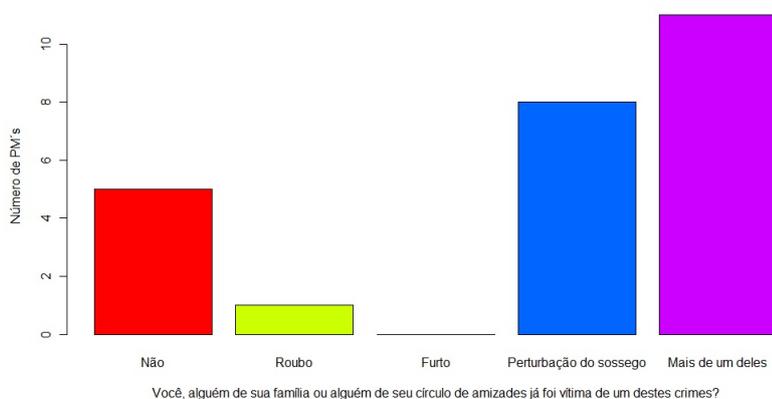


Figura 4.12. Ser vítima ou conviver com alguém que tenha sido vítima da criminalidade

Em resumo, a análise dos perfis mostra que em média, o policial militar atuante em Lavras(MG) tem entre 31-40 anos, são do sexo masculino, nasceram em Lavras(MG), são casados, possuem entre 1-3 filhos, moravam em Lavras(MG) antes de se tornarem policiais, moravam em um mesmo bairro por mais de 20 anos, trabalham para a PM há mais de 20 anos e já foram vítimas ou convivem com vítimas de pelo menos uma das seis infrações estudadas.

Na sequência foram realizadas algumas análises combinado as variáveis(infrações)

que compõem este estudo. A escolha das variáveis propõe inferências sobre possíveis relacionamentos entre: a idade dos PMs, postos/graduações, tempo de serviço à PM, média de registros por semana e moda para a infração semestral.

4.1.12.1 Idade x Posto/Graduação

Relacionou-se na pesquisa a idade dos policiais militares com seus respectivos postos/graduações. Os resultados encontrados são mostrados na Figura 4.13. Buscou-se analisar a faixa etária por hierarquia na PM.

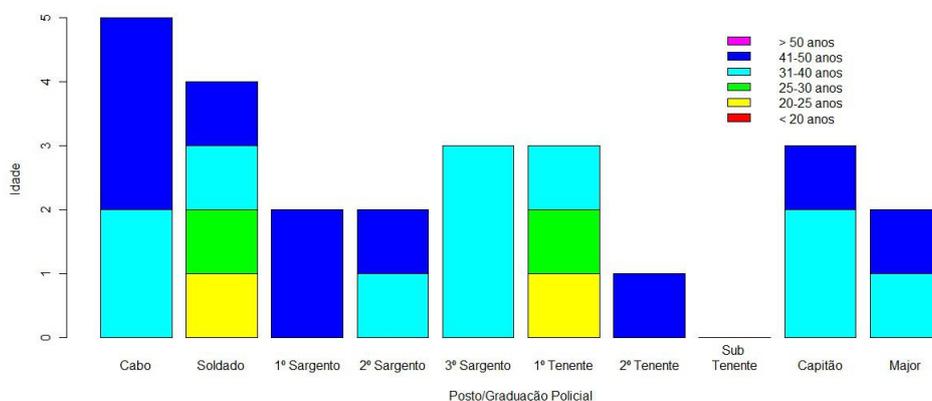


Figura 4.13. Idade x Posto/Graduação

Com esta análise percebe-se que o fato de a idade não está diretamente relacionado com postos/graduações hierarquicamente superiores. Por exemplo, foram encontrados tanto Cabos quanto Majores com idade entre 41-50 anos. Justificativa: a ascensão na carreira policial obedece à critérios internos da PM.

4.1.12.2 Tempo de trabalho x Posto/Graduação

Buscou-se com esta comparação, verificar se o tempo de serviço prestado à PM está relacionado ao posto/graduação dos policiais. Os resultados são apresentador na Figura 4.14.

Constatou-se, também, que não existe uma relação direta entre estas duas variáveis. Justificativa: a organização possui procedimentos específicos para a promoção de seus colaboradores.

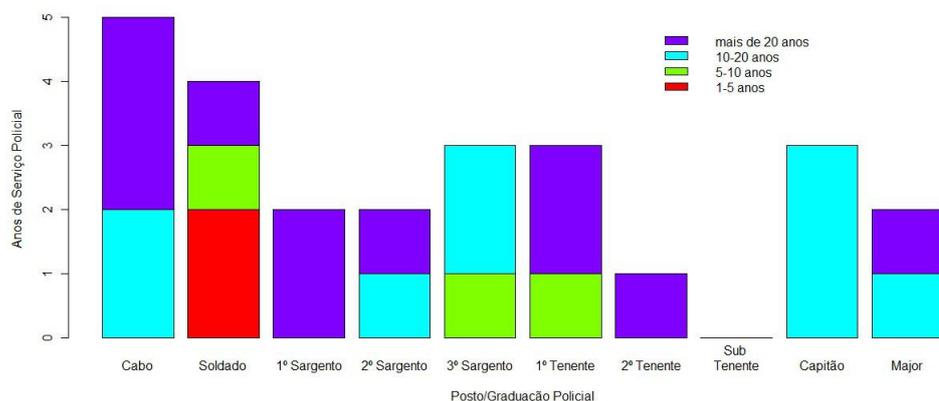


Figura 4.14. Tempo de trabalho x Posto/Graduação

4.1.12.3 Média de infrações atendidas por semana x Posto/Graduação

Analisou-se a média de infrações atendidas semanalmente em função do posto/graduação na PM, os resultados são apresentados no gráfico da Figura 4.15.

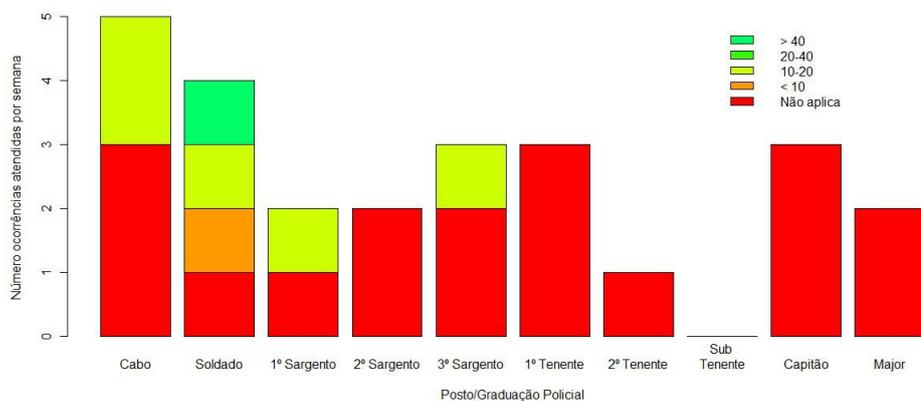


Figura 4.15. Média de infrações atendidas por semana x Posto/Graduação

Percebe-se que posto/graduações hierarquicamente superiores não estão diretamente relacionados com um maior número de infrações atendidas. O que determina o atendimento às infrações é a unidade em que o policial militar está alocado (policimento ostensivo ou unidade administrativa).

4.1.12.4 Tempo de serviço x infrações mais atendida no último semestre

Estas duas variáveis foram comparadas com o objetivo de se verificar se o tempo de serviço à PM permite ao policial a construção de uma maior percepção para detectar possíveis infrações e mediante constatação realizar seu registro. A Figura 4.16 demonstra estes resultados.

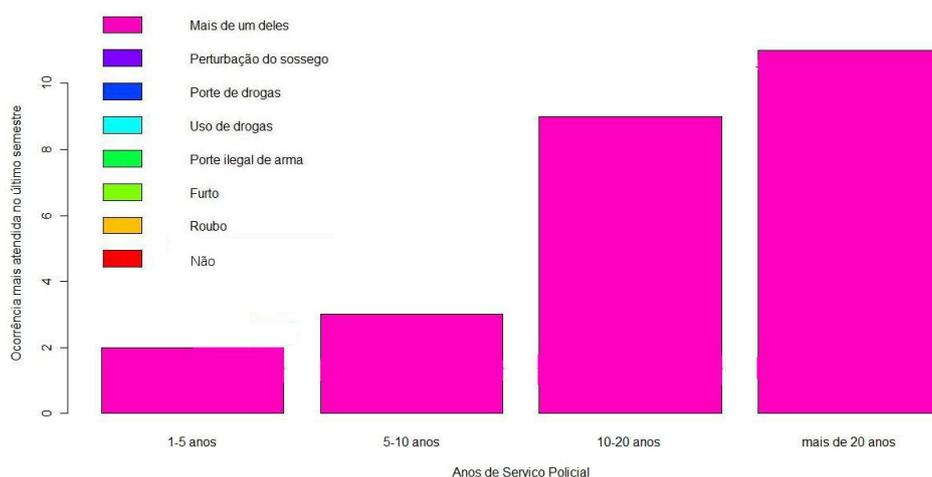


Figura 4.16. Tempo de serviço x infração mais atendida no último semestre

Os resultados indicam que não existe relação direta entre estas duas variáveis. Provavelmente, em função da variação da criminalidade, verifica-se que desde os primeiros anos de prestação de serviços, o policiais registram semestralmente várias das infrações deste estudo.

4.2 Percepção espacial das infrações pelos PMS

Nesta seção serão apresentados os resultados da análise das percepções e conhecimentos espaciais da criminalidade dos policiais militares. Buscou-se uma possível relação entre o perfil dos policiais militares e as percepções e conhecimentos a respeito das infrações estudadas, para tanto observou-se: a)posto/graduação policial e; b)atuam ou não no policiamento ostensivo. Os resultados serão apresentados e discutidos nas subseções seguintes.

4.2.1 Posto ou graduação

De acordo com o questionário aplicado, foram comparados as percepções e conhecimentos sobre a criminalidade para posto/graduação dos policiais. Como questão para

reflexão, questionou-se: *o fato de possuírem o mesmo posto/graduação sugere percepções e conhecimentos semelhantes?, ou seja, para quais áreas concordam sobre o foco das infrações deste estudo.* Os resultados desta comparação são apresentados a seguir.

4.2.1.1 Soldados

A análise dos mapas da Figura 4.17 demonstra que os Soldados PM04 e PM07 possuem uma concordância média-alta sobre os locais de maior incidência para as infrações penais uso de drogas, furto e roubo; porém, no que se refere aos locais de ocorrência de tráfico de drogas, perturbação do sossego e porte ilegal de armas a concordância é média-baixa. Uma análise sobre seus perfis mostra que: 1) os policiais, Soldados PM04 e PM07, atuam na unidade policiamento ostensivo; 2) o policial PM04 morava em Lavras(MG) antes de entrar para a polícia e o PM07 não; 3) o PM04 pertence à corporação há menos de 5 anos, enquanto o PM07 está na PM entre 5 e 10 anos; 4) o policial PM04, apesar de morar em Lavras(MG) não informou o bairro onde morou mais tempo.

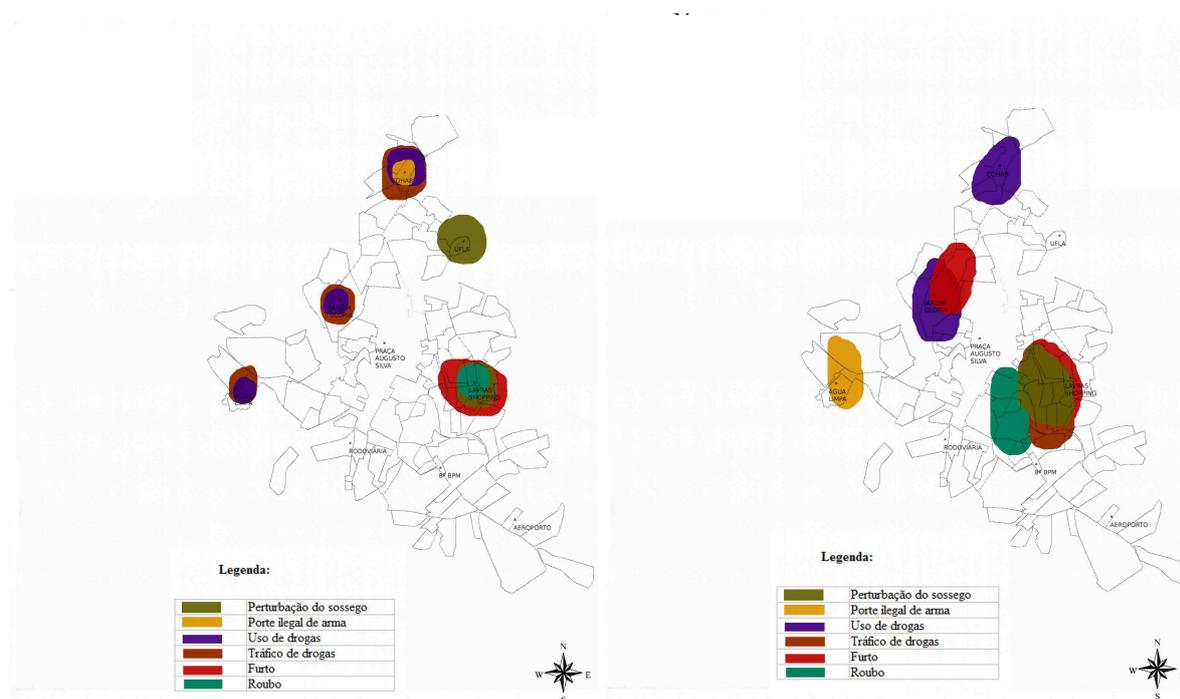


Figura 4.17. PM04 e PM07 - Posto de Soldado.

O fato de atuarem no policiamento ostensivo parece não ser garantia de que as percepções sejam concordantes. Surge então o questionamento sobre o impacto que tempo de serviço e o fato de morar ou não em Lavras(MG) possa ter sobre estes resultados.

Os policiais Soldados PM19 e PM22 possuem uma concordância média a respeito dos locais de maior incidência das infrações, conforme Figura 4.18, porém o policial PM19 acredita que as áreas de abrangência destas ocorrências são bem maiores que as áreas consideradas pelo PM22. Sobre seus perfis, sabe-se: 1) ambos moravam em Lavras(MG) antes de entrar para a polícia; 2) ambos atuam no policiamento ostensivo; 3) PM19 está na polícia há mais de 20 anos, enquanto o PM22 percebe à corporação há menos de 5 anos; 4) os locais assinalados como áreas críticas para tráfico e uso de drogas pelo PM19 englobam o bairro onde este morou, os locais assinalados pelo PM22 para perturbação do sossego, furto e roubo englobam seu bairro de moradia.

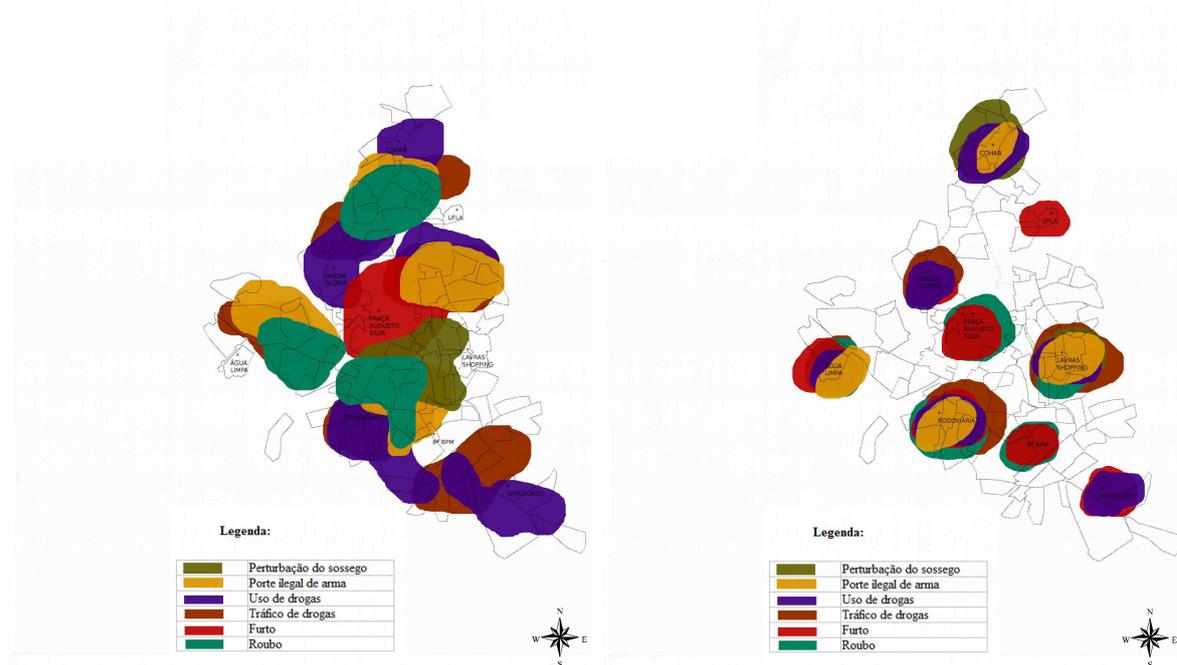


Figura 4.18. PM19 e PM22 - Posto de Soldado.

Embora, ambos atuem no policiamento ostensivo e tenham nascido em Lavras(MG) o nível de concordância de suas percepções é apenas médio. Questiona-se a variável tempo de serviço tenha influência sobre estes resultados.

Em síntese, para o posto de Soldado PM04, PM07, PM19 e PM22, verificou-se que todos atuam na unidade de policiamento ostensivo e que a todos moravam em Lavras(MG) antes de serem policiais, os PM04 e PM22 estão na polícia entre 1 e 5 anos, o PM07 entre 10 e 20 anos e o PM19 há mais de 20 anos. A análise das percepções e conhecimentos mostra uma concordância alta sobre ser a: região norte do município o local de maior incidência da infração penal uso de drogas; concordância média sobre ser a região oeste com o maior número de ocorrências para furto e perturbação do sossego; concordância média sobre a região sudeste para o número de infrações sobre

roubo; concordância média sobre a região lés-sudeste para tráfico de drogas. Há uma concordância média-alta entre PM07, PM19 e PM22 sobre ser a região leste como local de maior incidência das infrações porte de arma. Verificou-se também que a abrangência das infrações sofreu um aumento bastante considerável ao se considerar o tempo de prestação de serviços. Obteve-se de apenas dois soldados o nome dos bairros onde morou por mais tempo em Lavras(MG), ambos assinalam alguma das infrações para estes locais. Em suma, para o posto de soldado, tem-se uma concordância média sobre o conjunto de infrações.

4.2.1.2 Cabos

A respeito das percepções e conhecimentos dos Cabos PM08 e PM17, visualizadas na Figura 4.19, verificou-se que possuem uma concordância média a respeito das infrações penais furto, roubo, perturbação do sossego, uso e tráfico de drogas; já para a infração porte ilegal de armas o nível de concordância é baixo. Verificou-se também que para o PM17 os locais de grande incidência das infrações são mais numerosos e mais abrangentes quando comparados à percepção do PM08. Seus perfis mostram que: 1) o PM08 atua na unidade administrativa da PM e o PM17 no policiamento ostensivo; 2) ambos moravam em Lavras(MG) antes de entrarem para a polícia; 3) o PM08 está na corporação há mais de 20 anos, enquanto o PM17 possui entre 15 e 20 anos de serviços prestados; 4) o PM08 não assinalou quaisquer das infrações ao bairro em morou por mais tempo em Lavras(MG), o PM17 assinalou a infração penal perturbação do sossego ao seu bairro de moradia.

O elo de ligação entre estes profissionais está no fato de ambos terem nascido em Lavras(MG), a unidade de atuação e o tempo de serviço são distintos. Um possível questionamento é a relação que estas variáveis possa ter sobre a construção destes conhecimentos já que seus níveis de concordância são médio-baixos.

Na análise das percepções dos policiais Cabos PM18 e PM24, apresentada na Figura 4.20, verificou-se uma concordância média a respeito de um dos locais de grande incidência da infração uso de drogas, pequenos pontos de concordância média para as infrações perturbação do sossego e furto. Mas no que se refere às infrações penais (porte ilegal de armas, roubo e tráfico de drogas) detectou-se concordância baixa tanto nos locais quanto na abrangência dos mesmos. Sobre seus perfis, sabe-se que: 1) ambos atuam no policiamento ostensivo; 2) ambos moravam em Lavras(MG) antes de se tornarem policiais; 3) ambos estão na polícia há mais de 20 anos, 4) o PM18 indicou o seu bairro de moradia antes de entrar para a PM como sendo o foco para perturbação do sossego e roubo, o PM24 assinalou o seu bairro como área crítica para furto.

Em suma, o nível de concordância média-baixa entre o Cabo PM18 e Cabo PM24

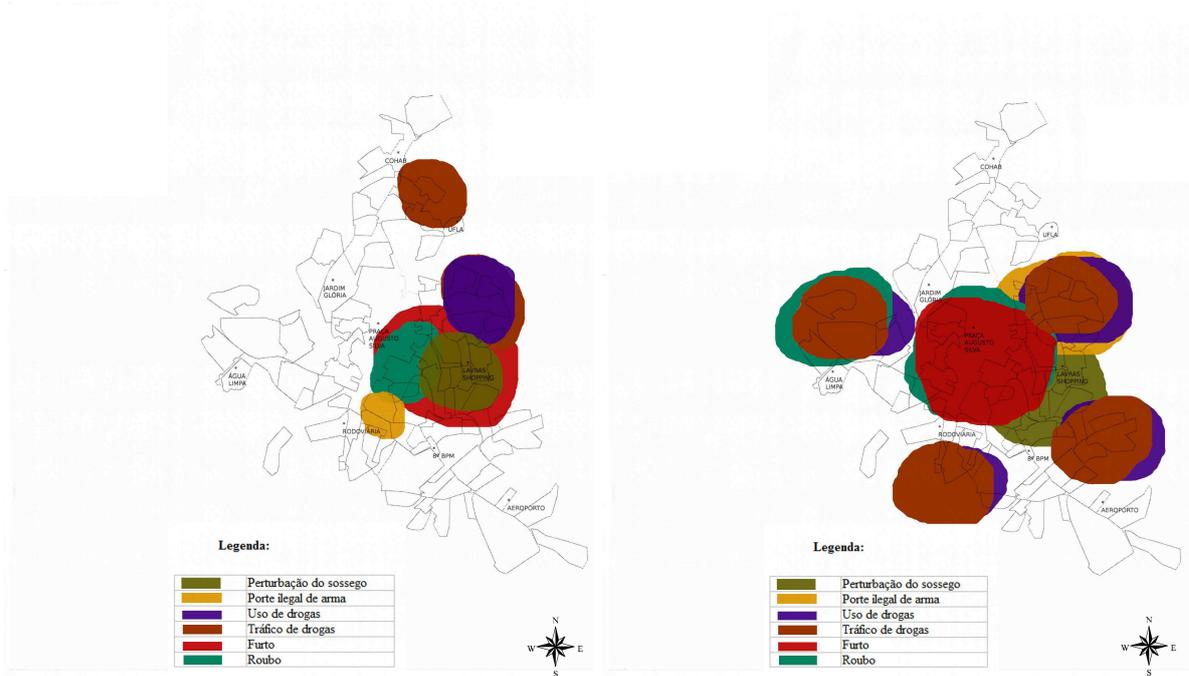


Figura 4.19. PM08 e o PM17 - Posto de Cabo.

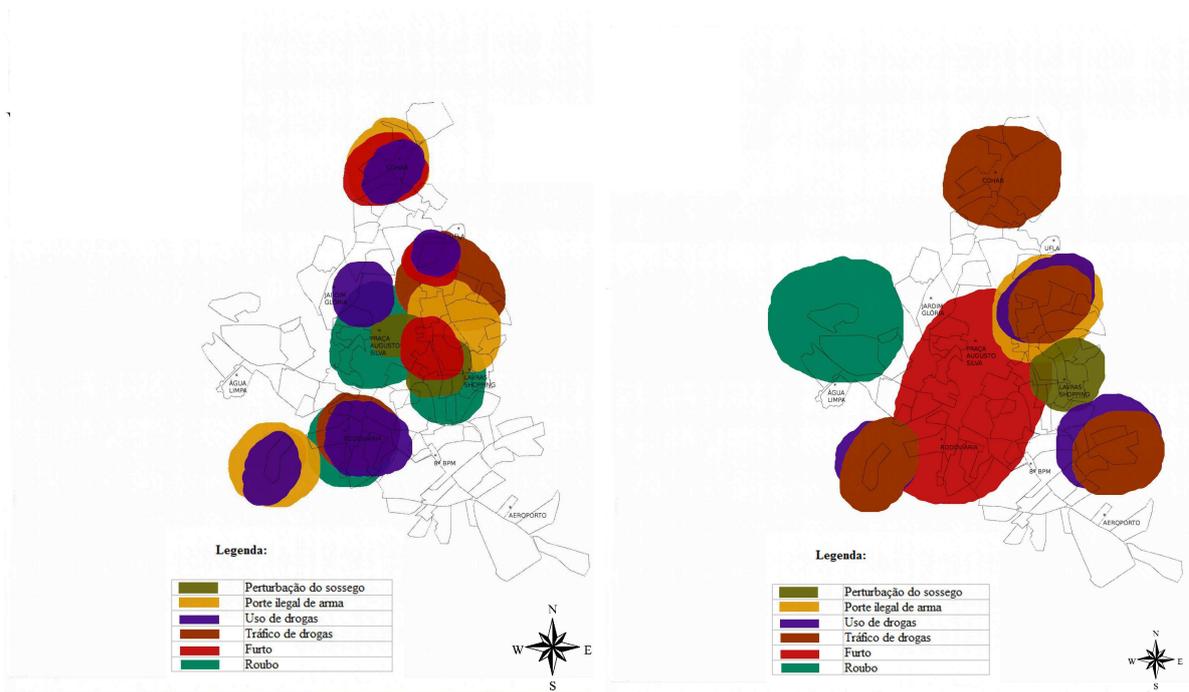


Figura 4.20. PM18 e PM24 - Posto de Cabo.

ocorre mesmo ambos atuando no policiamento ostensivo, estarem na PM há mais de 20 anos e morarem no mesmo bairro antes de entrarem para a PM.

A Figura 4.21 exibe a percepção do policial Cabo PM25. Este atua no policiamento

ostensivo, morava em Lavras(MG) antes de integrar à PM, presta serviço entre 10 e 20 anos à PM e indica o bairro onde morou antes de entrar para a PM com grande incidência para perturbação do sossego, porte ilegal de armas e tráfico de drogas.

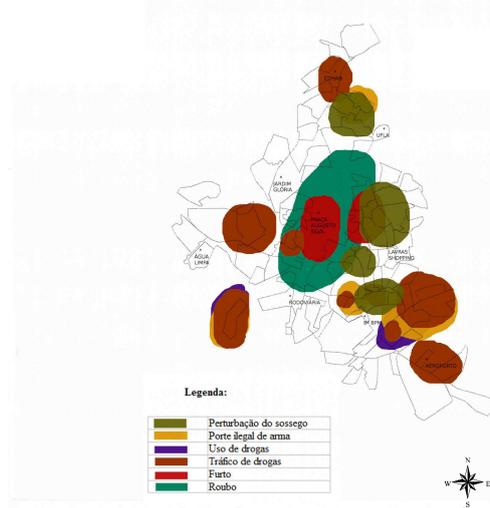


Figura 4.21. PM25 - Posto de Cabo

Para o posto de Cabo constatou-se que dos 5 policiais entrevistados (PM08, PM17, PM18, PM24, PM25), apenas o PM08 atua em unidade administrativa, os demais atuam no policiamento ostensivo; todos moravam em Lavras(MG) antes de integrar à PM; o PM17 e o PM25 estão na polícia entre 10-20 anos e os demais há mais de 20 anos. Estes policiais possuem uma concordância alta sobre ser a região leste da cidade o principal foco da infração penal perturbação do sossego; possuem uma concordância média-alta sobre as regiões norte e leste-nordeste serem as concentradoras das infrações de tráfico de drogas; à exceção do PM18, todos os demais possuem uma concordância alta sobre ser na região central da cidade o principal foco de furto e roubo; exceto o PM25 acredita ser a região leste-nordeste a que concentra o maior número de infrações para uso de drogas; a região leste-nordeste concentra, segundo o PM17, PM18 e PM25, o maior número de infrações penais para porte ilegal de armas, o PM08 acredita ser a região sudoeste o principal foco e o PM24 a região norte do município. Apenas o PM08 não indicou seu bairro de moradia antes de entrar para a PM como área crítica para todas as infrações estudadas. A observação dos mapas demonstra também, que segundo estes policiais existem focos destas infrações em outros pontos da cidade, mas não há uma concordância sobre onde são estes outros locais e nem sobre suas abrangências. Classificou-se a percepção destes policiais para as infrações como média.

4.2.1.3 Sargentos

Na Figura 4.22 são exibidas as percepções dos Sargentos PM02 e PM09, estes possuem uma concordância alta apenas sobre os locais de grande incidência para porte ilegal de armas e perturbação do sossego. Para as demais infrações não há concordância. Sobre o perfil dos policiais tem-se: 1) ambos estão na polícia entre 10-20 anos; 2) ambos nasceram em Lavras(MG); 3) ambos atuam no policiamento ostensivo; 4) o PM02 indicou seu bairro de moradia como foco para perturbação do sossego, o PM09 não marcou seu bairro como foco para quaisquer das infrações.

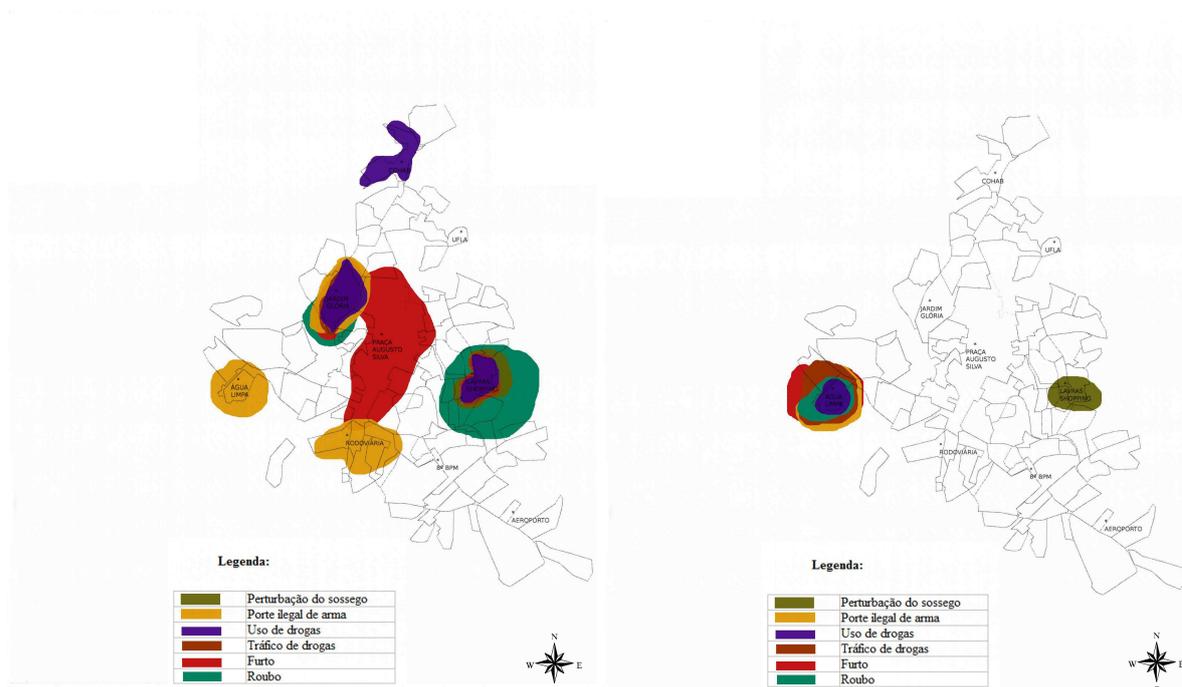


Figura 4.22. PM02 e PM09 - Graduação de Sargento.

Percebe-se um nível de concordância baixo para as infrações do estudo, mesmo considerando os perfis semelhantes para os profissionais.

Os Sargentos PM10 e PM12 apresentam concordância média sobre os locais de maior incidência para as infrações penais de roubo, furto, tráfico de drogas, perturbação do sossego e porte ilegal de armas. Não concordam sobre abrangência destas infrações. Discordam sobre a localização dos focos de uso de drogas como pode ser verificado na Figura 4.23. Seus perfis indicam que: 1) ambos estão na corporação há mais de 20 anos; 2) ambos nasceram em Lavras(MG); 3) o PM10 atua na unidade administrativa e o PM12 no policiamento ostensivo; 4) o PM10 atribuiu ao seu bairro de moradia as infrações de porte ilegal de armas, uso de drogas, tráfico de drogas e furto, já o PM12 não fez associações ao seu bairro de moradia.

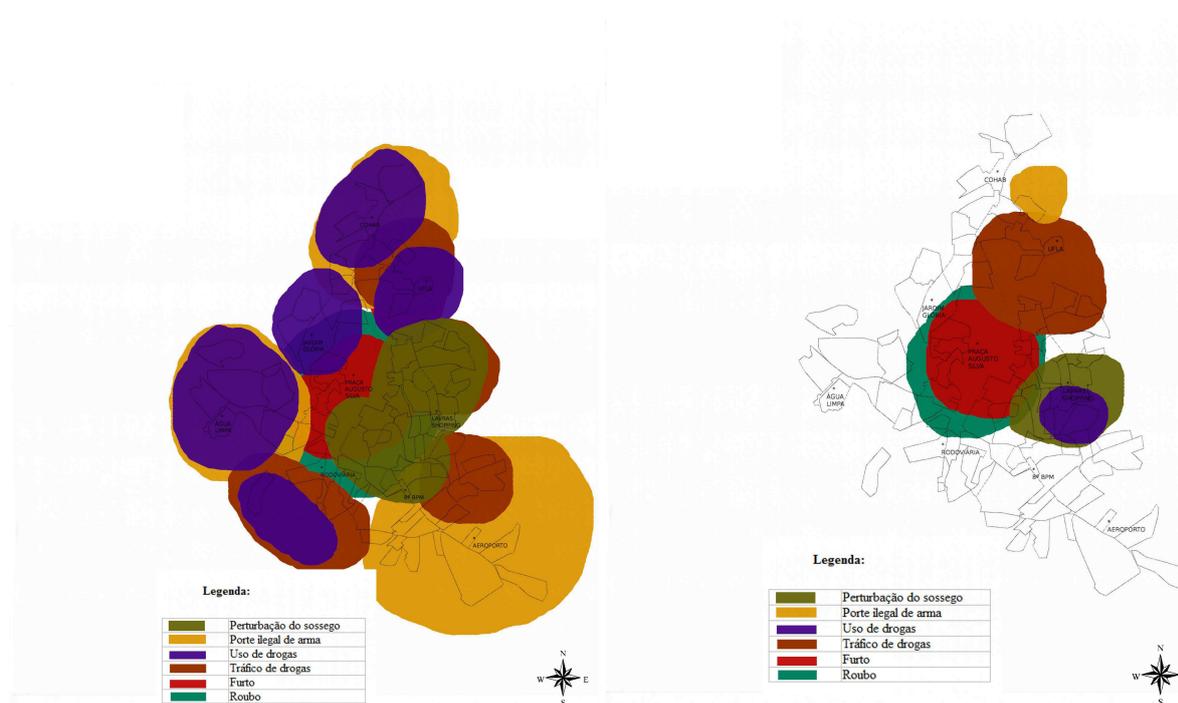


Figura 4.23. PM10 e PM12 - Graduação de Sargento.

Percebe-se uma concordância baixa mesmo se considerando o mesmo tempo de serviço e o local de nascimento. Supõe-se que sua unidade de atuação possa interferir na construção destes conhecimentos.

Os mapas da Figura 4.24 correspondem às percepções dos Sargentos PM15 e PM16 a respeito da distribuição criminal no município de Lavras(MG). Observa-se uma concordância alta para os locais com maior número de infrações para uso de drogas, tráfico de drogas, perturbação do sossego, porte ilegal de armas e furto, discordam quanto as suas abrangências. Discordam sobre as localizações para a infração penal de roubo. Seus perfis mostram que: 1)PM15 está na corporação entre 5-10 anos e o PM16 há mais de 20 anos; 2)ambos nasceram em outra cidade; 3)PM15 atua administrativamente e o PM16 no policiamento ostensivo.

O Sargento PM21 está na polícia entre 10-20 anos, nasceu em Lavras(MG), não especificou o bairro em que morou mais tempo antes de entrar para a PM e atua no policiamento ostensivo. Sua percepção sobre a espacialização da criminalidade em Lavras(MG) é demonstrada na figura 4.25.

Para a graduação de Sargento encontrou-se concordância alta sobre ser a região leste do município o local de maior incidência da infração perturbação do sossego; os Sargentos PM02, PM09, PM10 e PM21 possuem concordância alta sobre a região leste concentrar as infrações penais sobre porte ilegal de armas enquanto os Sargentos PM12, PM15 e PM16 acreditam que estas ocorram em maior número na região norte de

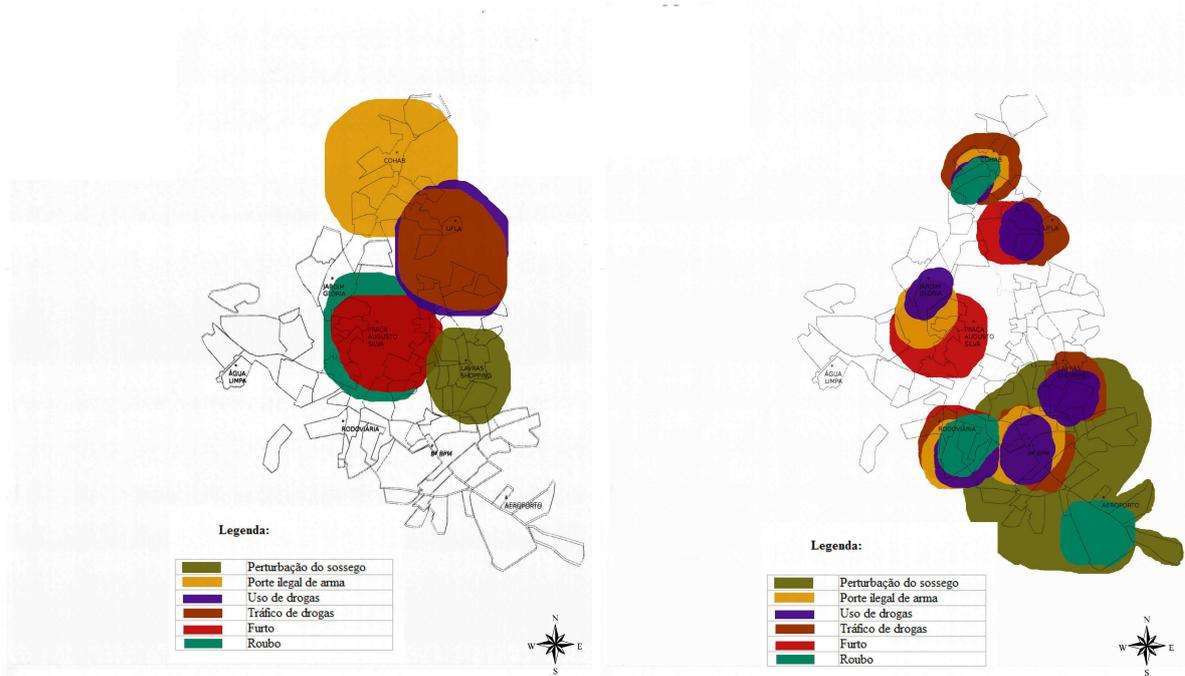


Figura 4.24. PM15 e PM16 - Graduação de Sargento.

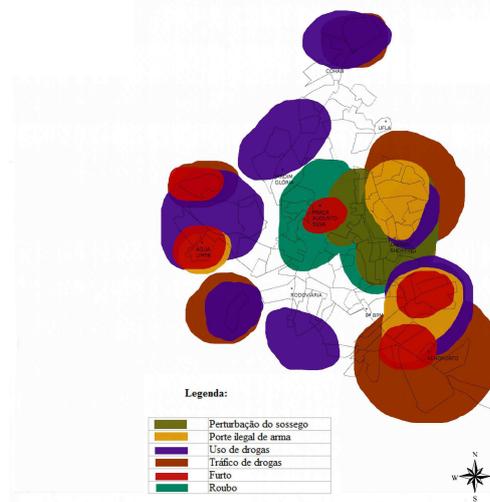


Figura 4.25. PM21 - Graduação de Sargento

Lavras(MG); para a infração uso de drogas, apenas os policiais PM02, PM10 e PM21 possuem alta concordância sobre ser a região norte o local de principal incidência, os demais policiais possuem percepções divergentes; sobre roubo, apenas os PM10, PM12, PM15, PM21 concordam sobre o bairro Centro, os demais divergem; para as infrações sobre tráfico de drogas, os policiais PM10, PM12, PM15, PM16 e PM21 acreditam que estas ocorram em maior número na região noroeste do município; por fim, o bairro

Centro é tido como principal foco para as infrações sobre furto para os Sargentos PM02, PM10, PM12, PM15, PM16 e PM21, o PM09 não concorda com esta percepção. A análise dos perfis destes profissionais demonstra que o PM15 faz parte da polícia entre 5-10 anos, entre 10-20 anos estão o PM02, PM09, PM21 e o tempo dos policiais PM10 e PM12 excede 20 anos; apenas o PM15 e o PM16 não nasceram em Lavras(MG); os Sargentos PM10 e PM15 atuam no setor administrativo, os demais trabalham no policiamento ostensivo. O PM02 e o PM10 indicaram seus bairros de moradia como áreas críticas de pelos uma das infrações do estudo. Concluí-se que a concordância entre os sargentos é média-alta.

4.2.1.4 Tenentes

Os Tenentes, PM01 e PM03 apresentam concordância alta apenas para as infrações de perturbação do sossego e porte ilegal de armas, discordam sobre a localização das demais, vide Figura 4.26. A análise de seus perfis demonstram que: 1)PM01 atua administrativamente enquanto PM03 atua no policiamento ostensivo; 2)ambos nasceram em Lavras(MG); 3)ambos estão na polícia há mais de 20 anos; 4) O PM01 indicou seu bairro de moradia como principal localização para furto, o PM03 não assinalou nenhuma ocorrência para seu bairro.

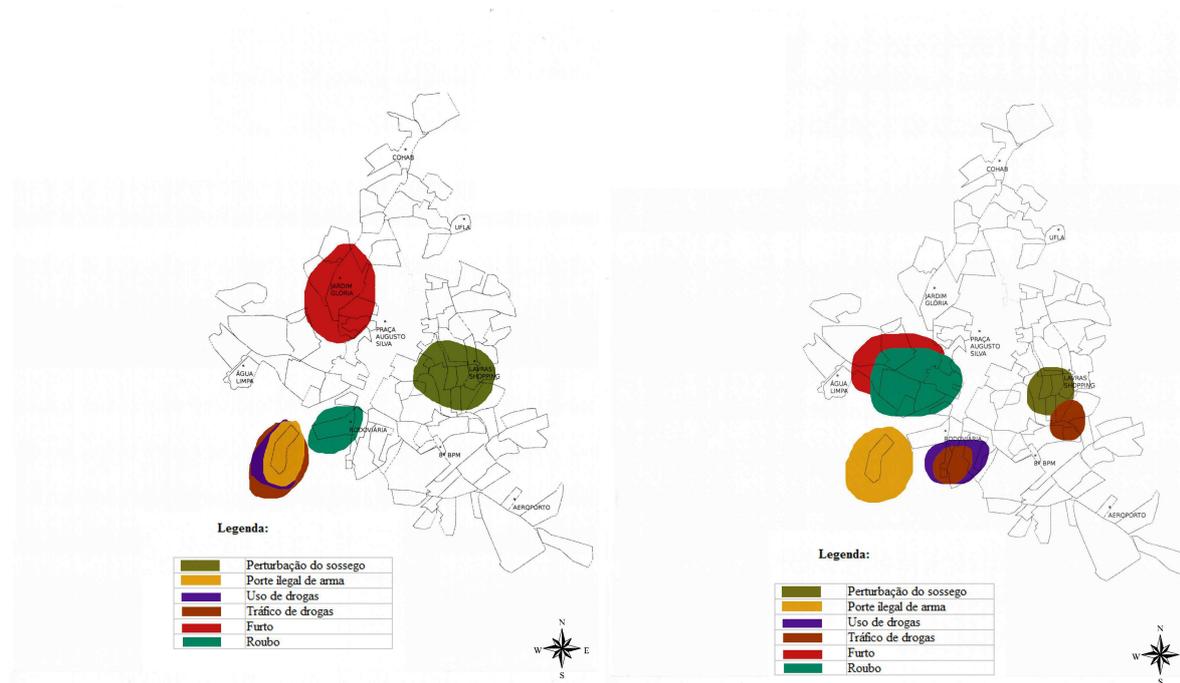


Figura 4.26. PM01 e PM03 - Graduação de Tenente.

Os policiais PM20 e PM23 possuem concordância média, conforme Figura 4.27, sobre alguns locais de maior incidência das infrações uso de drogas, furto, porte ilegal

de armas e perturbação do sossego. Discordam sobre as abrangências destas infrações nestes pontos. Discordam também sobre as principais localizações das demais infrações. Destaque para as informações: 1) o Tenente PM20 está na polícia há mais de 20 anos enquanto o PM23 possui entre 5-10 anos de serviço; 2) ambos nasceram em Lavras(MG); 3) ambos atuam no policiamento ostensivo; 4) o PM20 e o PM23 não assinalaram seus bairros de moradia para quaisquer das infrações estudadas.

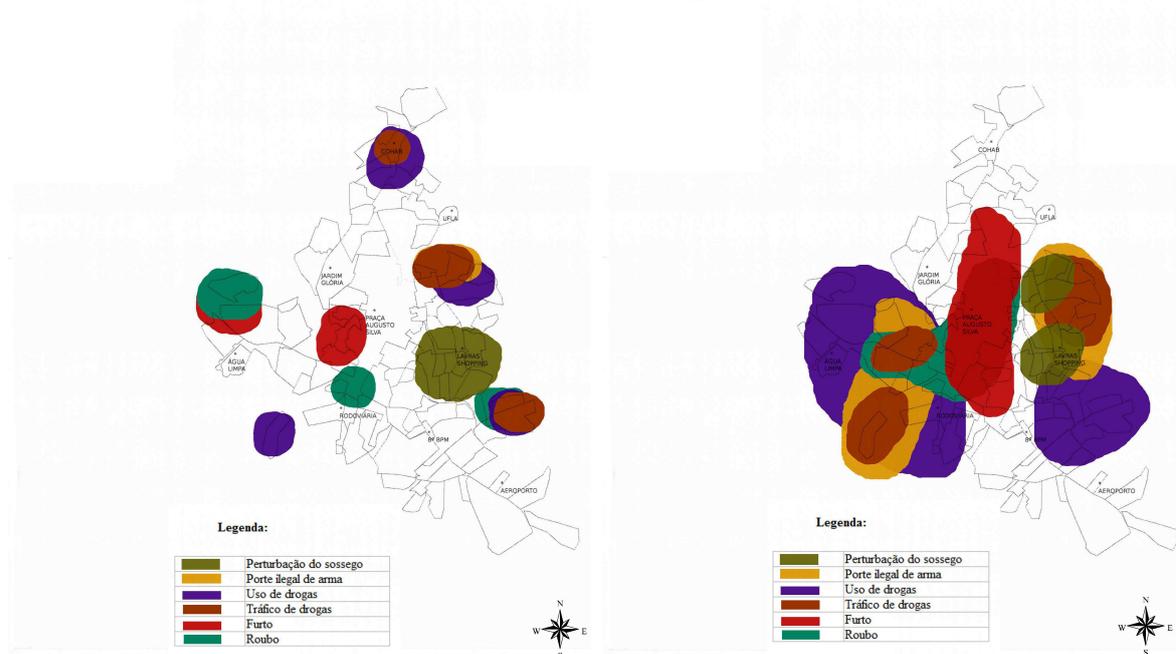


Figura 4.27. PPM20 e PM23 - Graduação de Tenente.

A análise das percepções dos Tenentes demonstra concordância alta entre os policiais PM01, PM03 e PM23 sobre ser a região sudoeste o local de maior incidência para a infração penal de porte ilegal de armas; a concordância dos Tenentes é alta sobre ser a região leste foco para perturbação do sossego; os policiais PM01, PM20 e PM23 possuem concordância alta sobre ser a região sudoeste o local com maior índice de uso de drogas. Para as demais infrações, suas percepções são divergentes, tanto em localização quanto em abrangência. Para seus perfis, encontrou-se como informação de que todos nasceram em Lavras(MG); apenas o PM01 atua em unidade administrativa, os demais estão alocados para o policiamento ostensivo; o tempo de serviço dos policiais PM01, PM03 e PM20 supera 20 anos, enquanto o PM23 está na polícia entre 5-10 anos; o PM01 indicou seu bairro de moradia antes de entrar para a PM como área crítica para furto, os demais não fizeram qualquer associação entre os locais das infrações e seus bairros de moradia. Classifica-se a concordância destes policiais como média-alta.

4.2.1.5 Capitães

As percepções para os capitães PM11 e PM13 demonstram concordâncias médias para os múltiplos pontos a respeito das infrações, há concordância média sobre tráfico de drogas e roubo. Entretanto, para as demais infrações encontrou-se vários focos no município, mas em locais divergentes, conforme pode ser verificado na Figura 4.28. Seus perfis mostram que: 1) ambos estão alocados no policiamento ostensivo 2) ambos estão na polícia há mais de 20 anos; 3) ambos não nasceram em Lavras(MG).

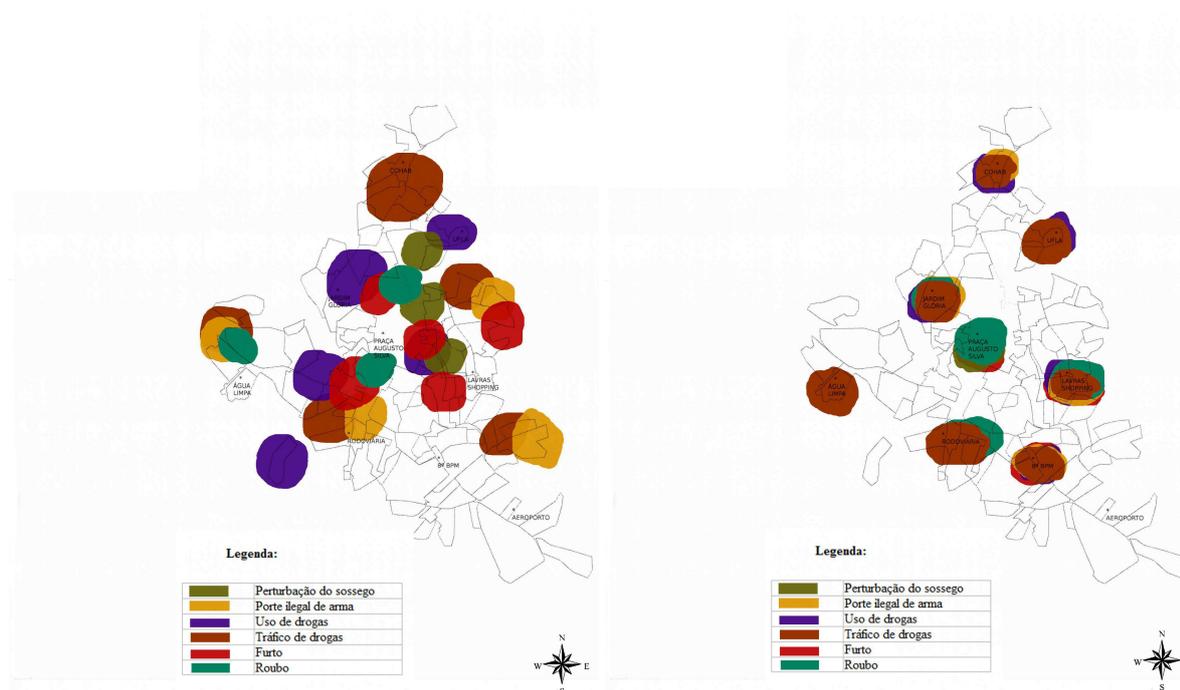


Figura 4.28. PM11 e PM13 - Posto de Capitão.

Para o Capitão PM14 encontrou-se a percepção mostrada pela Figura 4.29. Este está na corporação há mais de 20 anos, atua no policiamento ostensivo e não nasceu em Lavras(MG).

Sobre estas percepções verifica-se concordância alta sobre os múltiplos pontos considerados focos para tráfico de drogas, perturbação do sossego e furto. Para as demais infrações todos relatam múltiplos pontos como sendo focos para as infrações, mas suas percepções são discordantes. Seus perfis indicam que todos prestam serviços à PM entre 10-20 anos, não nasceram em Lavras(MG) e atuam no policiamento ostensivo. A concordância é classificada como média para estes PMs.

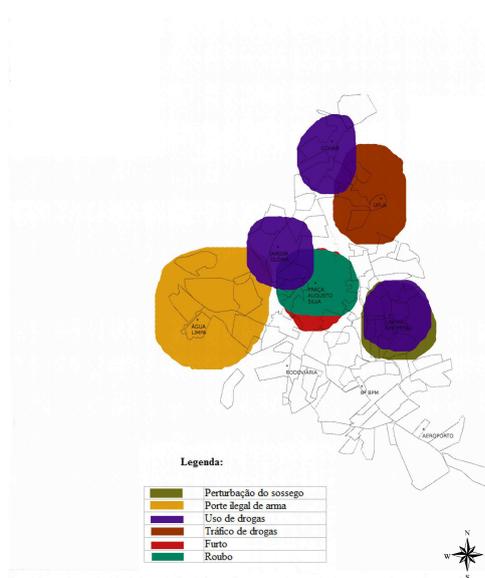


Figura 4.29. PM14 - Posto de Capitão

4.2.1.6 Majores

A Figura 4.30 apresenta a percepção dos Majores, PM05 e PM06, para distribuição criminal do município. Verifica-se que existe uma concordância média apenas para a localização da infração perturbação do sossego, ambos acreditam que o local de maior incidência é a região leste do município. Não há concordância sobre a abrangência deste infração. Para as demais infrações não há concordância. Destaca-se que o Major PM05 está na polícia entre 10-20 anos e o PM06 há mais de 20 anos; ambos atuam em unidade administrativa; PM05 nasceu em Lavras(MG) e PM06 não, o PM05 indicou seu bairro de moradia para as infrações penais de porte ilegal de armas, furto e roubo. Classifica-se como baixa a concordância para estes policiais.

Analisando os perfis segundo posto/graduação verificou-se que 11 dos 25 policiais estão na PM há mais de 20 anos, 17 nasceram em Lavras(MG), 15 atuam no policiamento ostensivo e 11 dos 25 assinalaram seus bairros de moradia como áreas críticas de pelo menos uma das infrações do estudo. Classificou-se a concordância como média para os profissionais.

4.2.2 PMs que atuam policiamento ostensivo e PMs que atuam em unidades administrativas

A comparação entre as percepções das duas classes de PMs, os que atuam no policiamento ostensivo e os que atuam em unidade administrativa é essencial, uma vez que o primeiro grupo atua nas ruas e o segundo atua no quartel da PM. A integração destas

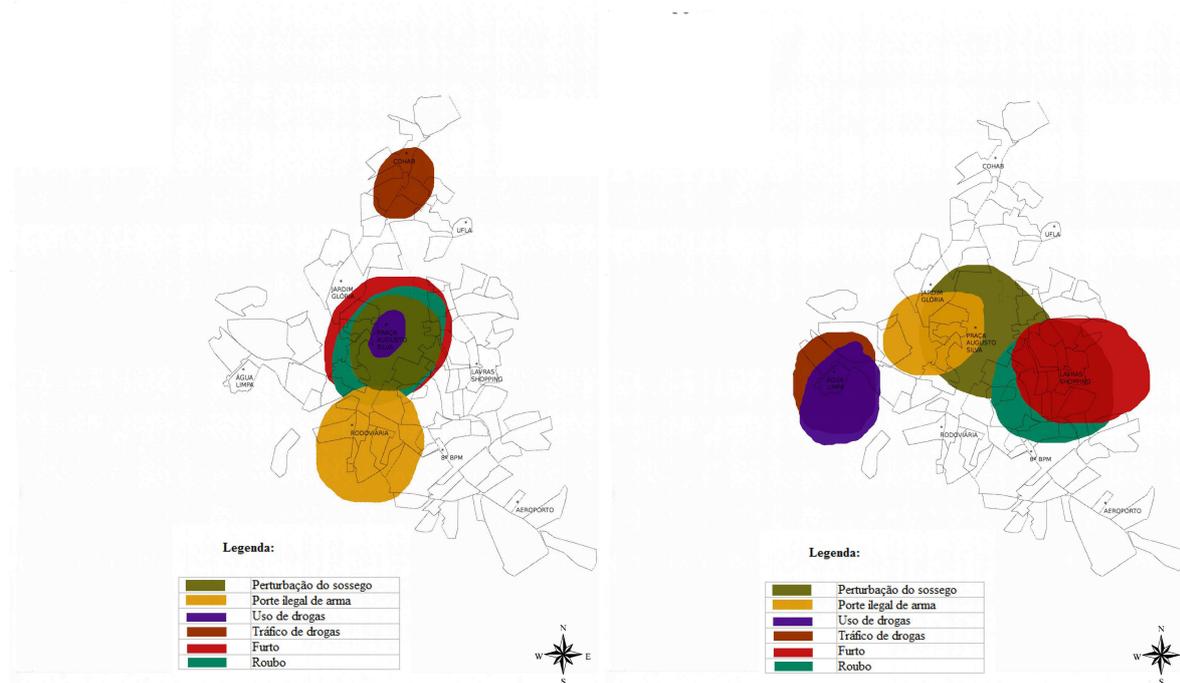


Figura 4.30. PM05 e PM06 - Posto de Major.

percepções é um possível indício de qual será a percepção da organização.

4.2.2.1 Policiamento ostensivo

Na análise das percepções dos PM's Sargento PM02 e Tenente PM03 mostrada pela Figura 4.31 observa-se uma concordância alta apenas para a infração de perturbação do sossego. Para as demais infrações as percepções são divergentes.

Na Figura 4.32 é possível verificar que as percepções variam de média à alta para as infrações penais de uso de drogas e furto. Para as demais as percepções são divergentes.

Percebe-se na Figura 4.33 uma concordância média-baixa para a infração de perturbação do sossego. Destaca-se que esta concordância não se refere à área de abrangência. Para as demais infrações as percepções são completamente divergentes.

Para os PMs, cujas percepções podem ser visualizadas na Figura 4.34, encontra-se concordâncias médias para as infrações de perturbação do sossego, roubo, tráfico de drogas e uso de drogas. Para as demais, as percepções são classificadas como baixas, tanto em questão de localização quanto em abrangência.

Na Figura 4.35 visualiza-se concordâncias baixas para furto, roubo, uso de drogas, porte ilegal de armas e perturbação do sossego. Para a infração de tráfico de drogas as percepções são discordantes. Percebe-se também, que as áreas de abrangência são divergentes.

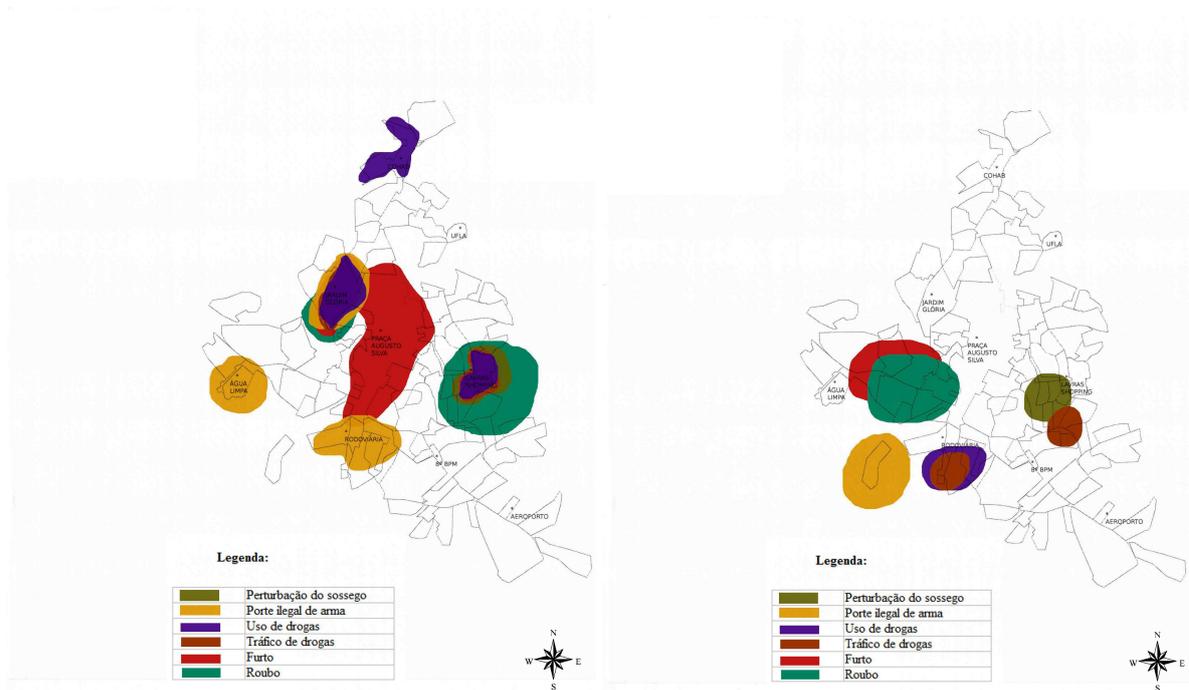


Figura 4.31. PM02 e PM03 - Policiamento ostensivo.

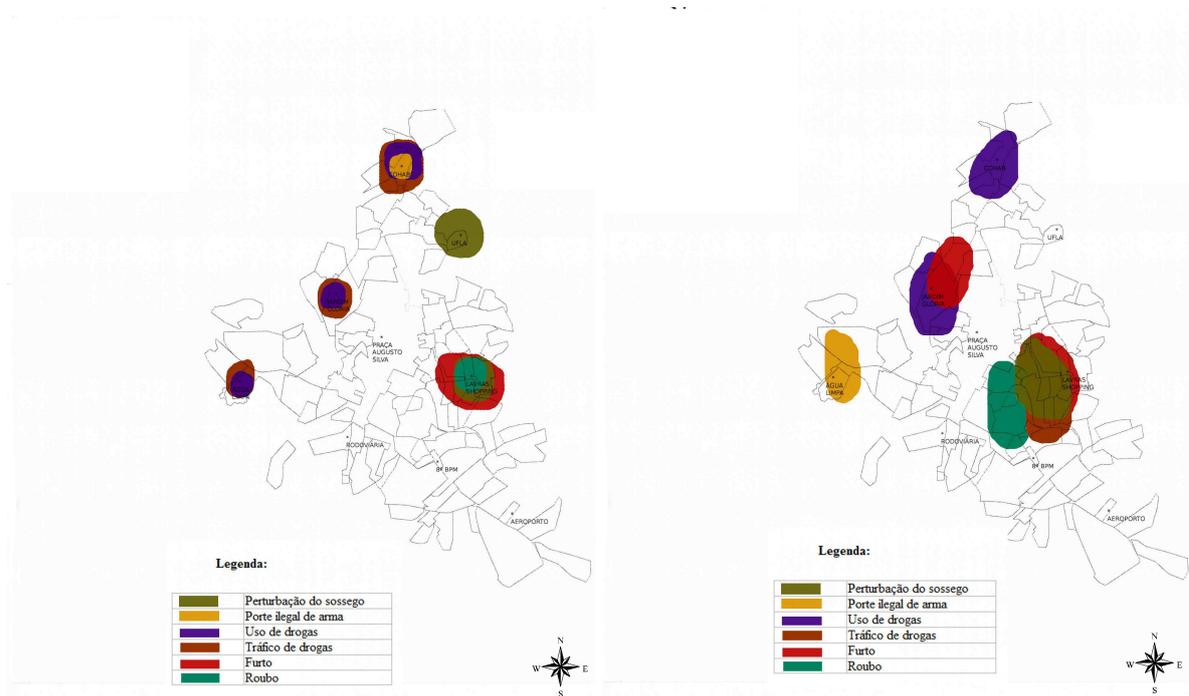


Figura 4.32. Percepção geral das ocorrências segundo o PM04 e PM07 - Policiamento ostensivo.

Os PMs possuem uma concordância baixa em localização e abrangência para as infrações penais uso de drogas, furto, roubo e percepção do sossego, como pode ser visualizado na Figura 4.36. Para as demais, as percepções são divergentes em localização

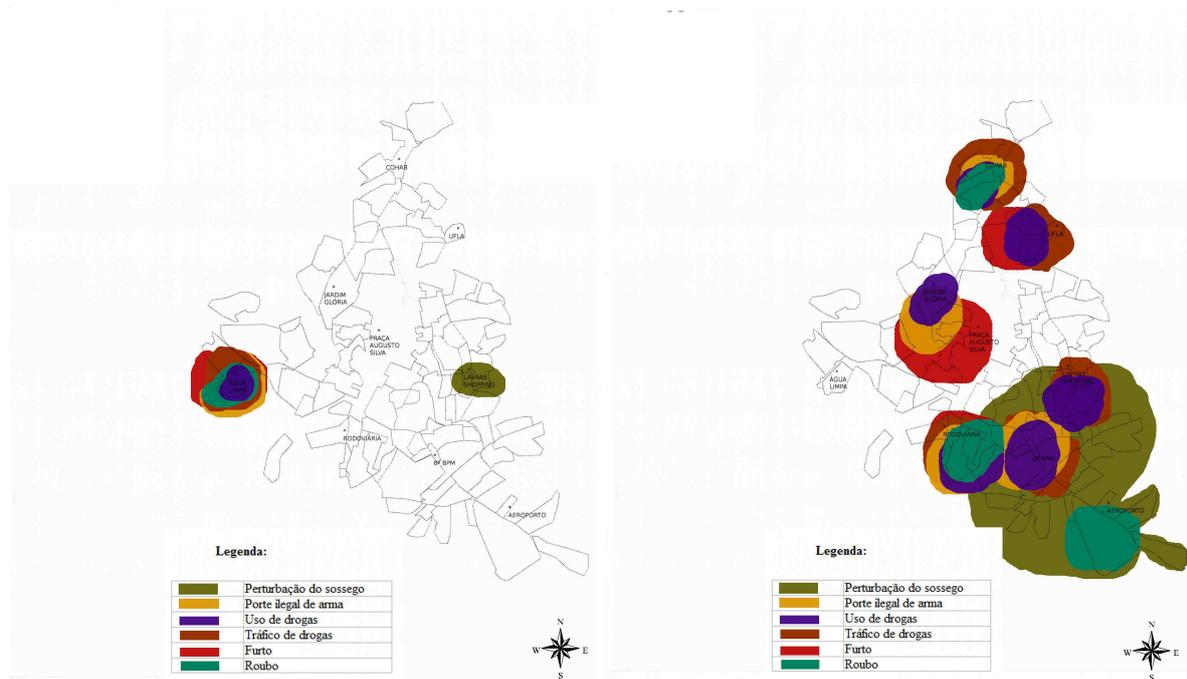


Figura 4.33. PM09 e PM16 - Policiamento ostensivo.

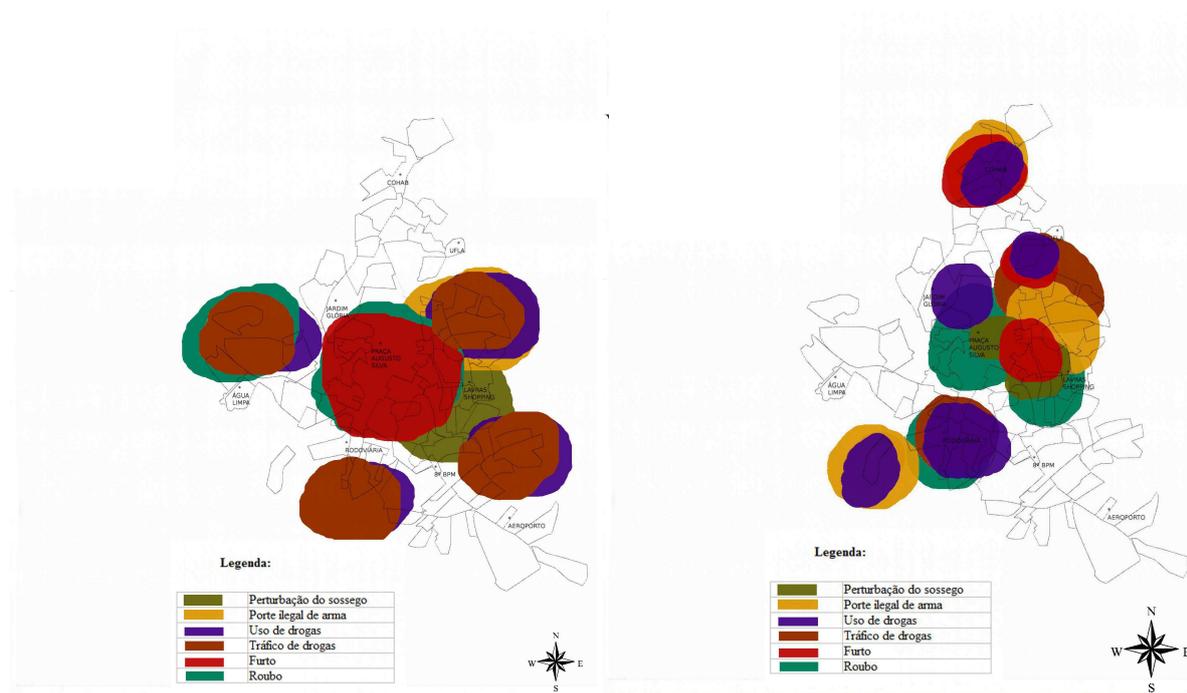


Figura 4.34. PM17 e PM18 - Policiamento ostensivo.

e abrangência.

Analisando a Figura 4.37 percebe-se uma concordância média-alta para as localizações das infrações de furto, tráfico de drogas, perturbação do sossego, uso de drogas e

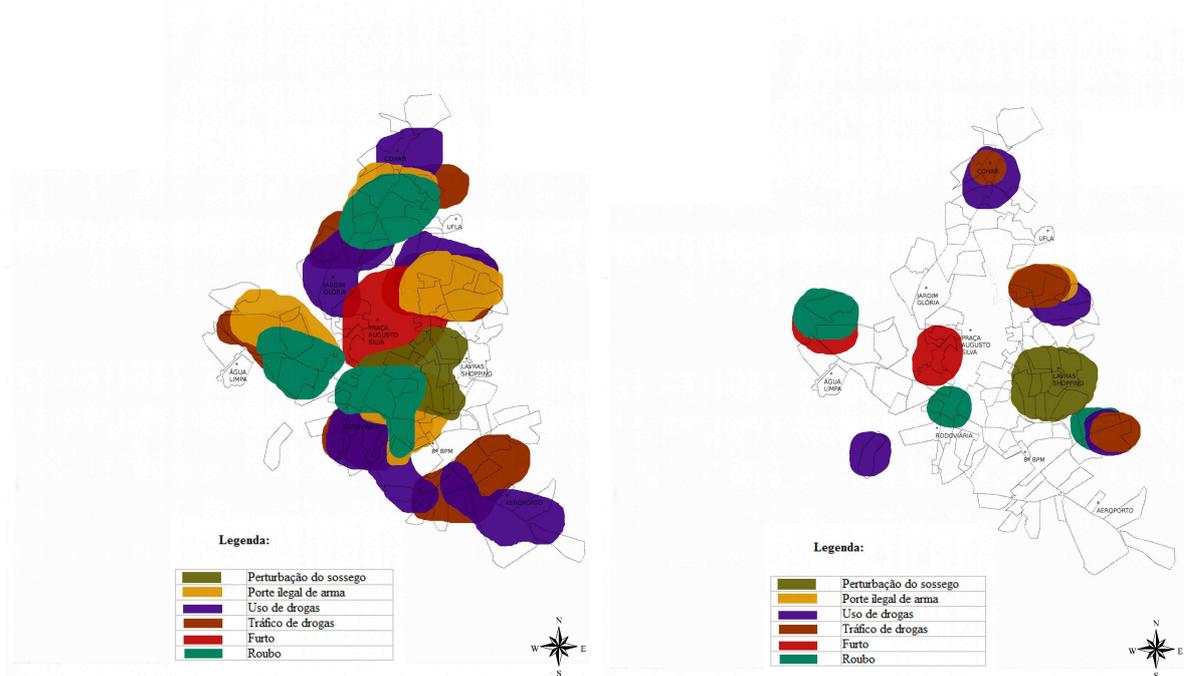


Figura 4.35. PM19 e PM20 - Policiamento ostensivo.

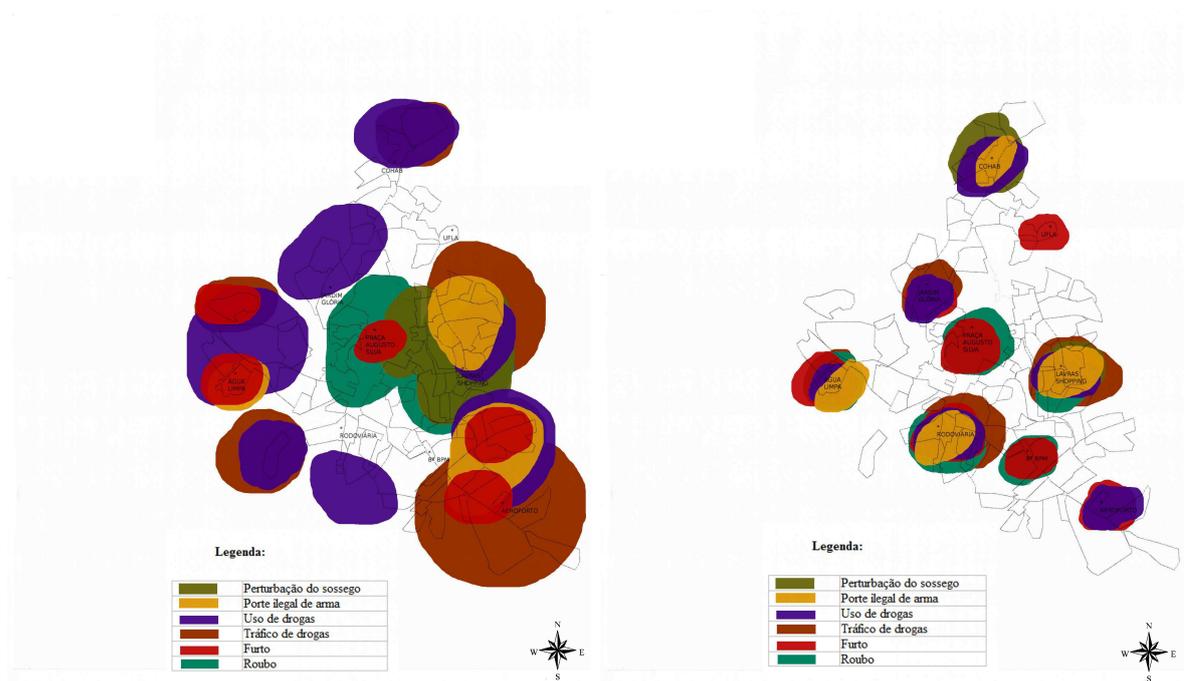


Figura 4.36. PM21 e PM22 - Policiamento ostensivo.

porte ilegal de armas. A concordância quanto aos locais de maior incidência para a infração penal roubo é considerada baixa. Destaca-se ainda as variações das abrangências para cada uma destas infrações.

Ainda buscando estabelecer uma comparação entre as percepções, analisa-se a Fi-



Figura 4.37. PM23 e PM24 - Policiamento ostensivo.

gura 4.38 comparando-a com a Figura 4.39, pode-se indentificar uma concordância média-alta no que se refere à localização das infrações furto e perturbação do sossego, para as demais, a concordância é considerada média.

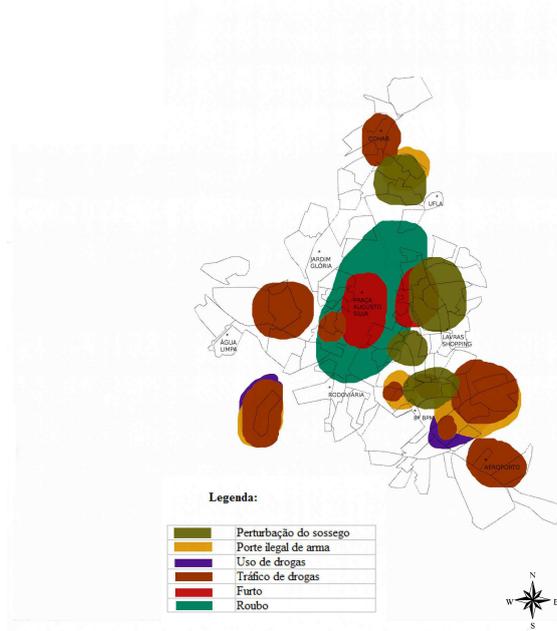


Figura 4.38. PM25 - Policiamento ostensivo.

A análise dos perfis dos policiais que atuam no policiamento ostensivo indica que

destes quinze profissionais apenas três (PM04, PM21 e PM24) não nasceram em Lavras (MG); dez dos quinze policiais estão na corporação há mais de 10 anos; as graduações/patentes variam de Soldado à Capitão. Os resultados encontrados para a análise das percepções destes profissionais são encontrados nos itens abaixo.

- para a infração furto, exceto PM03, PM04, PM07 e PM9 não concordam ser o bairro *Centro* como o local de maior incidência. Ressalta-se que os PMS PM03 e PM07 possuem uma concordância baixa entre eles para a localização desta infração penal. O PM04 e PM09 são discordantes de todos os demais. A concordância é considerada média-alta para estes profissionais.
- sobre a perturbação do sossego, apenas o PM04 discorda sobre a localização foco para esta infração. Para os demais policiais a concordância é considerada média, uma vez que as áreas de abrangência e demais focos de incidência são discordantes.
- para porte ilegal de armas foi encontrada uma concordância média entre PM02, PM07, PM09, PM19, PM21, PM22 e PM23 sobre a localização e a abrangência desta infração penal. Para os demais policiais foi encontrado concordância baixa entre duplas de percepções como no caso do PM19 comparado com o PM20 ou do PM16 quando comparado com o PM04.
- a respeito da infração roubo os resultados indicam concordância baixa entre as percepções dos policiais. Percebe-se que alguns PMS assinalaram uma única área da cidade como foco da infração penal, PM09 por exemplo; enquanto outros assinalaram que a infração é observada em vários locais do município, exemplo PM22.
- os resultados para tráfico de drogas são concordâncias médias para as localizações e abrangências desta infração penal no município. Aqui também foi registrado o relato de áreas únicas de incidência e áreas múltiplas com altos índices de ocorrência.
- para uso de drogas tem-se uma concordância média para as suas localizações e abrangências. Assim como ocorre para roubo e tráfico de drogas, a infração penal uso de drogas apresenta áreas múltiplas e áreas únicas como sendo foco.

Em resumo, classificou-se a concordância entre os policiais atuantes no policiamento ostensivo como média.

4.2.2.2 Unidade administrativa

Os PMs PM01 e PM05 prestadores de serviço na área administrativa da PM, apresentaram um concordância baixa a respeito da localização e abrangência das infrações penais perturbação do sossego e furto. Discordam completamente sobre as demais infrações. Destaca-se na Figura 4.39 o alto grau de divergência para tráfico de drogas e uso de drogas.

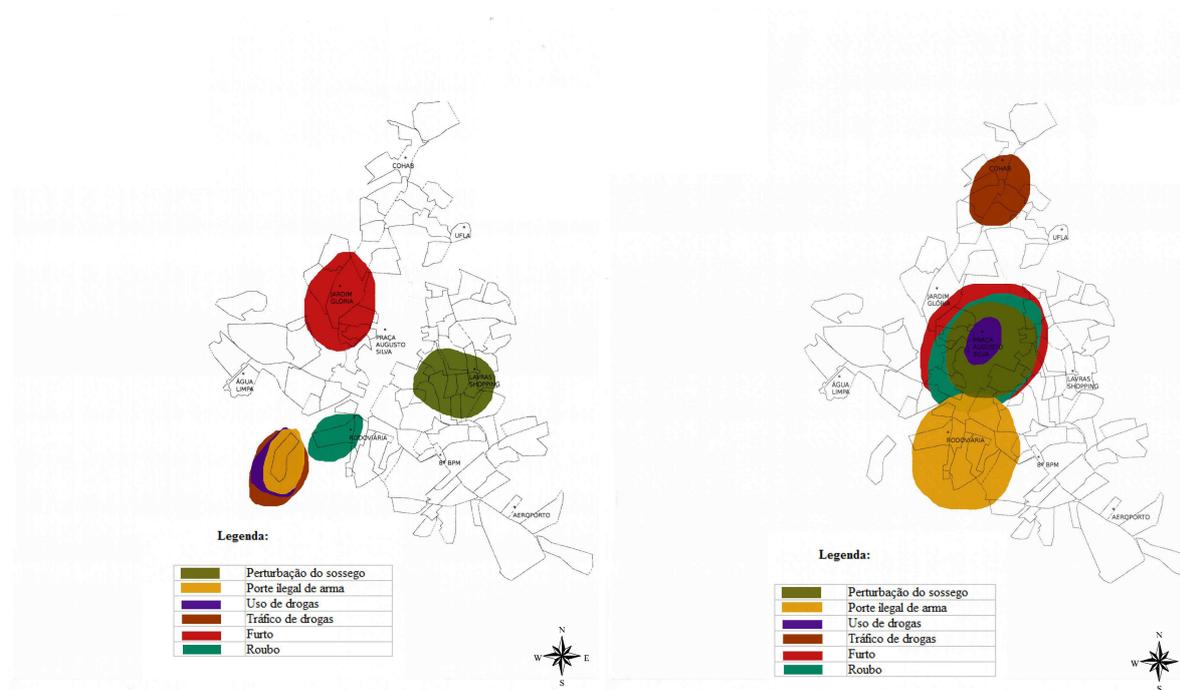


Figura 4.39. PM01 e PM05 - Unidade administrativa.

O resultado ao se comparar as percepções na Figura 4.40 dos PMs PM06 e PM08 é uma concordância média-alta para as infrações penais furto e perturbação do sossego. Para a infração roubo encontrou-se uma concordância baixa, para as demais, encontrou-se completa divergência tanto quanto à localização quanto à abrangência.

Na Figura 4.41 nota-se que o PM10 assinala todos os bairros do município como foco para pelo menos uma das infrações penais do estudo. Ao se comparar suas percepções com as percepções do PM11 tem-se uma concordância média, justifica-se esta classificação pela abrangência que o PM10 relata para as ocorrências e às múltiplas áreas assinaladas pelo PM11.

A concordância apresentada pelo PM12 e PM13 é considerada baixa quando são consideradas as infrações furto, roubo e tráfico de drogas. Destaca-se na Figura 4.42 as divergências de percepções para as demais infrações penais.

Na Figura 4.43 são apresentadas as comparações das percepções do PM14 e PM15. A concordância é classificada como média-alta para furto, roubo, perturbação do sos-

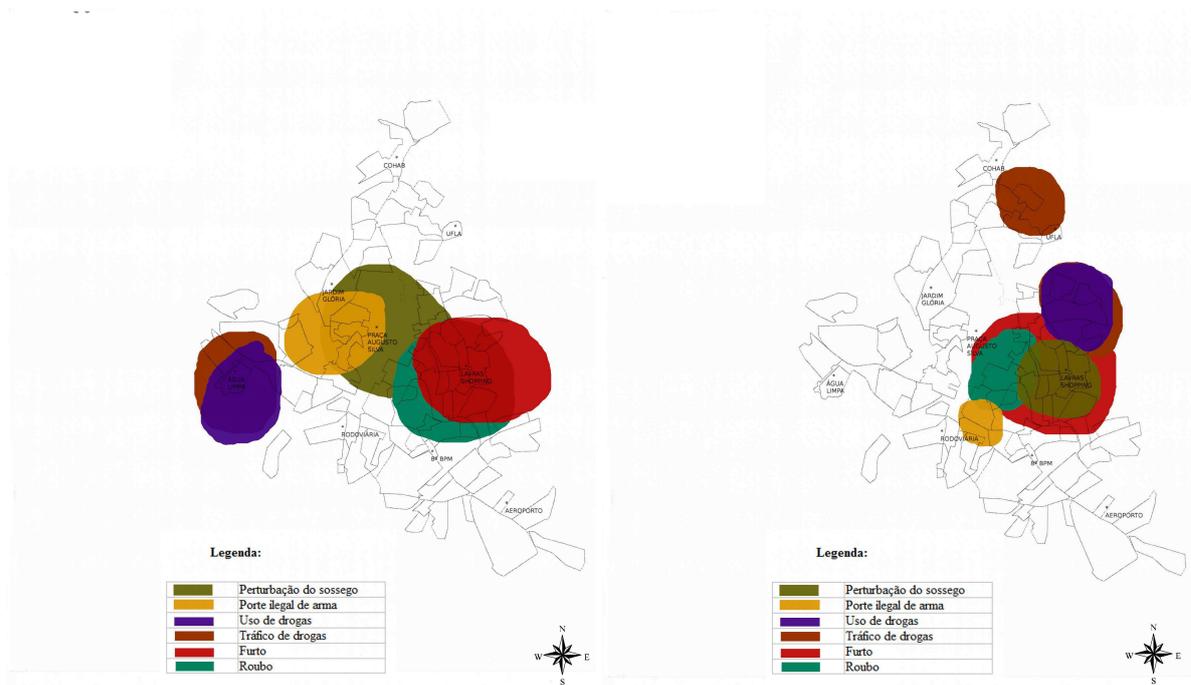


Figura 4.40. PM06 e PM08 - Unidade administrativa.

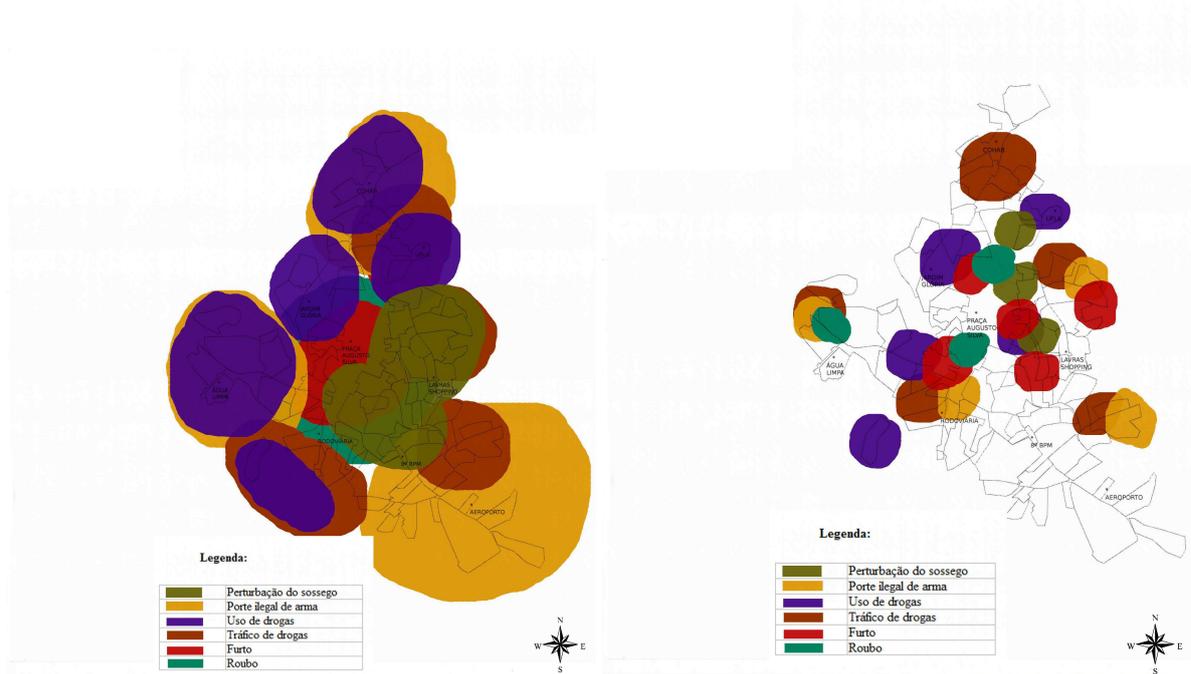


Figura 4.41. PM10 e PM11 - Unidade administrativa.

sego e tráfico de drogas. Para uso de drogas a concordância é considerada baixa e para porte ilegal de armas estes policiais divergem completamente.

A análise dos perfis dos dez policiais que desempenham papéis administrativos

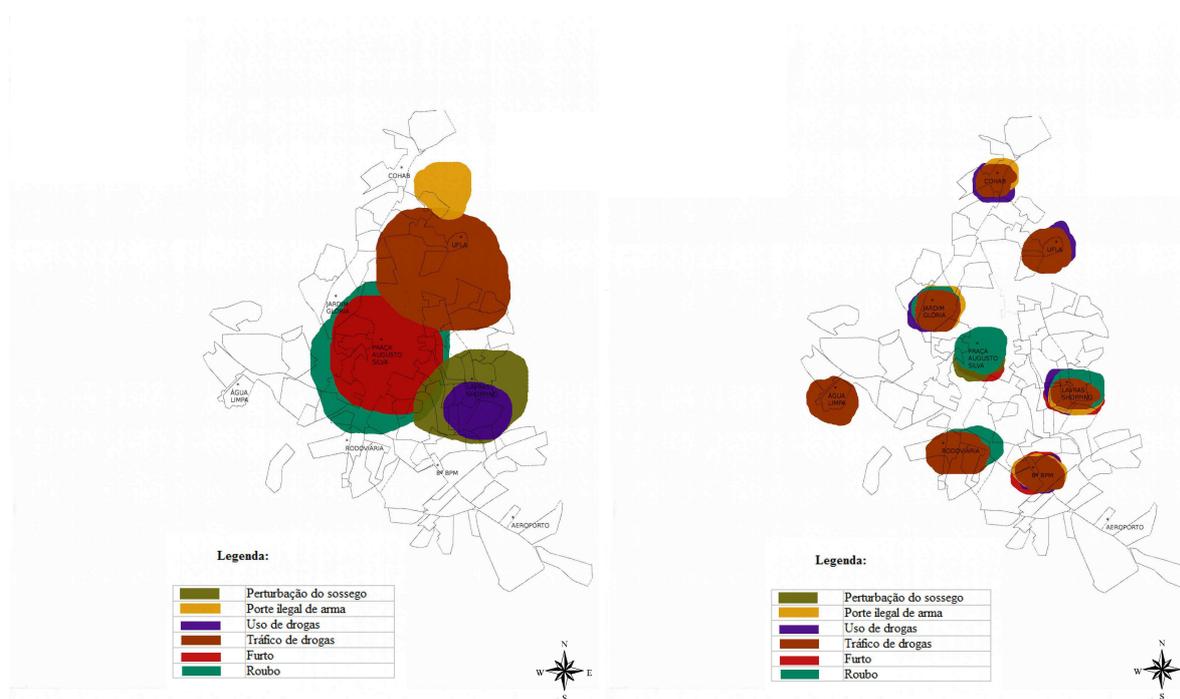


Figura 4.42. PM12 e PM13 - Unidade administrativa.

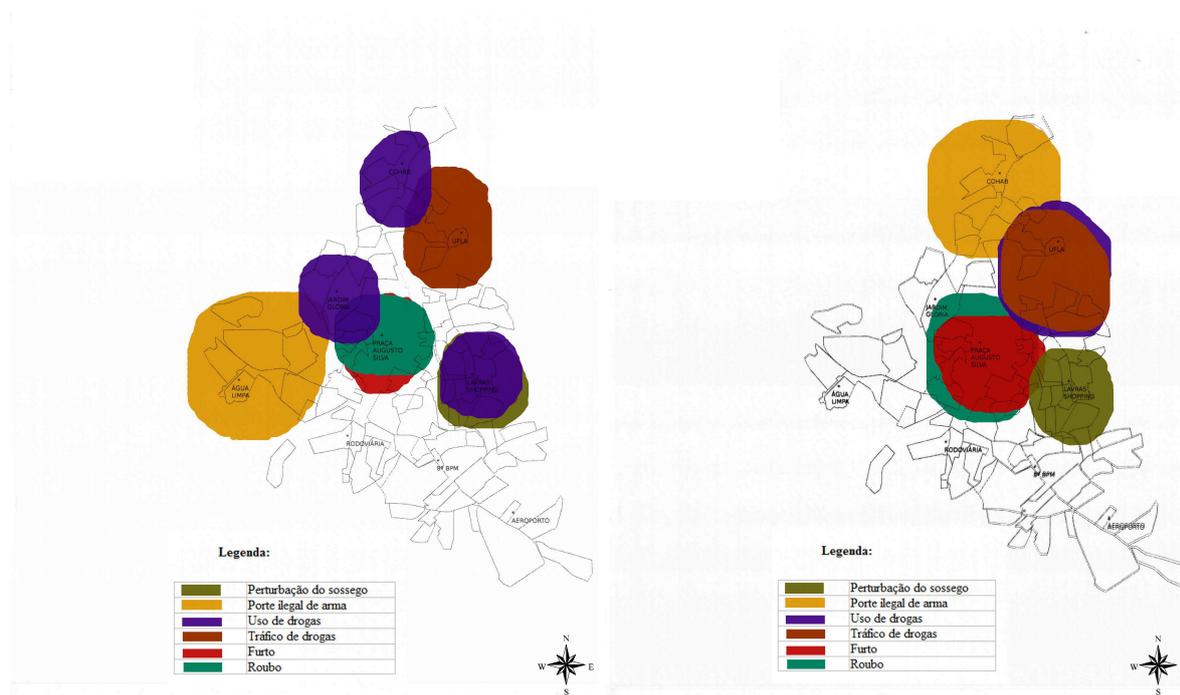


Figura 4.43. PM14 e PM15 - Unidade administrativa.

indicam que metade deles são nascidos em Lavras(MG) e os demais não; identificou-se também que apenas o PM15 está na corporação há menos de 10 anos e os postos/graduações relatados foram Cabo, Sargento, Capitão e Major. As análises das

percepções são apresentadas a seguir.

- furto: os policiais apresentaram um concordância média a respeito das localizações para esta infração, destaca-se as abrangências assinaladas variaram consideravelmente.
- perturbação do sossego: classifica-se a concordância como média-alta uma vez que as percepções são parcialmente concordantes quanto à área foco, mas discordantes quanto à abrangência das mesmas.
- porte ilegal de armas: a percepções indicam uma concordância baixa para esta infração tanto para a localização quanto para a abrangência. Ressalta-se que algumas percepções são completamente divergentes, como exemplo, cita-se os policiais PM14 e PM15.
- roubo: a análise permite classificar as percepções como sendo de concordância média-alta no que se refere à localização e abrangência.
- tráfico de drogas: as percepções assinaladas pelos policiais podem ser classificadas como sendo de concordância média para localização e média-baixa para abrangência.
- uso de drogas: classifica a concordância como baixa. Destaca-se as abrangências discordantes encontradas e as áreas marcadas como foco pelos policiais, para alguns trata-se de uma única área (PM01, por exemplo) para outros (PM13, por exemplo) trata-se de múltiplas áreas.

Em resumo, classificou-se a concordância entre os policiais atuantes em unidade administrativas da PM como média.

Na seção 4.3 são apresentados os resultados da junção das percepções dos policiais militares para cada uma das infrações penais.

4.3 Mapa de concordância sobre as percepções dos PMS

Nesta seção são apresentados os resultados da reunião das percepções dos 25 policiais militares entrevistados para cada uma das seis infrações penais do estudo. Esta reunião foi obtida de acordo com a sequência: 1) digitalização das percepções individuais assinaladas pelos policiais; 2) sobreposição das percepções; 3) criação das áreas de concordância partindo do centro dos polígonos assinalados. As legendas presentes em cada

um dos mapas identificam o número de policiais que concordam com as localizações das infrações.

4.3.1 Furto

A Figura 4.44 apresenta as respostas dadas pelos policiais para a(s) região(ões) onde acreditavam concentrar o maior número de furtos na cidade de Lavras(MG). É possível verificar que para alguns policiais este local é único para outros existem múltiplos locais concentradores desta infração.

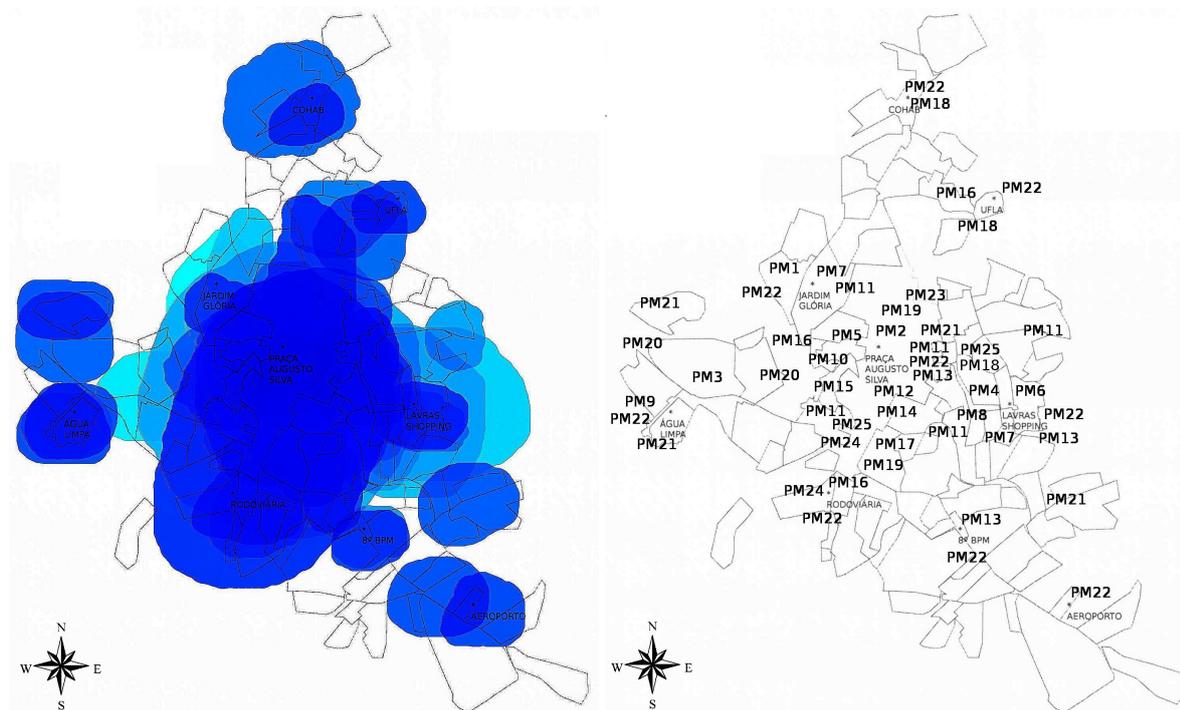


Figura 4.44. Percepções individuais dos PMs - Furto

A reunião das percepções permitiu identificar a região central da cidade como a área crítica para esta ocorrência. Dos 25 policiais estudados, 15 deles possuem uma concordância média-alta para a localização dos furtos no município, observe a Figura 4.45. Logo, considerando-se, de acordo com a metodologia proposta, a localização e abrangência assinaladas pelos policiais, classificou-se a concordância para esta ocorrência como média-alta.

4.3.2 Perturbação do sossego

Para a ocorrência de perturbação do sossego, observe a Figura 4.46, a região leste do município foi assinalada pelos policiais militares como sendo a área crítica.

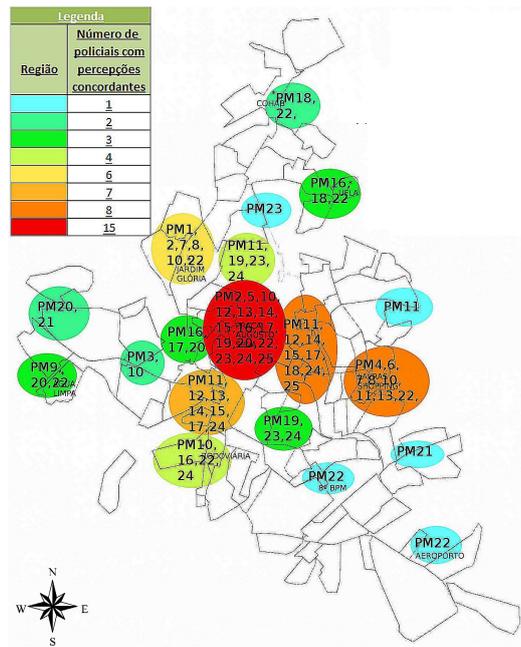


Figura 4.45. Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Furto

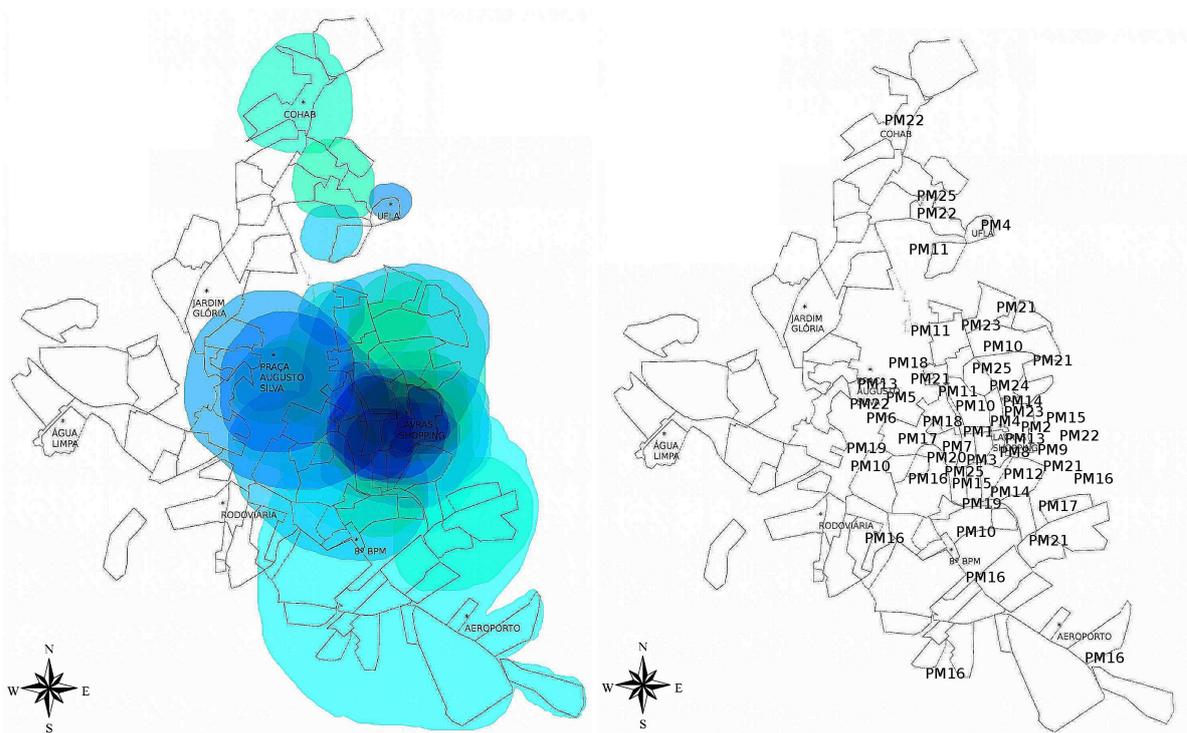


Figura 4.46. Percepções individuais dos PMs - Perturbação do sossego

A Figura 4.47 mostra uma concordância alta para esta infração. Todos os 25 policiais assinalaram a mesma região e abrangências bastante semelhantes como local central das notificações. Observa-se que alguns policiais assinalaram também as adjacências

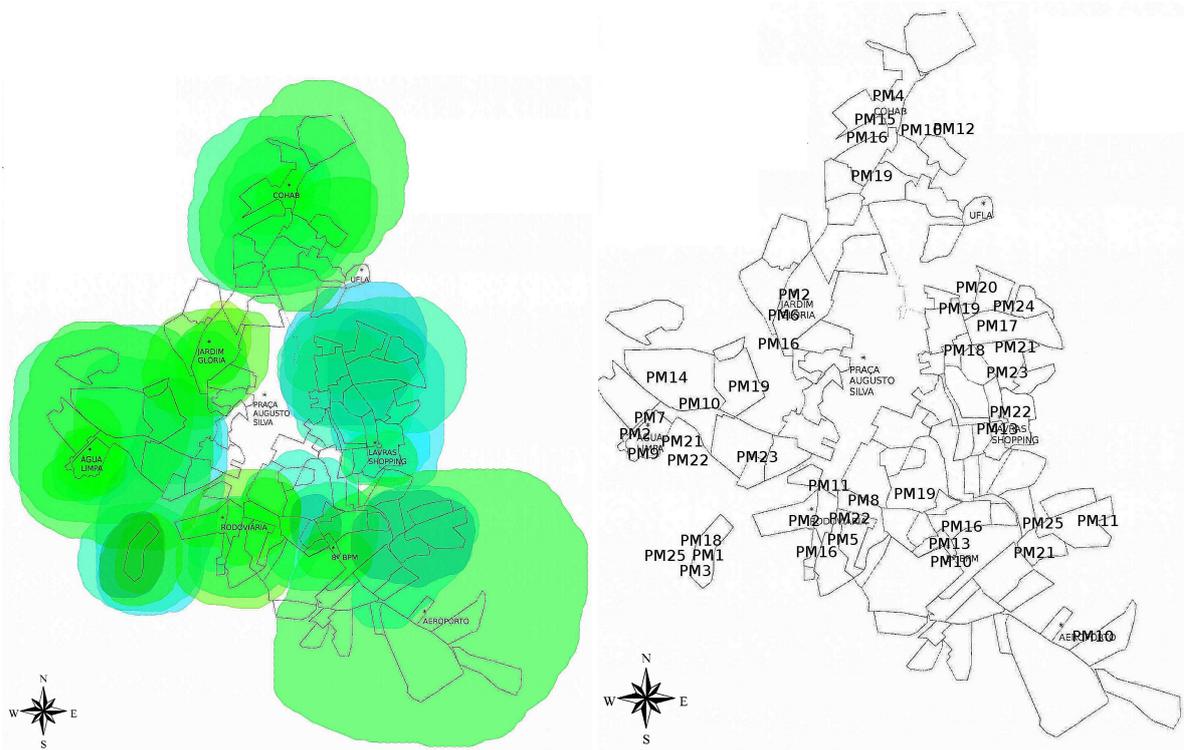


Figura 4.48. Percepções individuais dos PMs - Porte ilegal de armas

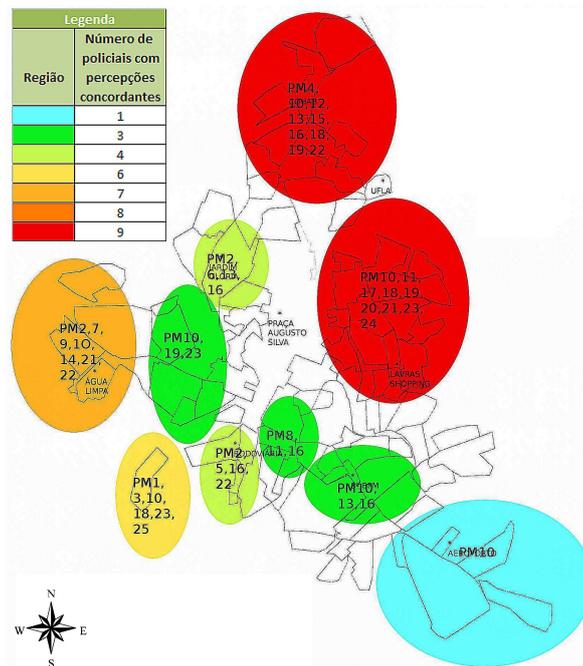


Figura 4.49. Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Porte ilegal de armas

Observe a concordância média apresentada pela Figura 4.53, no máximo 13 dos 25 PMs concordam sobre a localização crítica e abrangência para a infração. Então,

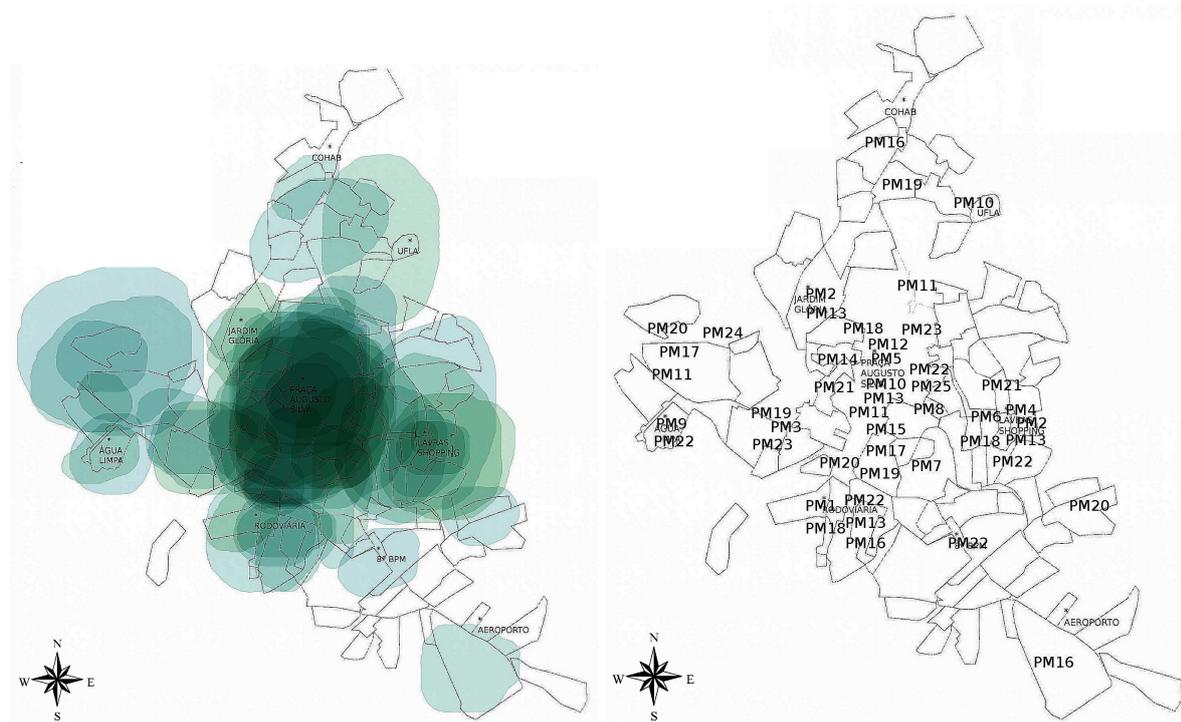


Figura 4.50. Percepções individuais dos PMs - Roubo

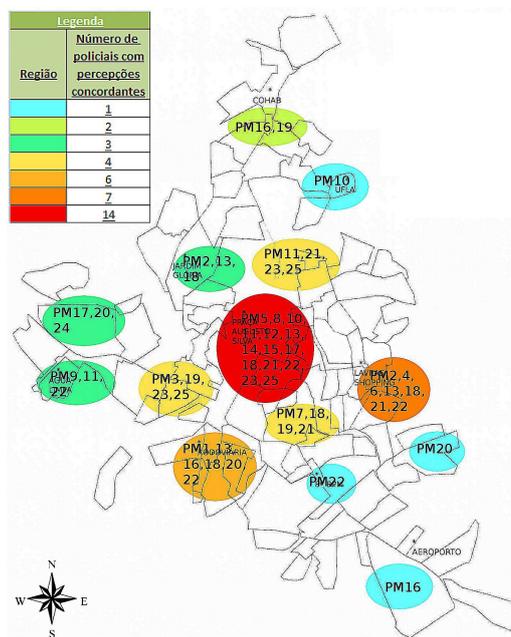


Figura 4.51. Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Roubo

classificou-se a concordância como média.

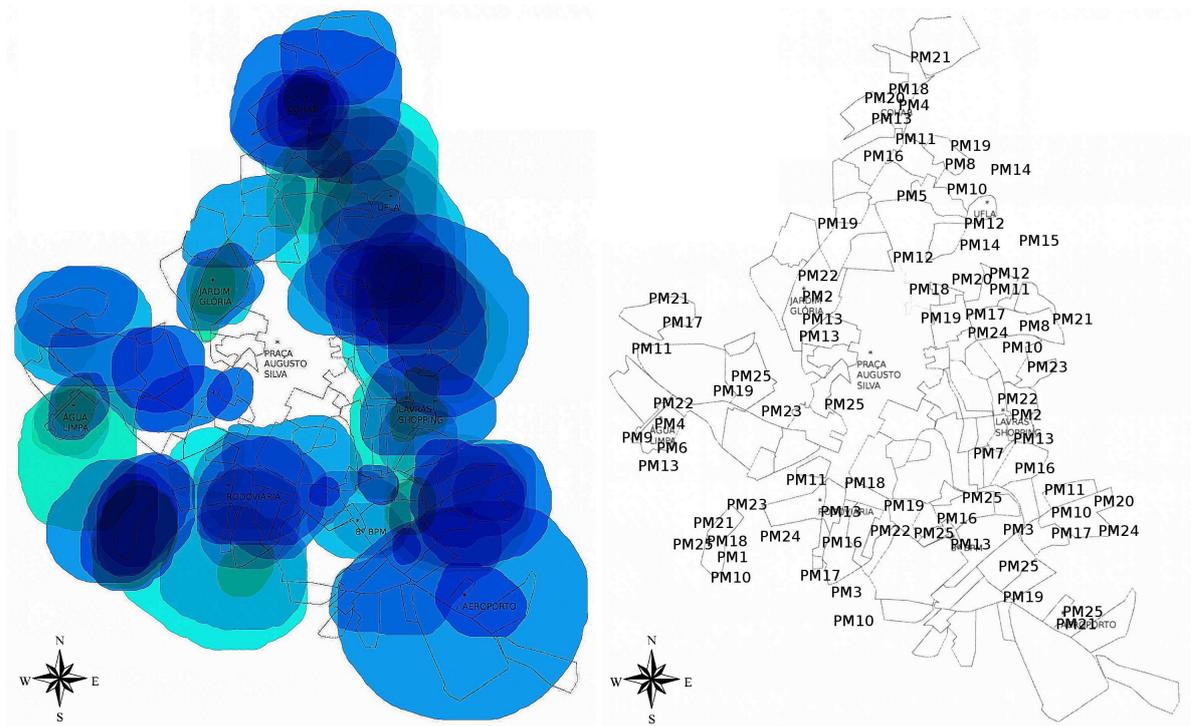


Figura 4.52. Percepções individuais dos PMs - Tráfico de drogas

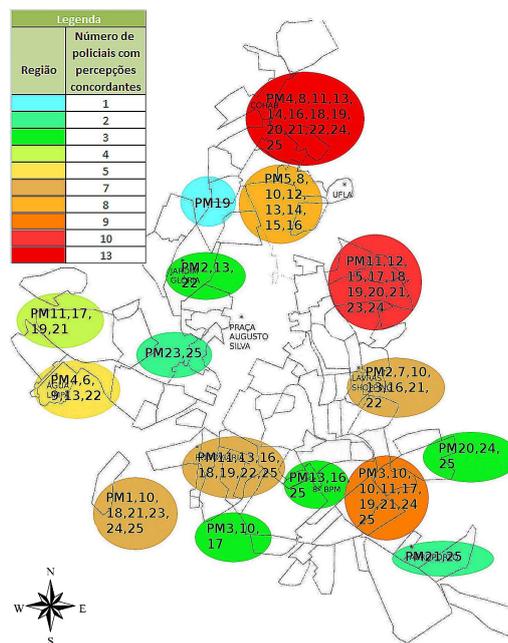


Figura 4.53. Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Tráfico de drogas

4.3.6 Uso de drogas

A respeito da infração penal uso de drogas, pode-se observar na Figura 4.54 uma pulverização das notificações desta infração no município.

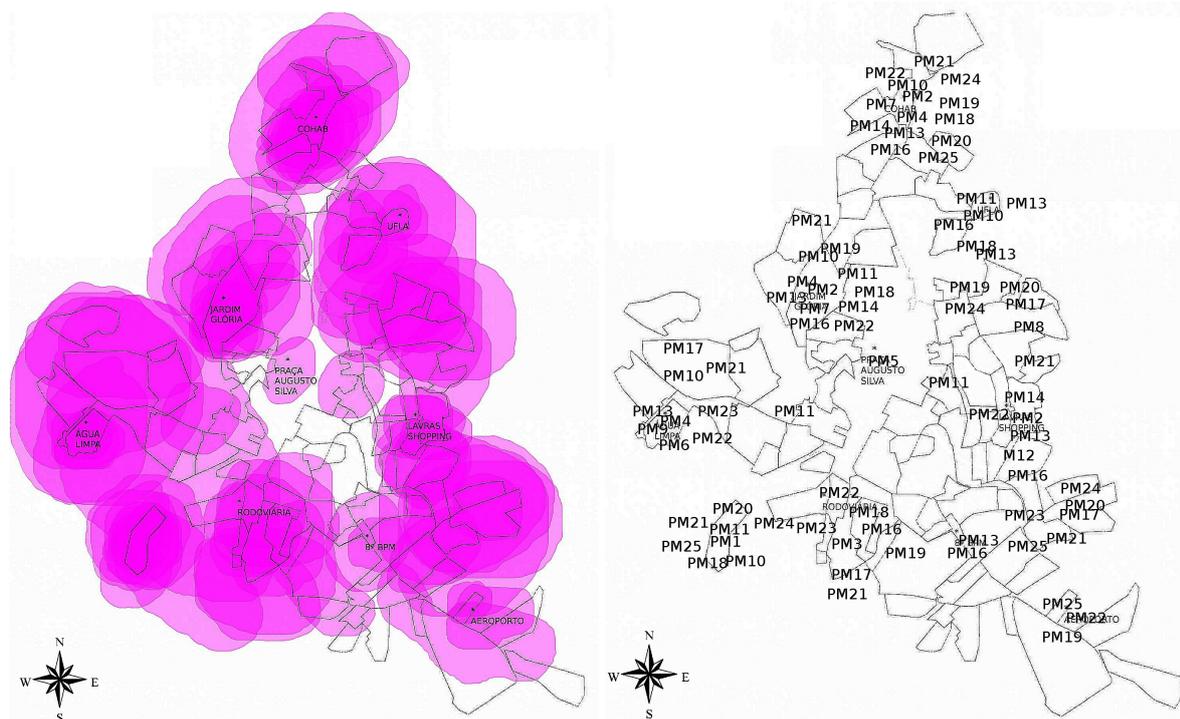


Figura 4.54. Percepções individuais dos PMs - Uso de drogas

Na Figura 4.55 encontra-se uma concordância média para a uso de drogas e sua abrangência. No máximo, 14 dos 25 PMs concordam sobre a sua localização crítica. Portanto, classificou-se a concordância como média.

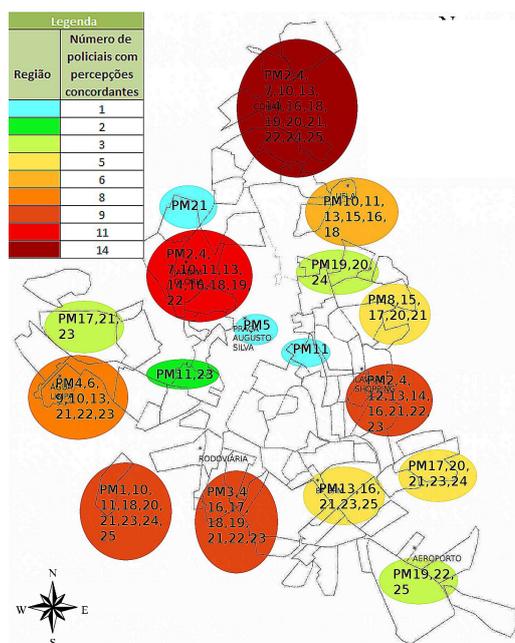


Figura 4.55. Mapa de concordância para a percepção dos PMs - Uso de drogas

De posse destas informações, classificou-se que as percepções dos policiais para furto como média-alta, perturbação do sossego como alta, porte ilegal de armas como baixa, roubo como média, tráfico de drogas como média e uso de drogas como média. Em resumo, a classificação geral foi média.

A seguir são apresentados os resultados encontrados na análise da base de dados oficial da PM.

4.4 Distribuição espacial das infrações segundo a base oficial

Para este estudo foram utilizados aproximadamente 210 mil boletins de ocorrência, compreendendo o período de 01/01/2001 à 23/11/2010. Os registros anuais são apresentados na Tabela 4.1.

Tabela 4.1. Número de infrações registradas entre 2001 - 2010

Ano	Número de infrações registradas
2001	16.434
2002	21.578
2003	22.357
2004	19.696
2005	17.784
2006	17.855
2007	16.960
2008	26.975
2009	36.445
2010 (até 23/11)	13.580

Os mapas mostram além do bairro foco da infração penal, outros bairros da cidade onde as infrações são esporadicamente registradas, por exemplo, no bairro *Conjunto Habitacional Botrel* foram registrados 10 BOs para porte ilegal de armas no período 2001-2010, já no bairro *Centro* foram registradas 496 BOs. A análise detalhada da base oficial de dados pode ser visualizada no *Apêndice D*.

A priori pretendeu-se utilizar a média ponderada das infrações por bairros e a partir desta realizar a comparação com a percepção dos policiais, a fim de que a hipótese sobre a construção das percepções individuais dos policiais ser baseada nesta média. Porém a indisponibilidade destes dados impediu a realização deste teste.

4.4.1 Furto

Entre 2001 e 2010 foram registrados 18.249 boletins de infrações referentes a furto, destes 6.324 identificam o centro da cidade como principal local de registros da infração, logo, o *Centro* é o bairro foco para esta infração, vide Figura 4.56.

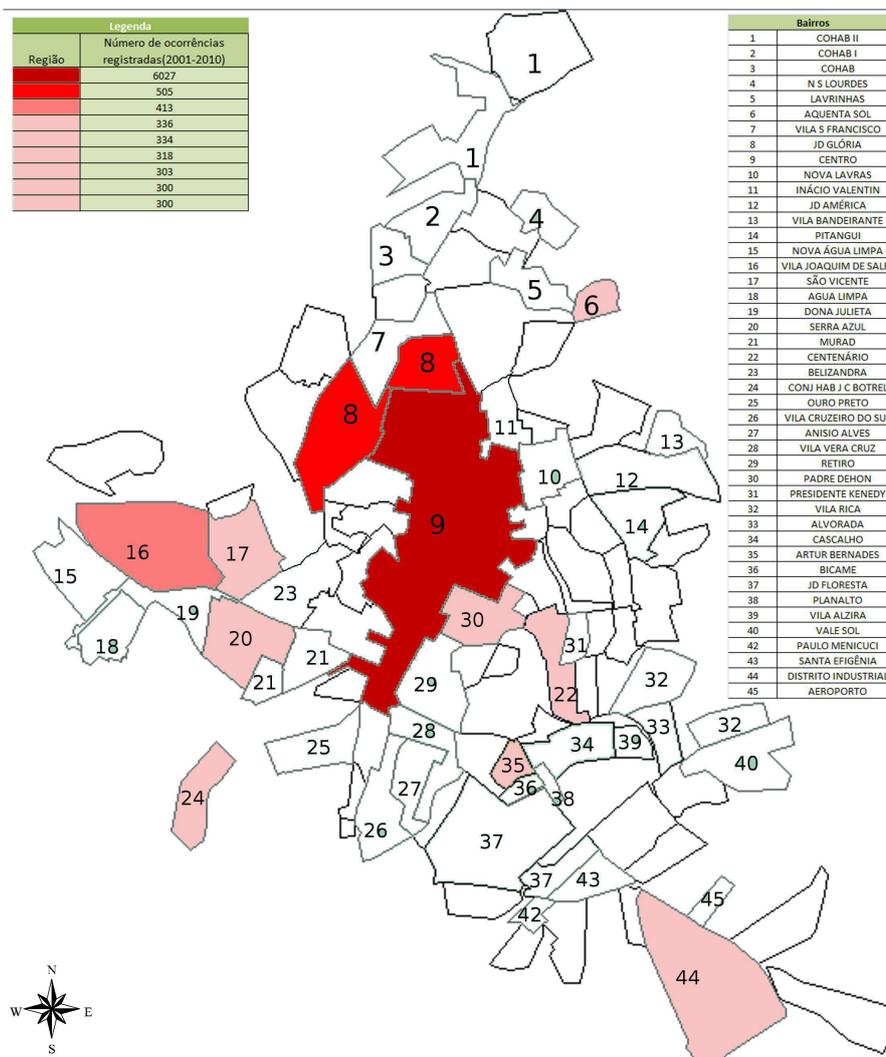


Figura 4.56. Base de dados oficial - Furto

4.4.2 Perturbação do sossego

Foram registrados 1.871 BOs notificando a infração de perturbação do sossego no período, dos quais 539 correspondem a fatos ocorridos no *Centro* do município. Mais uma vez, o este concentra o maior número de infrações, como pode ser observado na Figura 4.57.

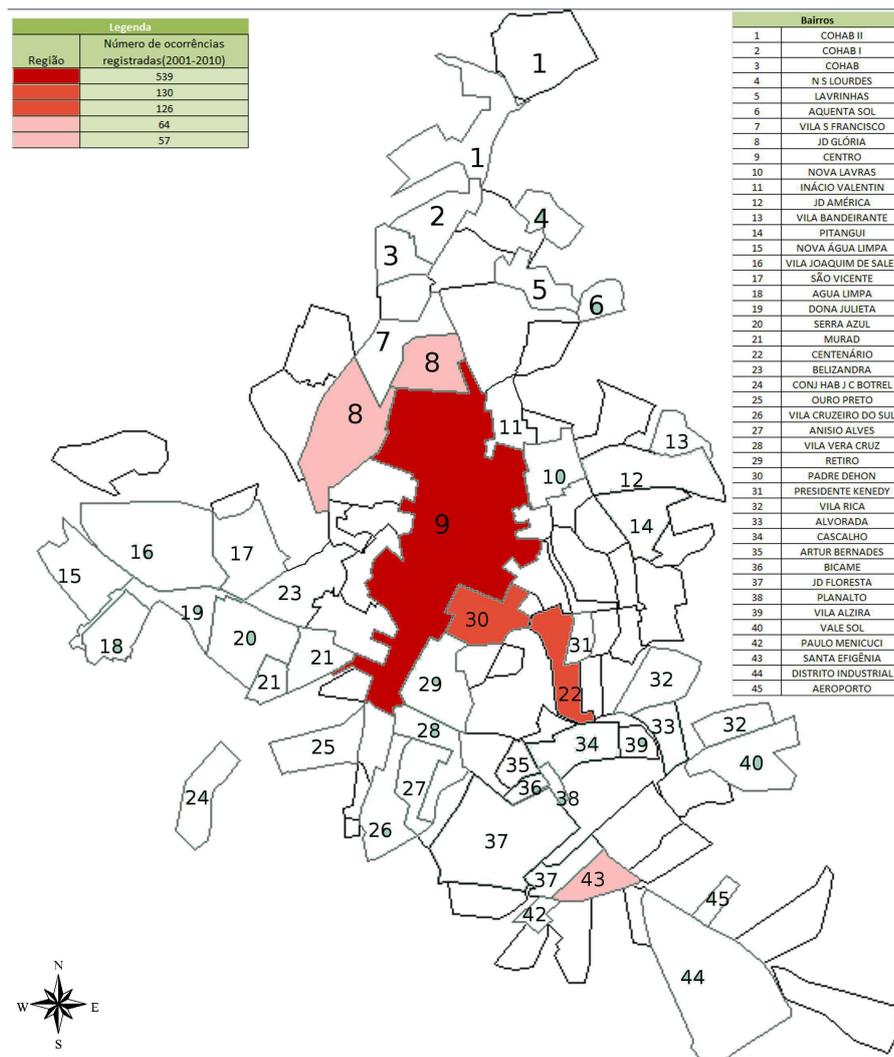


Figura 4.57. Base de dados oficial - Perturbação do sossego

4.4.3 Porte ilegal de armas

Para a infração penal porte ilegal de armas foram registrados, no período, 496 BOs. A análise identificou 139 registros para o *Centro*. Deste modo, conclui-se ser este o bairro com maior número desta infração, como pode ser verificado na Figura 4.58.

4.4.4 Roubo

A Figura 4.59 identifica o bairro *Centro* como o concentrador das infrações penais para roubo, pois dos 1.145 BOs registros, 431 foram registrados para este bairro.

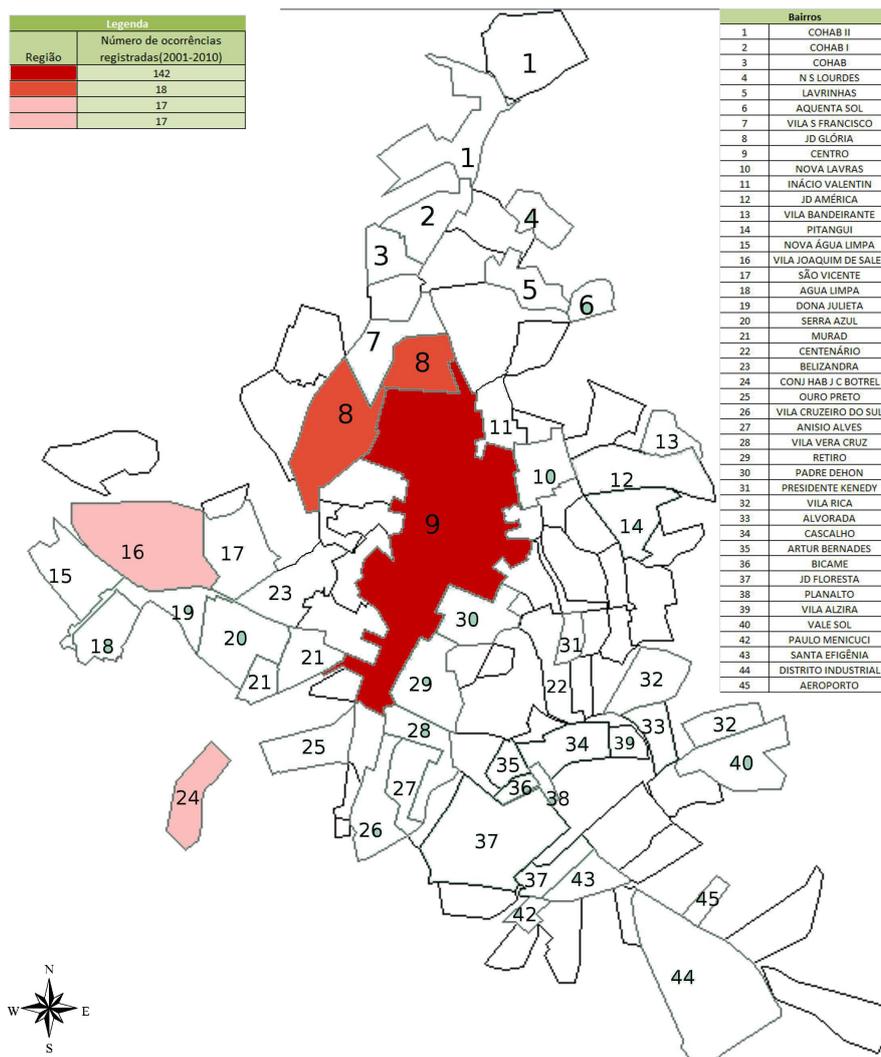


Figura 4.58. Base de dados oficial - Porte ilegal de armas

4.4.5 Tráfico de drogas

Para a infração de tráfico de drogas a PM registrou-se 426 BOs, para o *Centro*, foram registros 46 ocorrências, tornando-o o bairro com maior número BOs, vide Figura 4.60.

4.4.6 Uso de drogas

No período 2001 à 2010 foram registrados 1.062 BOs sobre uso de drogas, destes 195 notificam o local de ocorrência como sendo o centro da cidade. Com estes dados, pode-se concluir que o *Centro* é o local de maior incidência para a infração, verifique na figura 4.61.

Em síntese, segundo a base oficial de dados da PM, todas as infrações penais (furto, perturbação do sossego, porte ilegal de armas, roubo, tráfico de drogas e uso de dro-

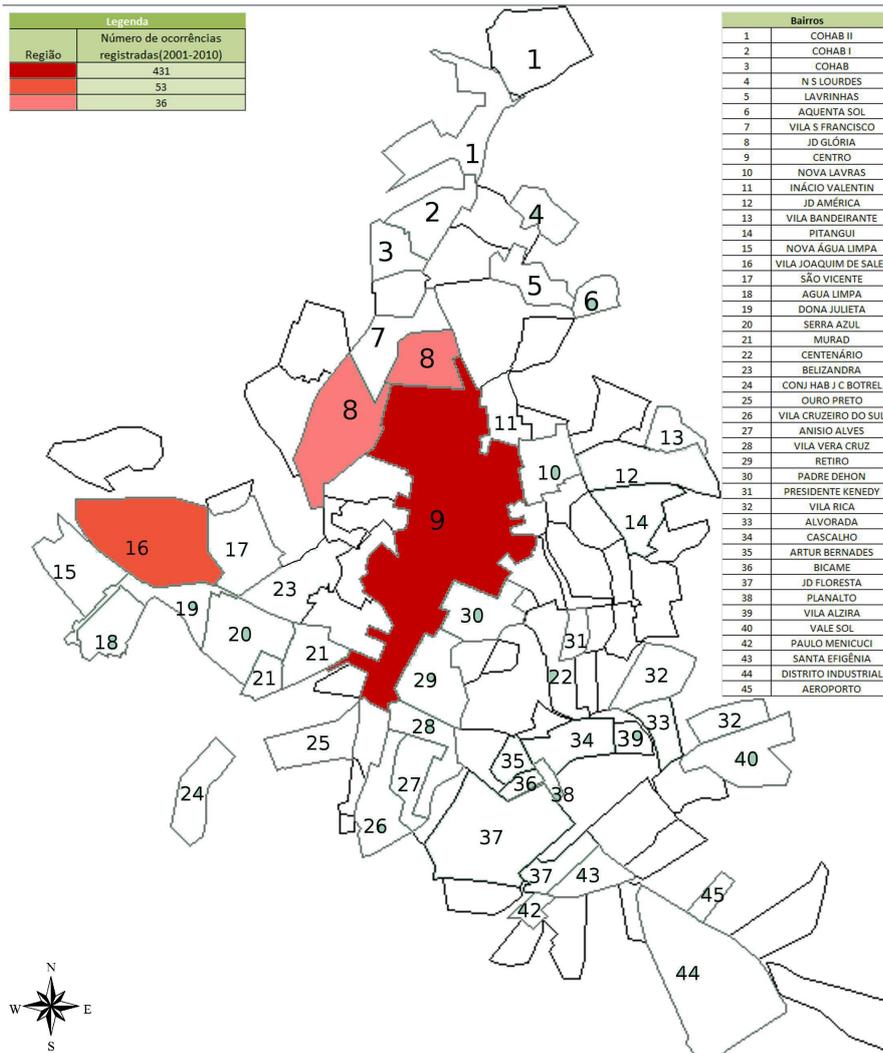


Figura 4.59. Base de dados oficial - Roubo

gas)indicam o bairro *Centro* como área crítica.

Na seção 4.5 comparou-se o conjunto de informações analisadas a partir da base de dados oficial da PM com as percepções dos policiais militares.

4.5 Comparação entre o conhecimento dos policiais e a base de dados oficial

Como já apresentado na metodologia, trabalhou-se com uma amostra de 25 policiais. Uma escala subjetiva foi adotada para a classificação do grau de concordância entre as percepções registradas, sua abrangência e o mapa de concentração de infrações. Nessa escala, considera-se concordância baixa quando 9 policiais ou menos identificaram de forma aproximada as áreas mais críticas para as infrações, sendo concordância média

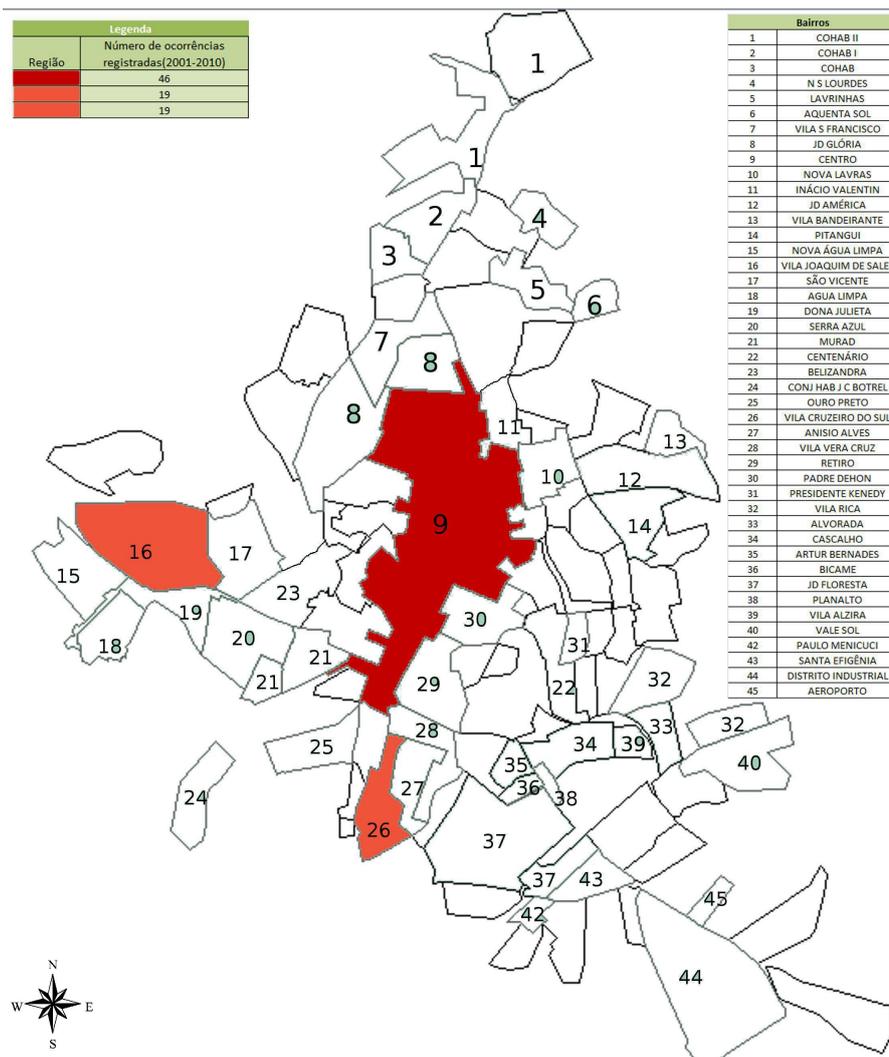


Figura 4.60. Base de dados oficial - Tráfico de drogas

para 10 a 17 policiais e concordância alta para 18 ou mais policiais. Foram encontradas diferenças sensíveis entre as percepções dos policiais e a base de dados oficial. Esta divergência pode ser resultado de alguns fatos: subnotificação das infrações e/ou registro equivocado de endereço para a infração e/ou falha na comunicação interna sobre os índices desta infração penal e/ou conhecimentos prévios pontualmente construídos.

A seguir são apresentadas as discussões sobre o que a base de dados oficial registra e o que os policiais militares percebem para o grupo de infrações desta pesquisa.

4.5.1 Furto

No período de 2001 à 2010 foram registrados 18.249 boletins de ocorrências referentes a furto, destes 6.324 identificam o bairro *Centro* como o local do fato, logo, considera-se este bairro como foco para esta infração, como pode ser verificado na Figura 4.62.

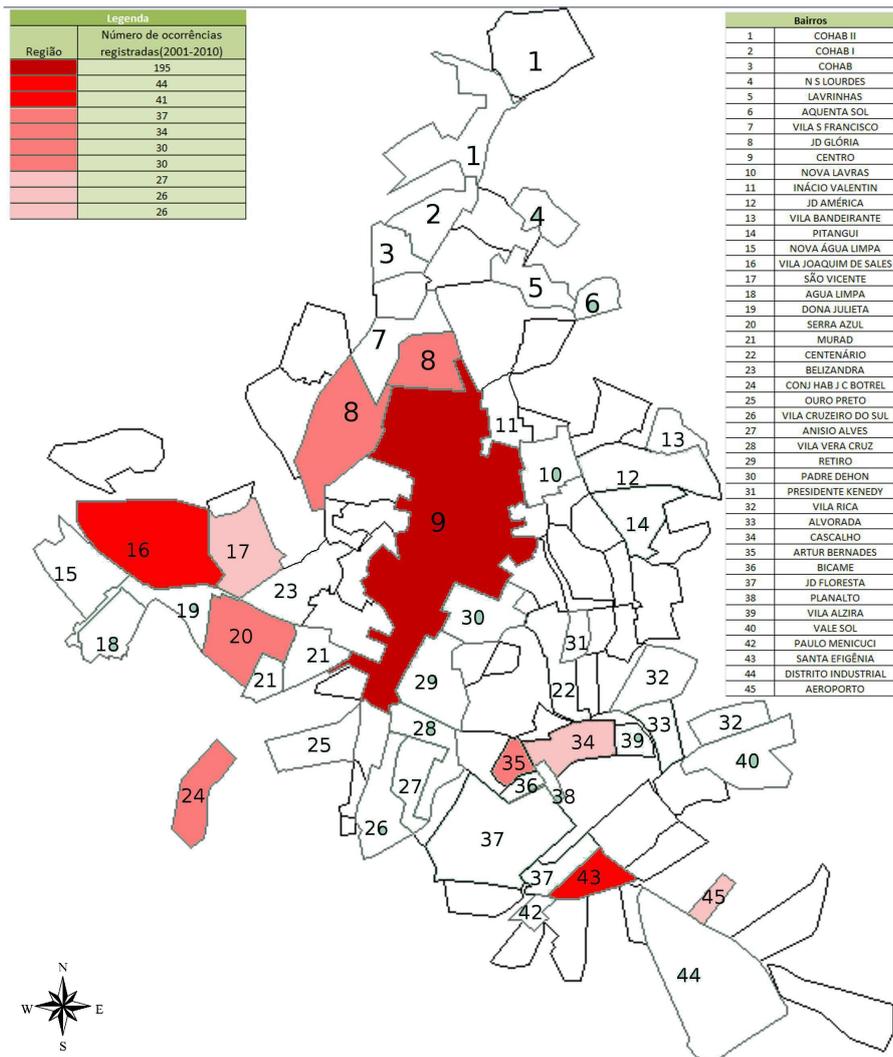


Figura 4.61. Base de dados oficial - Uso de drogas

Quinze dos policiais militares concordam ser realmente o bairro *Centro* o local crítico para esta infração no município, os demais policiais possuem percepções concordantes entre si e com a base de dados em maior ou menor número dispersos pela cidade. Deste modo, verifica-se uma concordância média entre a base de dados e a percepção dos policiais.

A comparação destas informações indica que, em média, policiais e Polícia Militar estão de acordo sobre a localização da infração furto no município de Lavras(MG). Esta concordância pode possibilitar, entre outras opções, o planejamento das ações de policiamento dissuasórios e repressivos no local, desenvolvimento de campanhas informativas à população e estudos que busquem explicar este alto índice.

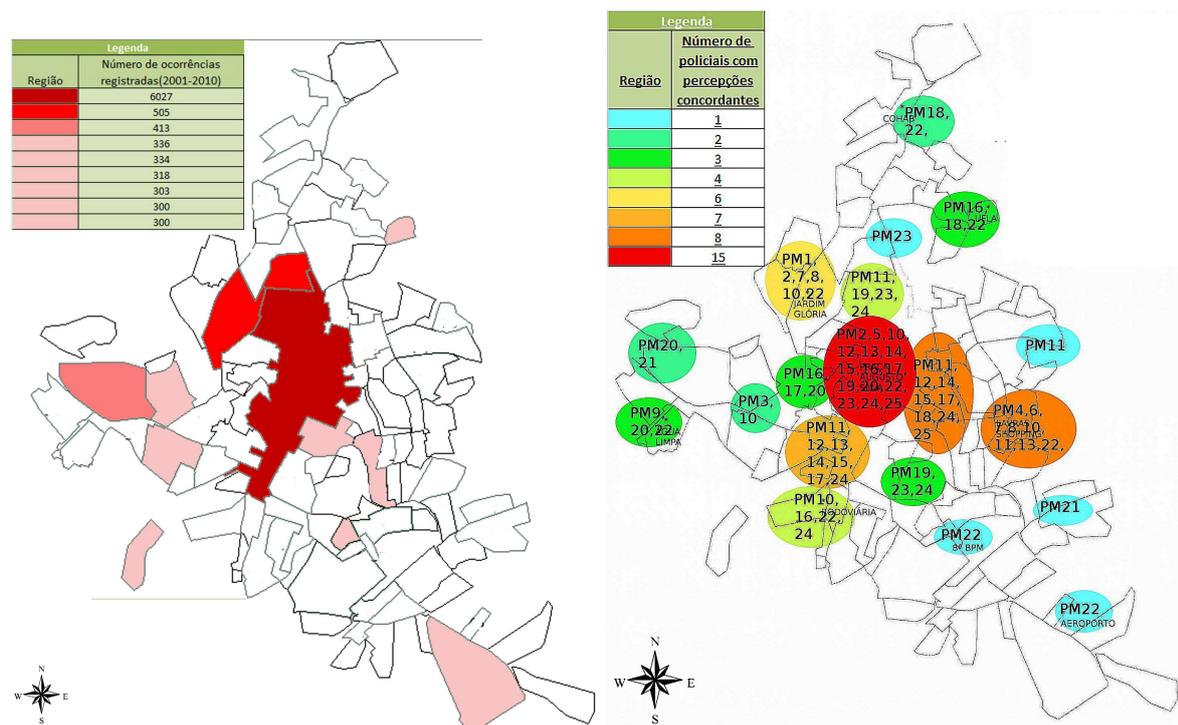


Figura 4.62. Comparação entre BOs e PMs - Furto

4.5.2 Perturbação do sossego

Foram registrados 1.871 BOs notificando a infração penal perturbação do sossego no período, dos quais 539 correspondem a fatos ocorridos no *Centro* do município. Identificou-se, segundo a base de dados oficial, o bairro como concentrador da infração, Figura 4.63 à esquerda. Porém, dos 25 policiais entrevistados a localização desta infração compreende principalmente dois bairros da região leste do município, ressalta-se que nos últimos 10 anos foram registrados para esses bairros juntos 251 dos 1.871 BOs registrados como infração de perturbação do sossego. Apenas 8 policiais consideram, em segundo lugar, o bairro *Centro* como o maior local de incidência para esta infração. Verifica-se ainda que existem pontos dispersos de concordância entre os policiais e entre estes e a base de dados. Deste modo, tem-se uma baixa concordância para as percepções e conhecimentos encontrados.

Acredita-se que esta concordância baixa possa comprometer as ações policiais nestes locais, uma vez que os conhecimentos se mostram equivocados. Atividades operacionais, como rondas e campanhas sociais, podem ser mal direcionadas a partir destas informações.

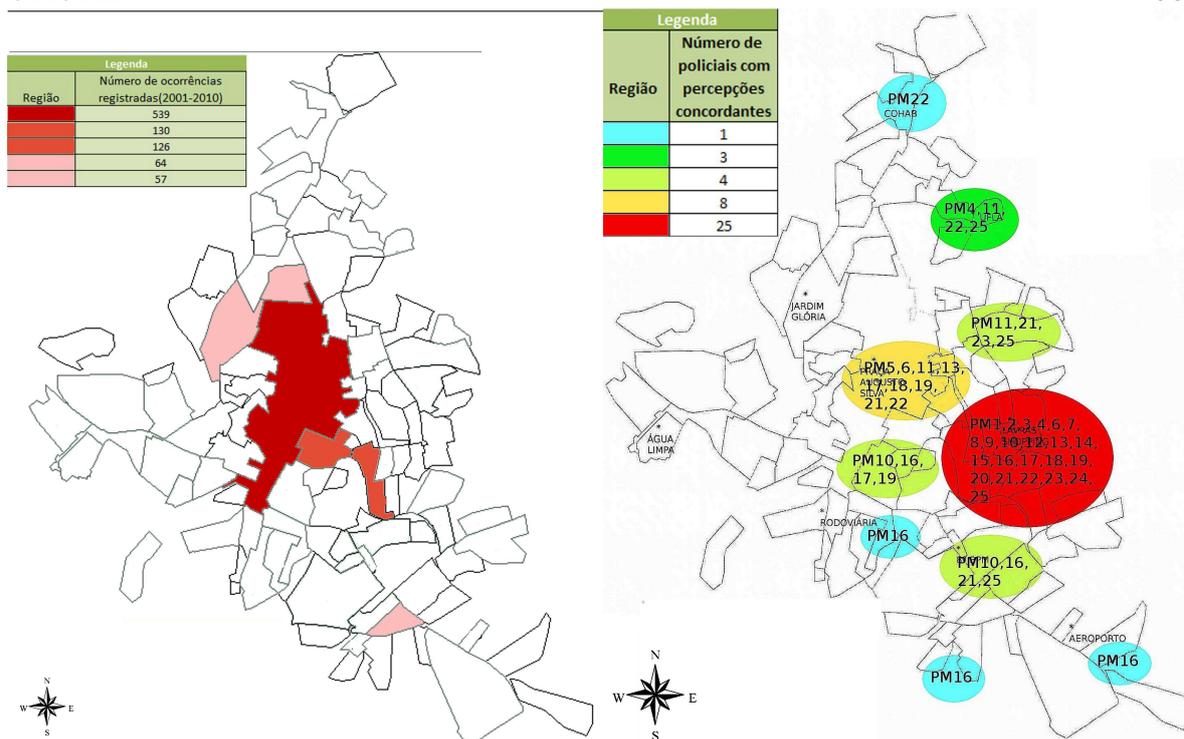


Figura 4.63. Comparação entre BOs e PMs - Perturbação do sossego

4.5.3 Porte ilegal de armas

A Figura 4.64 exibe os registros oficiais que a PM possui sobre a infração penal porte ilegal de armas para o município de Lavras(MG) e a percepção que os 25 policiais estudados possuem para a mesma infração. Para esta, foram registrados, no período 2001-2010, 496 BOs. A análise da base de dados oficial identificou 139 registros para o bairro *Centro*. Deste modo, segundo a base oficial, concluiu-se ser este o bairro com maior número de registros para porte ilegal de armas. Já os policiais militares acreditam que esta infração está dispersa pelo município, no máximo 09 deles concordam sobre os locais de maior incidência e estes locais não incluem o bairro *Centro*. Pode-se verificar nos mapas que os locais com baixa incidência da infração são percebidos por alguns dos policiais. Assim sendo, verifica-se uma concordância baixa entre o que a base de dados oficial registra e o que os policiais militares percebem sobre a criminalidade.

Esta divergência implica em risco de morte para a população e para os policiais. Suponha que uma viatura esteja fazendo o policiamento de uma das áreas consideradas críticas pela base oficial de dados, ignorar que esta região concentra tal infração não permite ao policial uma preparação psicológica e possivelmente de recursos condizentes à situação. Do mesmo modo, policiara uma região em que acredita ser o foco desta ocorrência, coloca-o em estado de alerta permanente tanto psicologicamente como em recursos. Em ambas situações tem-se o comprometimento das ações e dos recursos.

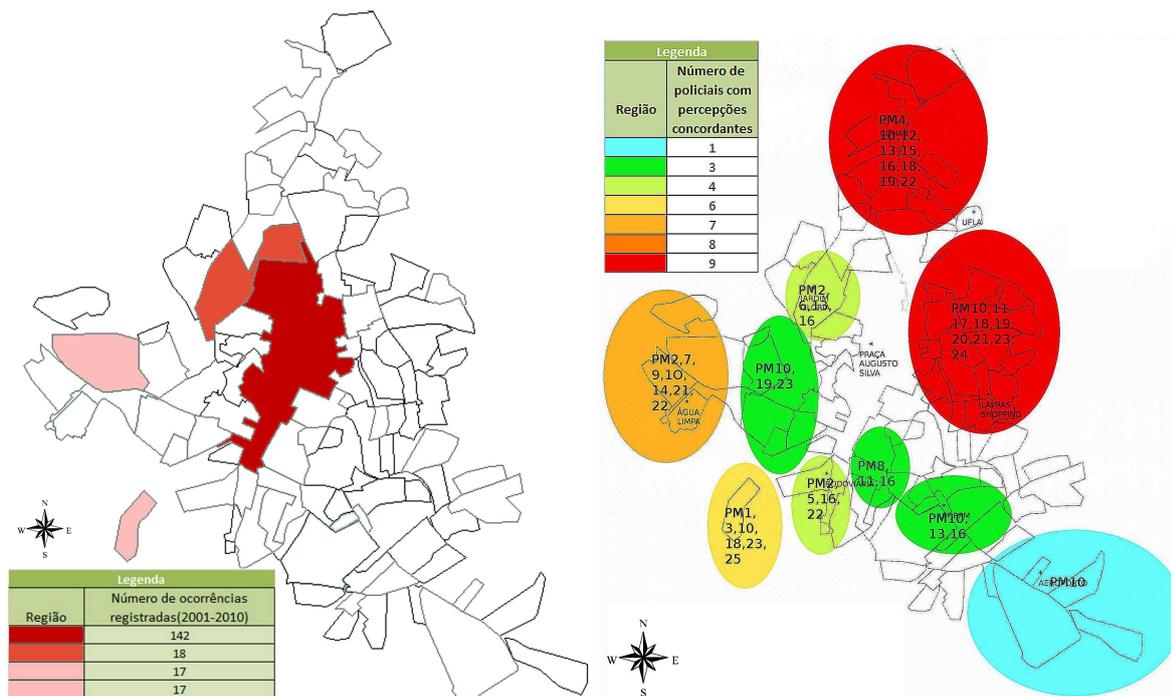


Figura 4.64. Comparação entre BOs e PMs - Porte ilegal de armas

4.5.4 Roubo

A ocorrência policial roubo também possui como principal localização, segundo a base de dados oficial, o bairro *Centro*, como pode ser observado na Figura 4.65, o estudo identificou que das 1.145 ocorrências registradas, 431 foram registradas para este bairro. Ao longo dos anos foram registrados pequenos focos em outros 10 bairros do município. Esta distribuição é similar à percebida pelos policiais militares, tanto no que se refere à localização como sendo o bairro Centro o principal concentrador - 14 policiais concordam com esta afirmação, quanto nos pontos de incidência isolados. Encontra-se uma concordância média para as comparações.

A infração roubo está em sua essência associada à violência. Logo, é importante a preparação psicológica e material do policial para atender à esta infração penal. Esta concordância média entre percepções e conhecimentos permite que policial e polícia estejam preparados para este atendimento, para a prática do trabalho seja em ações preventivas, dissuasórias ou repressoras.

4.5.5 Tráfico de drogas

Para a infração penal tráfico de drogas a PM registrou 426 BOs nestes 10 anos. Para o bairro *Centro* foram 46 registros, tornando-o o bairro com maior número BOs, vide Figura 4.66. A respeito das percepções dos policiais, verifica-se que 17 dos 25 policiais

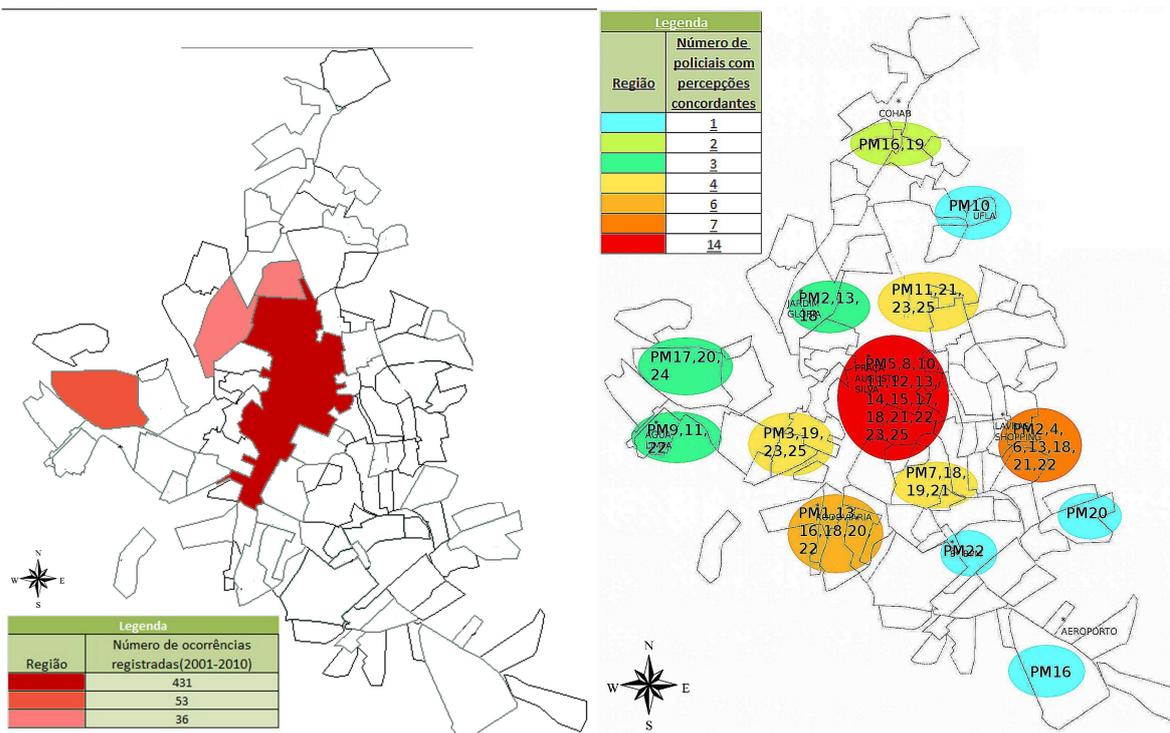


Figura 4.65. Comparação entre BOs e PMs - Roubo

divergem completamente da localização indicada pela base de dados. São encontradas percepções semelhantes entre a base e os policiais para os locais secundários. Considera-se então uma concordância baixa entre os conhecimentos e as percepções.

Esta concordância baixa entre as percepções e conhecimentos, pode comprometer de modo significativo o planejamento da Polícia, as ações dos policiais, a imagem de ambos e a segurança da população. Esta infração, geralmente, está associada à todas as demais infrações penais deste estudo (furto, perturbação do sossego, roubo, porte ilegal de armas e uso de drogas), em outras palavras, acredita-se que ao ignorar sua área crítica, vários subproblemas encontram oportunidade para ocorrerem nestes locais e em suas imediações.

4.5.6 Uso de drogas

No período que compreende este estudo, 2001-2010, foram registrados 1.062 BOs sobre uso de drogas, destes 195 notificam o local de ocorrência como sendo o Centro da cidade. Logo, o bairro *Centro* é o local de maior incidência para a infração, verifique na Figura 4.67. Para 15 dos 25 policiais estudados esta infração penal está concentrada nos bairros da região norte da cidade. Verifica-se uma concordância média-baixa para os pontos secundários de localização tanto entre os policiais como entre estes e a base de dados oficial.

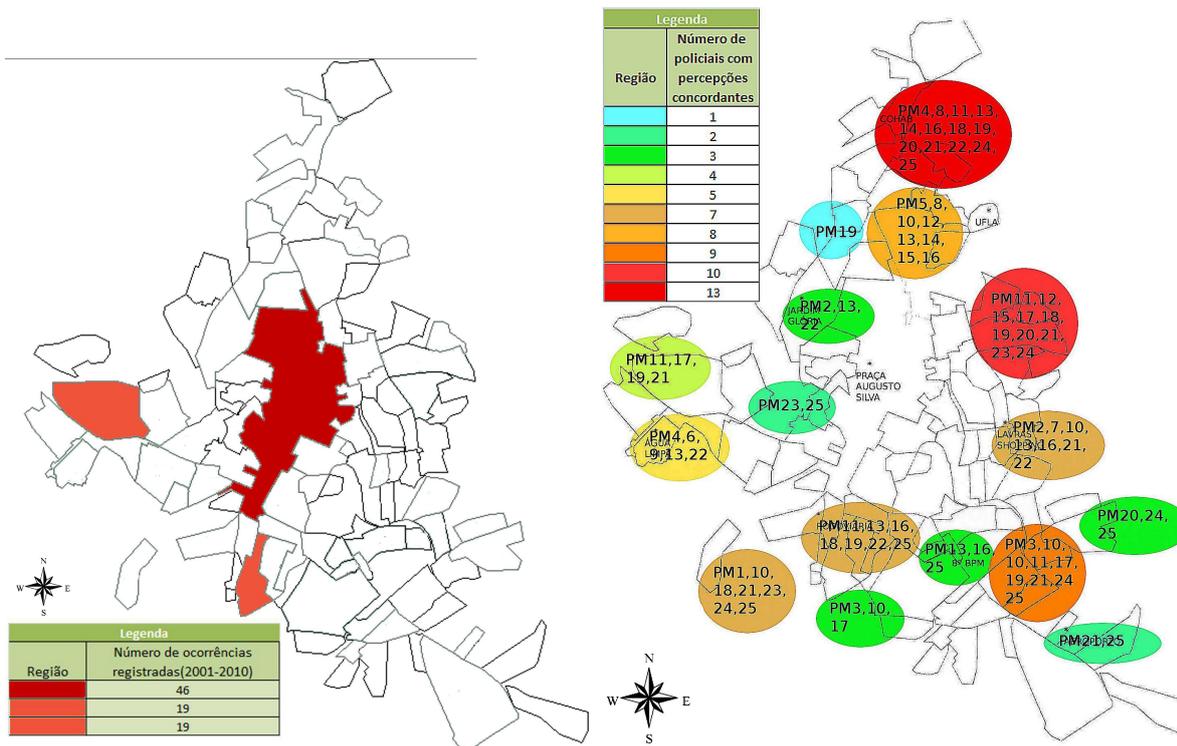


Figura 4.66. Comparação entre BOs e PMs - Tráfico de drogas

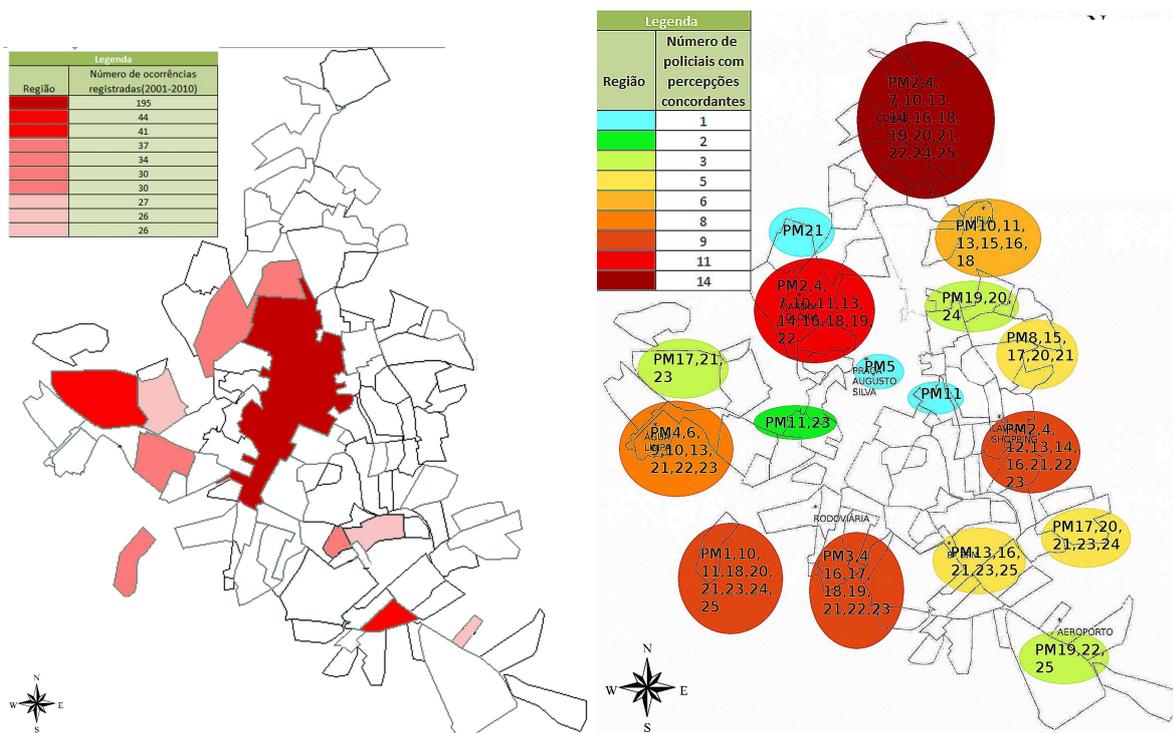


Figura 4.67. Comparação entre BOs e PMs - Uso de drogas

Esta infração penal é também um problema de saúde pública e como tal deve ser tratada por meio de políticas sociais contextualizadas, ignorar seus locais de ocorrência crítica pode comprometer sua eficácia. Assim como a infração tráfico de drogas, uso de drogas está associado às demais infrações deste estudo e frequentemente é responsável por comprometer a ordem pública.

Capítulo 5

Conclusão e trabalhos futuros

Conhecimentos e percepções construídas sobre informações confiáveis e corretamente documentadas contribuem para a execução de ações eficazes. Essas ações são uma necessidade para a Polícia Militar, considerando a criminalidade crescente e a cobrança por resultados realizada pela sociedade e pelo governo.

Foi realizada uma comparação entre as percepções de uma amostra de 25 policiais militares em atividade na cidade de Lavras(MG), contemplando os postos/graduações de Soldado, Cabo, Sargento, Tenente, Capitão e Major; considerando seis tipos de infrações penais de grande impacto sobre o cotidiano da população (furto, perturbação do sossego, porte ilegal de armas, roubo, tráfico de drogas e uso de drogas). Foram gerados 150 mapas em entrevistas com policiais militares e analisadas aproximadamente 210 mil ocorrências georreferenciadas (BOs), correspondentes a toda a última década (2001-2010).

O perfil do policial militar entrevistado pode ser definido como tendo entre 31-40 anos, sexo masculino, casado, possui entre 1 e 3 filhos, residia em Lavras(MG) antes de integrar à PM, reside no município há mais de 20 anos, está na polícia há mais de 20 anos, atua no policiamento ostensivo e geralmente não associa ao seu bairro de residência nenhuma das infrações penais do estudo.

Ao se analisar as percepções segundo os posto/graduação encontrou-se como resultado um concordância média entre os Soldados, média-baixa entre os Cabos, média-alta entre os Sargentos, média-alta entre os Tenentes, média entre os Capitães e baixa entre os Majores, em resumo classificou-se a concordância como média. Quando se analisou as percepções a partir do local de atuação os resultados foram concordância média tanto para as percepções dos policiais que atuam no policiamento ostensivo quanto para os que atuam em unidades administrativas.

A análise da base oficial de dados indicou o bairro *Centro* como área crítica para todas as infrações penais estudadas, os números foram: para furto, 6.234 de 18.249 BOs

registrados no período tiveram o bairro como local foco; para perturbação do sossego, 539 de 1.871; para porte ilegal de armas 139 de 496; para roubo, 431 de 1.145, para tráfico de drogas, 46 de 426; e, para uso de drogas, 195 de 1.062.

Ao se comparar os resultados encontrados nas percepções com os resultados da base de dados oficial obteve-se: concordância média para furto, baixa para perturbação do sossego, baixa para porte ilegal de armas, média para roubo, baixa para tráfico de drogas e média-baixa para uso de drogas. Em resumo, os resultados apontaram uma concordância de baixa a média, em geral, entre as percepções individuais dos policiais e a realidade das infrações registradas por esses mesmos policiais, de perfis variados.

Este resultado indica que é grande a necessidade de incorporar, ao ciclo de vida da informação gerada por meio do registro da ação policial, em particular do boletim de ocorrência, uma etapa em que análises espacializadas dos dados sejam realizadas e compartilhadas com os membros da corporação. Com isso, seria possível almejar uma integração entre as visões dos policiais, indo do comando à atuação nas ruas, que ajudaria a planejar e a executar com mais eficiência as tarefas de segurança pública a cargo da corporação.

O estudo indica também que o adequado registro de ocorrências é importante como parte da rotina policial, mas sua maior relevância está em prover informações precisas e atuais ao comando da corporação, de modo que este possa pautar com maior grau de certeza as suas decisões. Outro tipo de retorno importante para o planejamento das ações policiais estaria na captação da percepção da população em relação ao fenômeno da criminalidade. Com isso, considera-se que seria importante incluir, no futuro, o desenvolvimento de instrumentos para que a população também possa manifestar sua percepção.

Como trabalhos futuros à esta dissertação sugere-se: 1) obter a população por bairros do município de Lavras(MG), de modo a se trabalhar com a média ponderada dos BOs por bairros. Esta média seria comparada com a percepções individuais dos policiais para teste da hipótese sobre a construção de suas percepções ser baseada nesta média; 2) obter os BOs georreferenciadas individualmente, em vez de trabalhar com totais por bairro, isto facilitaria a implantação de ações específicas em pontos críticos dentro do mesmo bairro; 3) aplicação do método desenvolvido nesta dissertação a outras cidades, como Belo Horizonte, por exemplo, onde sabe-se que o número de policiais é consideravelmente maior e os boletins são georreferenciados com maior precisão; deste modo será possível realizar o levantamento das percepções e conhecimentos dos policiais militares e comparar com o conhecimento que a Polícia Militar possui a respeito da criminalidade, permitindo o planejamento eficiente e gerenciamento eficaz da segurança pública.

Referências Bibliográficas

- ABDI (2010). Agência brasileira de desenvolvimento industrial. *Cadernos Temáticos - Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC Sistemas Aplicados a Segurança Pública*.
- Alves, C. (2009). Inteligência organizacional e organização em rede: um estudo da aplicação de análise de vínculos em unidades policiais. Mestrado, Universidade Católica de Brasília - UCB.
- Azevedo, M. A. (2006). Informação e Segurança Pública: A construção do conhecimento social em um ambiente comunitário. Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
- Bank, W. (2003). *A Resource Guide for Municipalities. Community-Based Crime and Violence Prevention in Urban Latin America*. World Bank.
- Bean, H. (2009). Exploring the relationship between homeland security information sharing and local emergency preparedness. *Journal of Homeland Security and Emergency Management*, 2(4):1–18.
- Beato Filho, C. C. (1999). Ação e estratégia das organizações policiais. In: *II Congresso do projeto Polícia e Sociedade Democrática*, p. 27p.
- Beato Filho, C. C. (2000). Fontes de dados principais em estudos criminológicos: limites e potenciais. *Fórum de debates - Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas; 1 Encontro: Conceituação do sistema de justiça criminal crime e relato I: as bases de dados policiais*, pp. 88–110.
- Beato Filho, C. C. e Peixoto, B. T. (2008). Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 51(3):31p.
- Bengochea, J. L. P. (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, vol:18(n.1):p.119–131.

- Bermejo, P. H. S. (2009). *Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação com Ênfase em Conhecimento*. Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.
- Bhatt, G. D. e Grover, V. (2005). Types of information technology capabilities and their role in competitive advantage: An empirical study. *Journal of Management Information Systems*, vol:22(n.2):p.253–278.
- Block, R.; Galary, A. e Brice, D. (2007). The journey to crime: Victims and offenders converge in violent index offences in chicago. *Security Journal*, vol:20:123–137. DOI:10.1057/palgrave.sj.8350030.
- Bobsin, D. e Löbler, M.L.and Vicentini, M. V. K. M. (2010). O uso de sistemas de informação e as diferenças entre os níveis hierárquicos: uma aplicação do modelo tam-ttf. *Informação e Sociedade*, vol:20(n.3):p.123–134.
- Boisot, M. (1995). *Information Space: A Framework for Learning in Organizations, Institutions and Culture*. London and New York.
- Bornhofen, P. R. e Tenfen, E. (2009). Mapeamento criminal por meio da plataforma Google Maps. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, (vol:5):p.82–99. ISSN 1981-1659.
- Bowers, K. J.; Johnson, S. D. e Pease, K. (2004). Prospective hot-spotting: The future of crime mapping? *British Journal of Criminology*, 44(5):641–658.
- Buckland, M. (1998). *Library Services in Theory and Context*. New York, 2nd ed. edição.
- Carvalho, R. (2000). Aplicações de softwares de gestão do conhecimento: Tipologia e usos. Master's thesis, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Carvalho, R. (2006). *Intranets, Portais Corporativos e Gestão do Conhecimento: análise das experiências de organizações brasileiras e portuguesas*. Doutorado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Choo, C. W. (1998). *The Knowing Organization : How Organizations Use Information for Construct Meaning, Create Knowledge and Make Decisions*. New York.
- Choo, C. W. (2003). *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo.

- Costa, W. J. V. (2007). Criação e compartilhamento de informação e conhecimento em aglomerações produtivas : O Apl de móveis de Ubá. Mestrado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Cotrim, D. (2009). Sistema de informação geográfica para auxílio à análise e ao planejamento de rotas de viaturas policiais. Mestrado, Universidade de Salvador.
- Craglia, M.; Haining, R. e Signoretta, P. (2005). Modelling high intensity crime areas: comparing police perceptions with offence/offender data in sheffield. *Environment and Planning A*, 37(3):503–524.
- Davis, C. A. J. (2000). *Múltiplas Representações em Sistemas de Informação Geográficos*. PhD thesis, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Dourado, M. (2007). *O tácito como conhecimento e seu modo de uso no labirinto organizacional contemporâneo - Estudo de caso da Microcity*. Doutorado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Eck, J.; Chainey, S.; Cameron, J.; Leitner, M. e Wilson, R. E. (2005). Mapping crime: Understanding hot spots. Technical report, National Institute of Justice.
- Furtado, V. (2003). *Tecnologia e gestão da informação na segurança pública*. Análise Criminal.
- Geral, C. (1994). *Diretriz Auxiliar das Operações*. PMMG(Polícia Militar de Minas Gerais), Belo Horizonte, 1 edição.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil*. São Paulo:Atlas. 4. ed. - 9.reimp.
- Gonzalez, M. (2000). Abductive reasoning and self organization. *5th Brazilian International Conference on Neural Networks*.
- Gonzalez, M. e Haselager, W.; Gerdaus, F. (2002). *Raciocínio abduutivo, criatividade e auto organização*. Number n.3. São Paulo. p.22-31.
- Haining, R. e Law, J. (2006). Combining police perceptions with police records of serious crime areas: a modelling approach. *Royal Statistical Society*.
- Hall, R. (2005). *Organizações:estruturas, processos e resultados*. São Paulo.
- IBGE (2009). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Contagem Populacional. Technical report, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Brasil.

- Jasperson, J. S.; Carter, P. e Zmud, R. W. (2005). A comprehensive conceptualization of the post-adoptive behaviors associated with it-enabled work systems. *MISQ Archivist*, vol:29(n.5):p.525–557.
- Jorente, M. e Santos, P. (2010). Hábitos, rupturas e novas possibilidades de compartilhamento de informação e de conhecimento. *Informação e Sociedade*, vol:20(n.3):p.13–26.
- Kim, H.-W. e Kankanhalli, A. (2009). Investigating user resistance to information systems implementation: A status quo bias perspective. *MIS Quarterly*, vol:33(n.3):p.567–582.
- Lacombe, F. J. and Heilborn, G. (2003). *Administração: princípios e tendências*. São Paulo.
- Leonard-Barton, D. (1998). *Nascentes do Saber: criando e sustentando as fontes de inovação*. Rio de Janeiro.
- Lima, R. (2008). Estatísticas criminais e Segurança Pública no Brasil. *Novos Estudos - CEBRAP*, (80):p.65–69.
- Lindgren, R.; Henfridsson, O. e Schultze, U. (2004). Design principles for competence management systems: A synthesis of an action research study. *MISQ Archivist*, vol:28(n.3). Special Issue on Action Research.
- Malhotra, Y.; Galletta, D. F. e Kirsch, L. J. (2008). How endogenous motivations influence user intentions: Beyond the dichotomy of extrinsic and intrinsic user motivations. *Journal of Management Information Systems*, vol:25(n.1):p.267–299.
- Maximo, A. (2004). A importância do mapeamento da criminalidade utilizando-se tecnologia de sistemas de informação geográfica para auxiliar a segurança pública no controle da criminalidade. Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Mcgee, J. e Prusak, L. (1994). *Gerenciamento Estratégico da Informação*. Rio de Janeiro. 244p.
- McLaughlin, L. M.; Johnson, S.; Bowers, K.; Birks, D. e Pease, K. (2007). Police perceptions of the long and short term spatial distribution of residential burglary. *International Journal of Police Science and Management*, 9(2):99–111.
- Mintzberg, H. (2003). *Criando organizações eficazes: estrutura em cinco configurações*. São Paulo.

- Miranda, A. P. M.; Freire, L. L. e Paes, V. (2008). A gestão da segurança pública municipal no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, (n.2):p.6–29. ISSN 1981-1659.
- Monjardet, D. (2002). *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. Série Polícia e Sociedade, 10. São Paulo.
- Moura, T. (2010). Política pública de prevenção de homicídios e alternativas de ação coletiva. *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*.
- Neckerman, K. M. (2009). Disparities in urban neighborhood conditions:evidence from gis measures and field observation in new york city. *Journal of Public Health Policy*, vol:30:p.264–285. DOI:10.1057/jphp.2008.47.
- Neto, R. (2002). Gestão da informação e do conhecimento nas organizações: Análise de casos relatados em organizações públicas e privadas. Mestrado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Nicolau, L. A. (2005). Sistema de Informação Geográfico-Gerencial aplicado à Gestão da Qualidade na Segurança Pública. Monografia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.
- Njaine, k.; Souza, E. R.; Minayo, M. C. e Assis, S. G. (1997). A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. *Cadernos de Saúde Pública*, pp. 405–413.
- Nolan, J.; Haas, S. e Napier, J. (2011). Estimating the impact of classification error on the "Statistical Accuracy"of uniform crime reports. *Journal of Quantitative Criminology*, pp. 1–23. DOI 10.1007/s10940-011-9135-9.
- Nonaka, I. e Takeuchi, H. (1997). *Criação de Conhecimento na Empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro. p.358.
- Pare, P.-P.; Felson, R. B. e Ouimet, M. (2007). Community variation in crime clearance: A multilevel analysis with comments on assessing police performance. *Journal of Quantitative Criminology*, vol.23(n.2):p.243–258.
- Penna, A. (1997). *Percepção e Realidade*. Coleção Psicologia Psicanalítica.
- Pinc, T. (2009). Desempenho policial: treinamento importa? *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano3:p.36–56.

- Poncioni, P. (2005). O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do rio de janeiro. *Sociedade e Estado*, vol 20(n.3):p.585–610. ISSN 0102-6992.
- Poston, R. e Speier, C. (2005). Effective use of knowledge management systems: A process model of content ratings and credibility indicators. *MISQ Archivist*, vol:29(n.2):p.221–244.
- R Development Core Team (2010). *R: A Language and Environment for Statistical Computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0.
- Ramchand, R.; MacDonald, J.; Haviland, A. e Morral, A. (2009). A developmental approach for measuring the severity of crimes. *Journal of Quantitative Criminology*, vol.25:p.129–153.
- Ratcliffe, J. H. (2002). Damned if you don't, damned if you do: crime mapping and its implications in the real world. *Policing and Society*, 12(3):211–225.
- Ratcliffe, J. H. (2004). Geocoding crime and a first estimate of a minimum acceptable hit rate. *Geographical Information Science*, 18(1):61–72.
- Reis, G. P. (2009). Criação do conhecimento interorganizacional na segurança pública: uma análise sobre o "Modelo Socialização, Externalização, Combinação, Internalização" nas Áreas Integradas de Segurança Pública de Belo Horizonte. Mestrado, Fundação João Pinheiro.
- Ribeiro, L. e Patrício, L. (2008). Indicadores para o monitoramento e avaliação das políticas municipais de segurança pública: uma reflexão a partir de um estudo de caso. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, vol:3(n.2):p.6–29. ISSN 1981-1659.
- Roberts, J.; Mulvey, E. P.; Horney, J.; Lewis, J. e Arter, M. (2005). A test of two methods of recall for violent events. *Journal of Quantitative Criminology*, vol.21(n.2).
- Ross, A. (2010). *Crime, Police, and Truth-in-Sentencing: The Impact of State Sentencing Policy on Local Communities*. PhD thesis, Atlanta.
- Silva, A. L. L. A. F. (2009). A conversão do conhecimento na prestação do serviço de prevenção ao crime: Análise da construção do conhecimento no contexto de redes interorganizacionais configurado através do GEPAR da pedreira Prado Lopes. Mestrado, Fundação João Pinheiro.

- Simmel, G. (1983). A determinação quantitativa dos grupos sociais. *Sociologia*, pp. 90–106. In: Filho, Evaristo de Moraes (Org.).
- Sirihal Duarte, A. B. (2005). *Informação, comunicação e sociabilidade via Internet: um estudo das interações no ciberespaço entre membros do Movimento Escoteiro*. Doutorado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Souza, R. (2009). *Análise do perfil cultural das organizações policiais e a gestão da segurança pública em Belo Horizonte*. Doutorado, Universidade de Brasília.
- Stenmark, D. (2002). Information vs. knowledge: the role of intranets in knowledge management. *Proceedings of the 35th Hawaii International Conference on System Sciences*, pp. 928–937.
- Tristão, R. M. S. (2007). O boletim de ocorrência sob o aspecto da dêxis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência. Mestrado, Faculdade de Letras - Universidade Federal de Minas Gerais.
- Wartell, J. e McEwen, T. (2001). Privacy in the information age: A guide for sharing crime maps and spatial data. Technical report, Institute for Law and Justice - National Institute of Justice.
- Weisburd, D.; Wyckoff, L.; Ready, J.; Eck, J.; Hinkle, J. e Gajewski, F. (2006). Does crime just move around the corner? A controlled study of spatial displacement and diffusion of crime control benefits. *Criminology*, vol.44:p.549–592.
- Wikström, S. e Normann, R. (1994). *Knowledge and Value: A new perspective on corporate transformation*. London and New York.
- Wood, J. Fleming, J. e Marks, M. (2008). Nexus policing project, Victoria, Australia. In *International Compendium of Crime Prevention Practices to Inspire Action Across the World*, p. p.87. International Centre for the Prevention of Crime.

Apêndice A

Apêndice A - Questionário

Levantamento do perfil e conhecimento tácito - percepção do policial militar sobre a criminalidade na cidade de Lavras(MG)

QUESTIONÁRIO							
Este questionário será utilizado como fonte de informações à dissertação de mestrado de Luci A Nicolau que está sendo desenvolvido no programa Mestrado Interinstitucional (Minter) UFLA-UFMG.							
<ul style="list-style-type: none"> O presente questionário tem por objetivos identificar: 1- perfil do policial militar; 2º - conhecimento do policial militar sobre a criminalidade na cidade de Lavras-MG Para responder a este questionário, assinale com um X a resposta que julgar apropriada. 							
Agradeço a colaboração. Att.: Luci A Nicolau							
1. Número de polícia:							
2. Idade:	<input type="checkbox"/> menos de 20 anos	<input type="checkbox"/> entre 20 – 25 anos	<input type="checkbox"/> entre 25 – 30 anos	<input type="checkbox"/> entre 31– 40 anos	<input type="checkbox"/> entre 41 – 50 anos	<input type="checkbox"/> mais de 50 anos	
3. Sexo:	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino					
4. Cidade de nascimento:	<input type="checkbox"/> Lavras, MG	<input type="checkbox"/> Outra Cidade					
5. Estado civil:	<input type="checkbox"/> Solteiro(a)	<input type="checkbox"/> Casado(a)	<input type="checkbox"/> Separado(a)	<input type="checkbox"/> Divorciado(a)	<input type="checkbox"/> Viúvo(a)		
6. Número de filhos:	<input type="checkbox"/> Nenhum	<input type="checkbox"/> entre 01 e 03 filhos	<input type="checkbox"/> mais de 03 filhos				
7. Onde você morava antes de entrar para a polícia?	<input type="checkbox"/> Lavras, MG	<input type="checkbox"/> Outra Cidade					
8. Se você morava em Lavras, em qual bairro você morou por mais tempo? Senão vá para a questão 10.	Nome do bairro:						
9. Por quanto tempo você morou neste bairro?	<input type="checkbox"/> entre 01 - 05 anos	<input type="checkbox"/> entre 05 – 10 anos	<input type="checkbox"/> entre 10 - 20 anos	<input type="checkbox"/> mais de 20 anos			
10. Há quantos anos você trabalha na polícia?	<input type="checkbox"/> entre 01 - 05 anos	<input type="checkbox"/> entre 05 – 10 anos	<input type="checkbox"/> entre 10 - 20 anos	<input type="checkbox"/> mais de 20 anos			
11. Qual o seu posto ou graduação na polícia?	<input type="checkbox"/> Soldado	<input type="checkbox"/> Cabo	<input type="checkbox"/> 3º Sargento <input type="checkbox"/> 2º Sargento <input type="checkbox"/> 1º Sargento	<input type="checkbox"/> Sub-Tenente <input type="checkbox"/> 2º Tenente <input type="checkbox"/> 1º Tenente	<input type="checkbox"/> Capitão	<input type="checkbox"/> Major	<input type="checkbox"/> Tenente Coronel <input type="checkbox"/> Coronel
12. Você já presenciou alguns dos crimes abaixo relacionados?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Roubo	<input type="checkbox"/> Furto	<input type="checkbox"/> Porte ilegal de arma	<input type="checkbox"/> Uso de drogas	<input type="checkbox"/> Porte de drogas	<input type="checkbox"/> Perturbação do sossego
13. Se você presenciou alguns dos crimes acima descritos na cidade de Lavras, informe o bairro onde ocorreu.	Nome do bairro:						
14. Enquanto policial, você já atendeu alguma das ocorrências abaixo?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Roubo	<input type="checkbox"/> Furto	<input type="checkbox"/> Porte ilegal de arma	<input type="checkbox"/> Uso de drogas	<input type="checkbox"/> Porte de drogas	<input type="checkbox"/> Perturbação do sossego
15. Em média, a quantas ocorrências você atende por semana?	<input type="checkbox"/> menos de 10	<input type="checkbox"/> menos de 10	<input type="checkbox"/> de 10 – 20	<input type="checkbox"/> de 20 – 40	<input type="checkbox"/> mais de 40		
16. Qual das ocorrências abaixo você mais atendeu no último semestre?		<input type="checkbox"/> Roubo	<input type="checkbox"/> Furto	<input type="checkbox"/> Porte ilegal de arma	<input type="checkbox"/> Uso de drogas	<input type="checkbox"/> Porte de drogas	<input type="checkbox"/> Perturbação do sossego
17. Você, alguém de sua família ou alguém de seu círculo de amizades já foi vítima de um dos crimes abaixo?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Roubo	<input type="checkbox"/> Furto	<input type="checkbox"/> Perturbação do sossego			
18. Se você respondeu afirmativamente a questão acima, pode informar em qual bairro isto ocorreu?	Nome do bairro:						

Figura A.1. Questionário aplicado aos policiais militares

Apêndice B

Apêndice B - Mapa de referência

As seis ocorrências policiais estudadas seguiram o padrão do mapa abaixo, a alteração foi apenas no corpo do texto onde foram inseridos: roubo, perturbação do sossego, tráfico de drogas, uso de drogas e porte ilegal de armas.

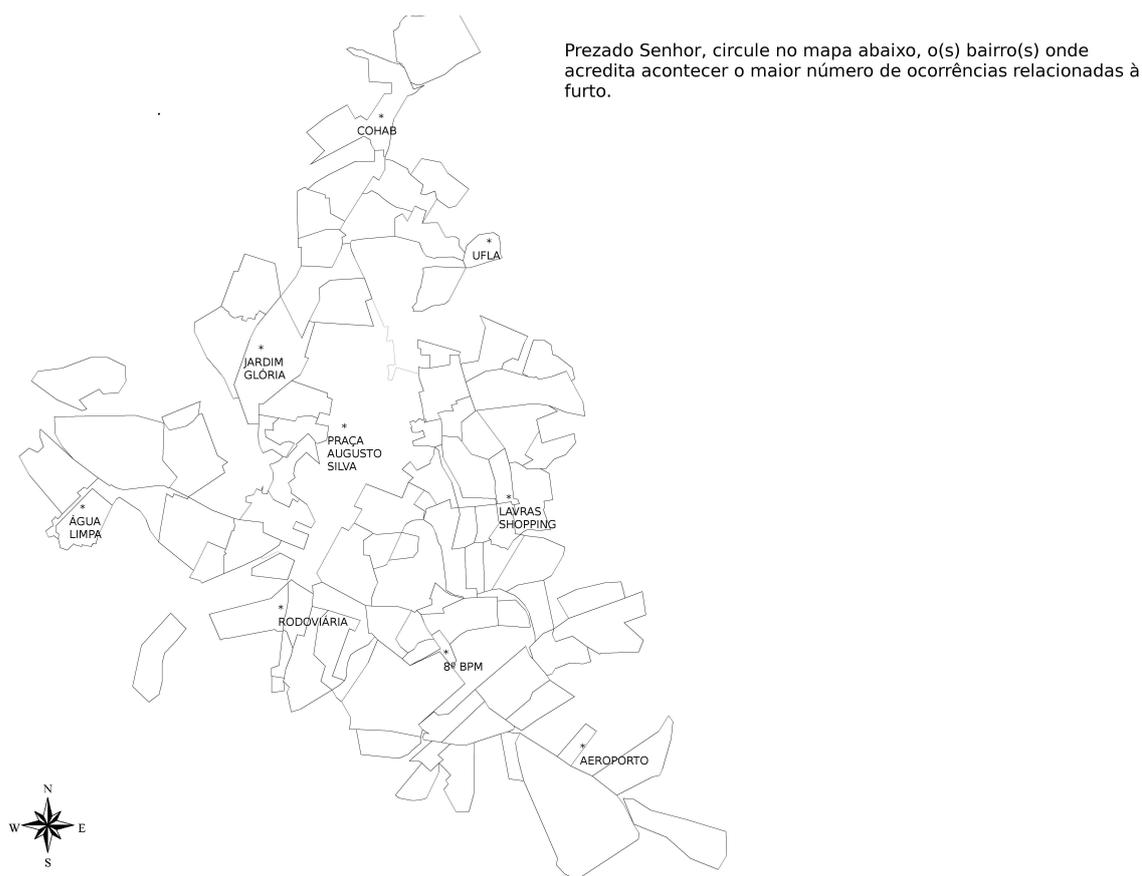


Figura B.1. Mapa para demarcação da percepção criminal sobre furto

Apêndice C

Apêndice C - Múltiplos cenários sobre as percepções dos policiais militares

Buscando analisar as percepções e conhecimentos dos policiais militares foram criados cenários que mostram as respostas marcadas nos questionários. Nas seções seguintes estes cenários são apresentados.

C.1 Percepção geral das infrações segundo cada policial militar

Abaixo, encontram-se a visão dos 25 policiais militares sobre a espacialização das 06 infrações penais do estudo. Como já explicado na metodologia, foi apresentado um mapa do município de Lavras(MG) à cada policial e solicitou-se que assinalasse a região onde acreditava ser o principal foco das infrações: porte ilegal de armas, furto, roubo, perturbação do sossego, uso de drogas e tráfico de drogas.

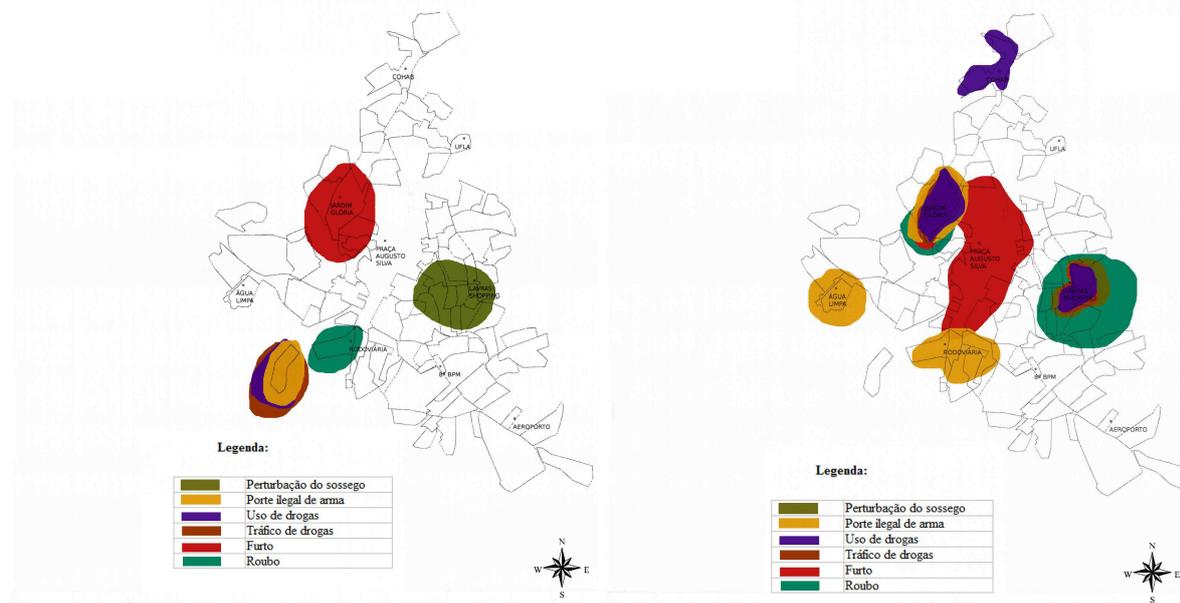


Figura C.1. PMs PM01 e PM02, respectivamente.

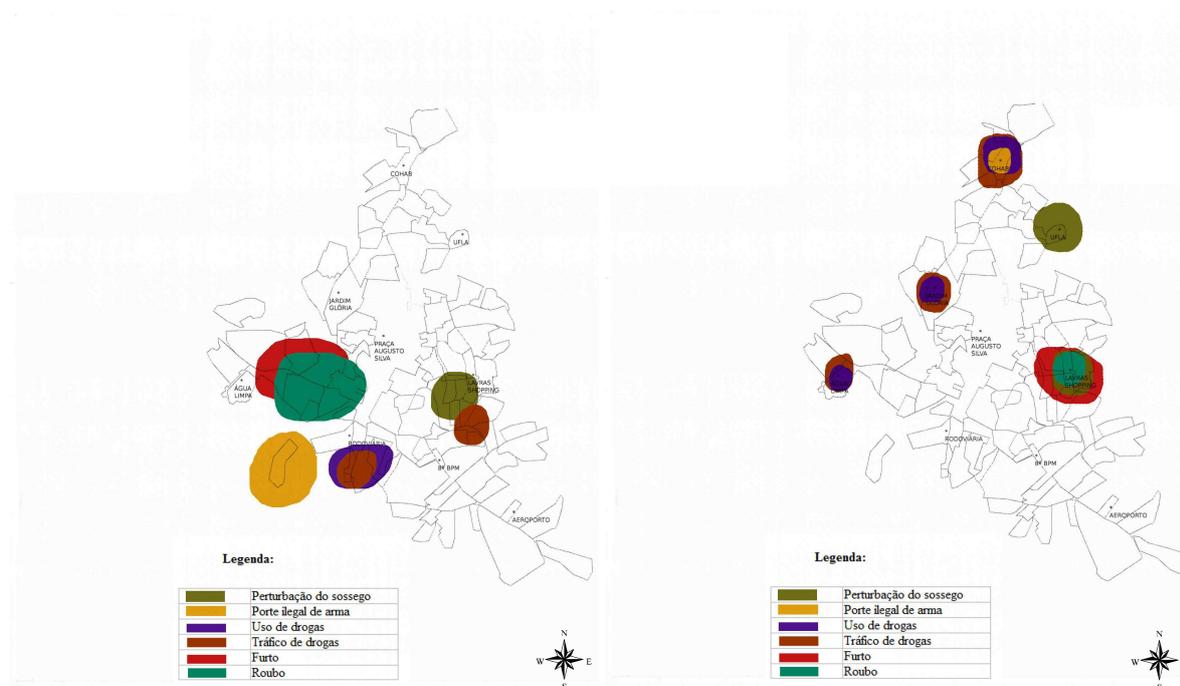


Figura C.2. PMs PM03 e PM04, respectivamente.

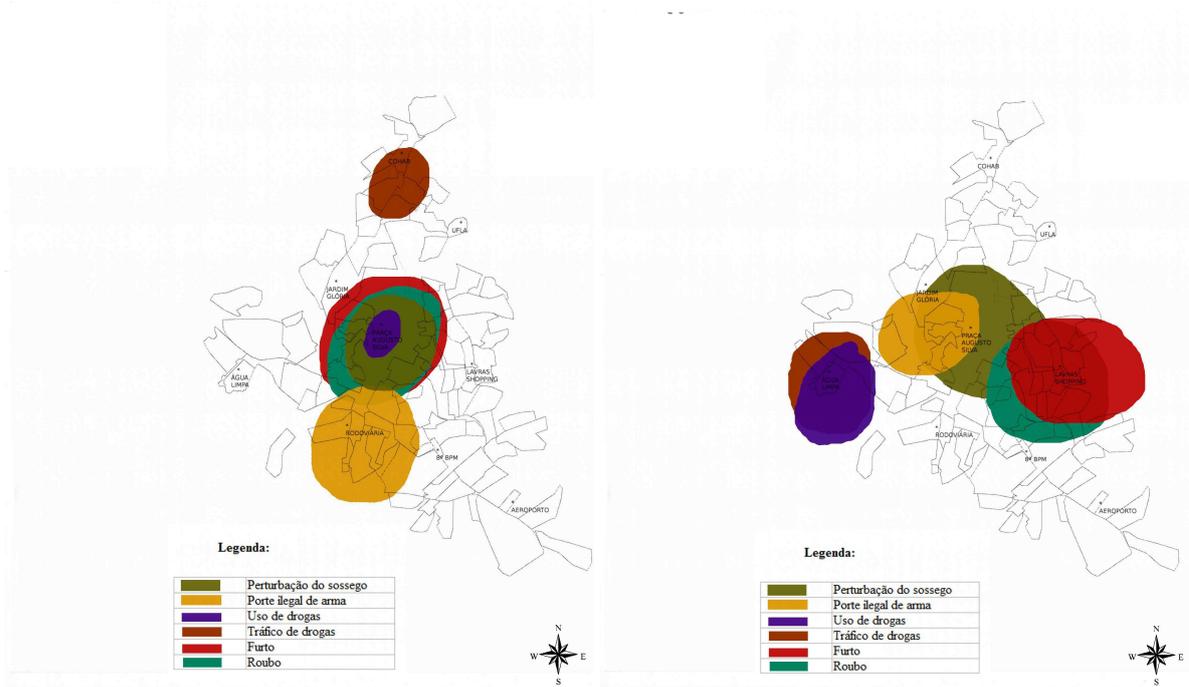


Figura C.3. PMs PM05 e PM06, respectivamente.

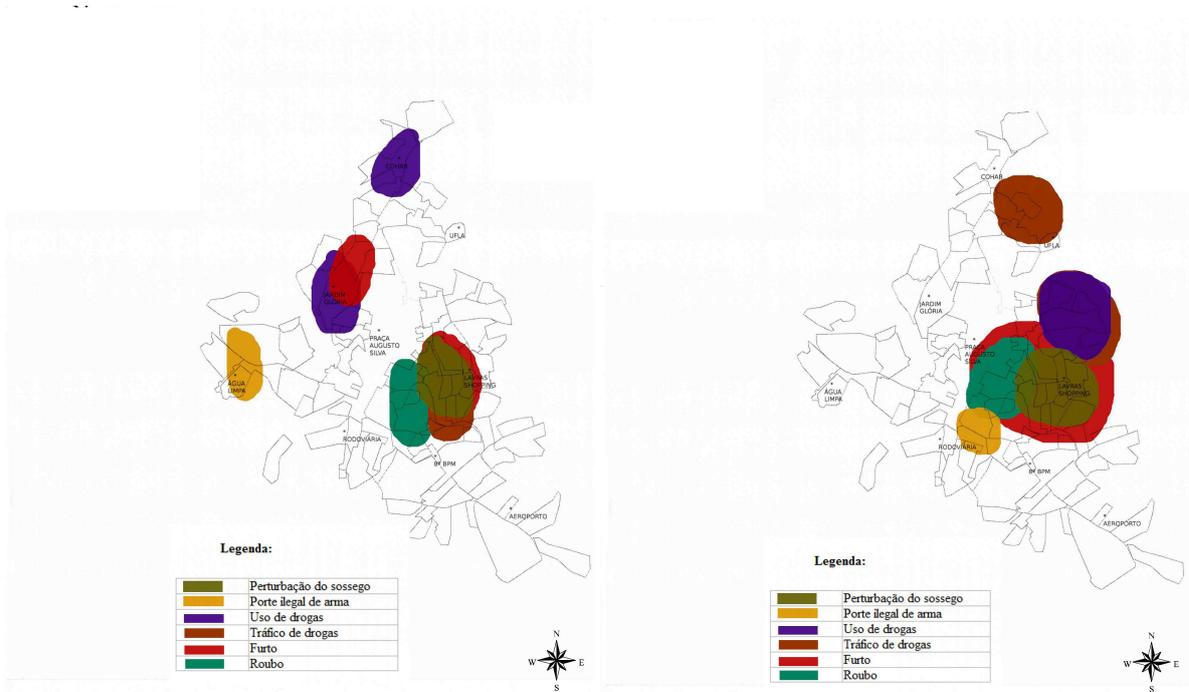


Figura C.4. PMs PM07 e PM08, respectivamente.

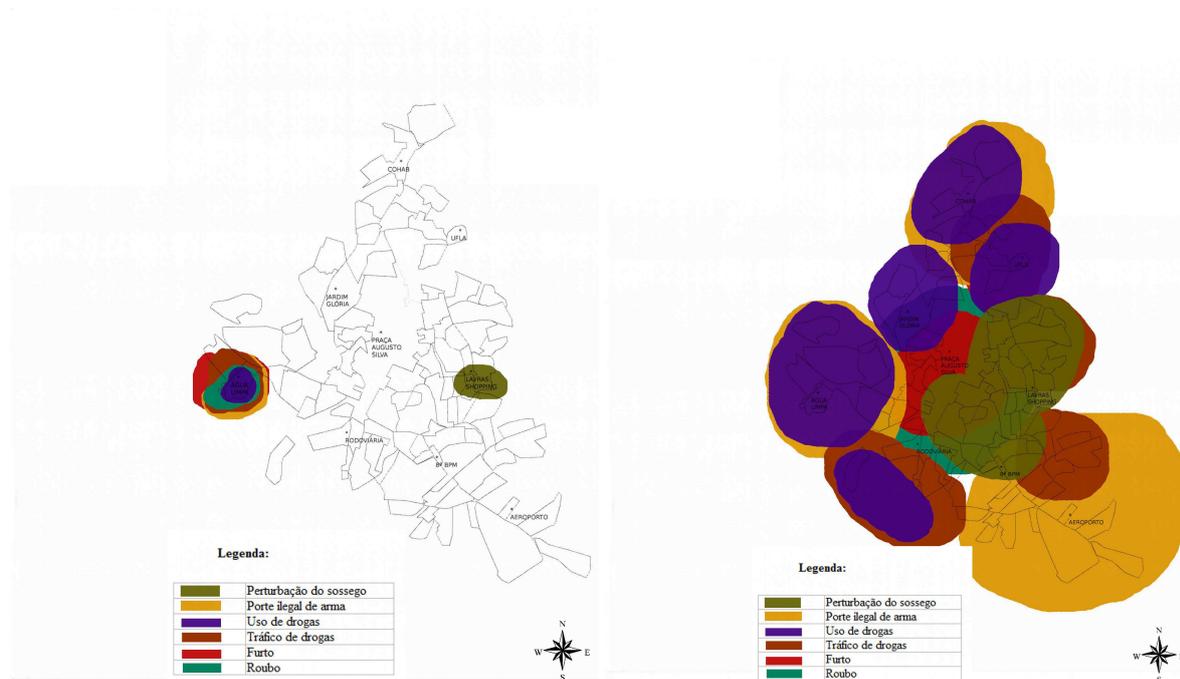


Figura C.5. PMs PM09 e PM10, respectivamente.

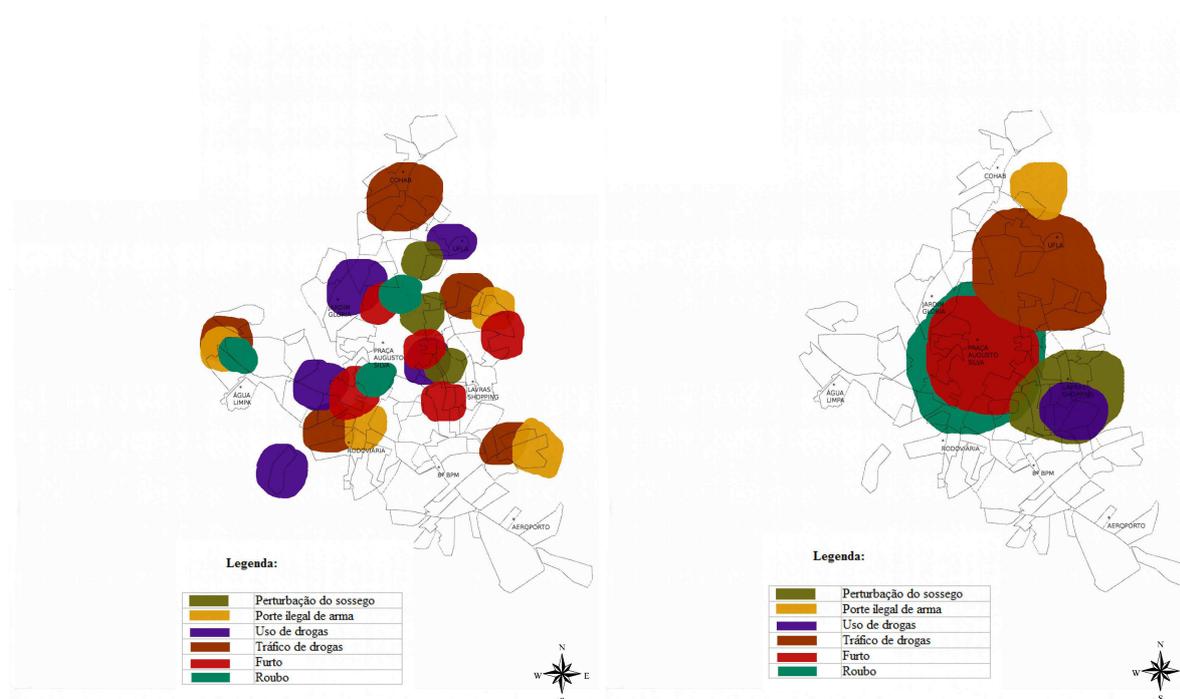


Figura C.6. PMs PM11 e PM12, respectivamente.

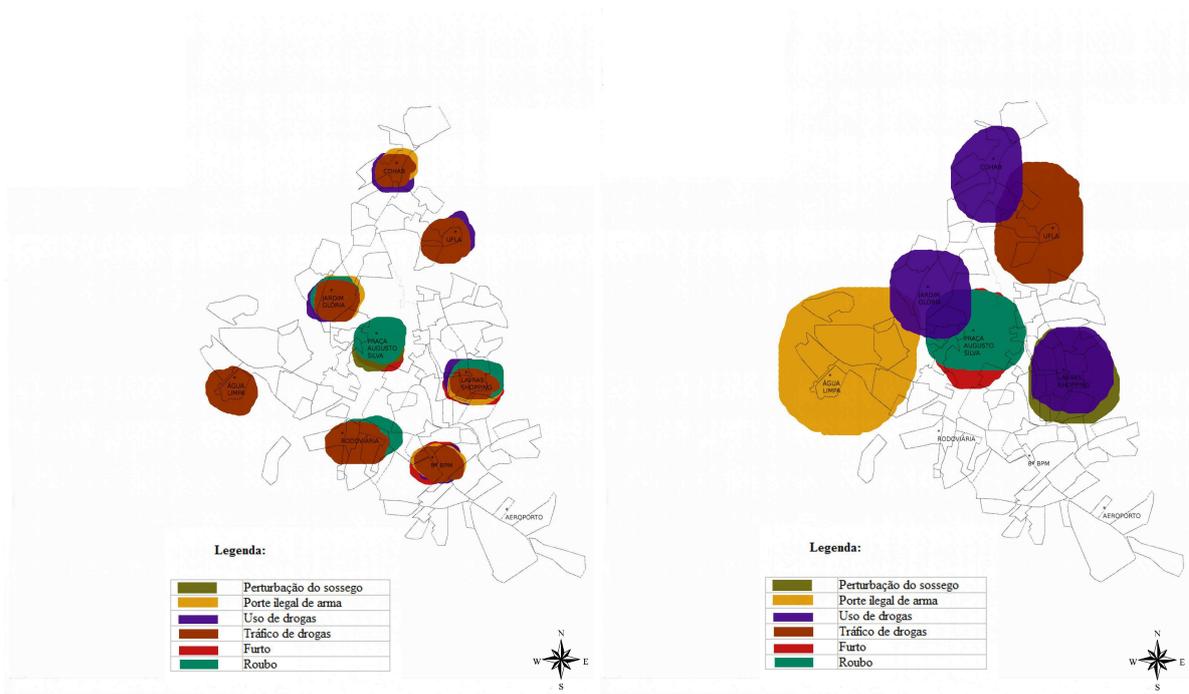


Figura C.7. PMs PM13 e PM14, respectivamente.

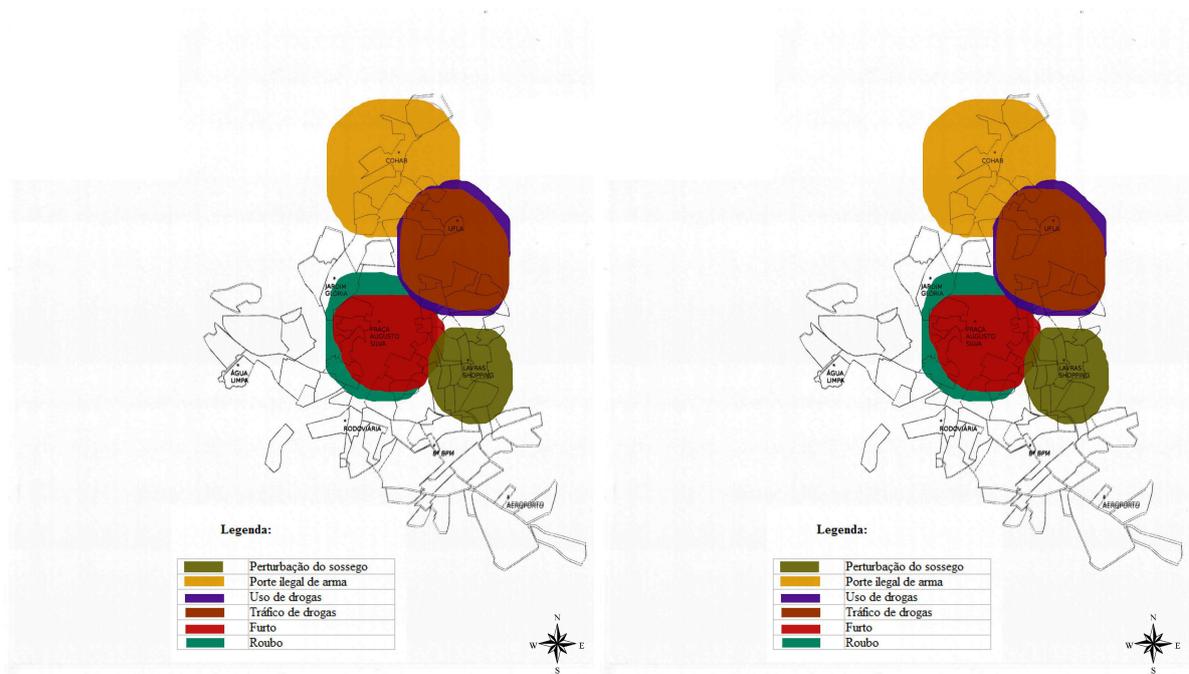


Figura C.8. PMs PM15 e PM16, respectivamente.

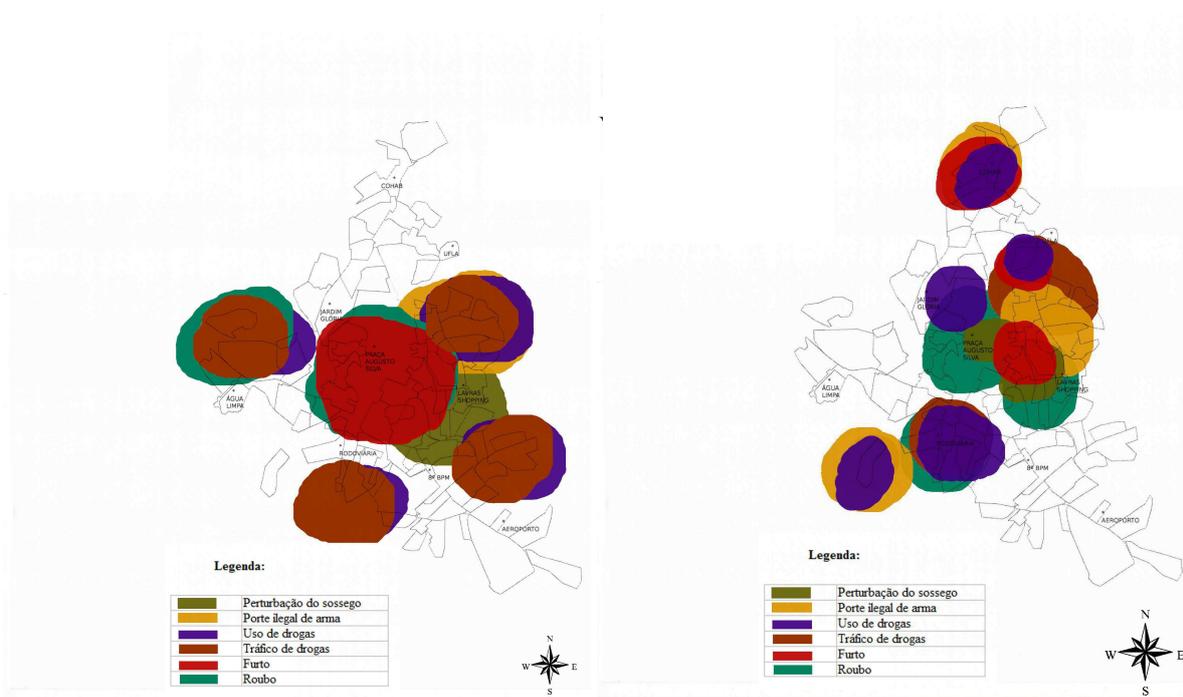


Figura C.9. PMs PM17 e PM18, respectivamente.

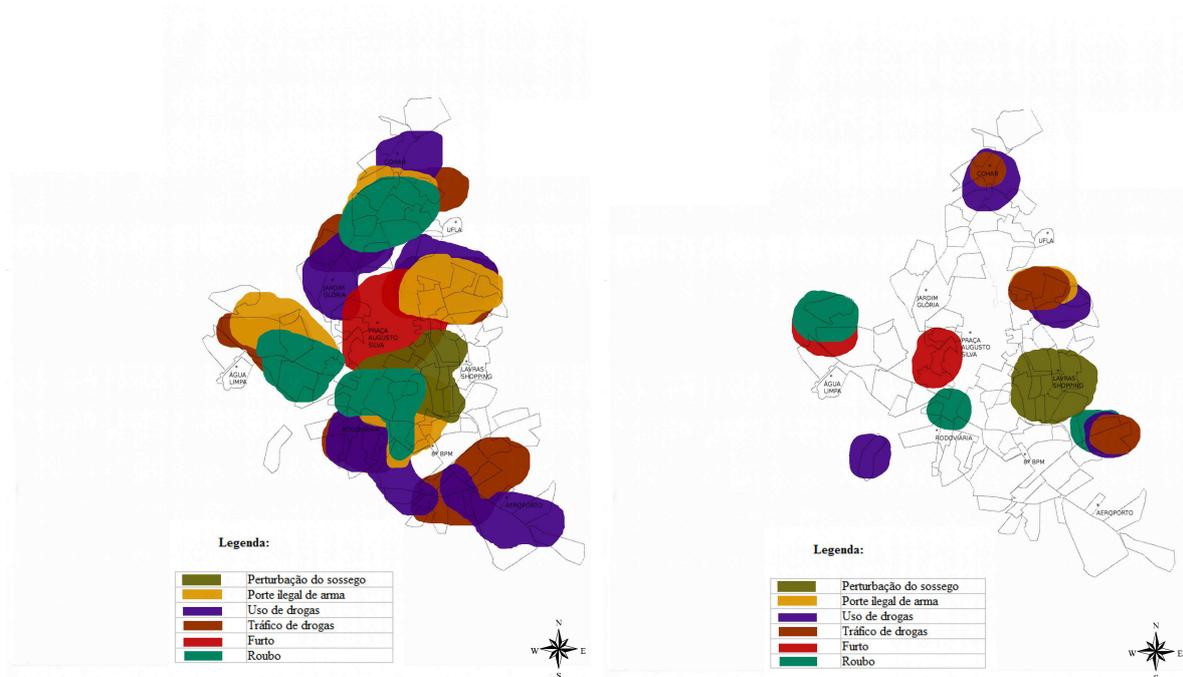


Figura C.10. PMs PM19 e PM20, respectivamente.

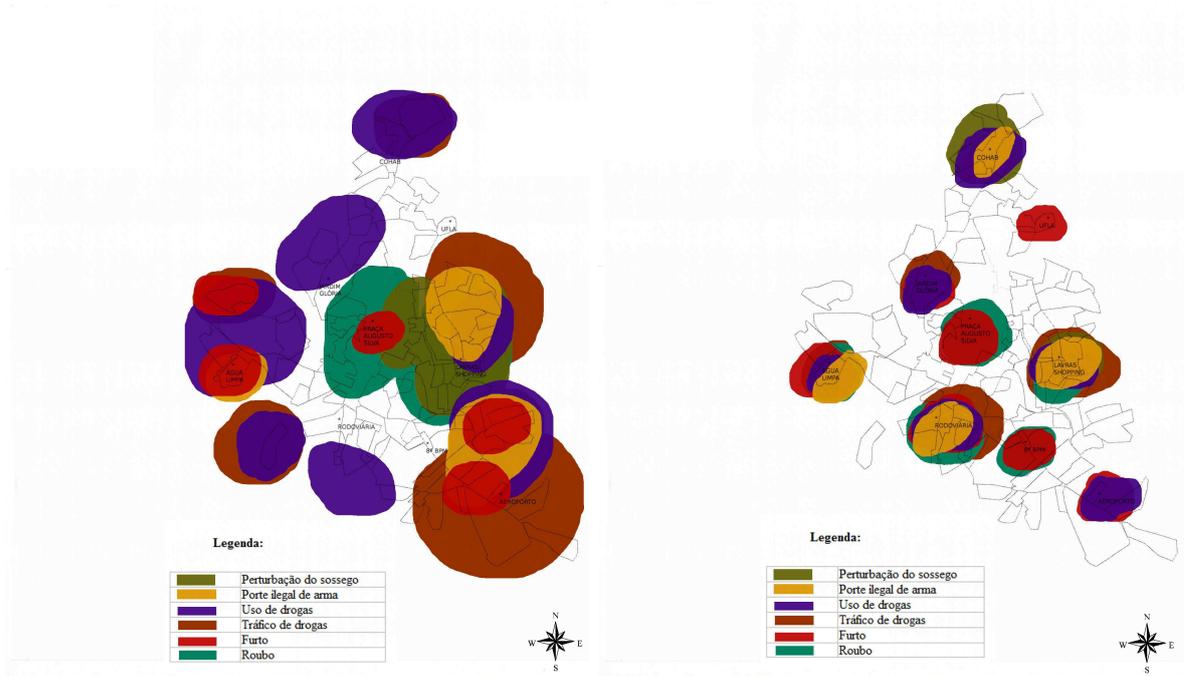


Figura C.11. PMs PM21 e PM22, respectivamente.



Figura C.12. PMs PM23 e PM24, respectivamente.

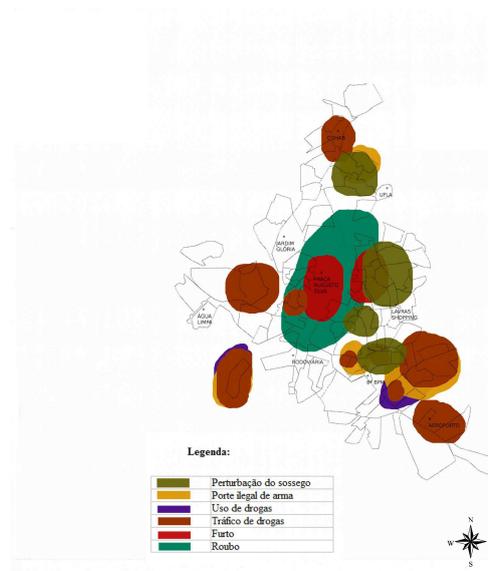


Figura C.13. PM25

C.2 Tempo de serviço na PM

Esta seção apresenta a visão dos policiais militares distribuídos por tempo de serviço à Polícia Militar. O objetivo da apresentação deste cenário foi analisar se a tempo de serviço à Polícia Militar possibilita aos policiais uma concordância maior entre seus conhecimentos e entre estes e a base de dados oficial.

C.2.1 Entre 1 - 5 anos

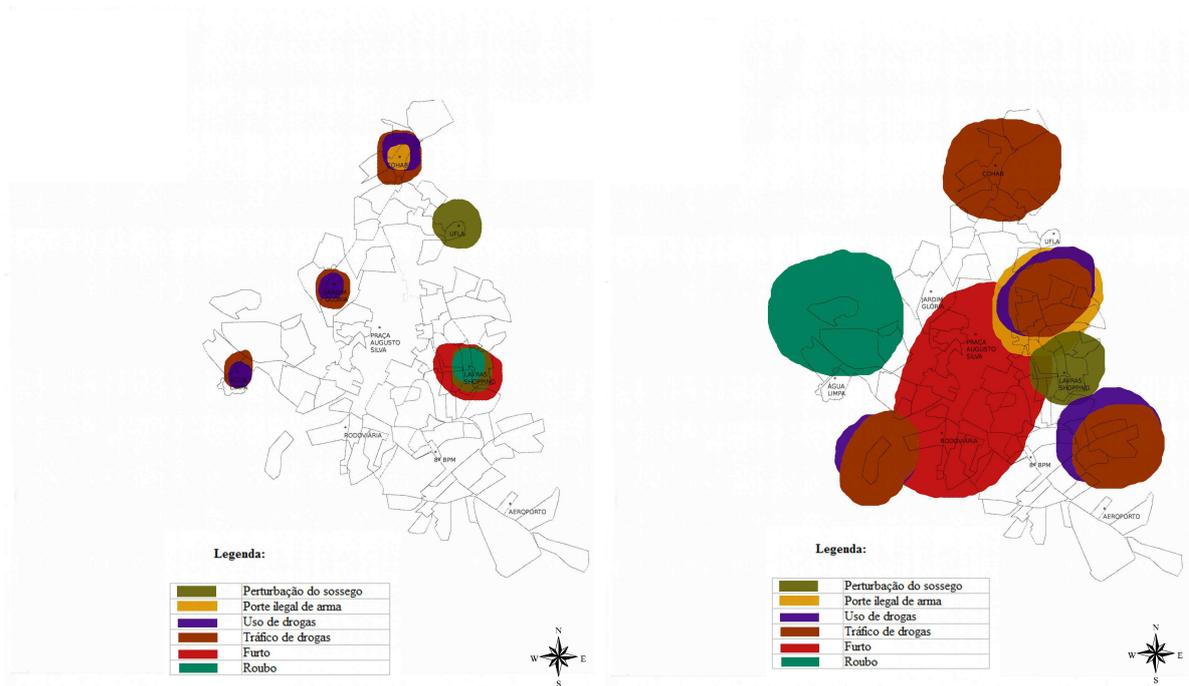


Figura C.14. PMs PM04 e PM22 - Tempo de serviço entre 01 e 05 anos .

C.2.2 Entre 5 - 10 anos

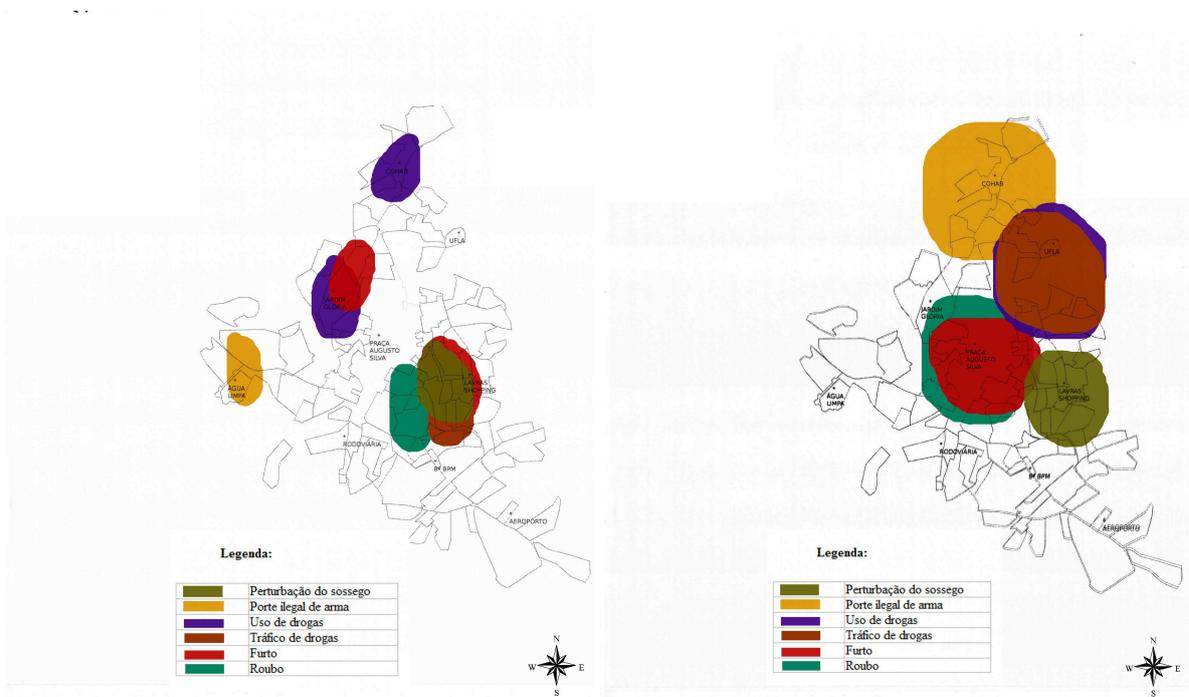


Figura C.15. PMs PM07 e PM15 - Tempo de serviço entre 05 e 10 anos.

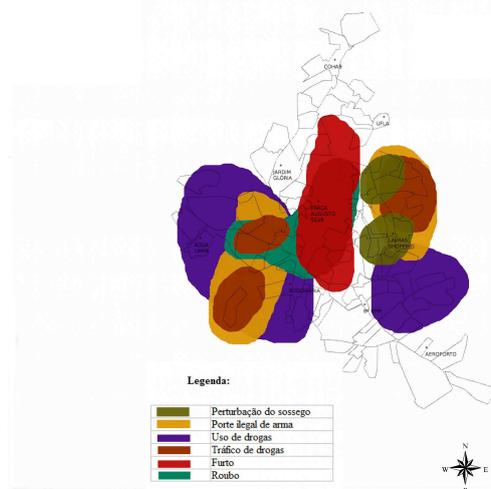


Figura C.16. PM23 - Tempo de serviço entre 05 e 10 anos.

C.2.3 Entre 10 - 20 anos

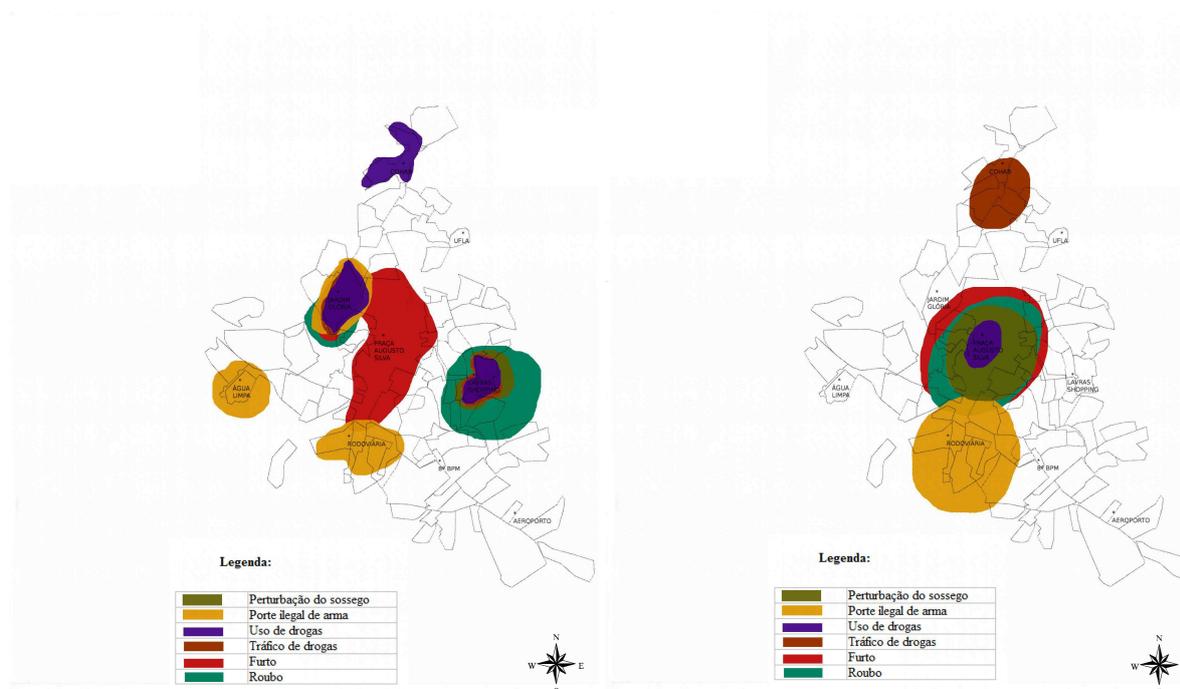


Figura C.17. PMs MP02 e PM05 - Tempo de serviço entre 10 - 20 anos.

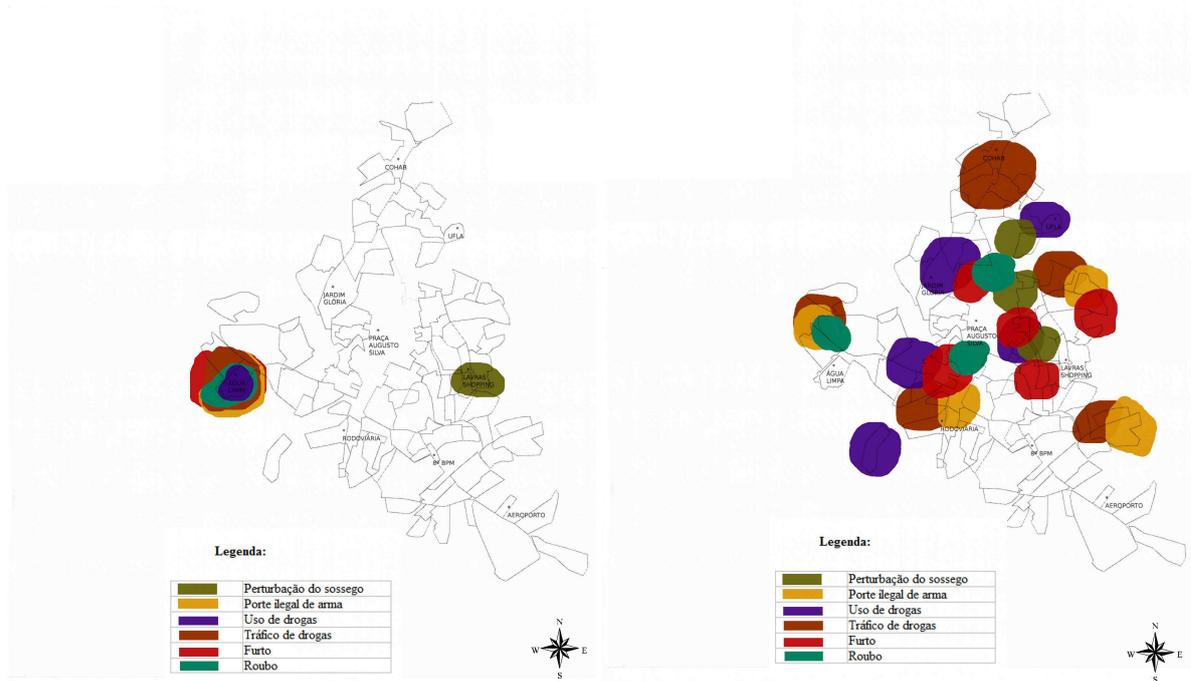


Figura C.18. PMs PM09 e PM11 - Tempo de serviço entre 10 - 20 anos.

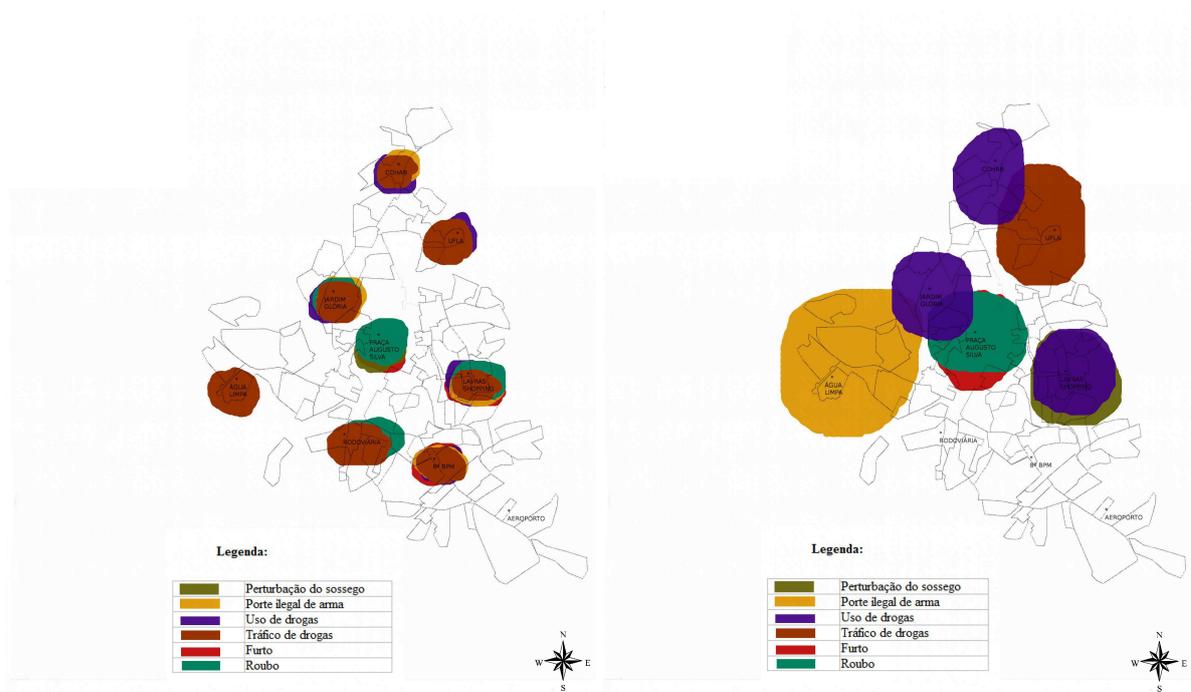


Figura C.19. PMs PM13 e PM14 - Tempo de serviço entre 10 - 20 anos.

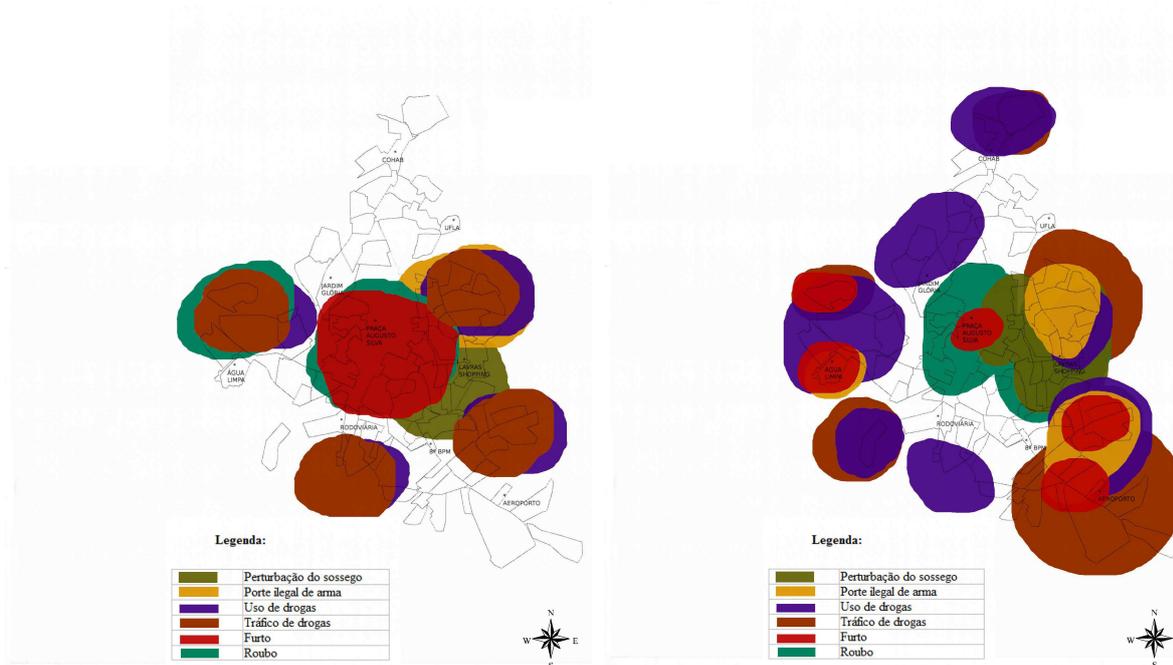


Figura C.20. PMs PM17 e PM21 - Tempo de serviço entre 10 - 20 anos.

C.2.4 Mais de 20 anos

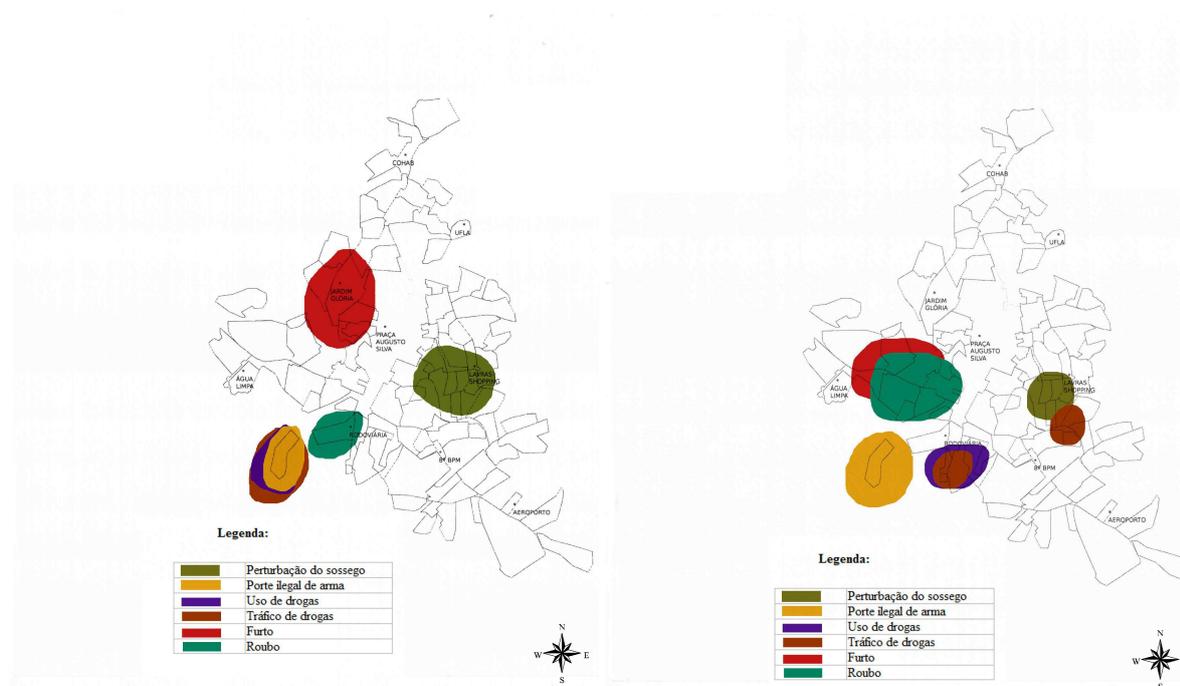


Figura C.21. PMs PM01 e PM03 - Tempo de serviço superior à 20 anos.

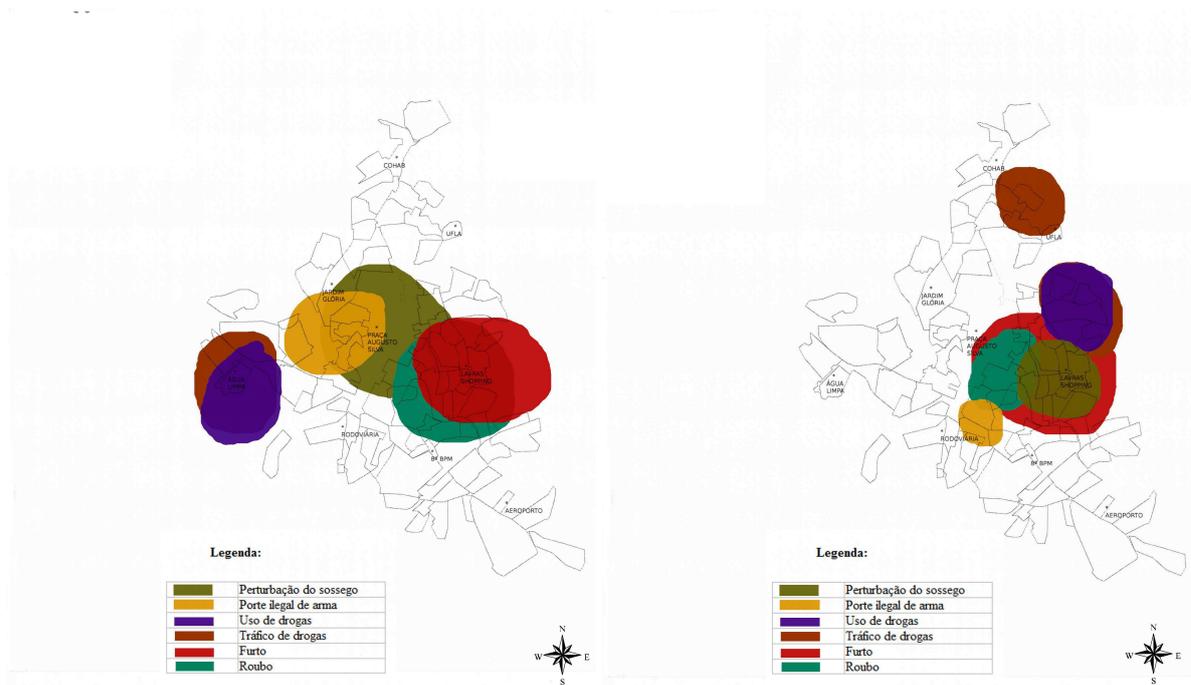


Figura C.22. PMs PM06 e PM08 - Tempo de serviço superior à 20 anos.

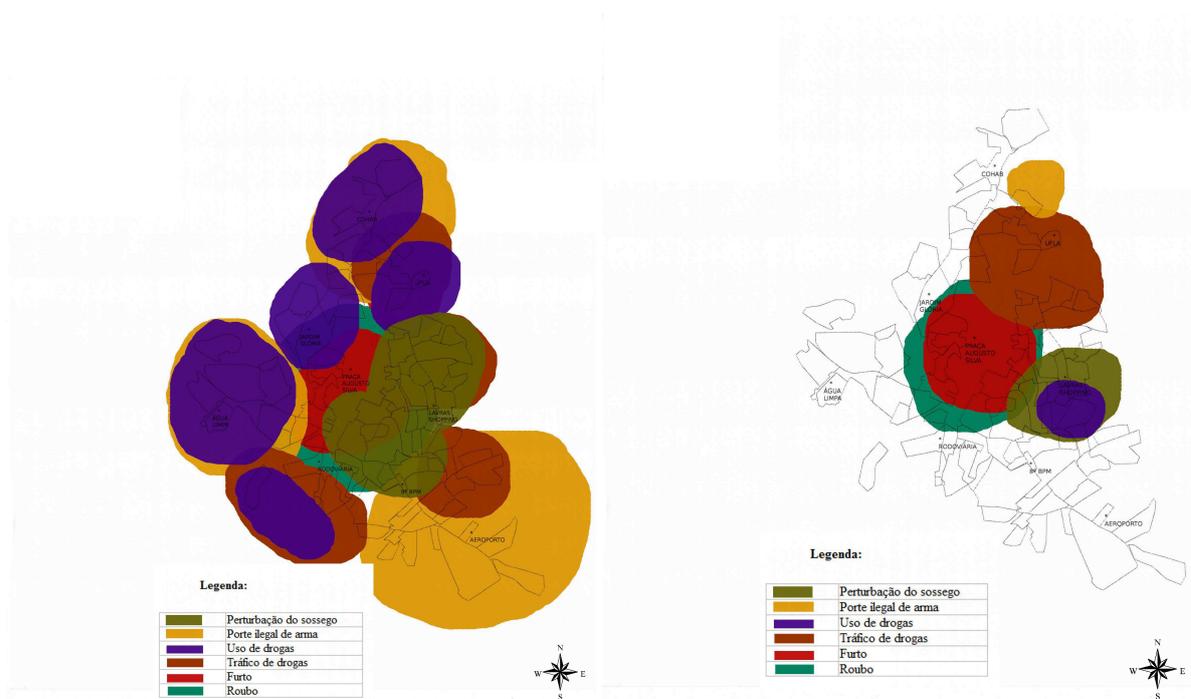


Figura C.23. PMs PM10 e PM12 - Tempo de serviço superior à 20 anos.

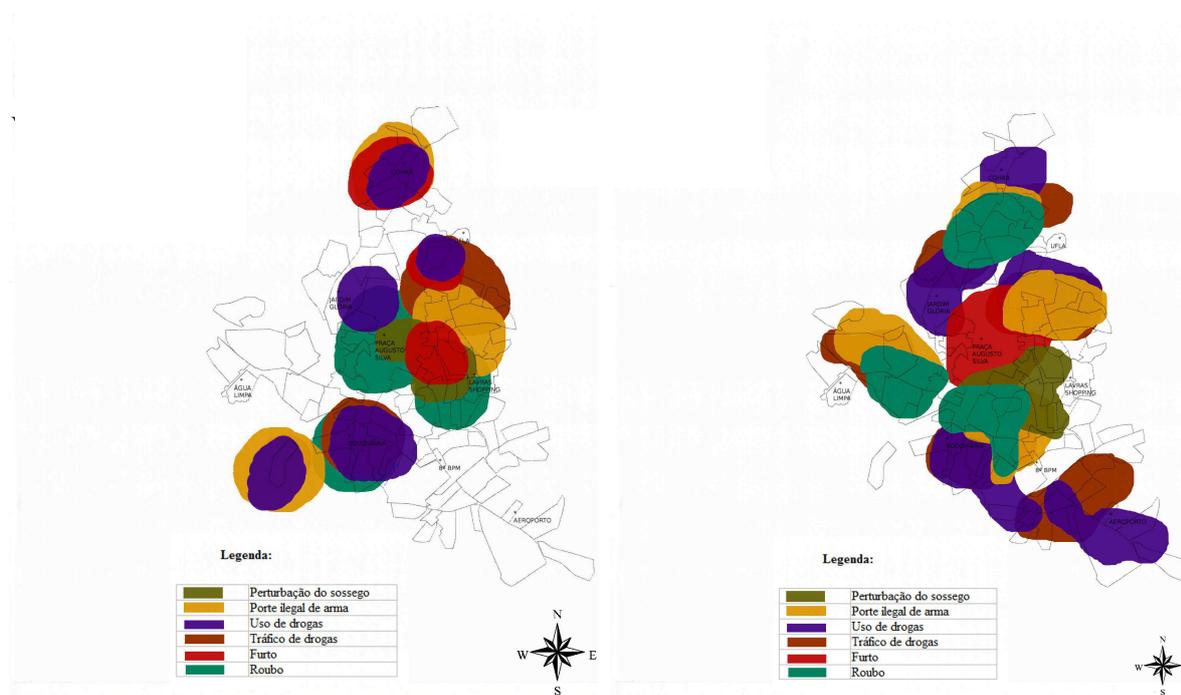


Figura C.24. PMs PM18 e PM19 - Tempo de serviço superior à 20 anos.

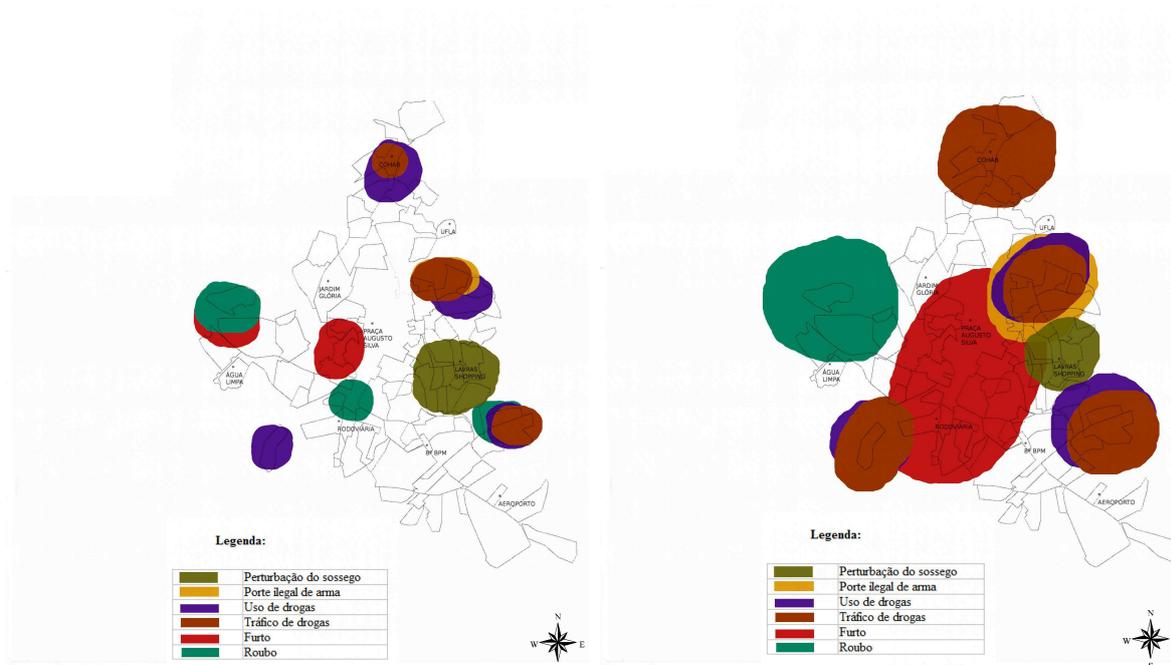


Figura C.25. PMs PM20 e PM24 - Tempo de serviço superior à 20 anos.

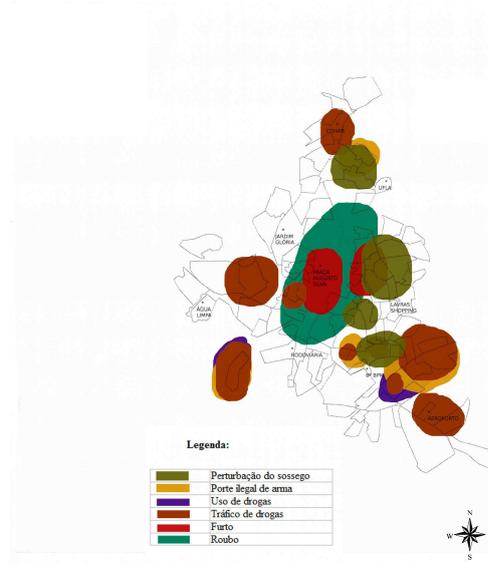


Figura C.26. PM25 - Tempo de serviço superior à 20 anos.

C.3 Nascidos e não nascidos em Lavras(MG)

Questionou-se se o fato de ter nascido no município de Lavras(MG) favorece a construção de conhecimentos sobre a espacialização da criminalidade. Este cenário apresenta como é a percepção dos policiais que nasceram e dos que não nasceram no local do estudo.

C.3.1 Nascidos em Lavras(MG)

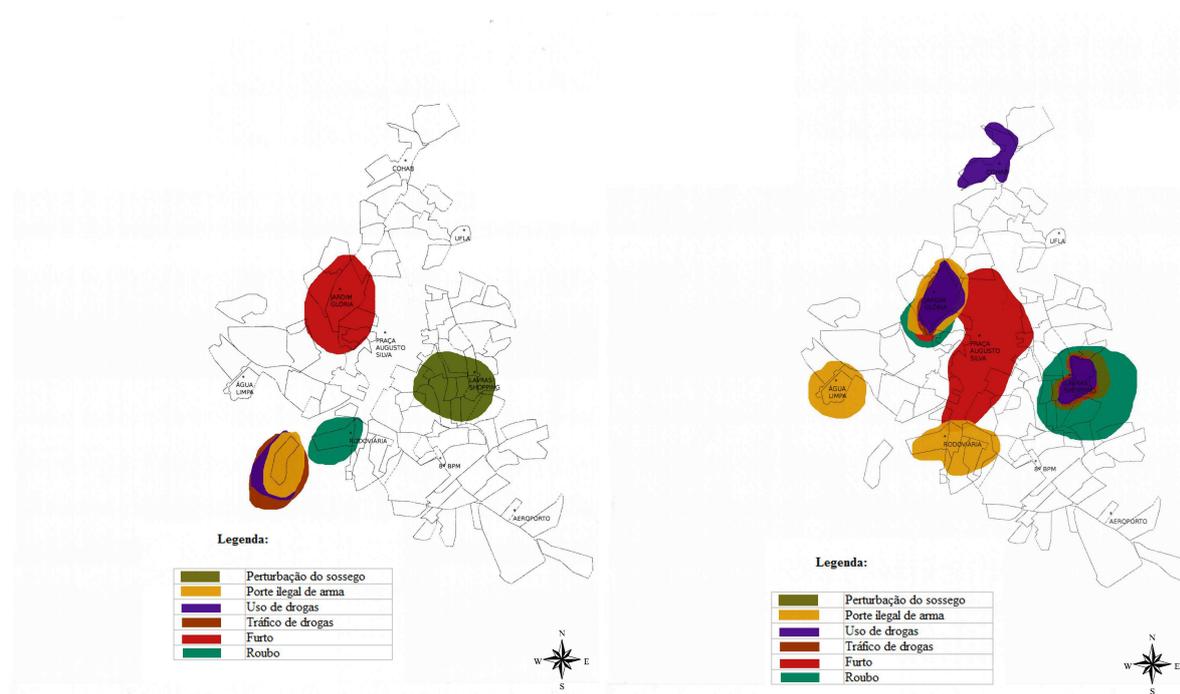


Figura C.27. PMs PM01 e PM02 - Nascidos em Lavras(MG).

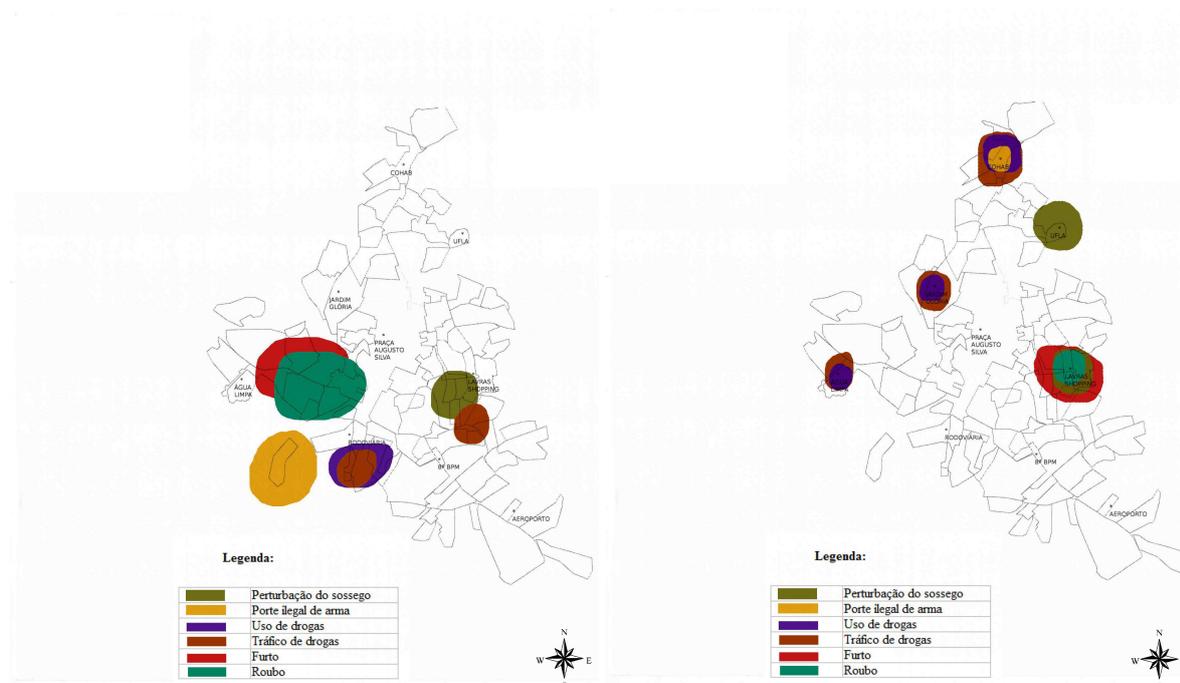


Figura C.28. PMs PM03 e PM04 - Nascidos em Lavras(MG).

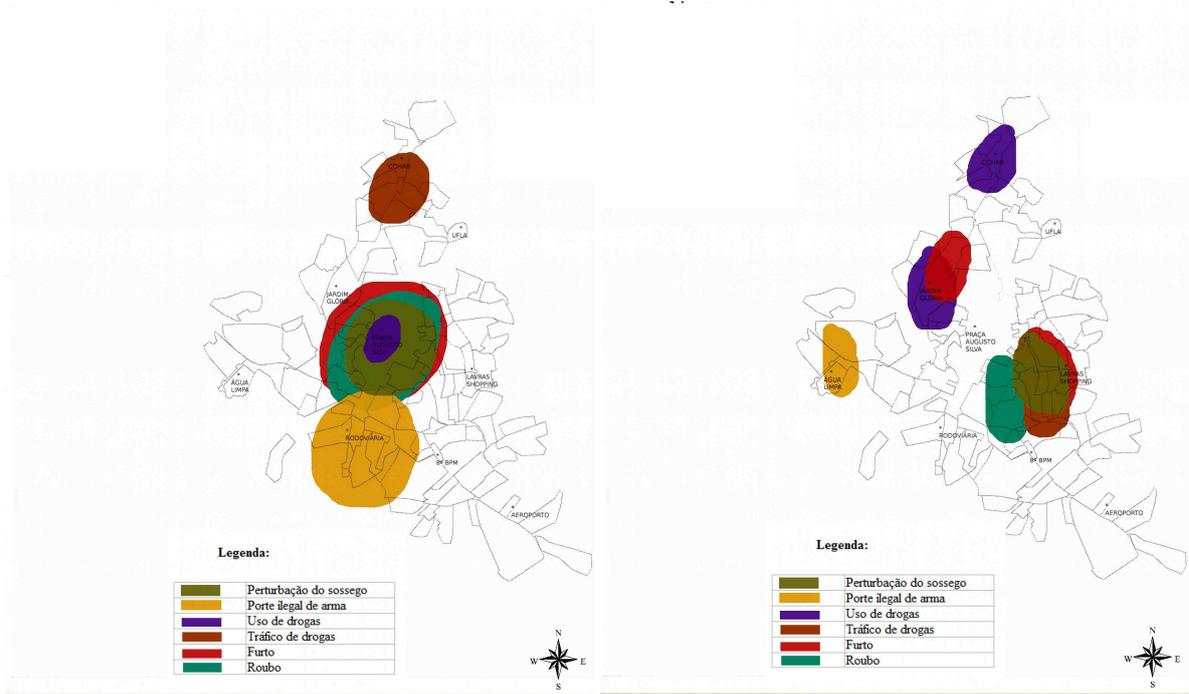


Figura C.29. PMs PM05 e PM07 - Nascidos em Lavras(MG).

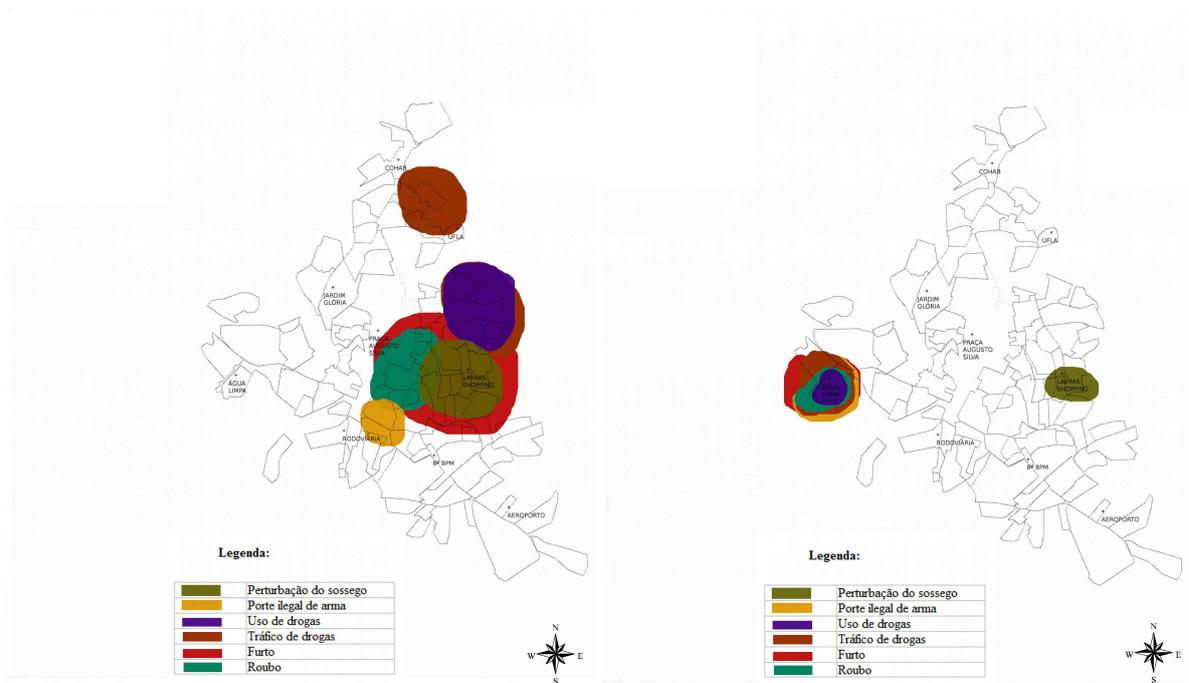


Figura C.30. PMs PM08 e PM09 - Nascidos em Lavras(MG).

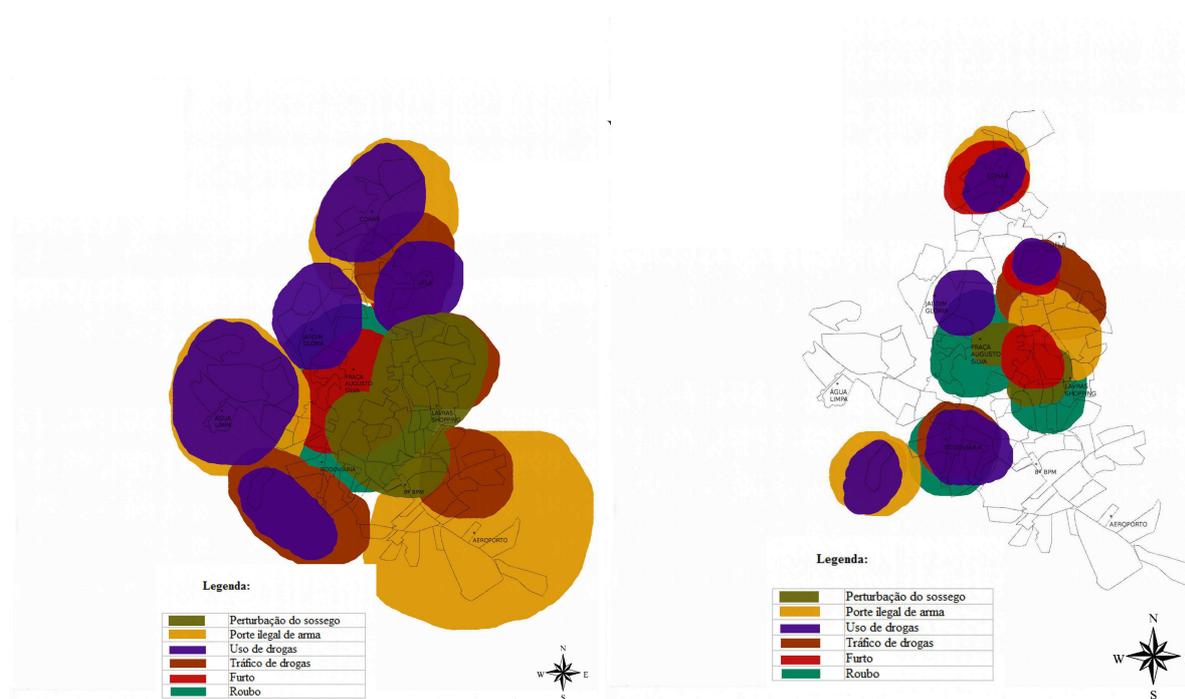


Figura C.31. PMs PM10 e PM18 - Nascidos em Lavras(MG).

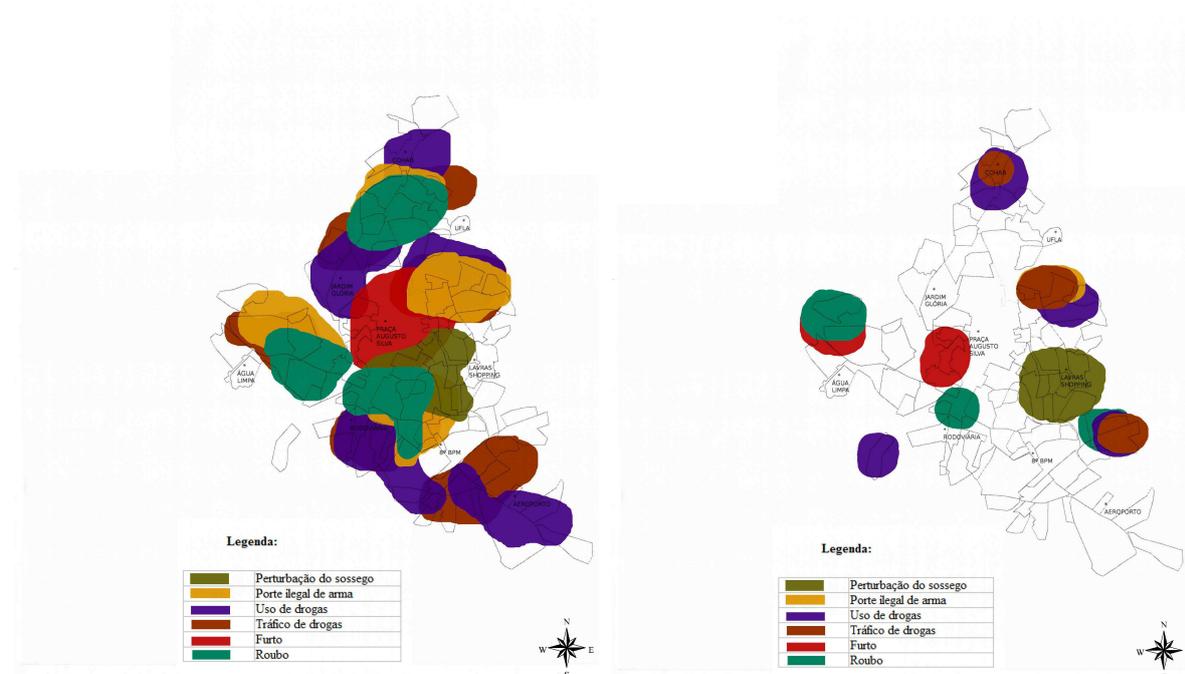


Figura C.32. PMs PM19 e PM20 - Nascidos em Lavras(MG).

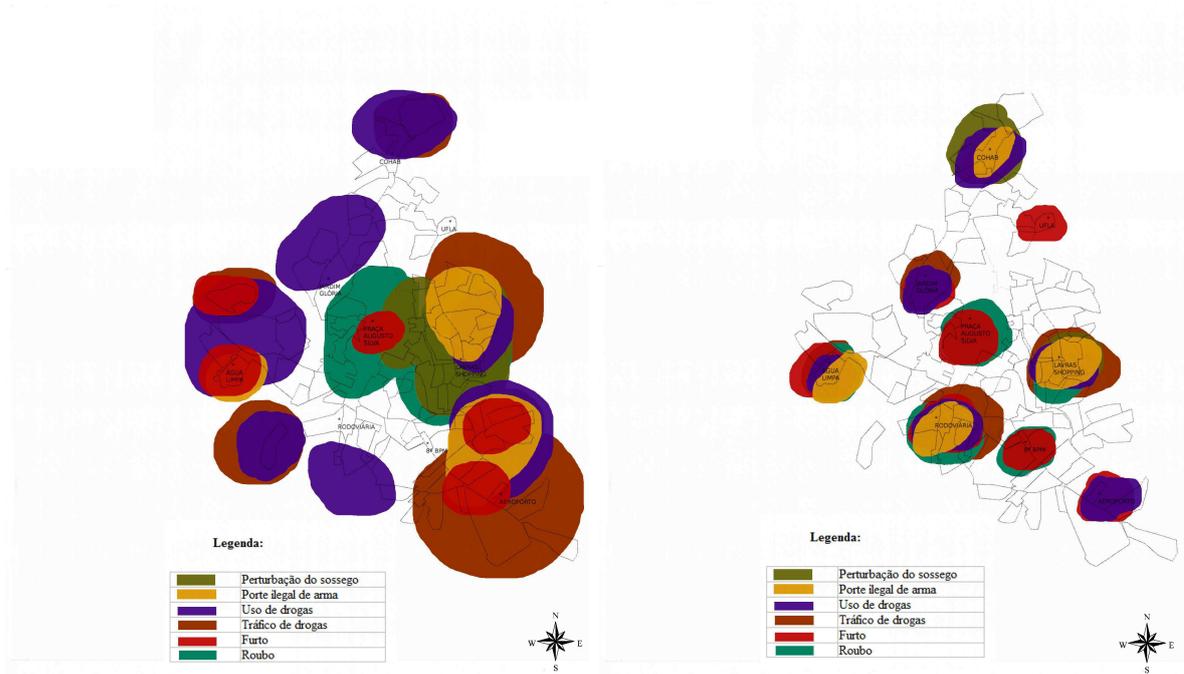


Figura C.33. PMs PM21 e PM22 - Nascidos em Lavras(MG).



Figura C.34. PMs PM23 e PM24 - Nascidos em Lavras(MG).

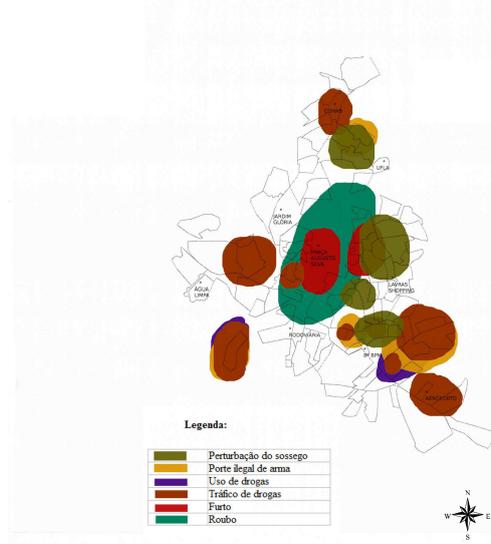


Figura C.35. PM25 - Nascido em Lavras(MG).

C.3.2 Não nascidos em Lavras(MG)

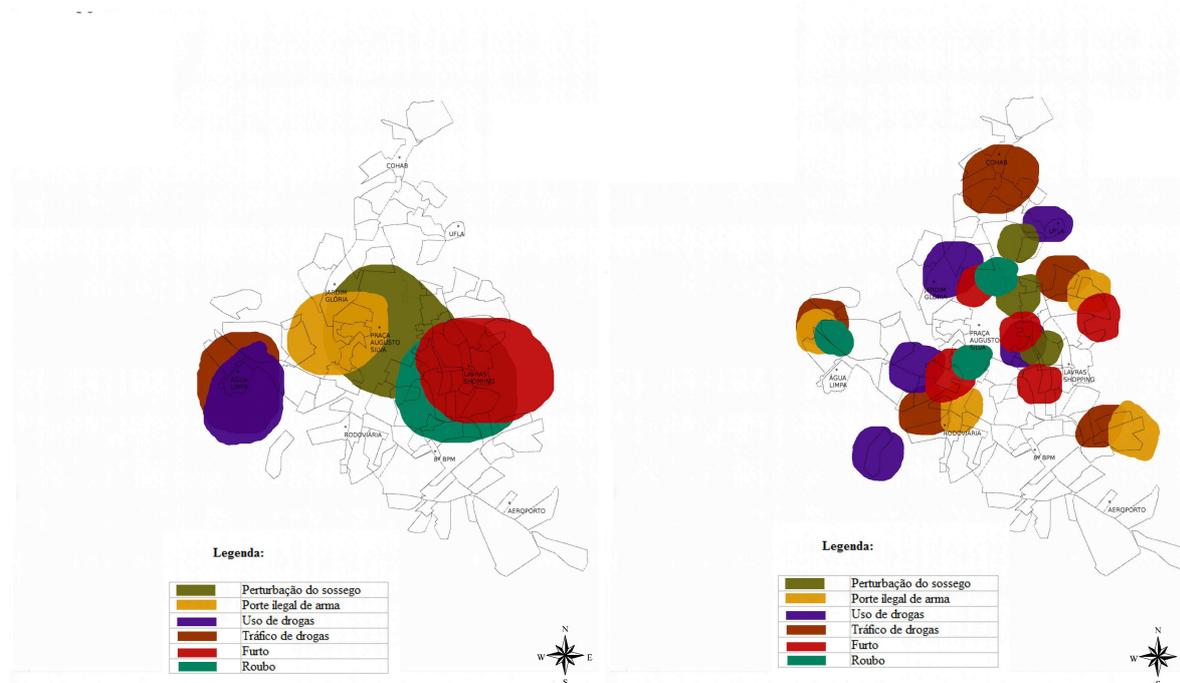


Figura C.36. PMs PM06 e PM11 - Não nascidos em Lavras(MG).

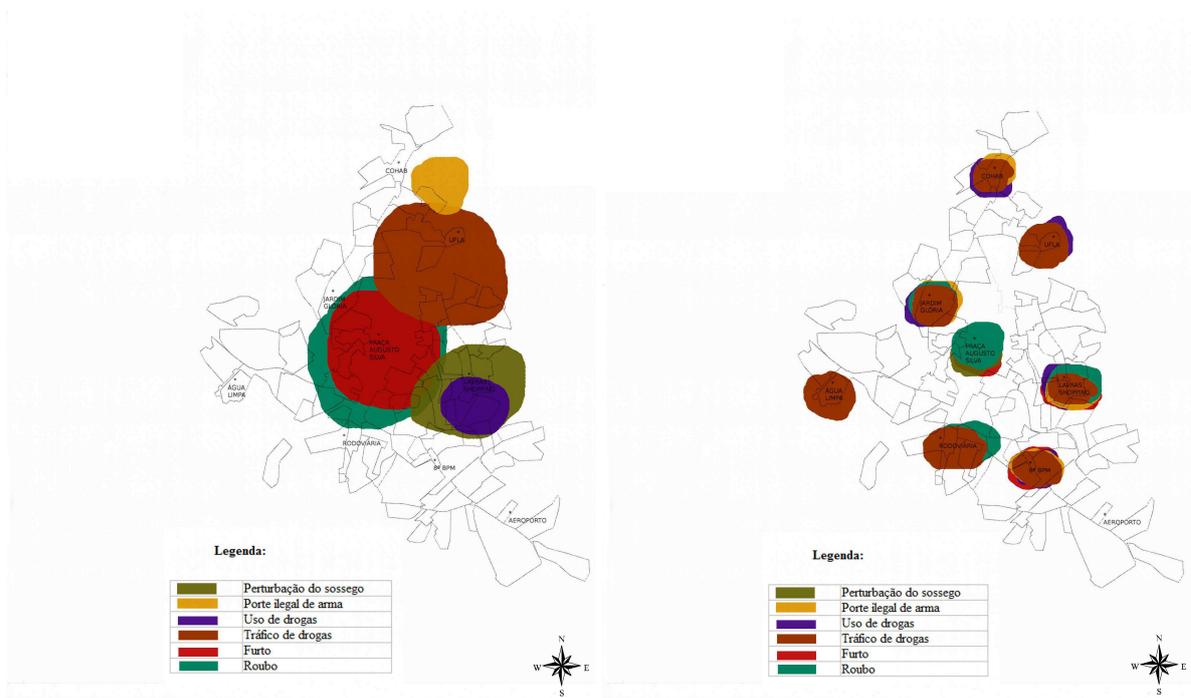


Figura C.37. PMs PM12 e PM13 - Não nascidos em Lavras(MG).

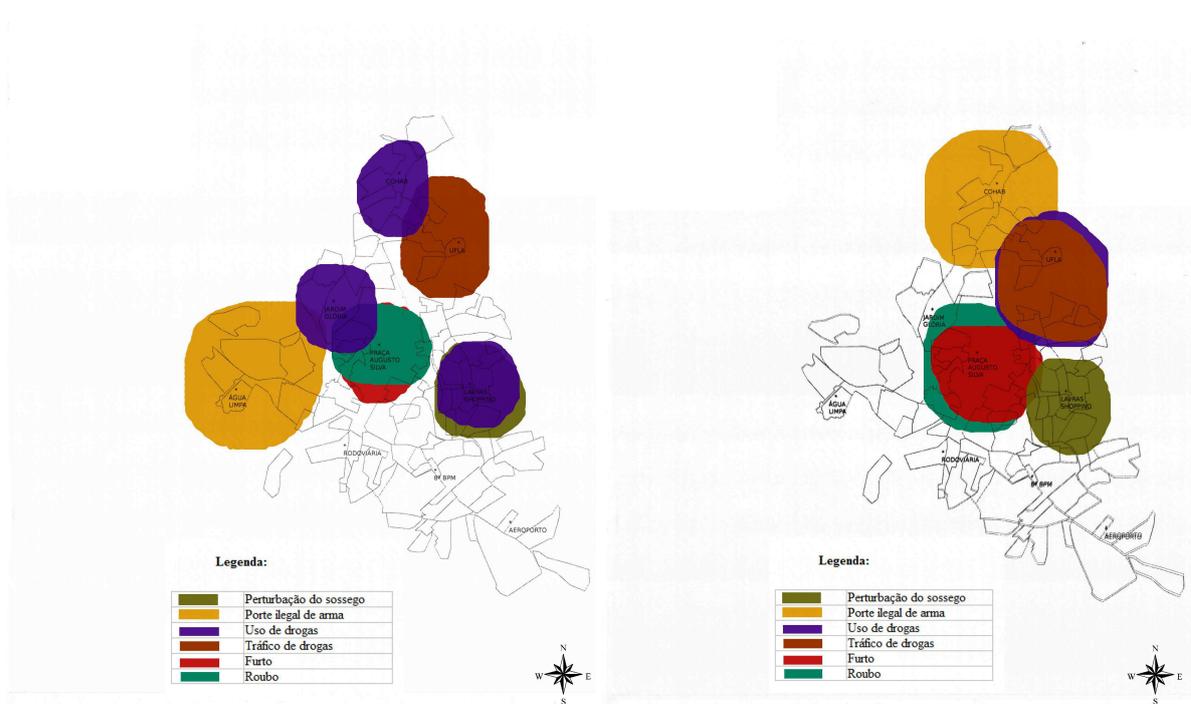


Figura C.38. PMs PM14 e PM15 - Não nascidos em Lavras(MG).

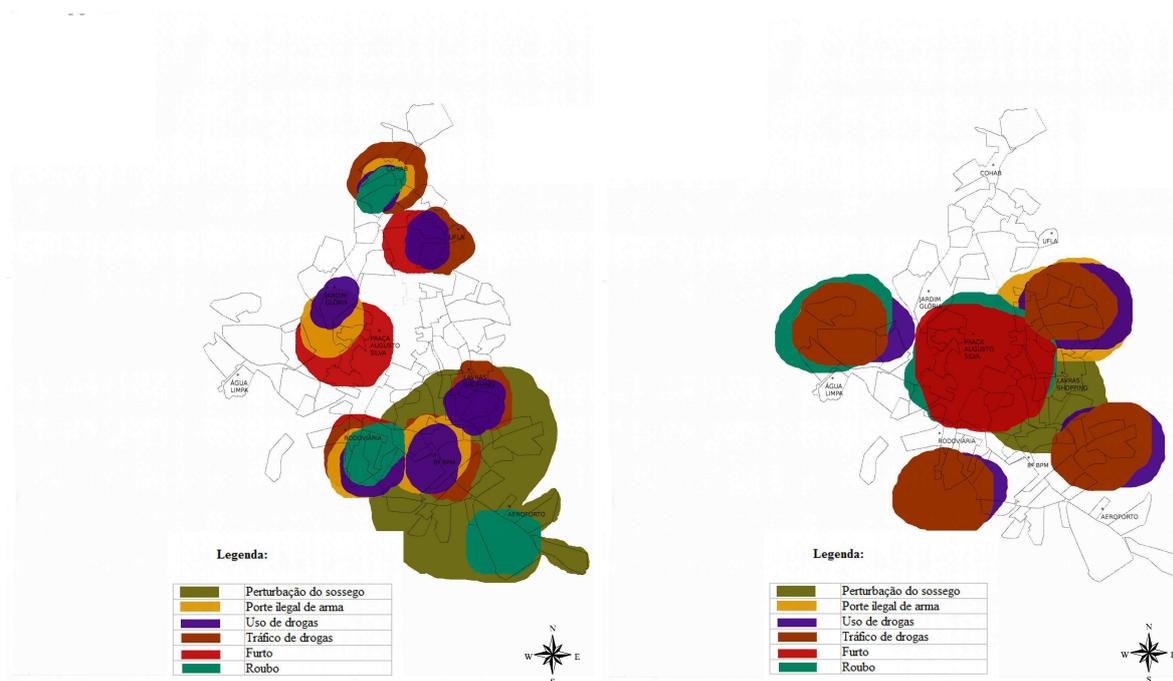


Figura C.39. PMs PM16 e PM17 - Não nascidos em Lavras(MG).

C.4 Moravam em Lavras(MG) antes de atuarem na PM e os que não moravam

Observa-se neste cenário como é a percepção dos policiais militares que moravam em Lavras(MG) antes de integrarem à Polícia Militar e a dos que não moravam. Questiona-se se o fato de que residir no município poder induzir na construção dos conhecimentos.

C.4.1 Moravam em Lavras(MG)

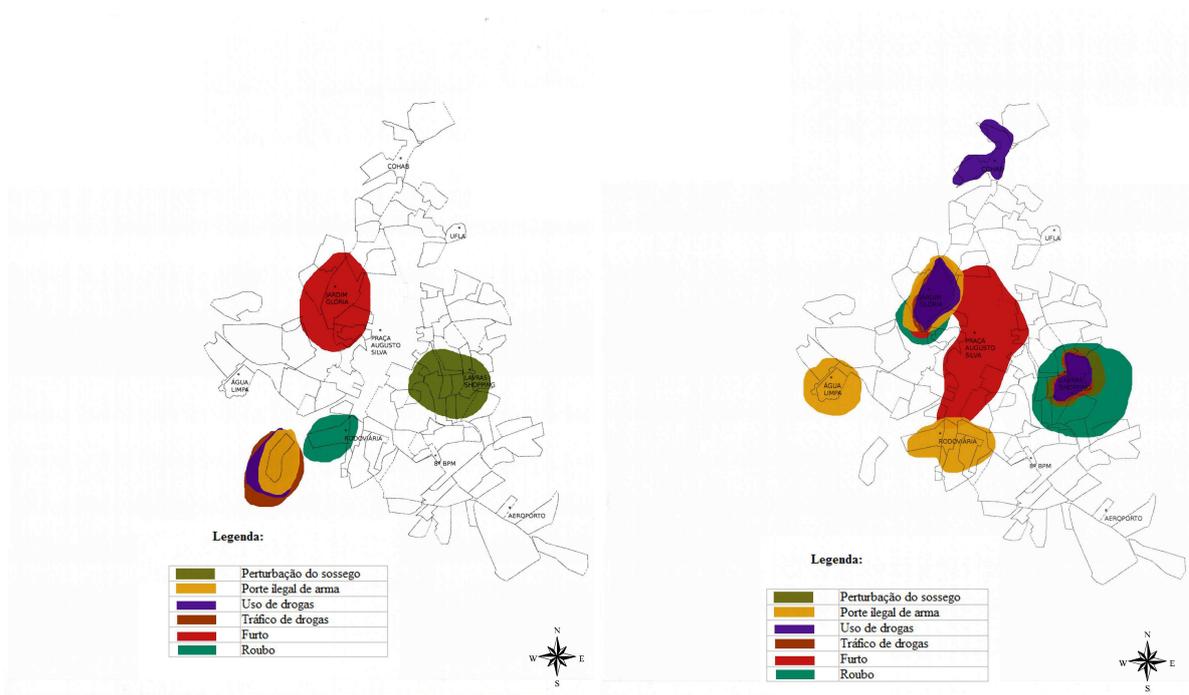


Figura C.40. PMs PM01 e PM02 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

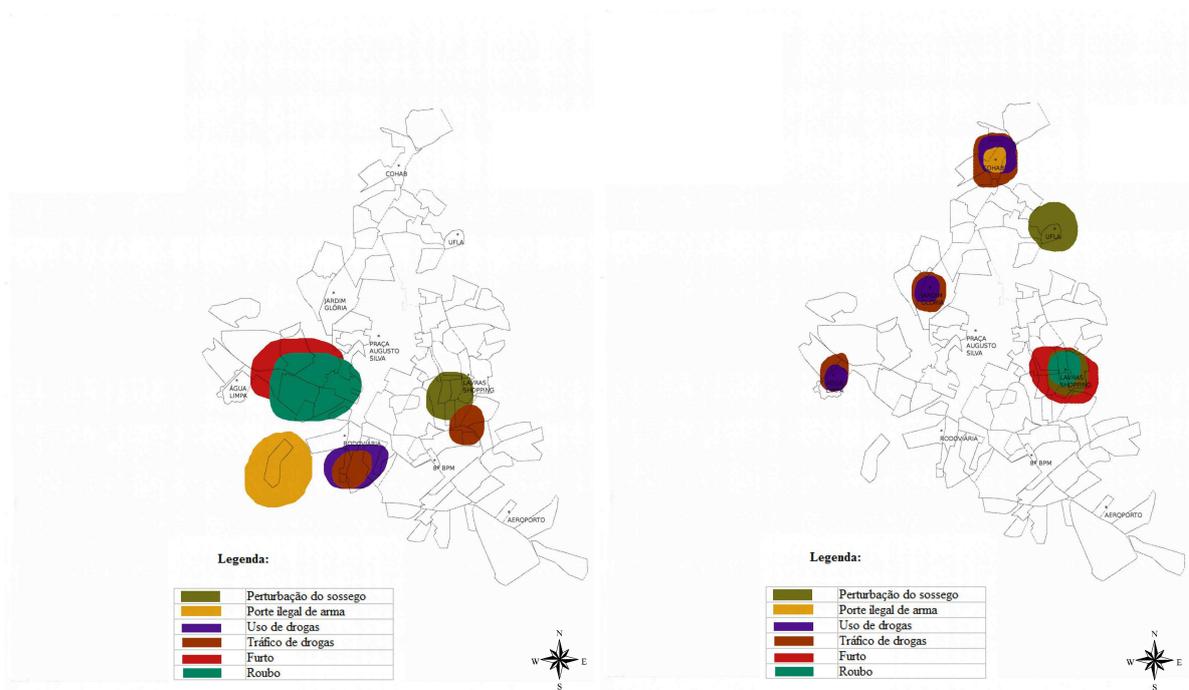


Figura C.41. PMs PM03 e PM04 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

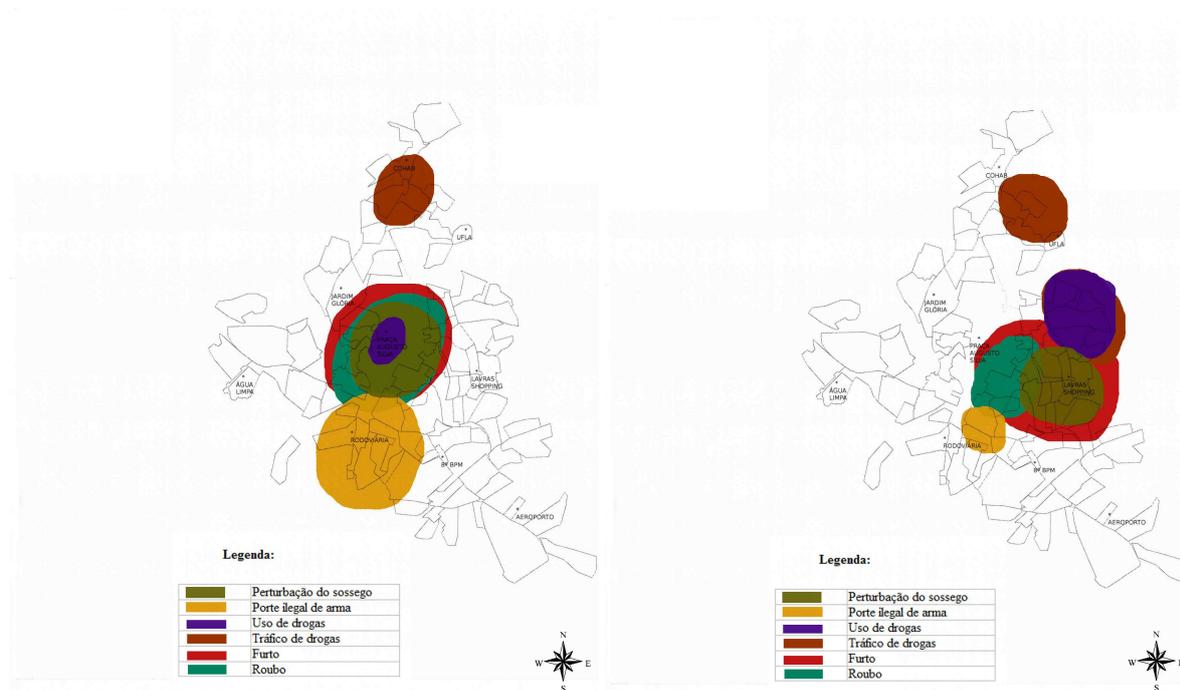


Figura C.42. PMs PM05 e PM08 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

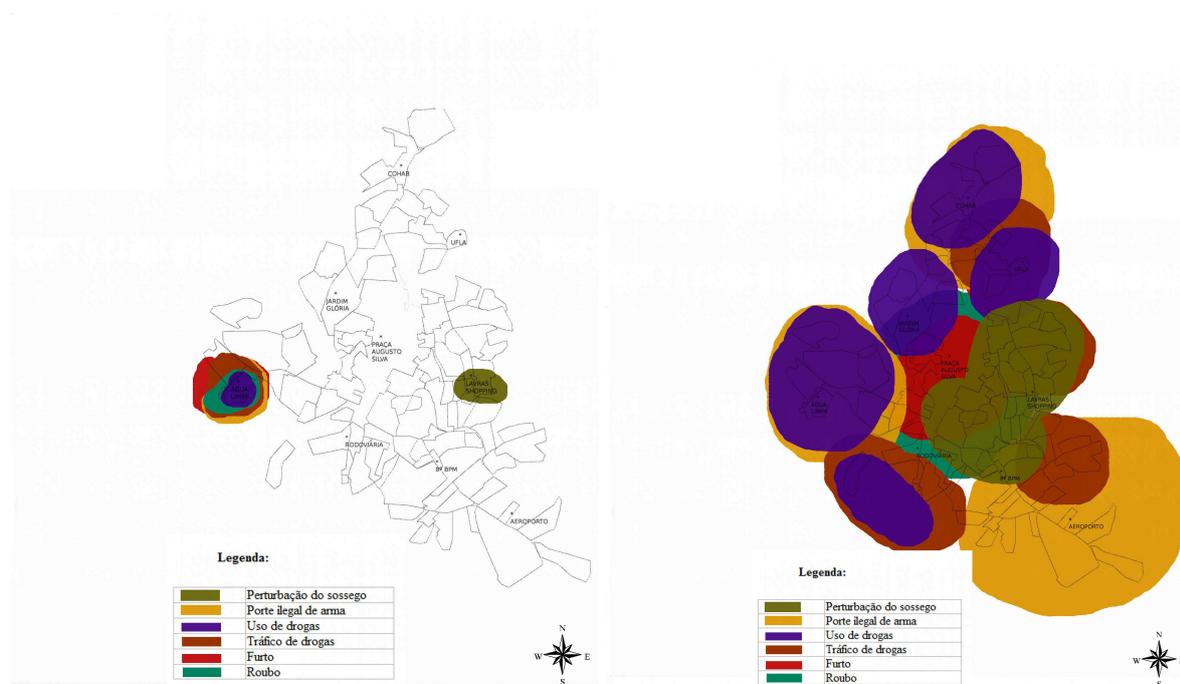


Figura C.43. PMs PM09 E PM10 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

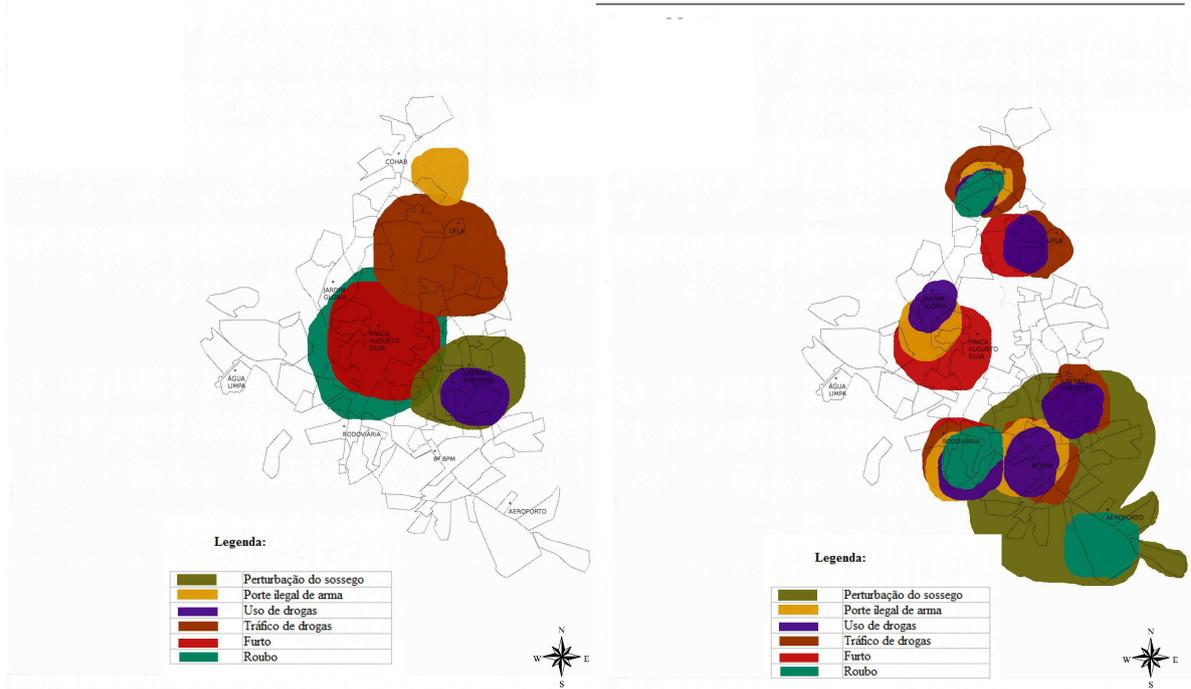


Figura C.44. PMs PM12 e PM16 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

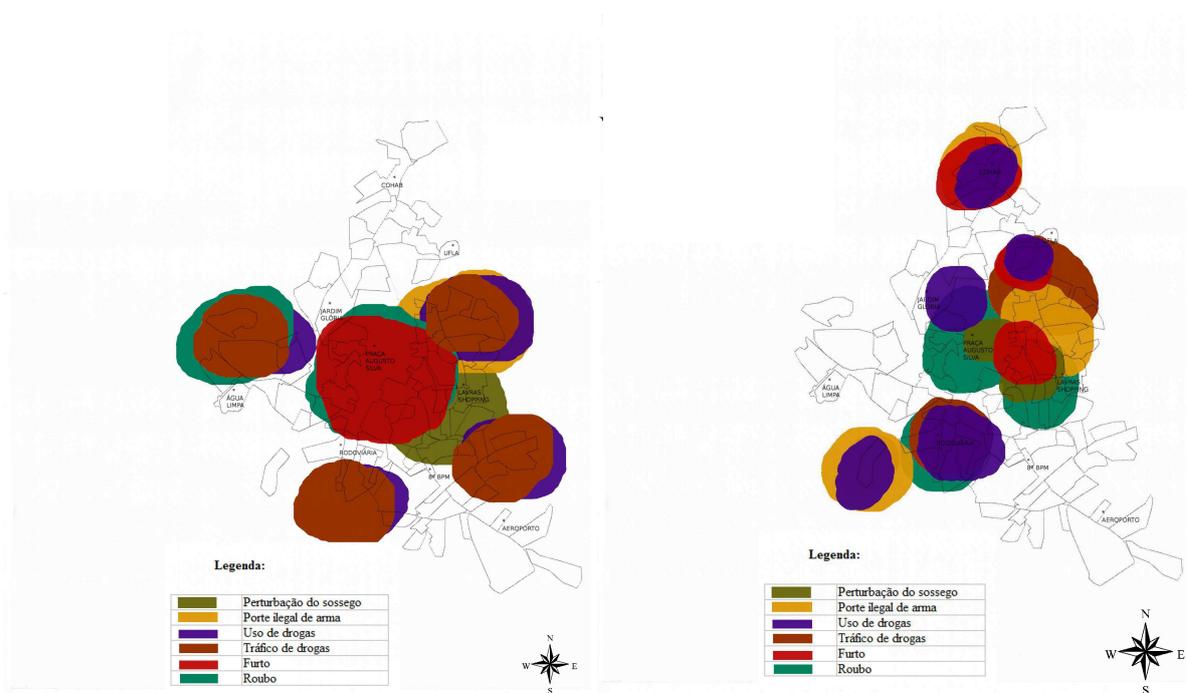


Figura C.45. PMs PM17 e PM18 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

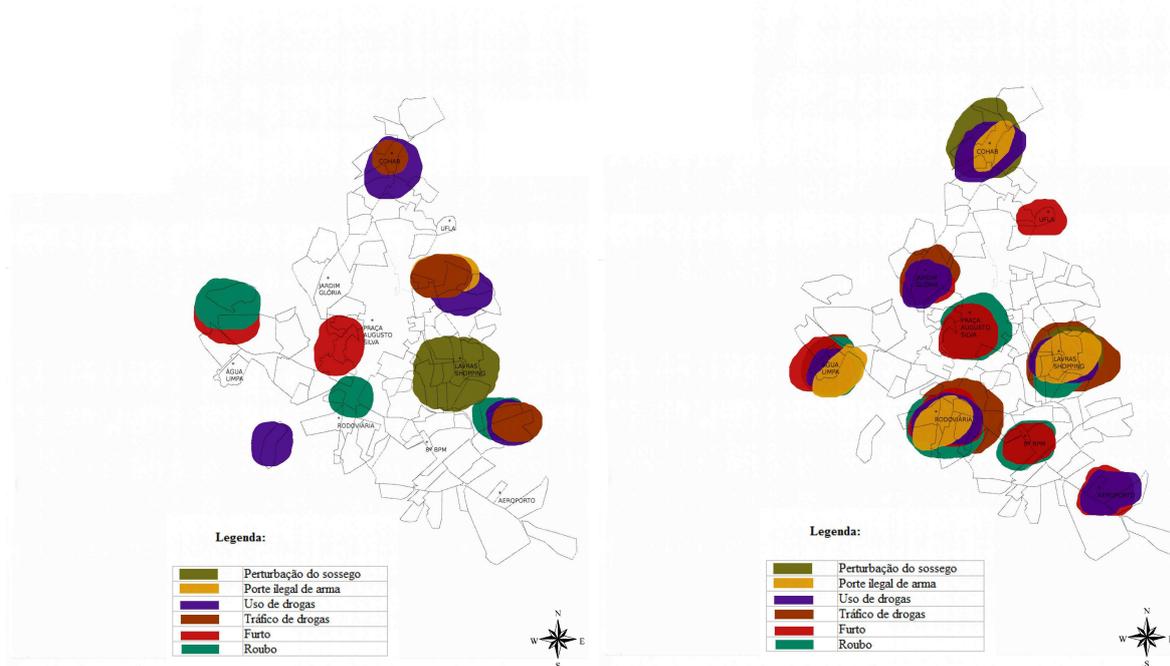


Figura C.46. PMs PM20 e PM22 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

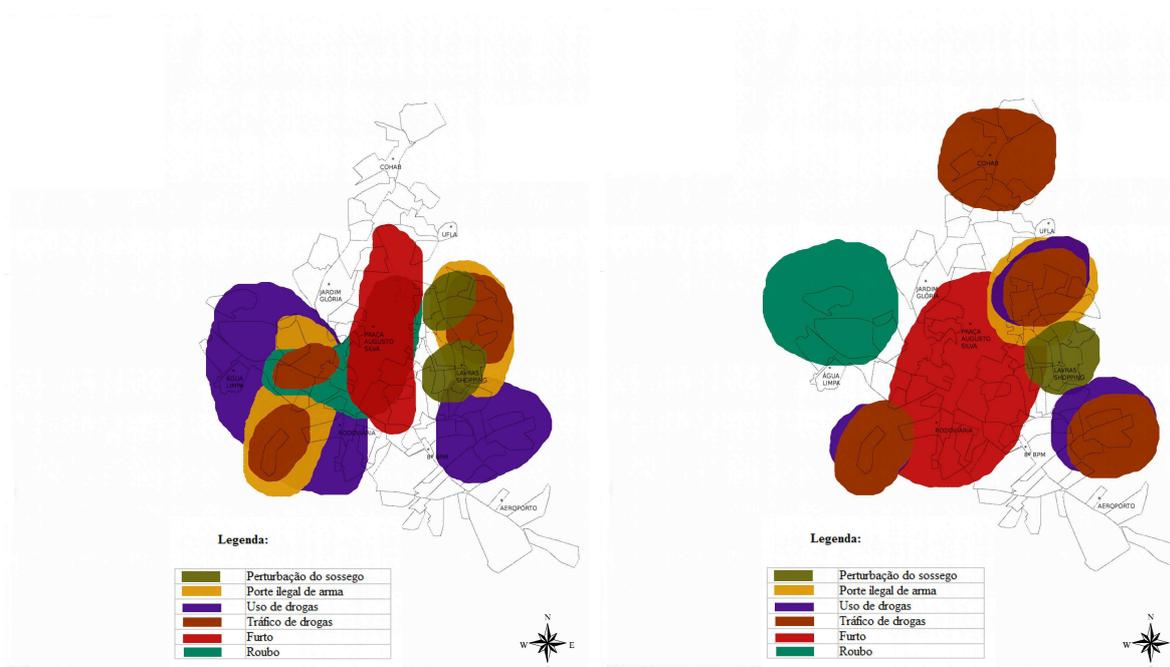


Figura C.47. PMs PM23 e PM24 - Moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

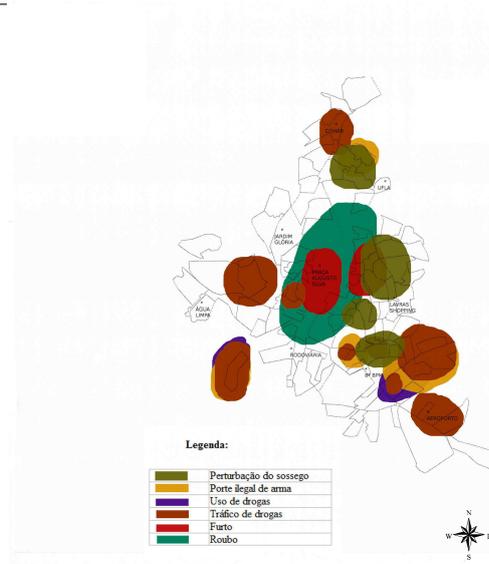


Figura C.48. PM25 - Morador de Lavras(MG) antes de atuar na PM.

C.4.2 Não moravam em Lavras(MG)

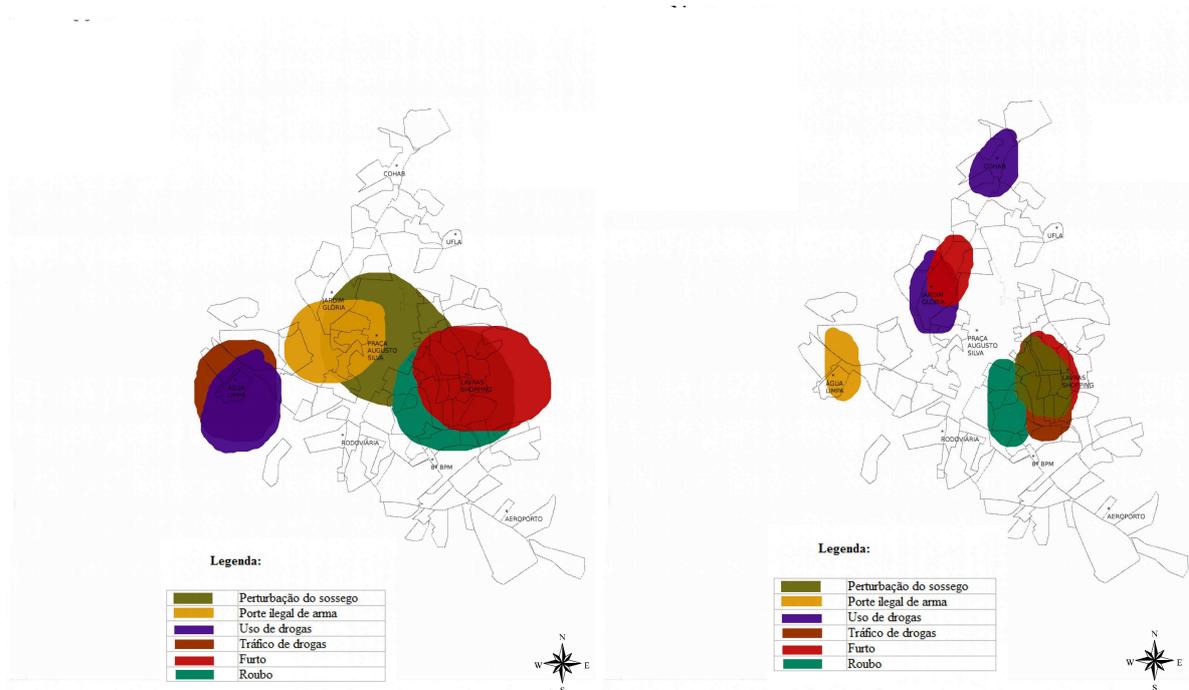


Figura C.49. PMs PM06 e PM07 - Não moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

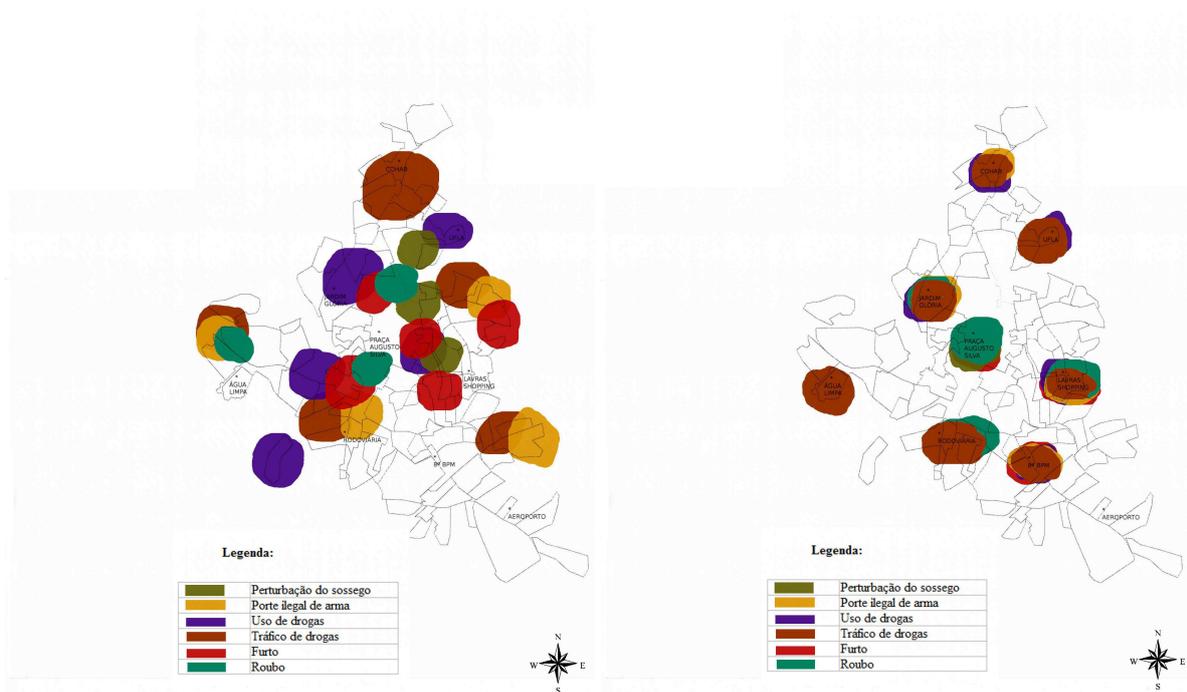


Figura C.50. PMs PM11 e PM13 - Não moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

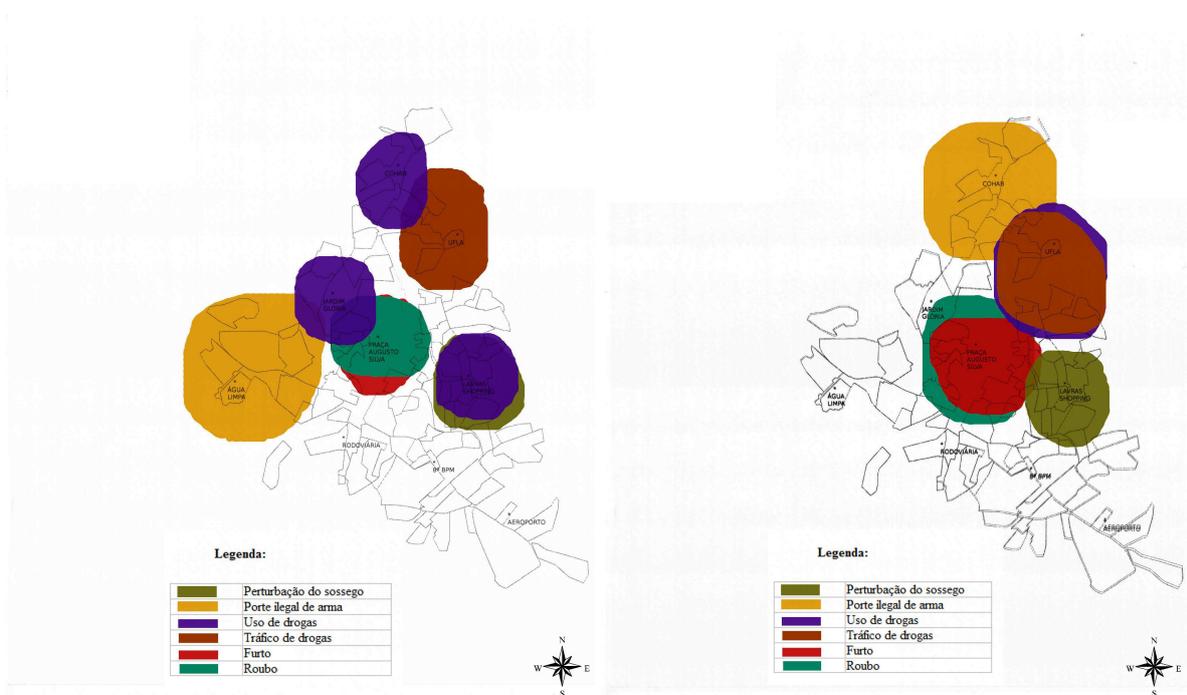


Figura C.51. PMs PM14 e PM15 - Não moradores de Lavras(MG) antes de atuarem na PM.

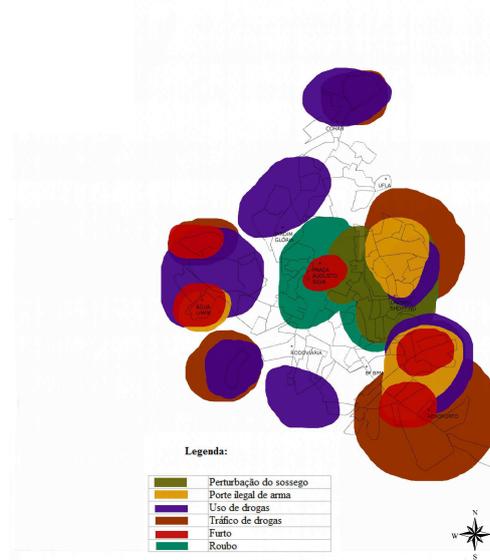


Figura C.52. PM21 - Não morador de Lavras(MG) antes de atuar na PM.

C.5 Presenciaram pelo menos uma das infrações antes de atuarem na PM e os que não presenciaram

O fato de ter ou não presenciado uma das infrações penais do estudo antes de se tornarem policiais militares permitiu a construção dos cenários abaixo exibidos.

C.5.1 Presenciaram

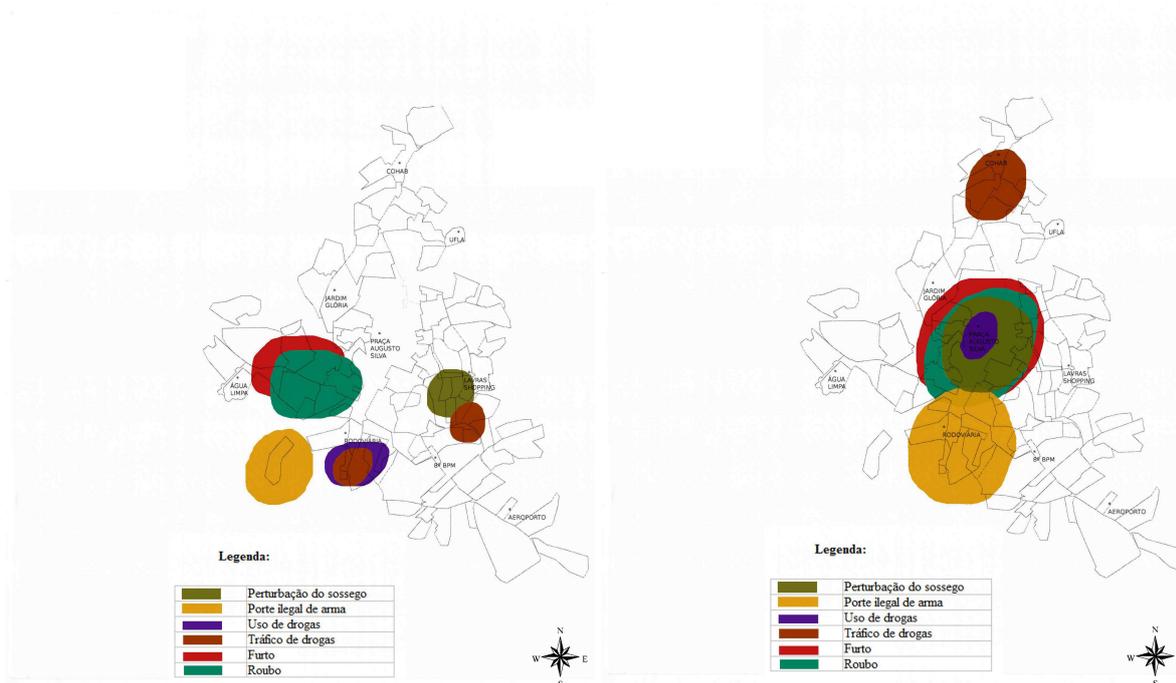


Figura C.53. PMs PM03 e PM05 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.

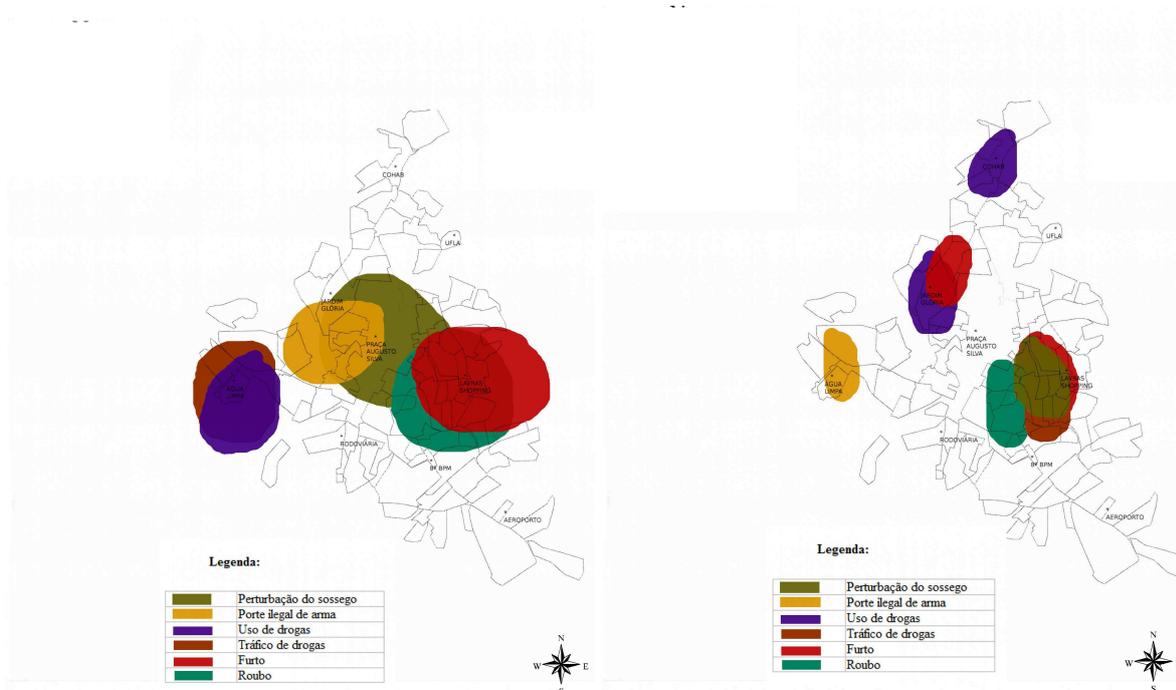


Figura C.54. PMs PM06 e PM07 Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.

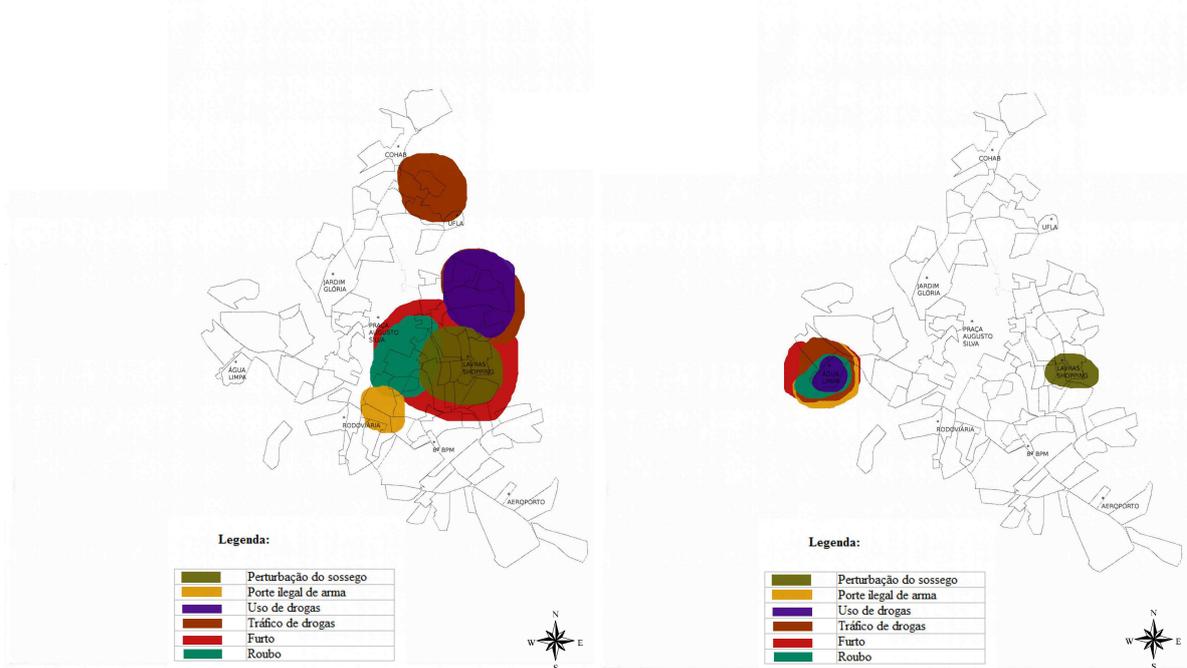


Figura C.55. PMs PM08 e PM09 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.

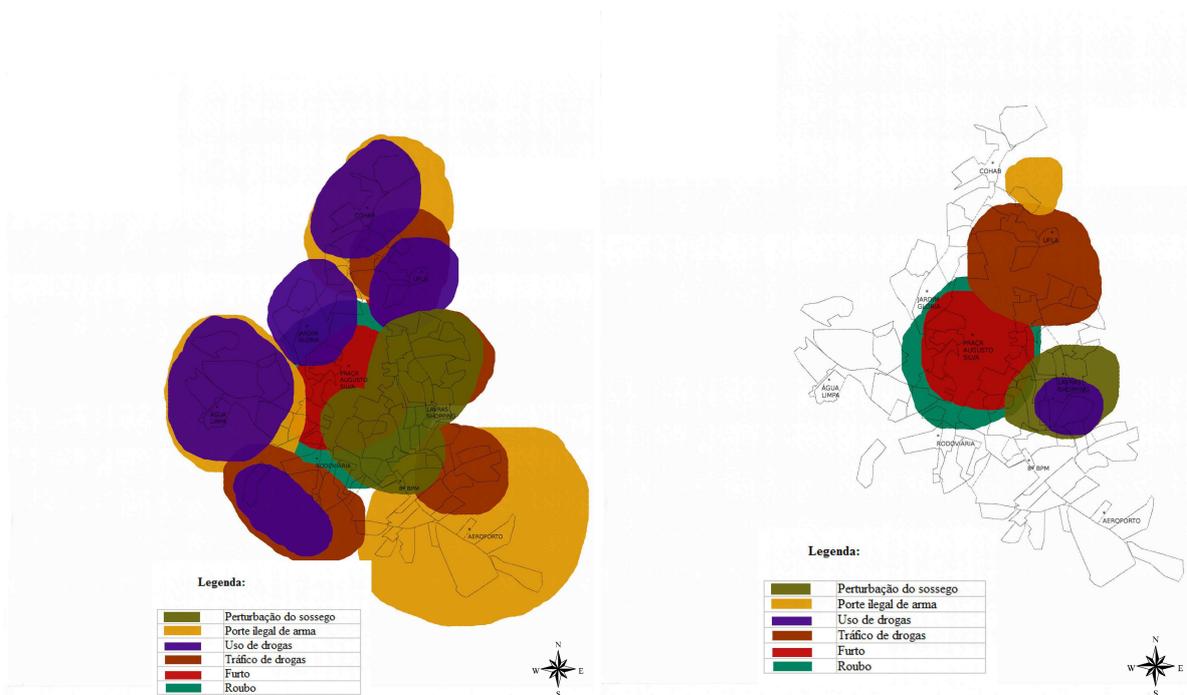


Figura C.56. PMs PM10 e PM12 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.

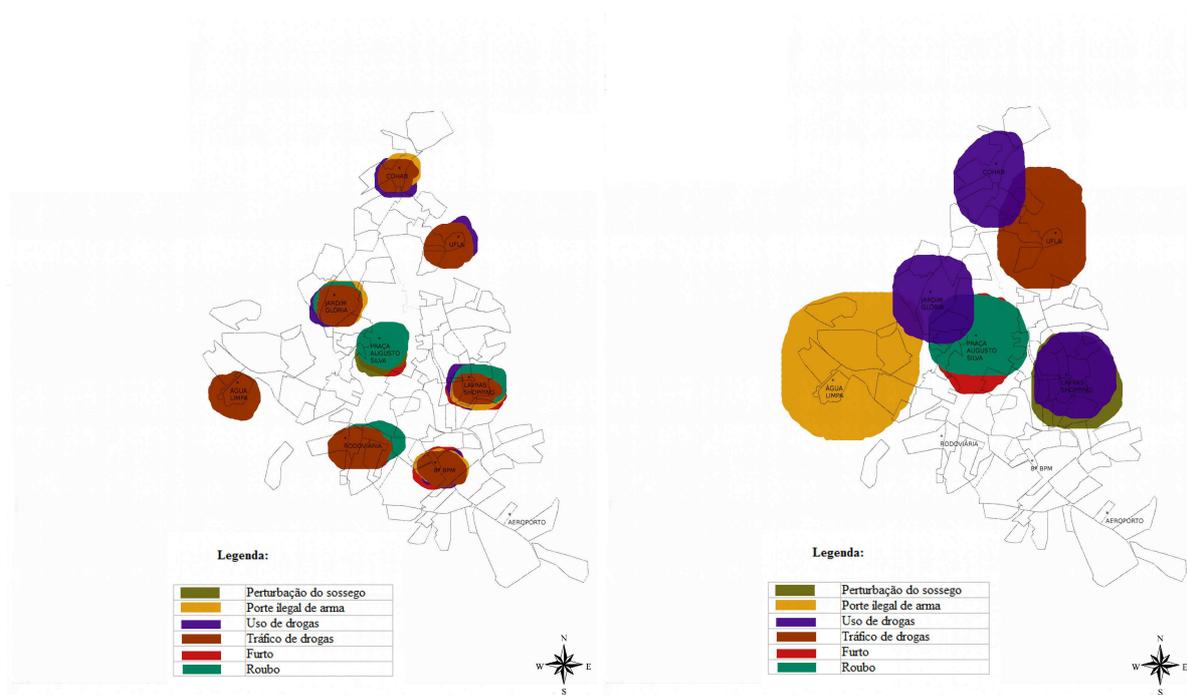


Figura C.57. PMs PM13 e PM14 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.

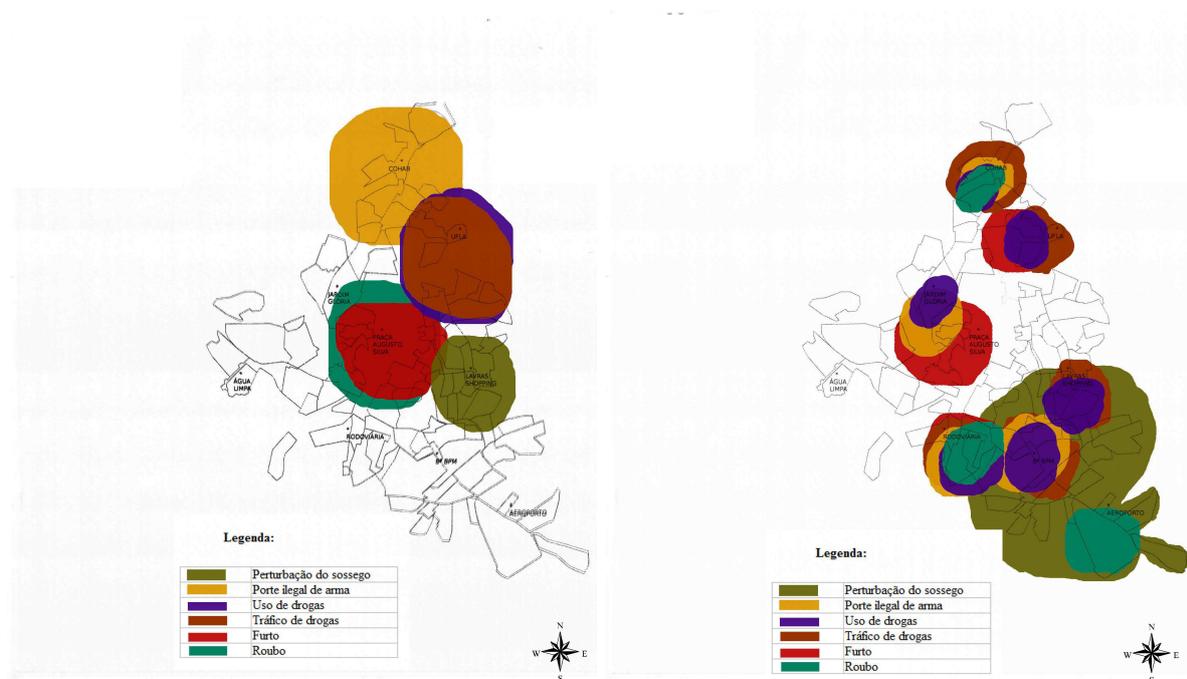


Figura C.58. PMs PM15 e PM16 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.

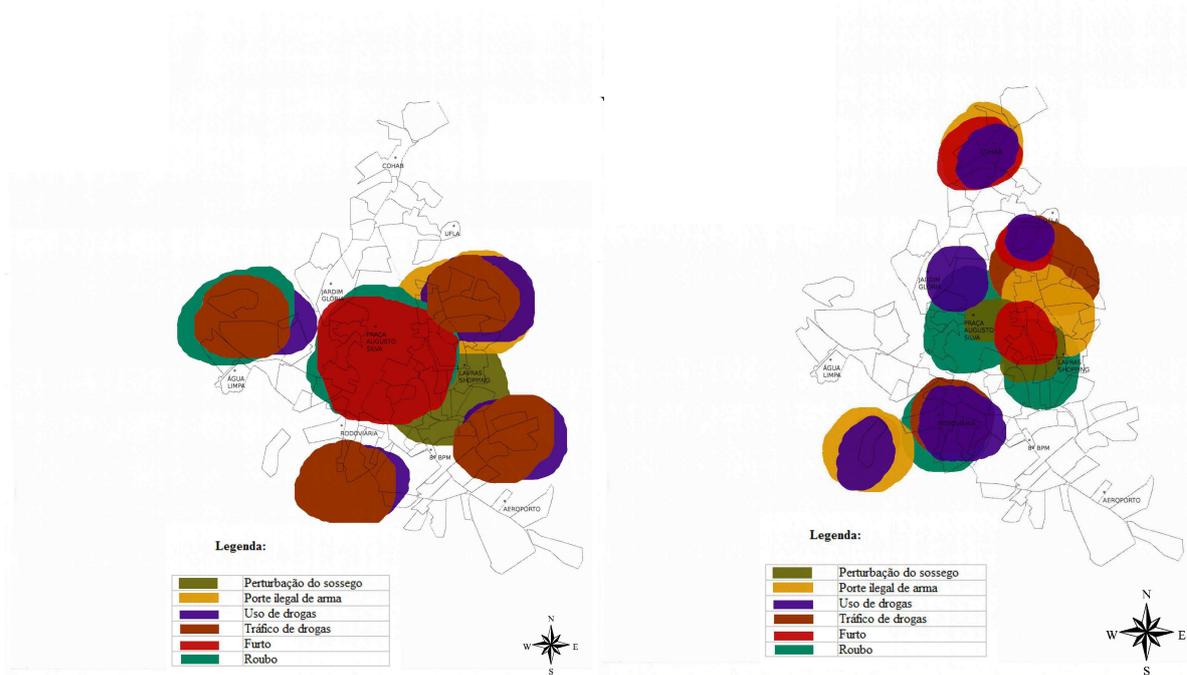


Figura C.59. PMs PM17 e PM18 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.

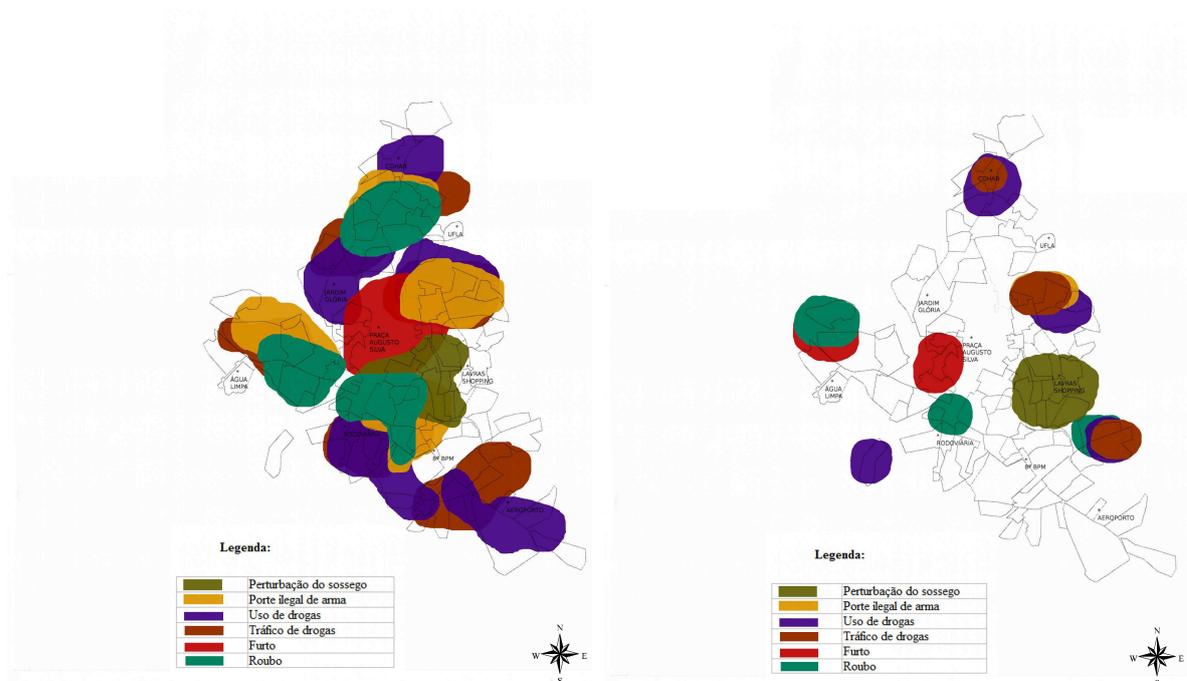


Figura C.60. PMs PM19 e PM20 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.

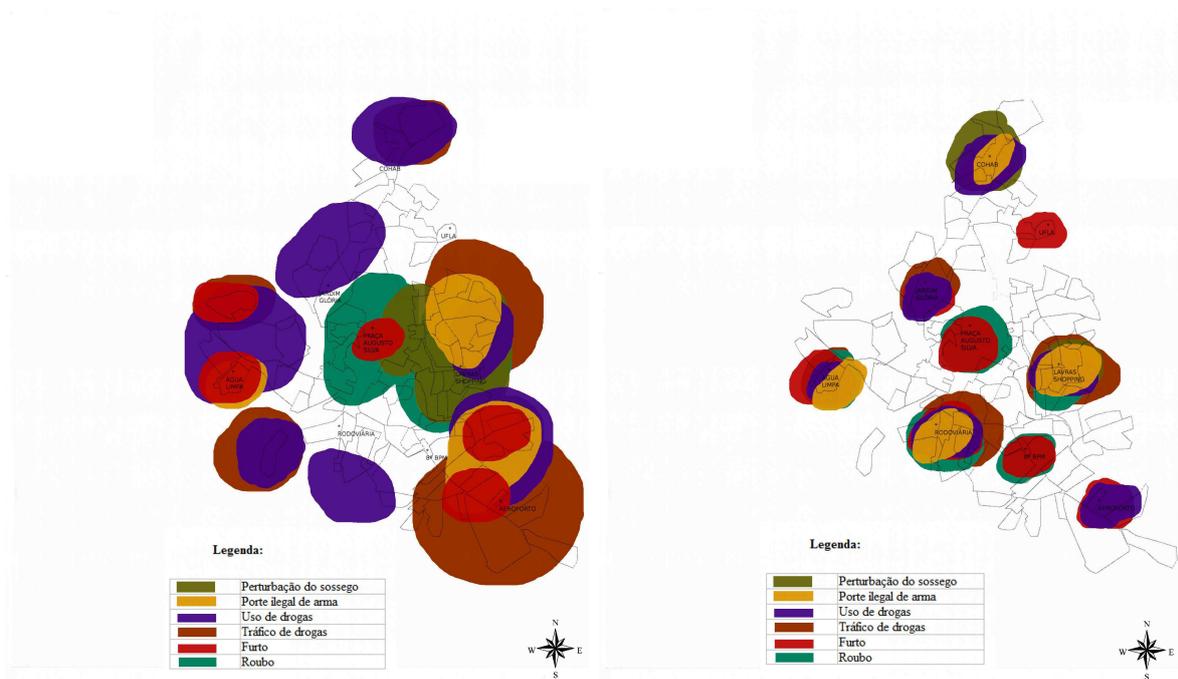


Figura C.61. PMs PM21 e PM22 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.



Figura C.62. PMs PM23 e PM24 - Presenciaram pelo menos uma das ocorrências antes de atuarem na PM.

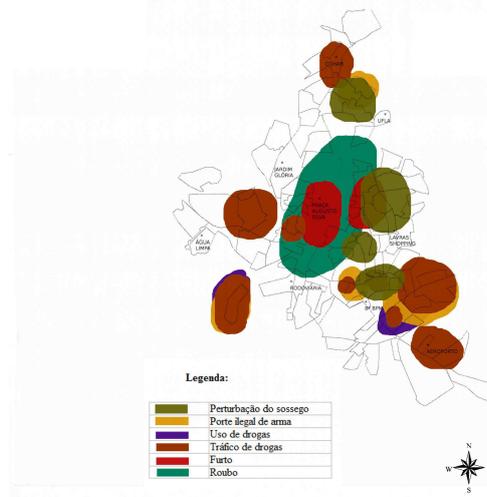


Figura C.63. PM25 - Presenciou pelo menos uma das ocorrências antes de atuar na PM.

C.5.2 Não presenciaram

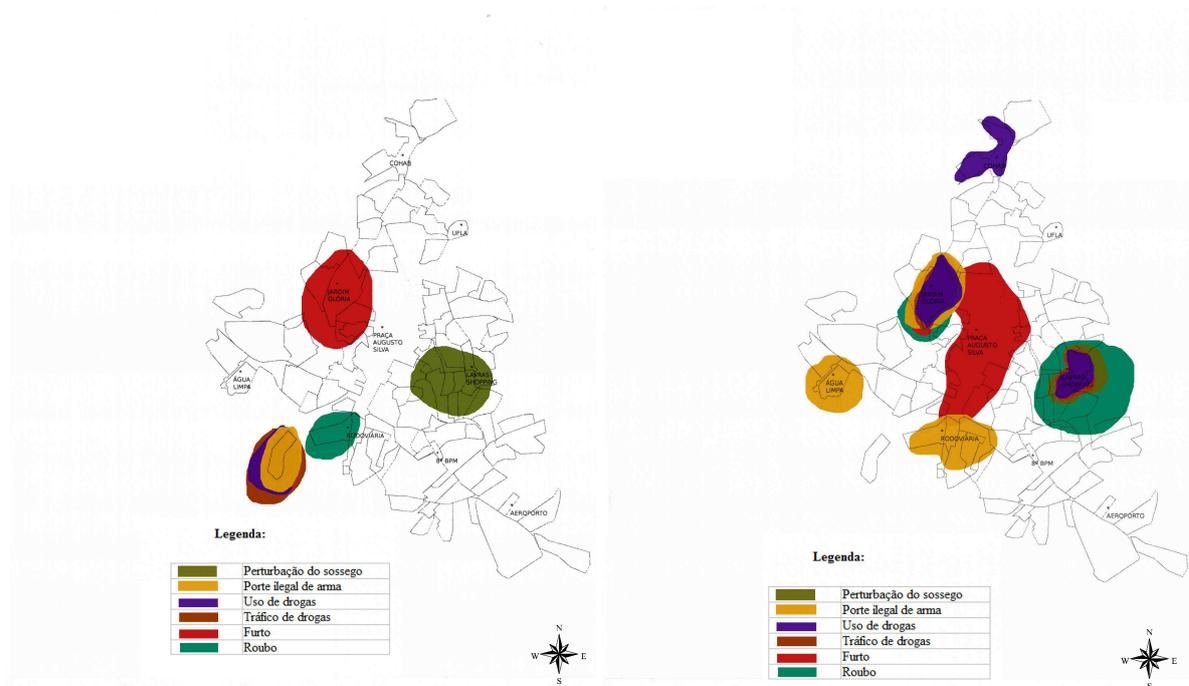


Figura C.64. PMs PM01 e PM02 - Não presenciaram nenhuma das ocorrências antes de atuarem na PM.

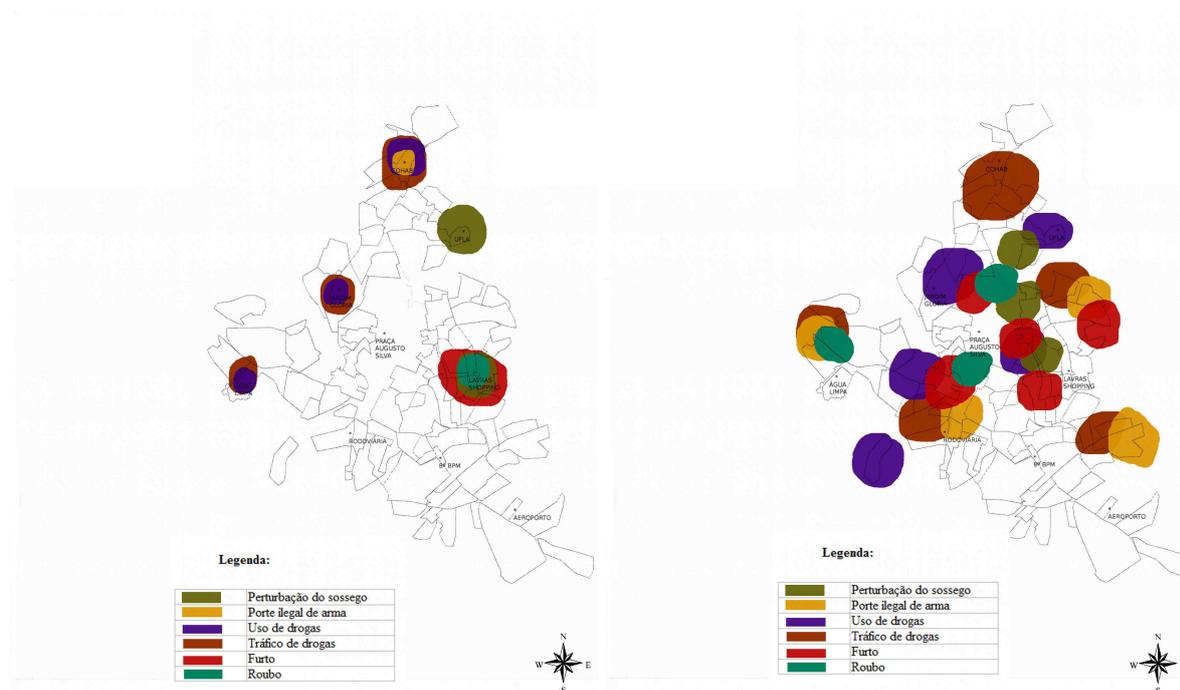


Figura C.65. PMs PM04 e PM11 - Não presenciaram nenhuma das ocorrências antes de atuarem na PM.

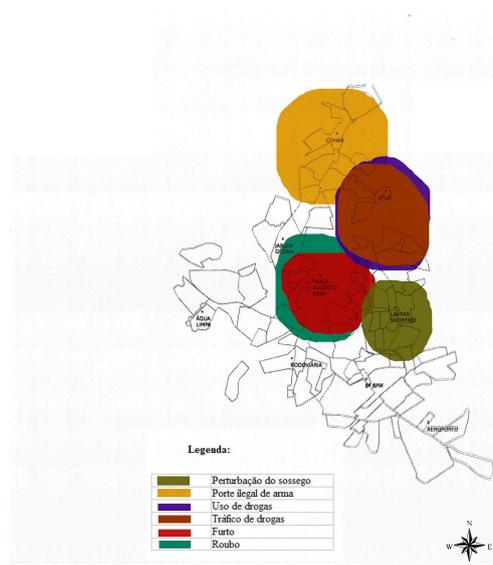


Figura C.66. PM14 - Não presenciou nenhuma das ocorrências antes de atuar na PM.

C.6 Vitimados

A Psicologia explica que situações traumáticas podem ficar gravadas no subconsciente das pessoas. Tendo esta possibilidade como foco, criou-se este cenário. Se o policial, ou

alguém de seu convívio, já foi vítima de uma das infrações do estudo, questionou-se se isto pode favorecer a construção de conhecimentos tendenciosos sobre a espacialização da criminalidade.

C.6.1 Já foram/tiveram

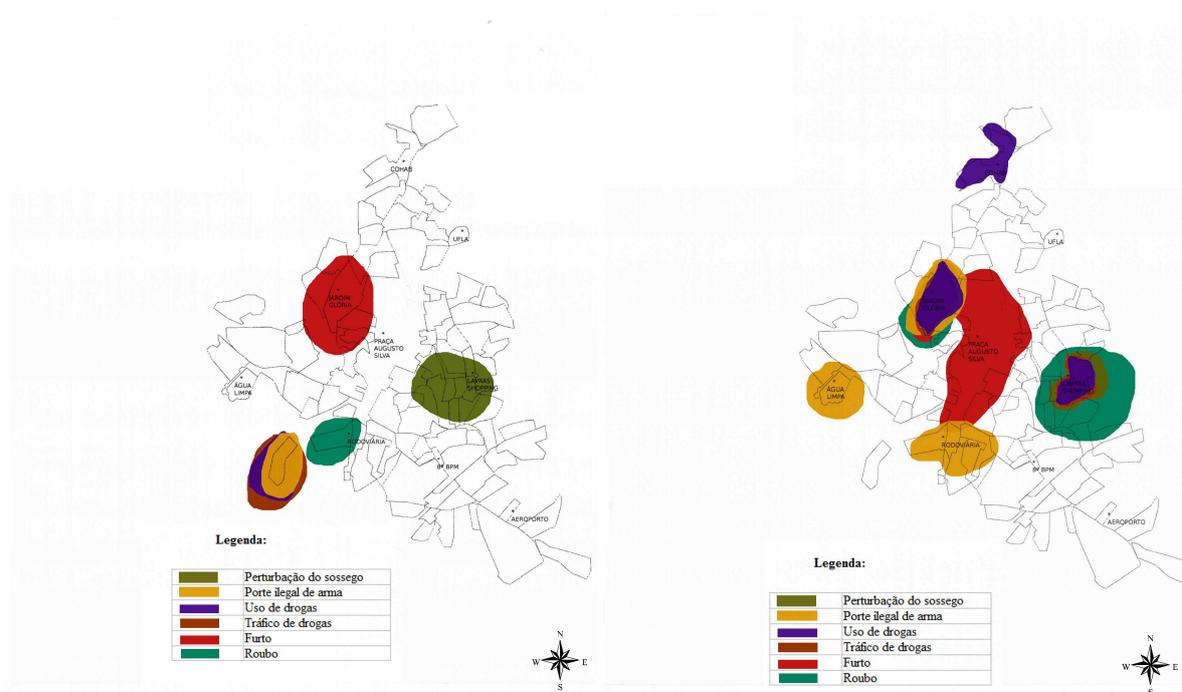


Figura C.67. PMs PM01 e PM02 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

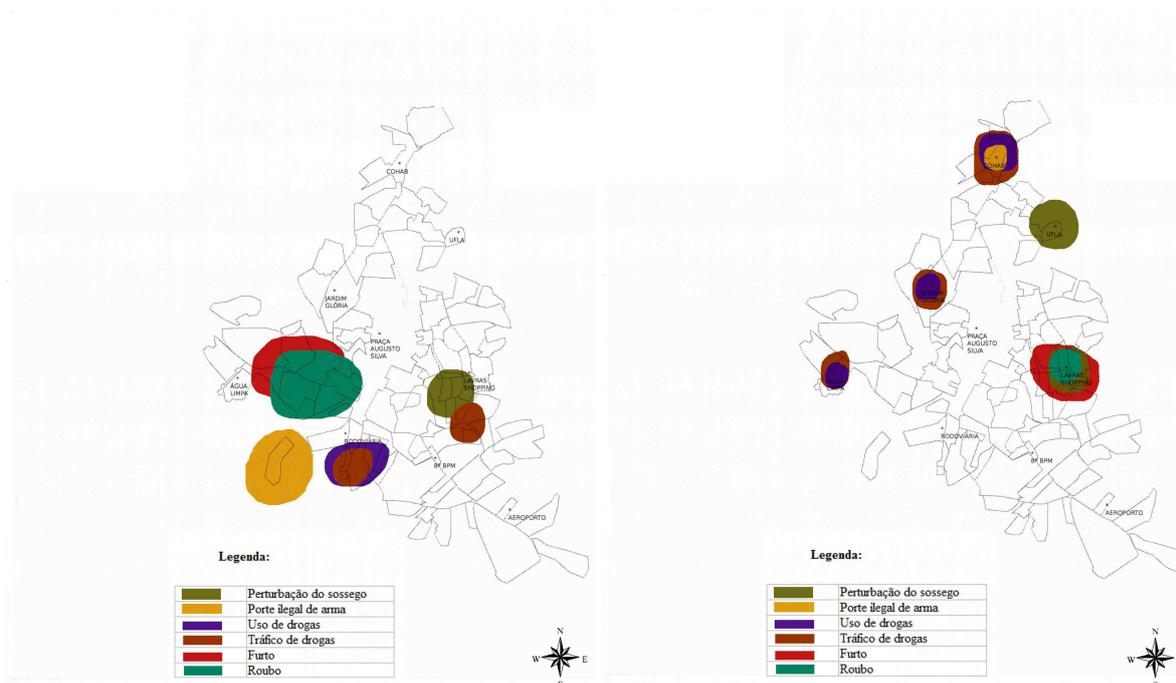


Figura C.68. PMs PM03 e PM04 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

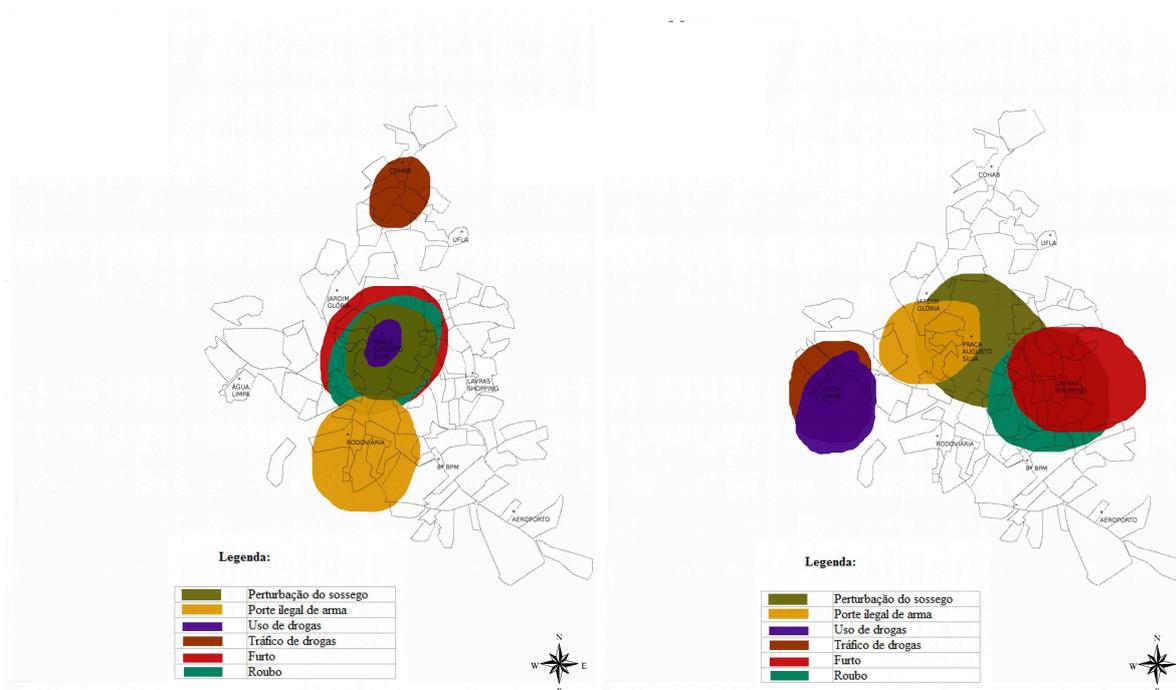


Figura C.69. PMs PM05 E PM06 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

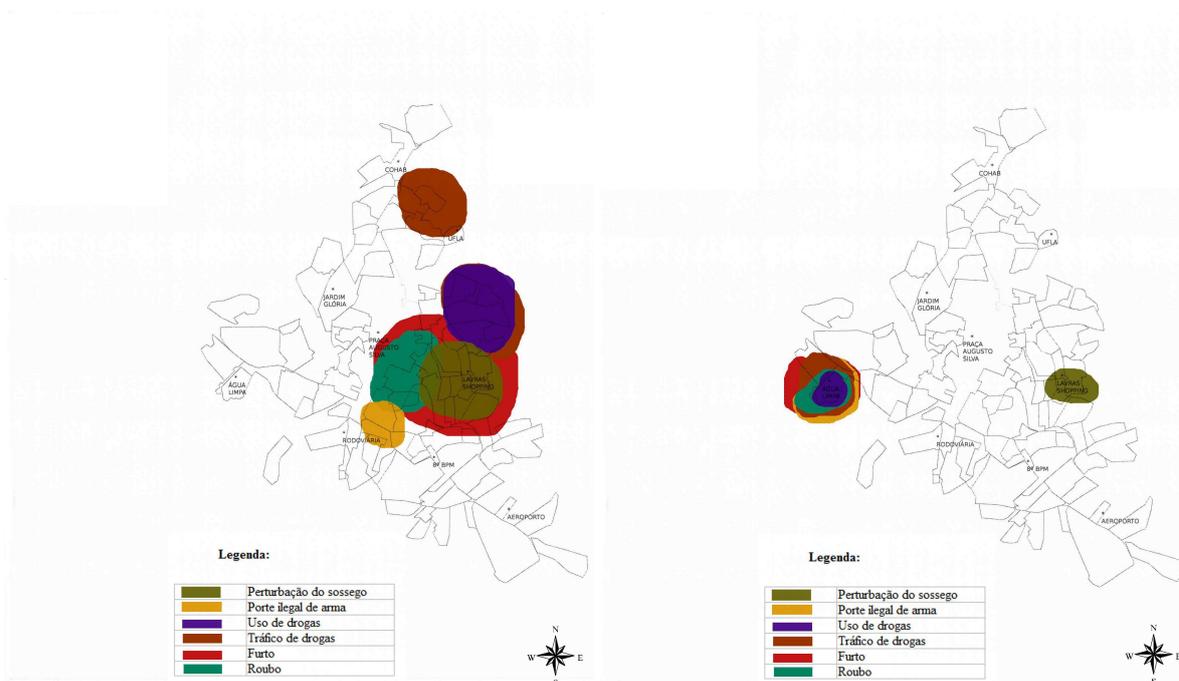


Figura C.70. PMs PM08 e PM09 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

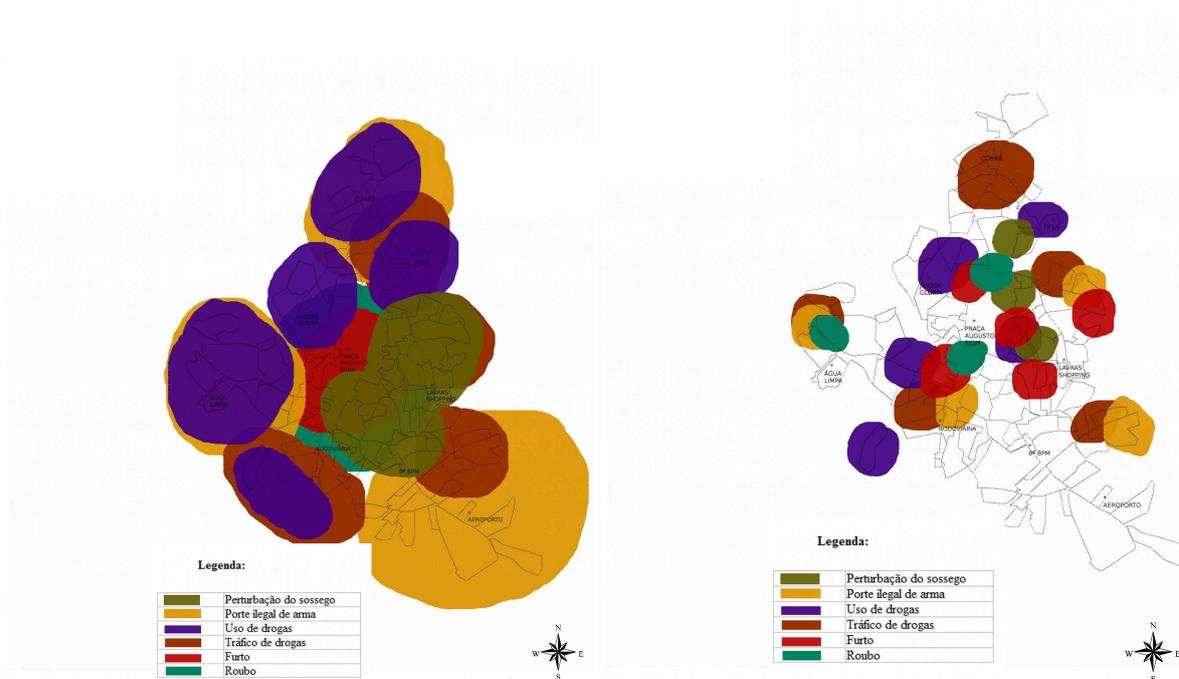


Figura C.71. PMs PM10 e PM11 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

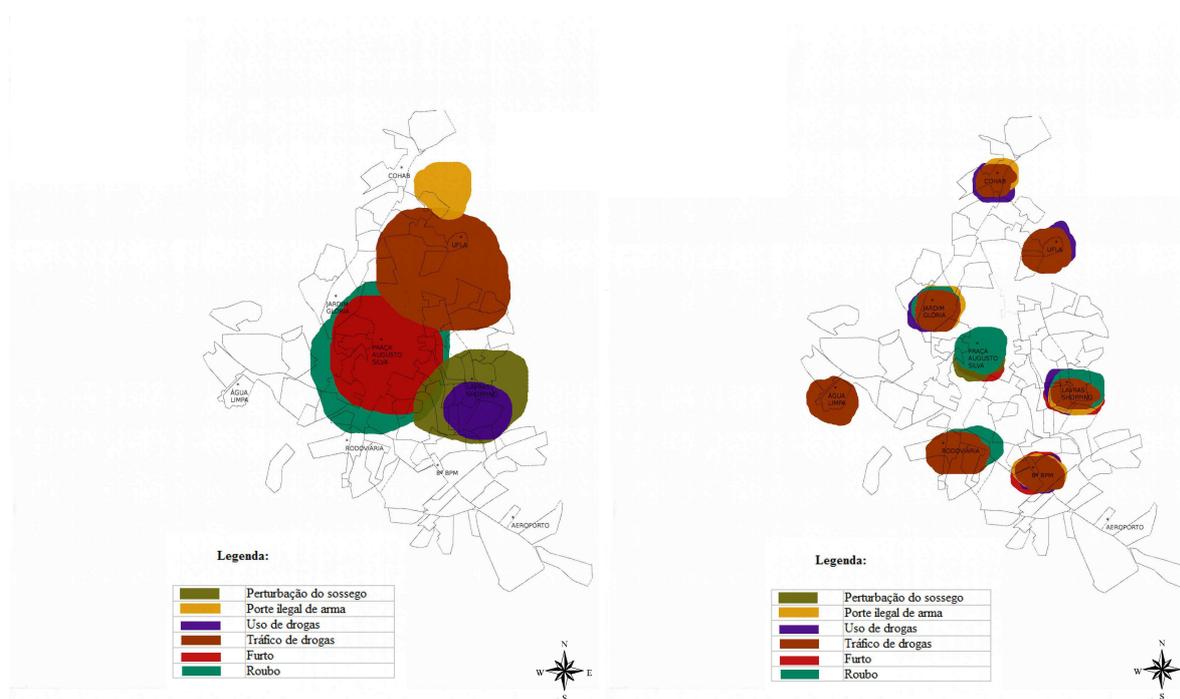


Figura C.72. PMs PM12 e PM13 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

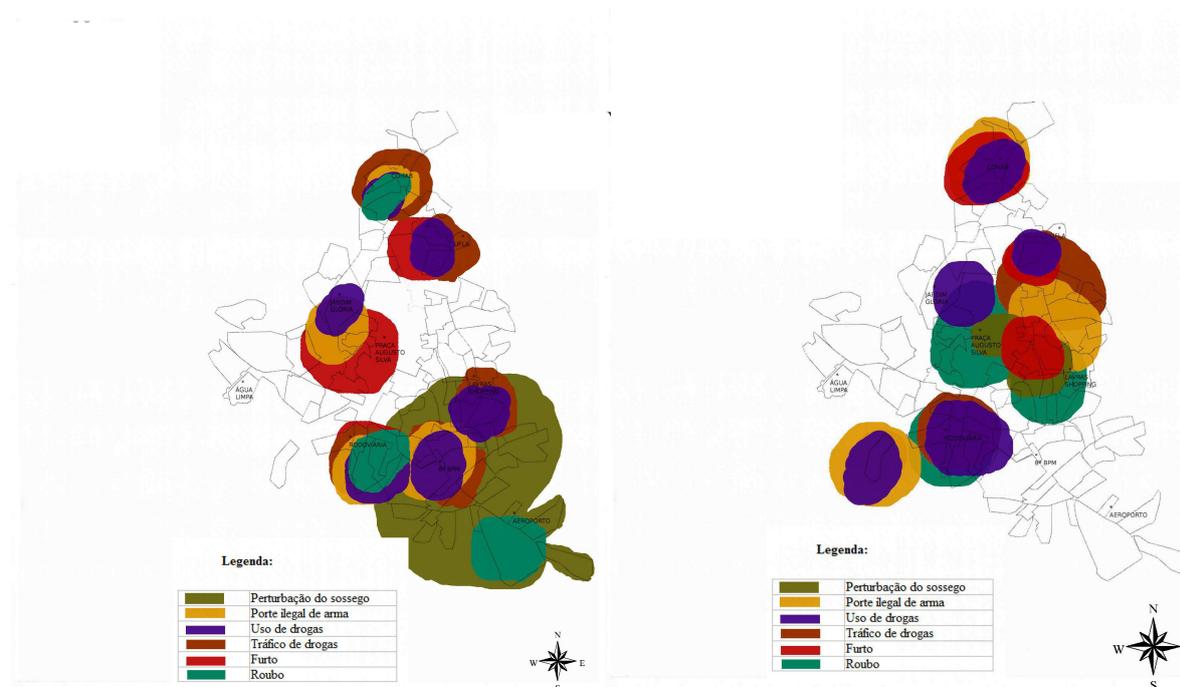


Figura C.73. PMs PM16 e PM18 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

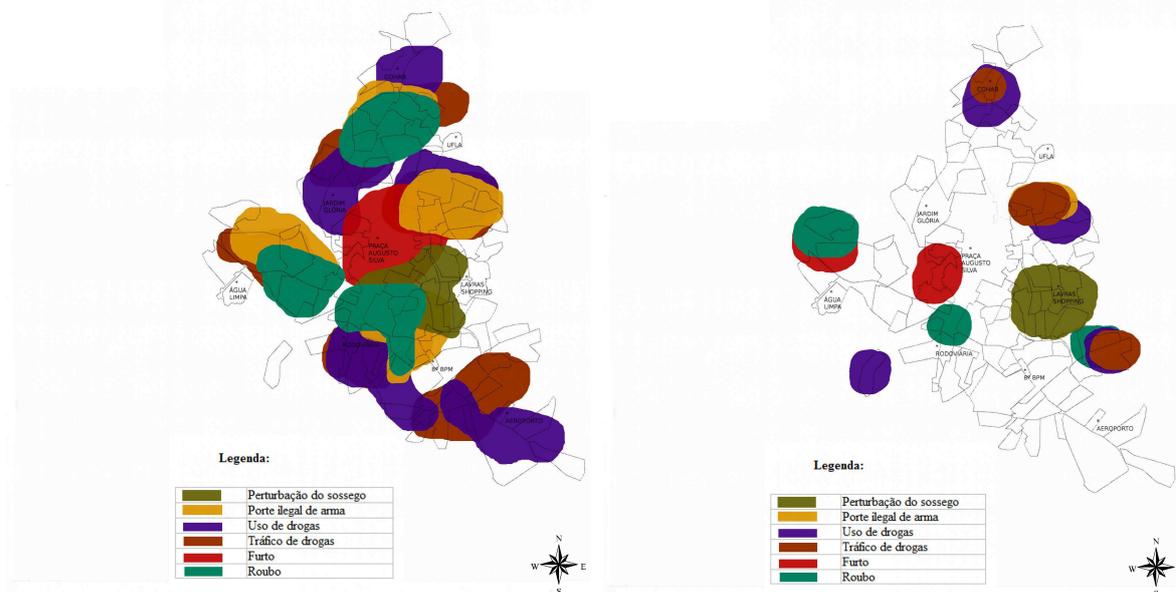


Figura C.74. PMs PM19 e PM20 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

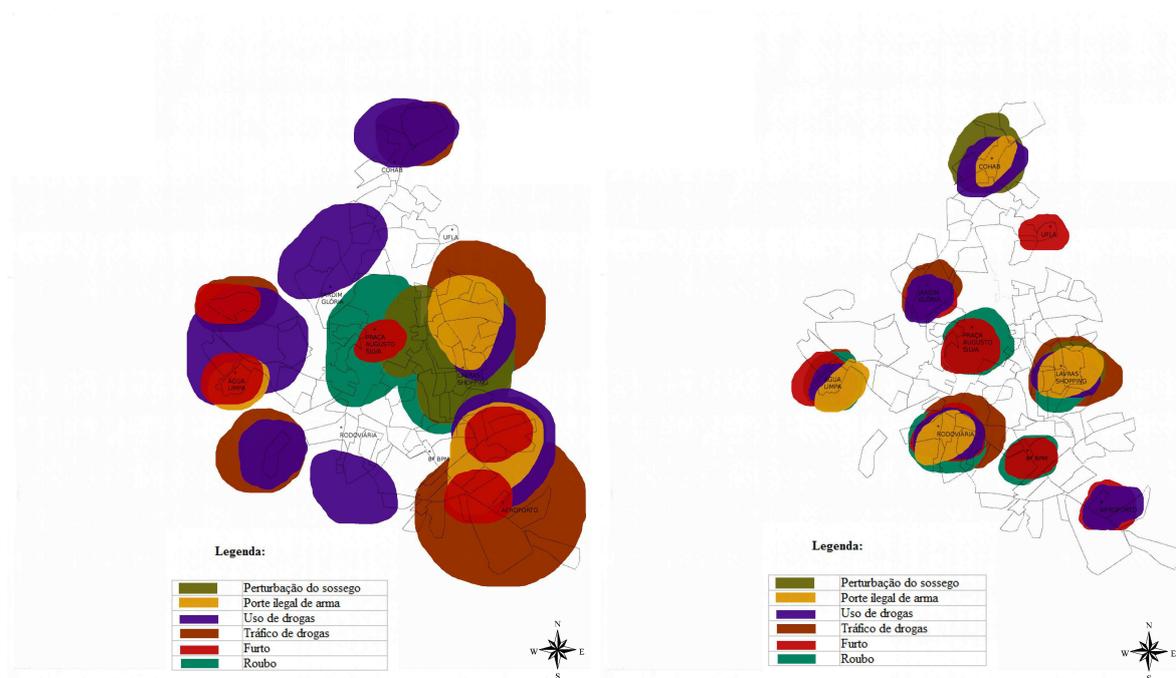


Figura C.75. PMs PM21 e PM22 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

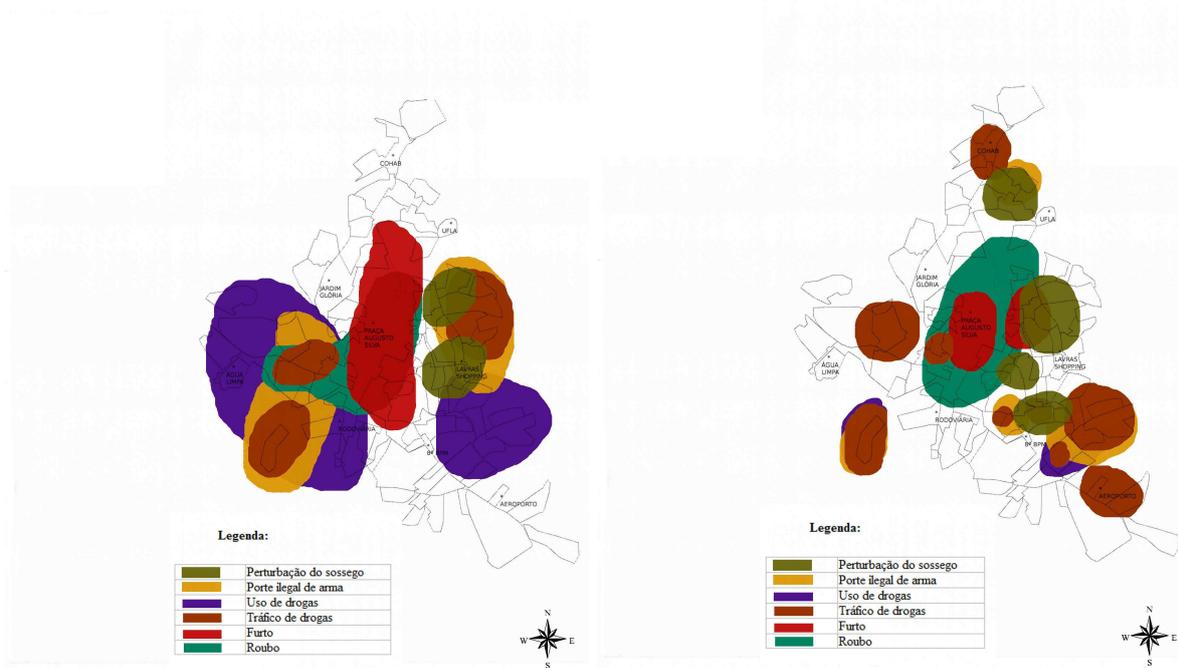


Figura C.76. PMs PM23 e PM25 - Já foram vítimas ou tiveram alguém de seu convívio vitimado por pelo menos uma das ocorrências.

C.6.2 Nunca foram/tiveram

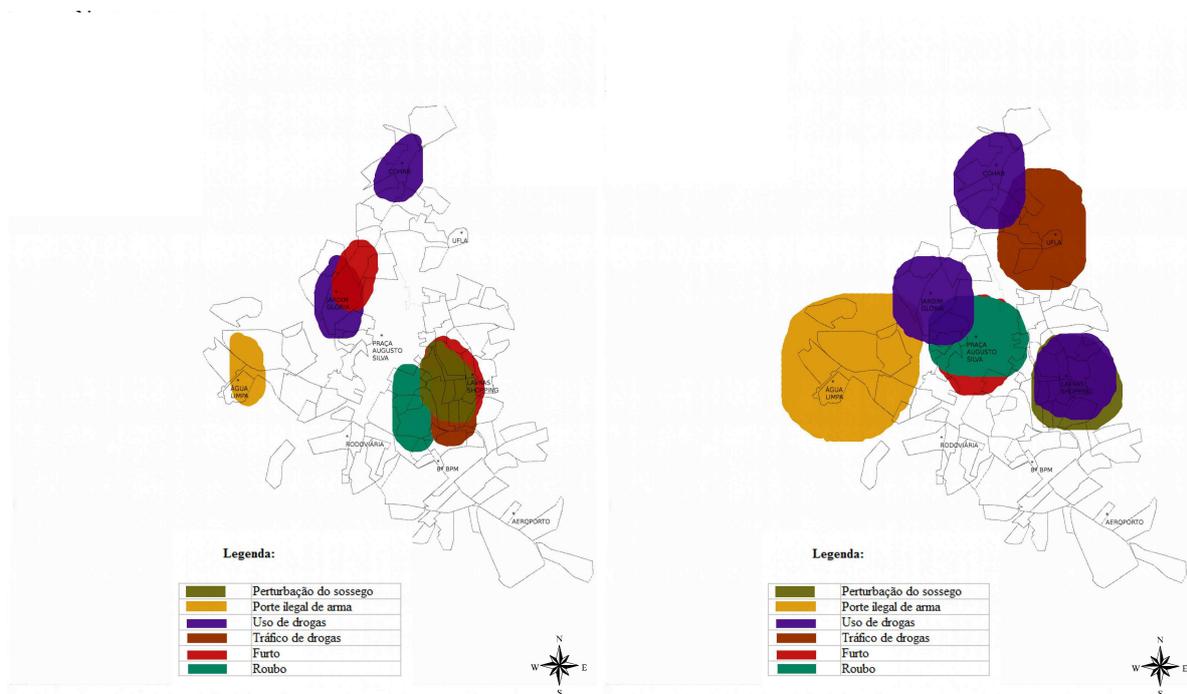


Figura C.77. PMs PM07 e PM14 - Nunca foi vítima ou teve alguém de seu convívio vitimado por alguma das ocorrências.

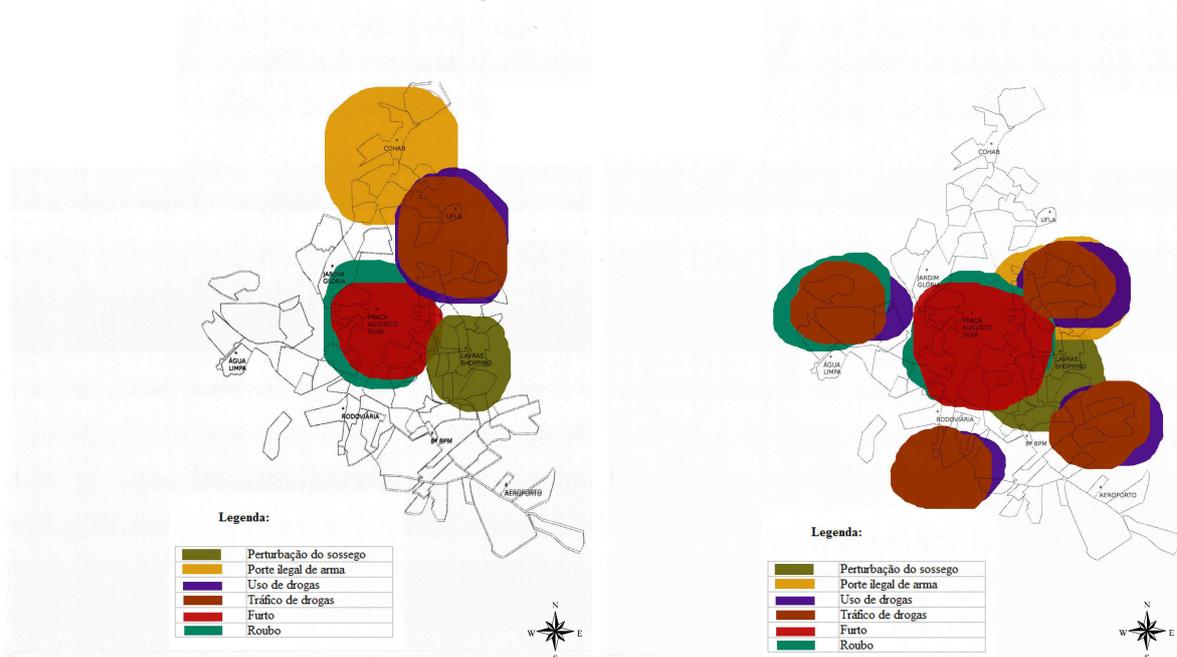


Figura C.78. PMs PM15 e PM17 - Nunca foi vítima ou teve alguém de seu convívio vitimado por alguma das ocorrências.

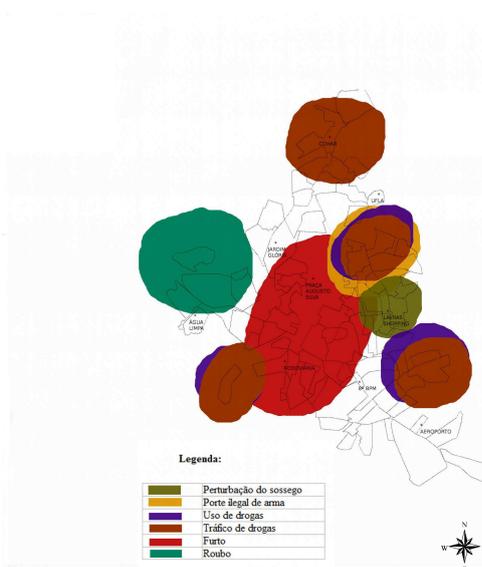


Figura C.79. PM24 - Nunca foi vítima ou teve alguém de seu convívio vitimado por alguma das ocorrências.

C.7 Número de infrações atendidas por semana

Acreditando que o número de infrações atendidas por semana pode interferir na construção do conhecimento do policial militar, propôs-se este cenário.

C.7.1 Atendem menos 10 ocorrências por semana

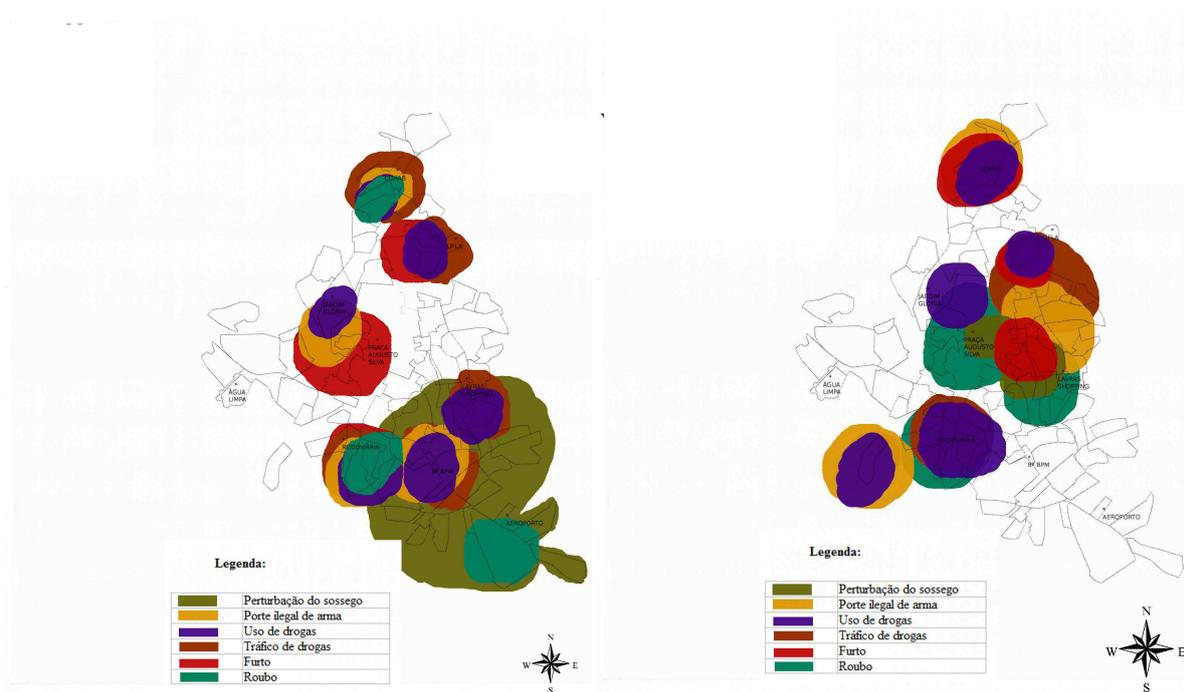


Figura C.80. PMs PM16 e PM18 - Atendem pelo menos 10 ocorrências por semana.

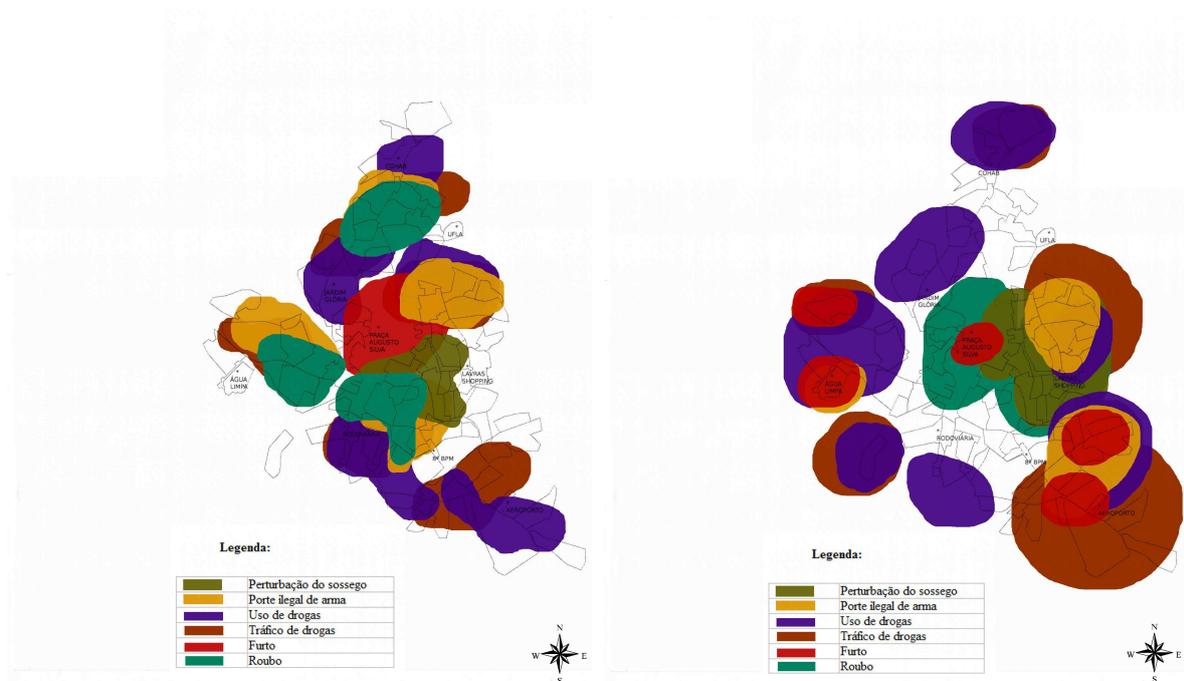


Figura C.81. PMs PM19 e PM21 - Atendem pelo menos 10 ocorrências por semana.

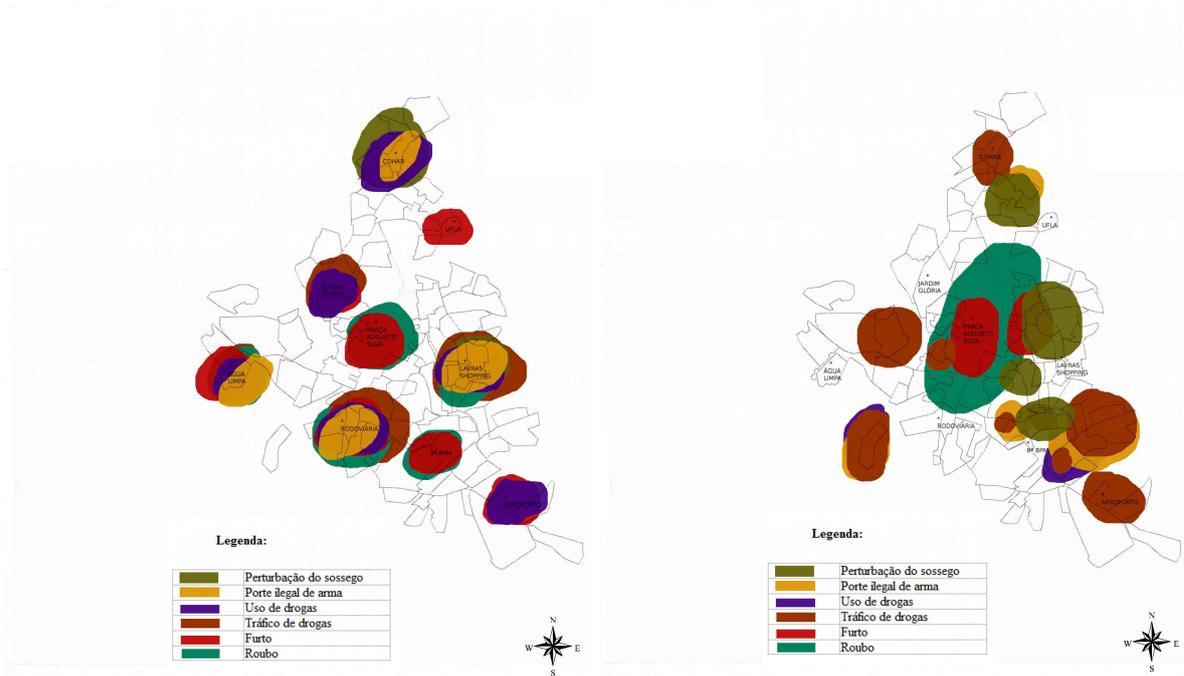


Figura C.82. PMs PM22 e PM25 - Atendem pelo menos 10 ocorrências por semana.

C.7.2 Atendem mais de 10 ocorrências por semana

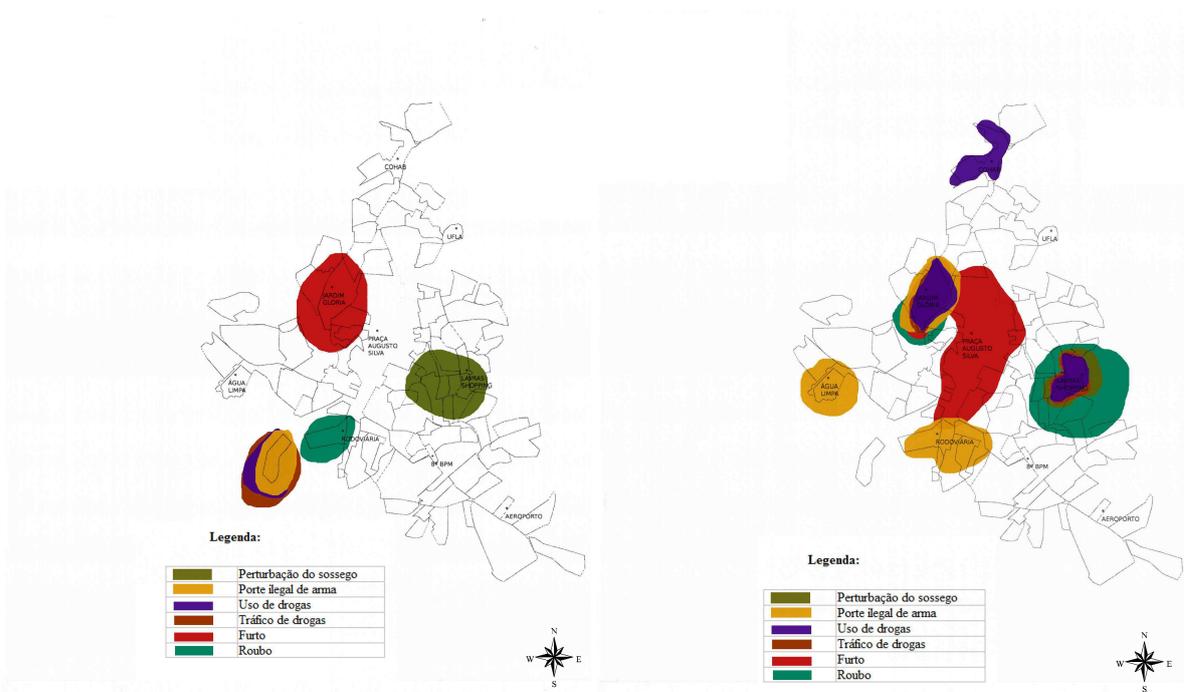


Figura C.83. PMs 01 e PM02 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.

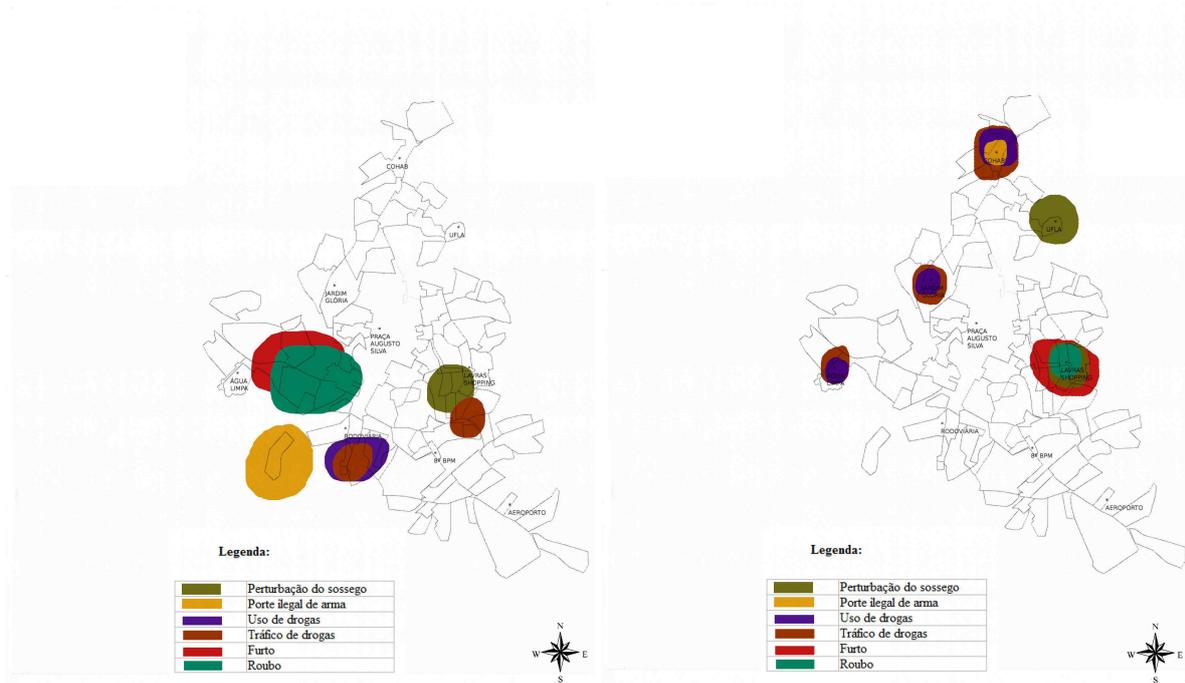


Figura C.84. PMs PM3 e PM4 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.

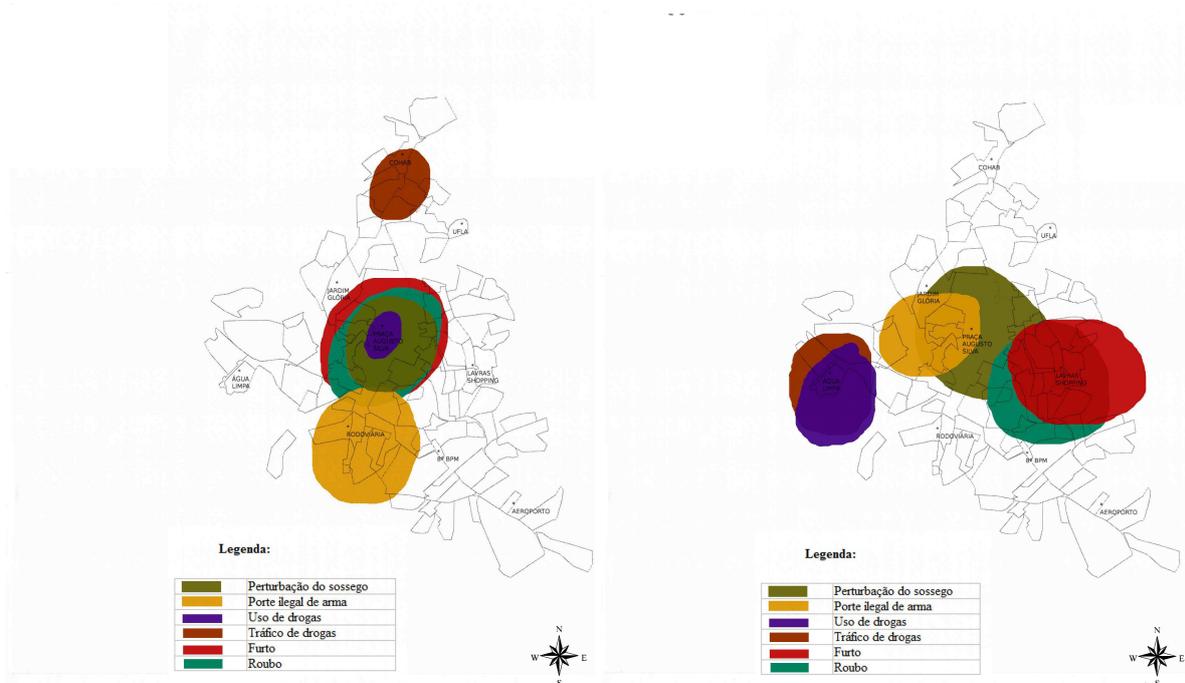


Figura C.85. PMs PM5 e PM6 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.

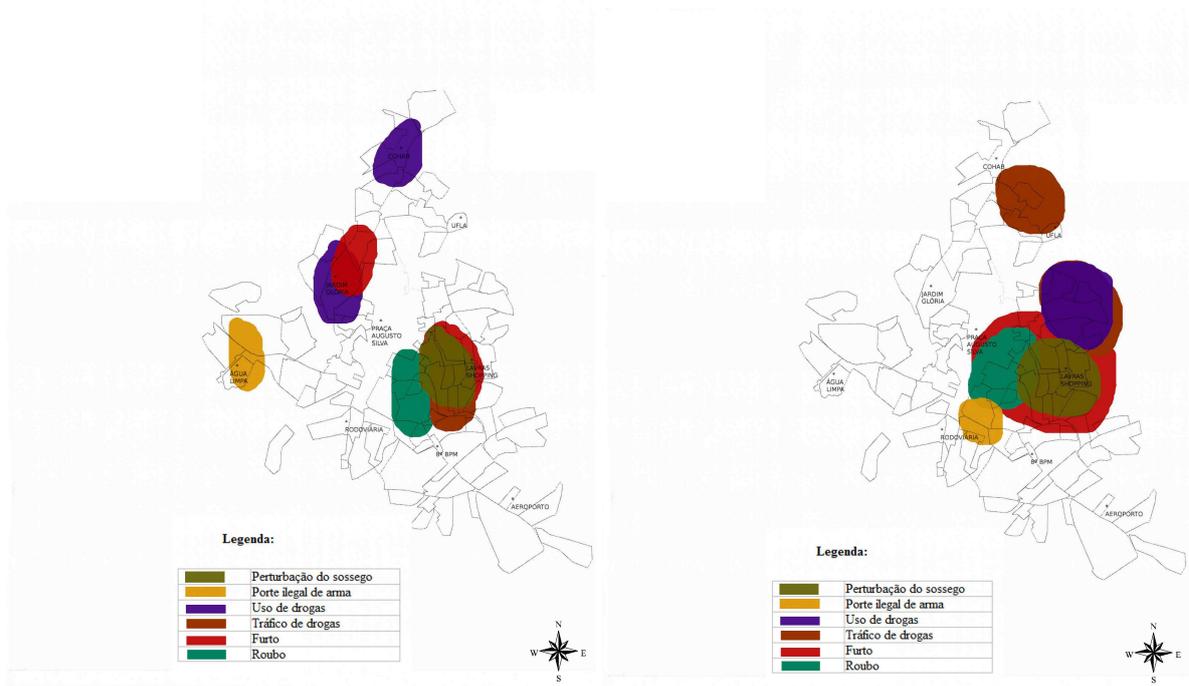


Figura C.86. PMs PM07 e PM08 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.

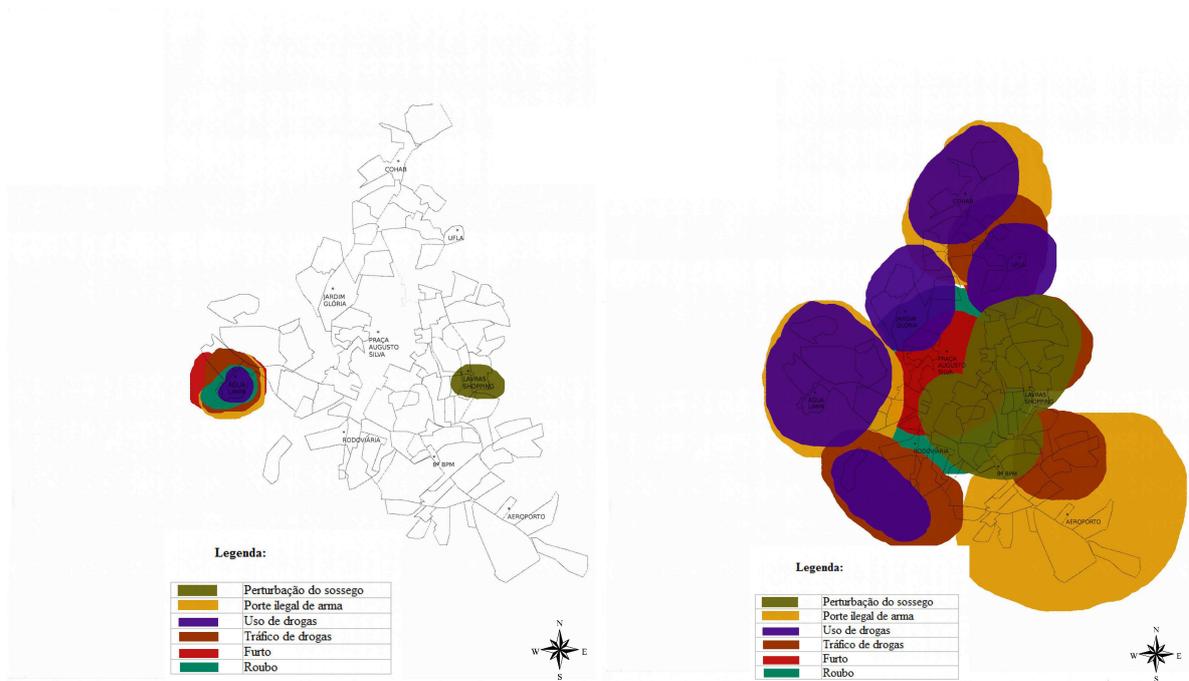


Figura C.87. PMs PM09 e PM10 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.

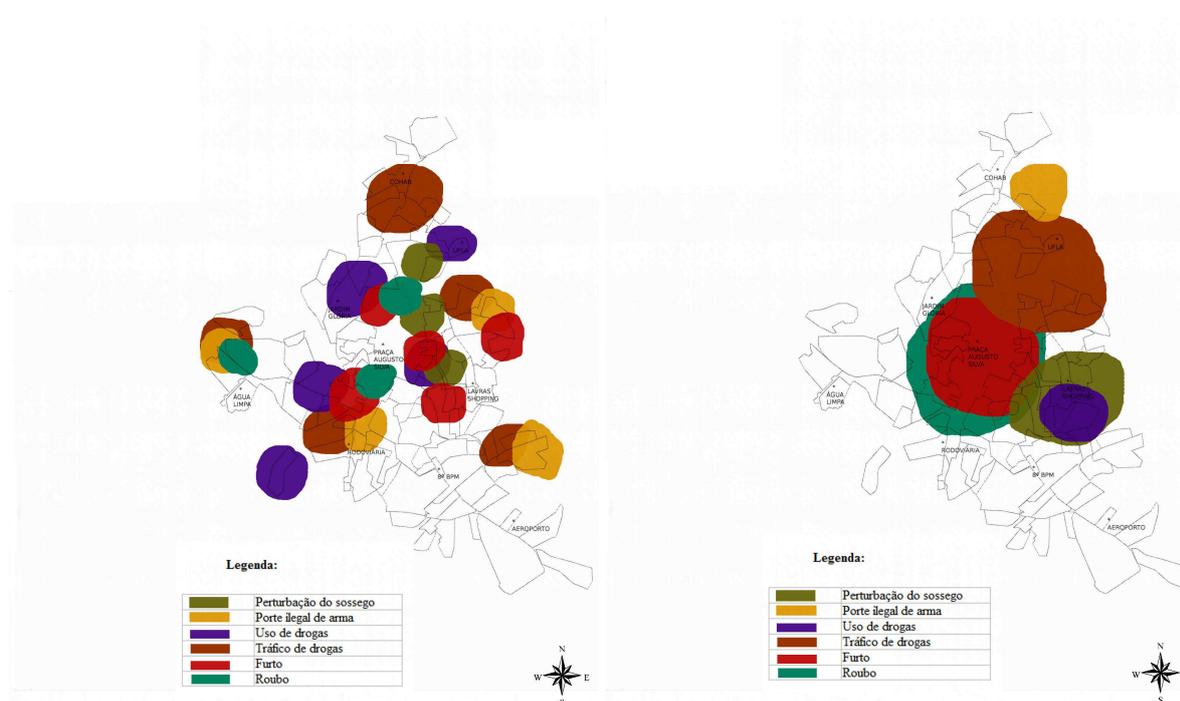


Figura C.88. PMs PM11 e PM12 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.

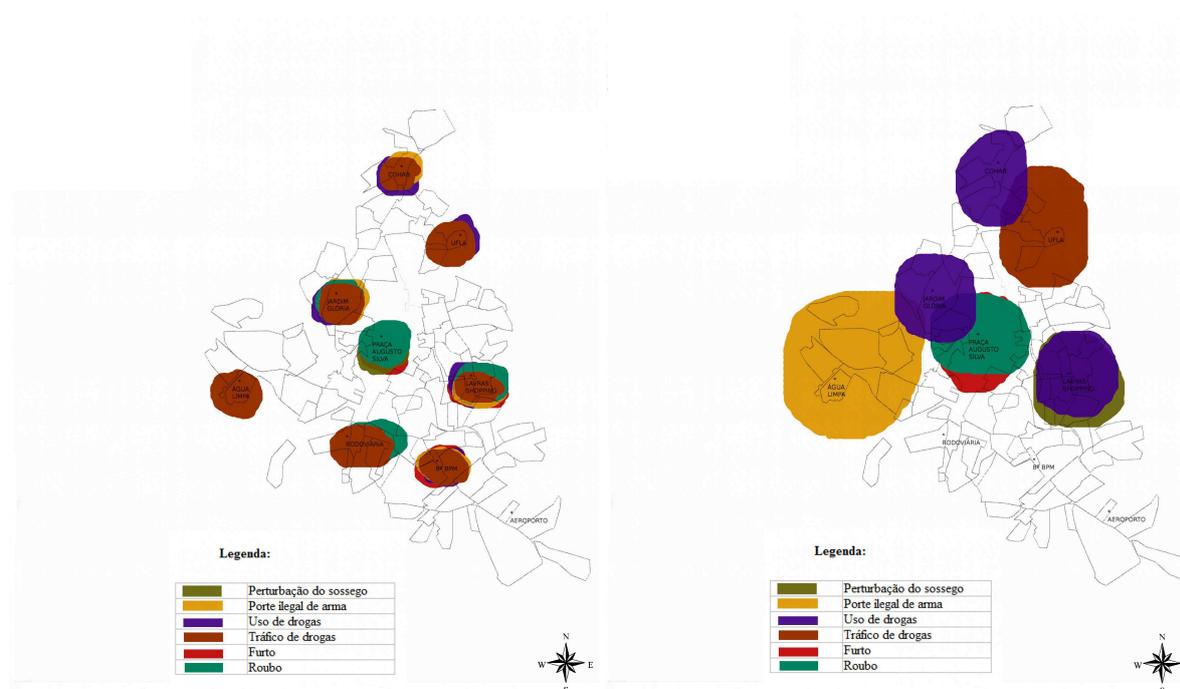


Figura C.89. PMs PM13 e PM14 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.

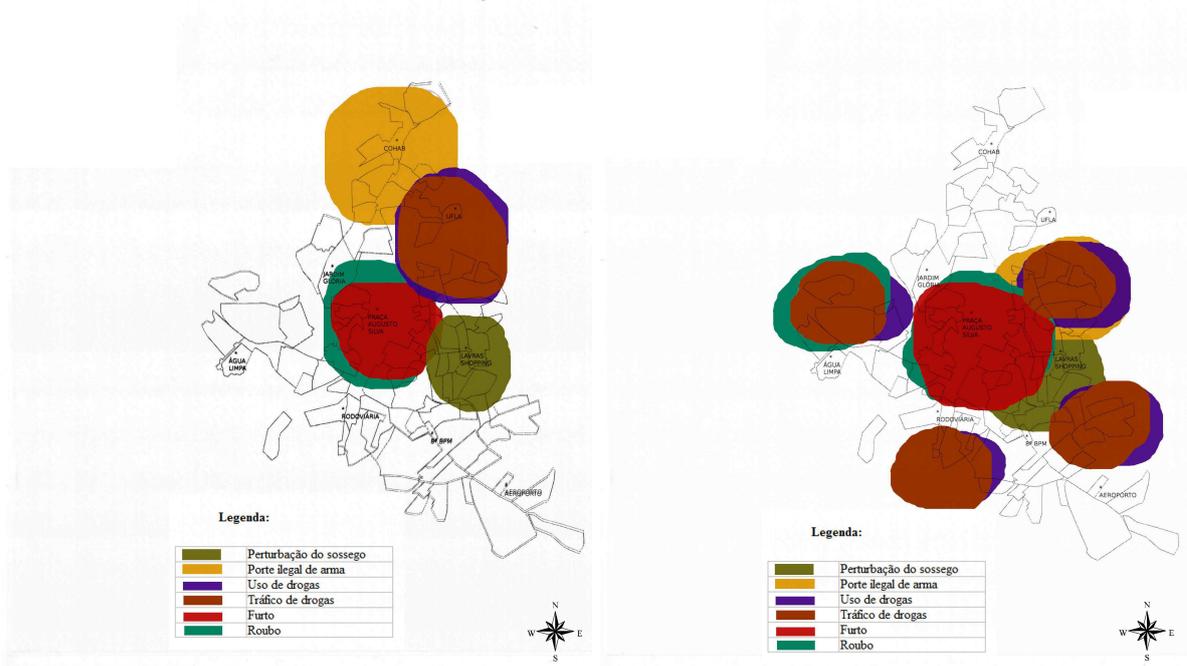


Figura C.90. PMs PM15 e PM17 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.

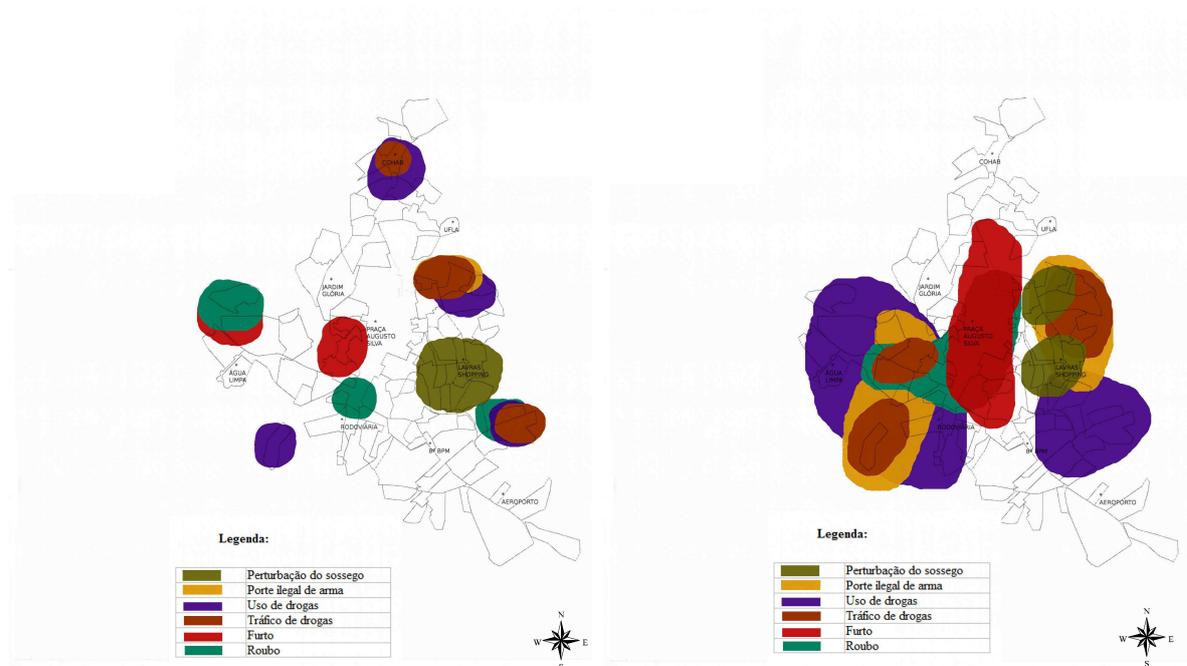


Figura C.91. PMs PM20 e PM23 - Atendem mais de 10 ocorrências por semana.

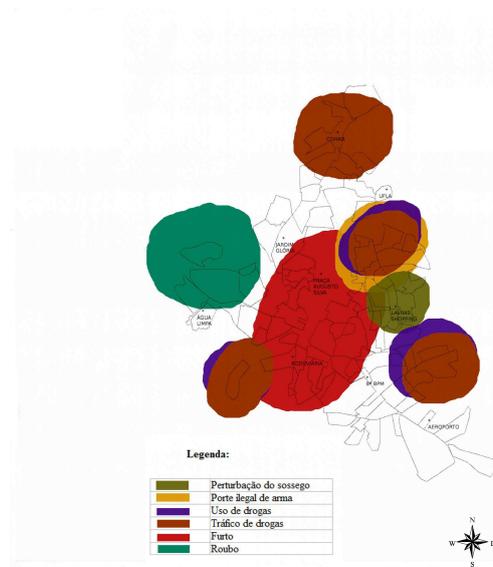


Figura C.92. PM24 - Atende mais de 10 ocorrências por semana.

Apêndice D

Apêndice D - Análise da base oficial de dados

A análise da base de dados se refere aos anos de 2001 à 2010 para as infrações de furto e roubo e de 2001 à 2009 para as demais ocorrências. São apresentados os mapas referentes à estas análises juntamente com histograma de distribuição de frequências para cada ano e cada tipo de infração estudada.

D.1 Furto

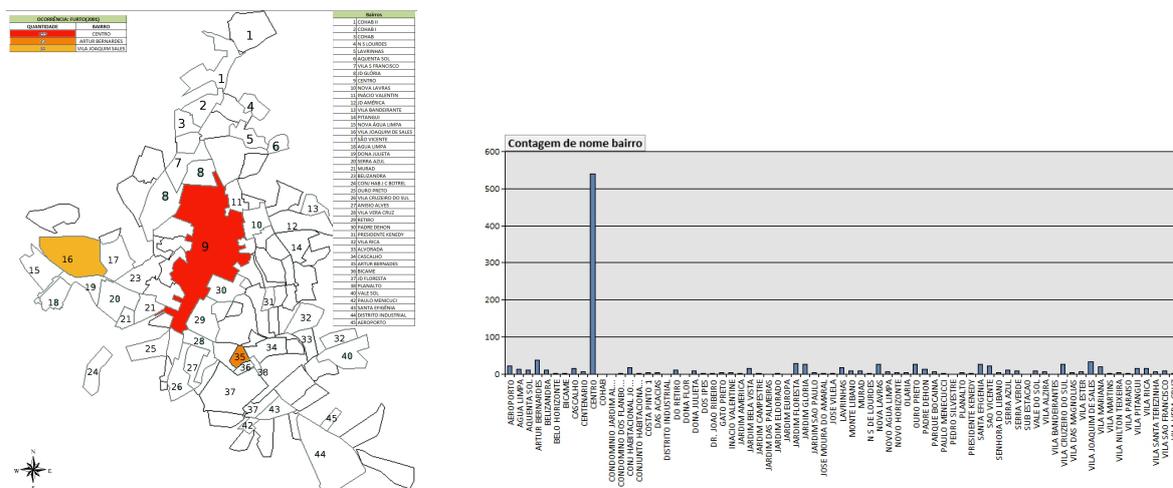


Figura D.1. Furto - 2001

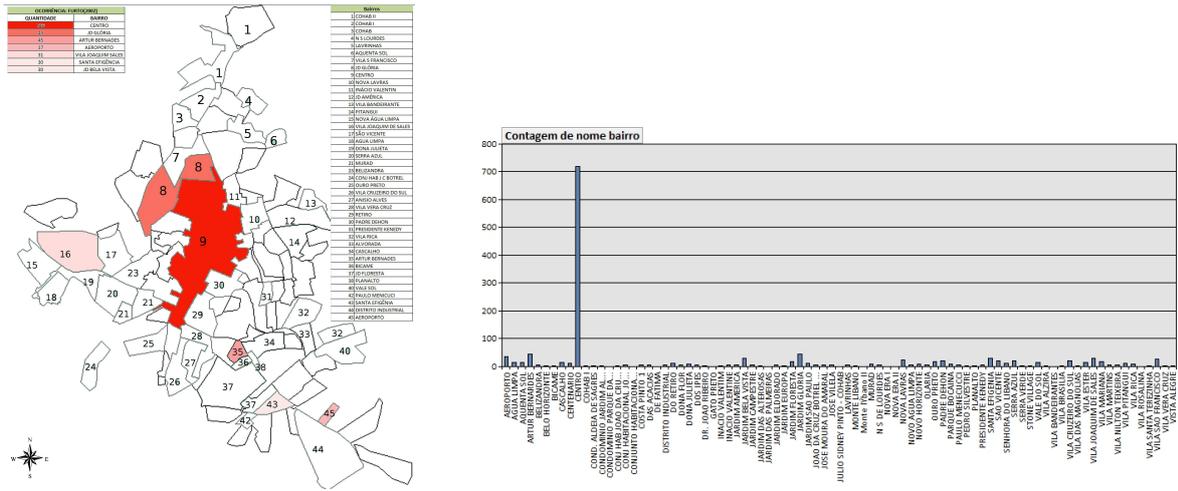


Figura D.2. Furto - 2002

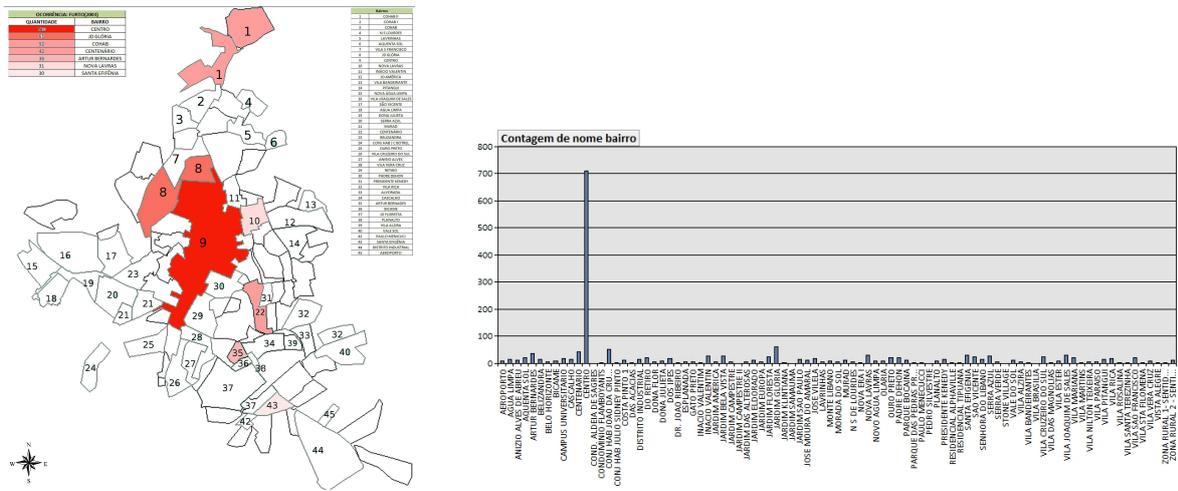


Figura D.3. Furto - 2003

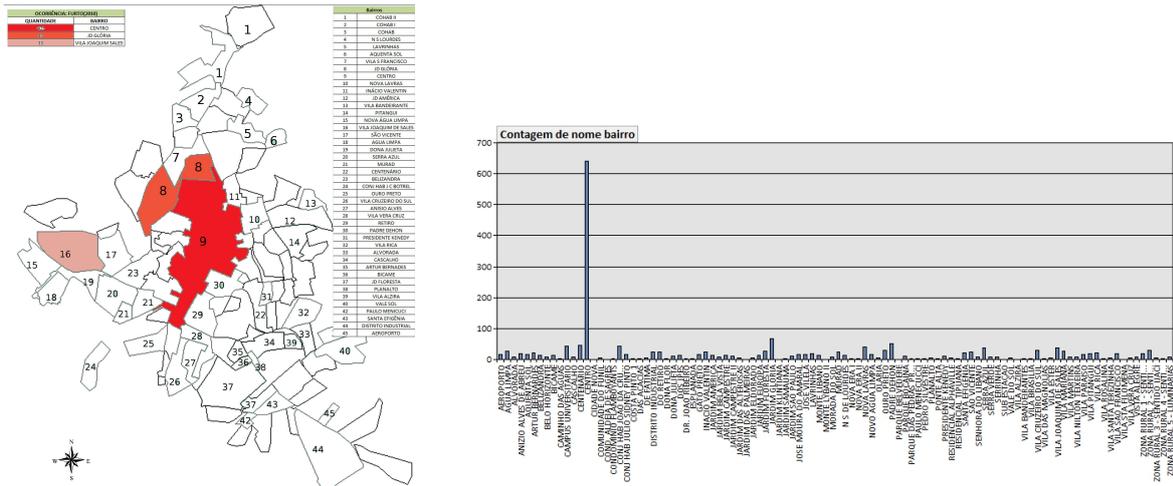


Figura D.6. Furto - 2006

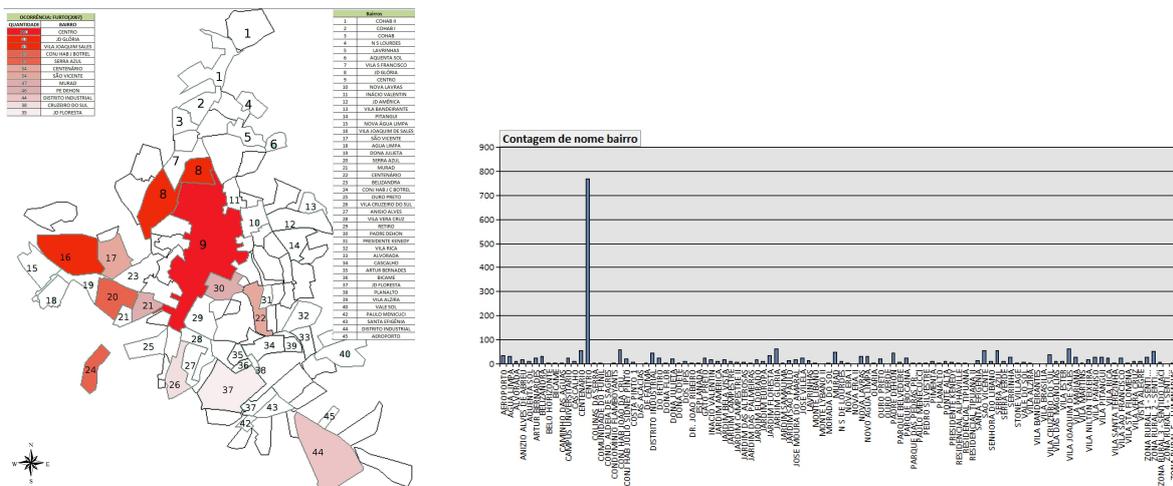


Figura D.7. Furto - 2007

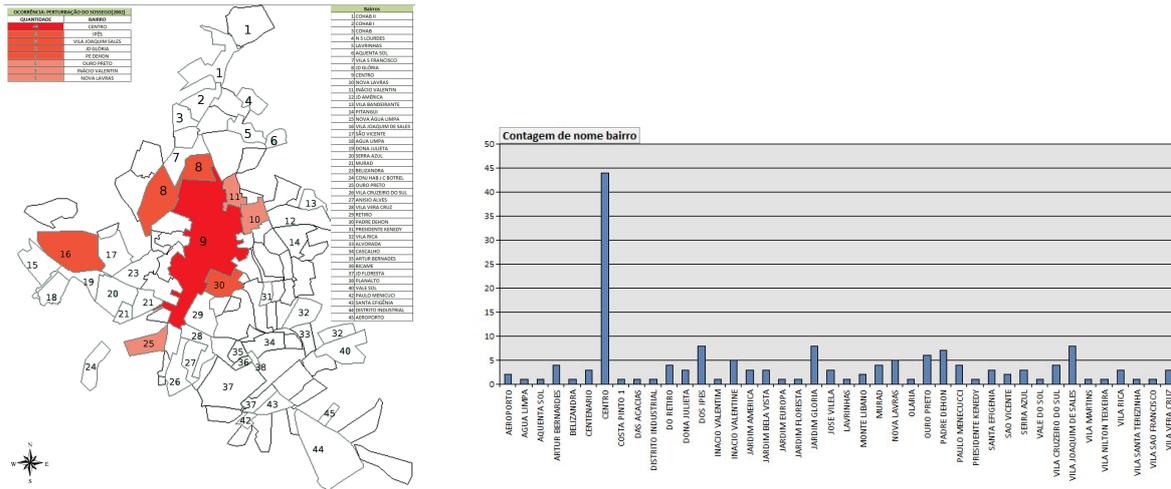


Figura D.12. Perturbação do sossego - 2002

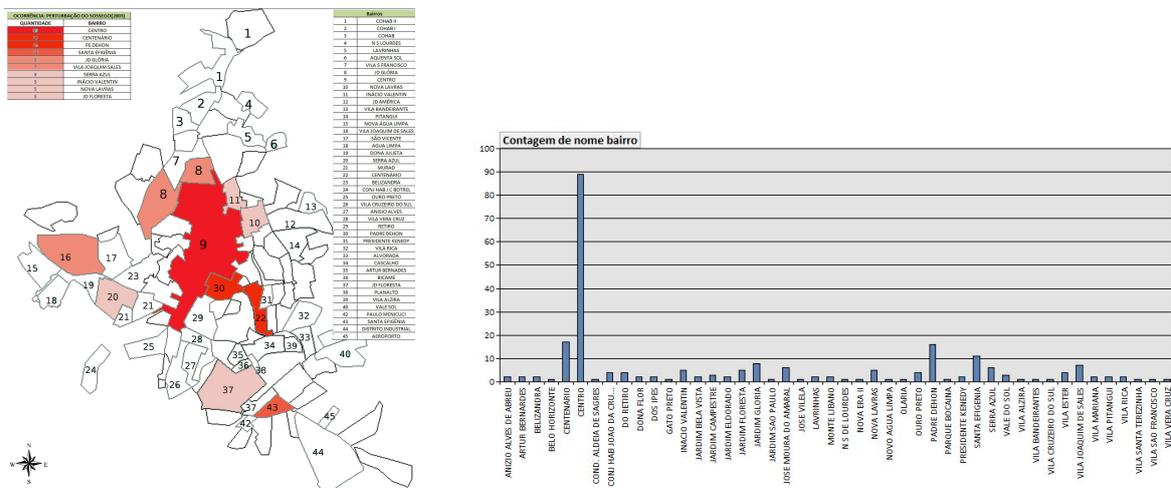


Figura D.13. Perturbação do sossego - 2003

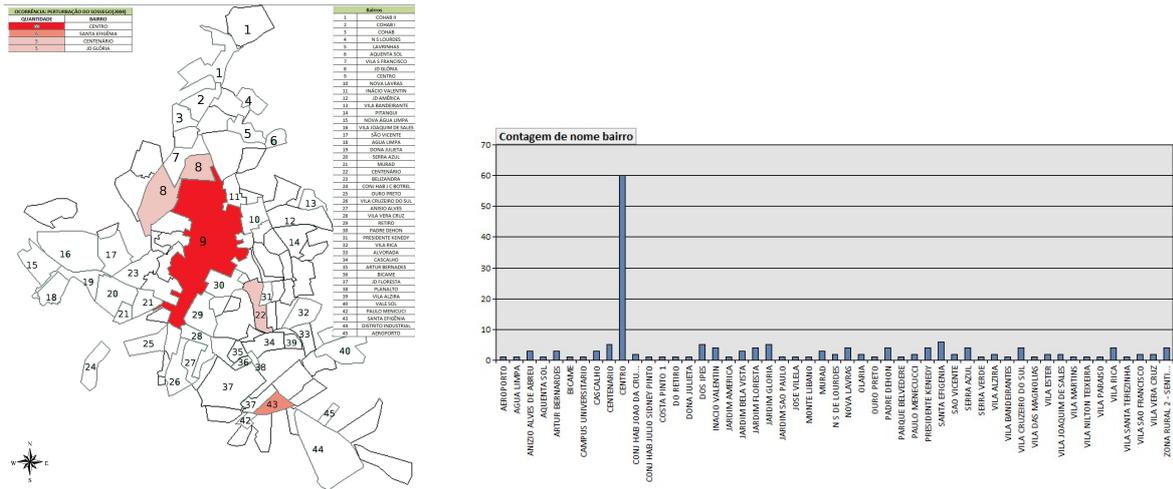


Figura D.14. Perturbação do sossego - 2004

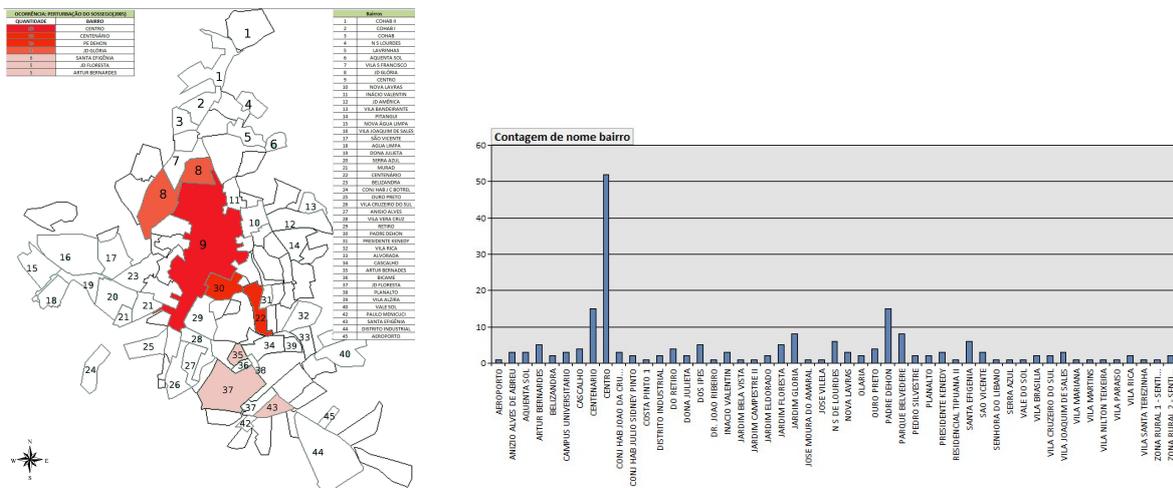


Figura D.15. Perturbação do sossego - 2005

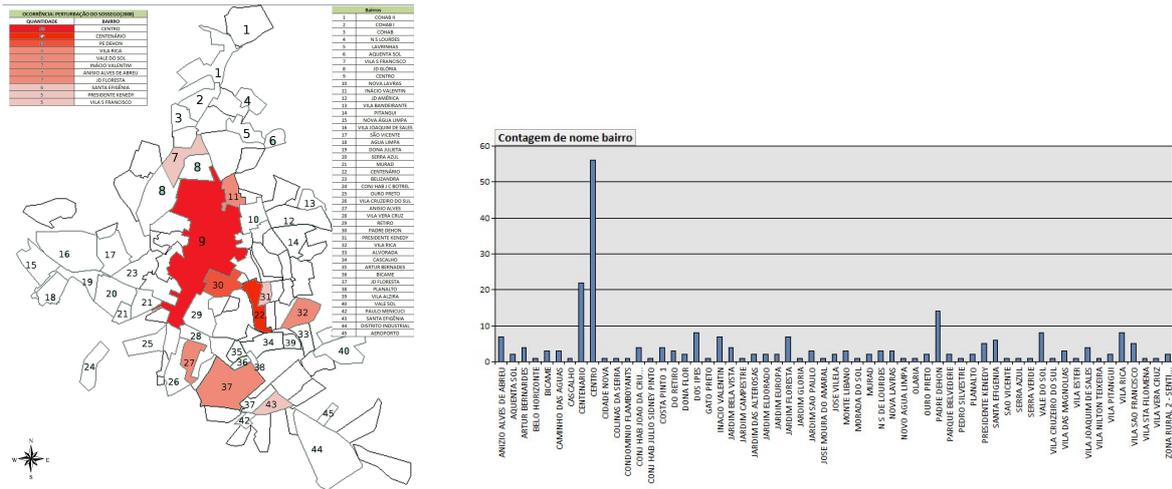


Figura D.18. Perturbação do sossego - 2008

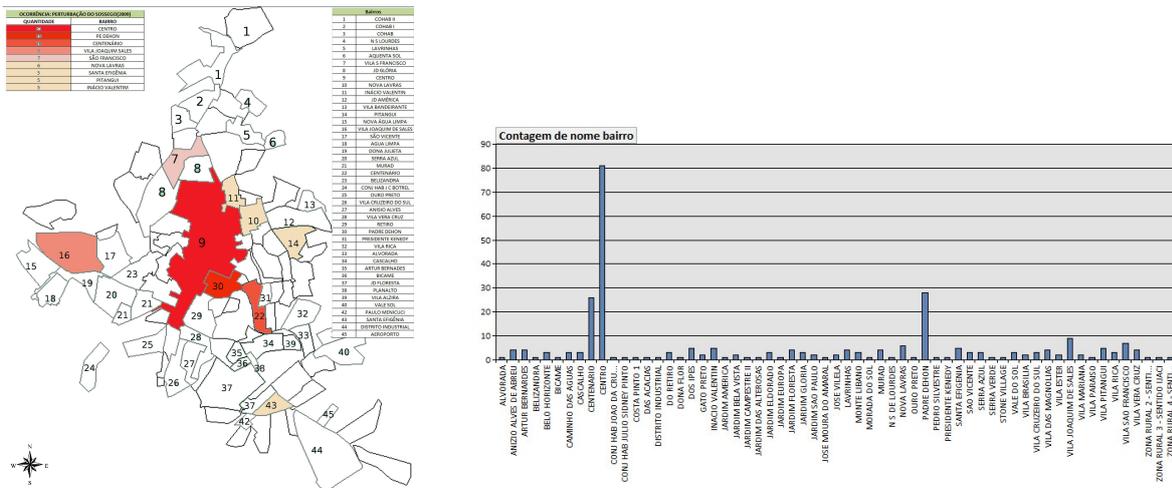


Figura D.19. Perturbação do sossego - 2009

D.3 Porte ilegal de armas

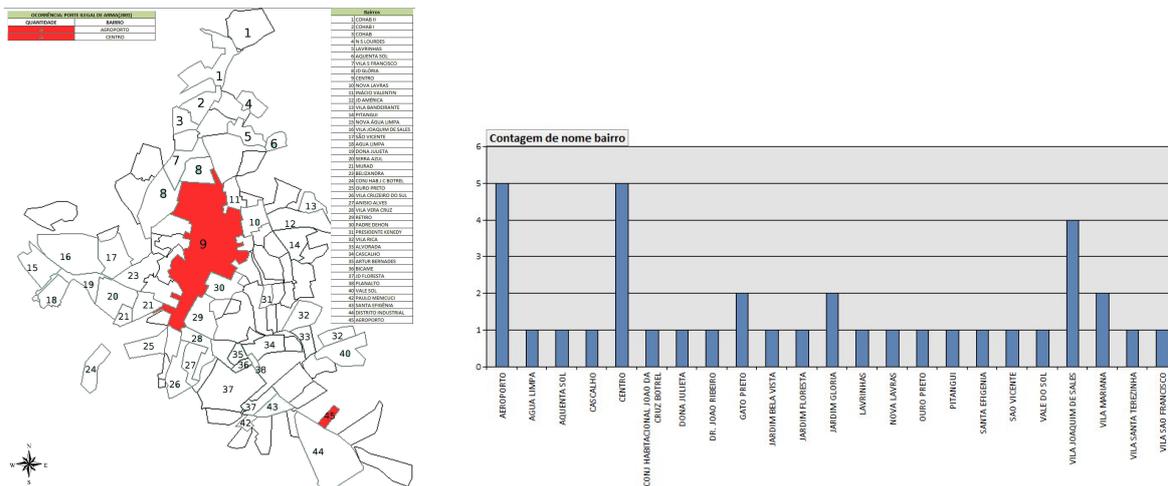


Figura D.20. Porte ilegal de armas - 2001

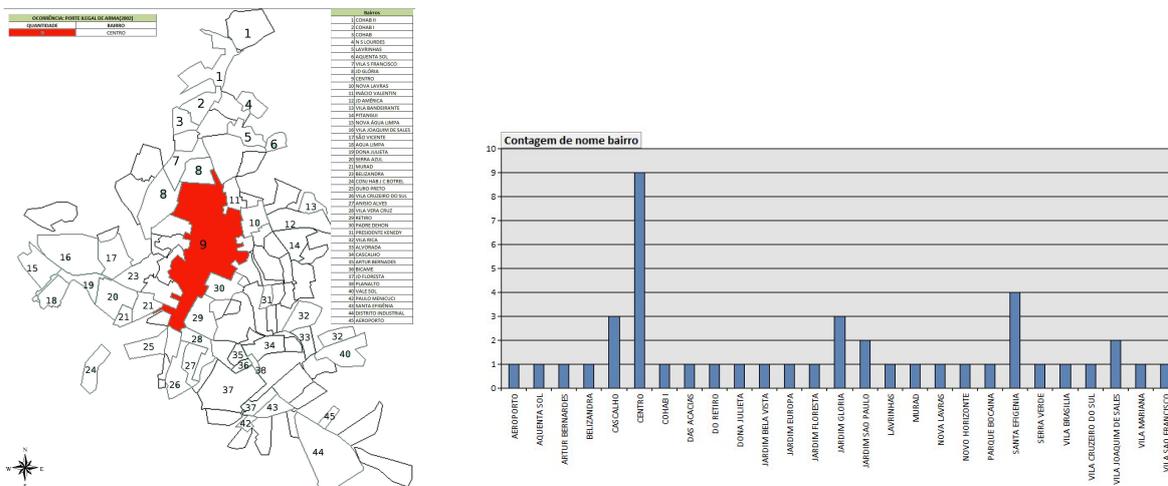
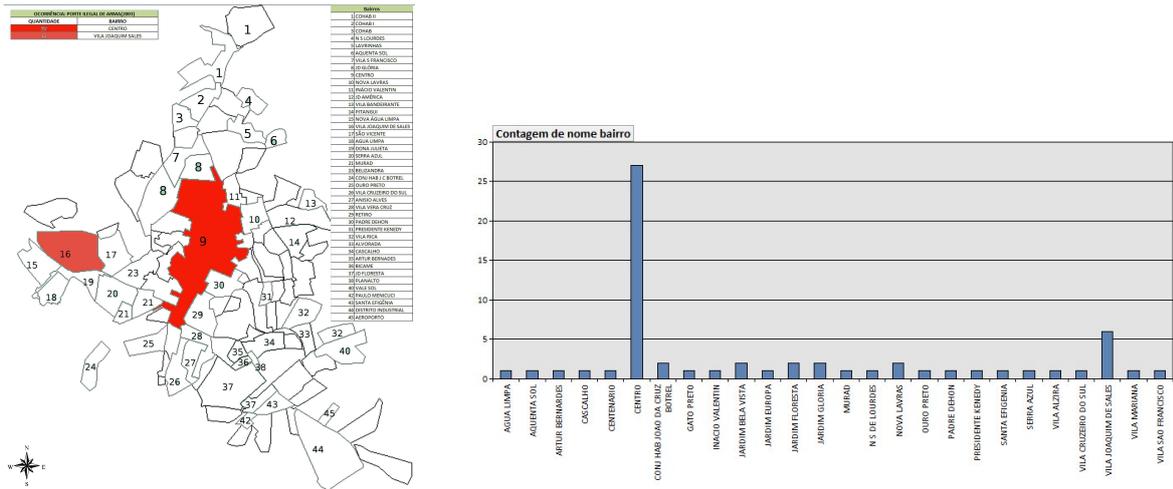


Figura D.21. Porte ilegal de armas - 2002



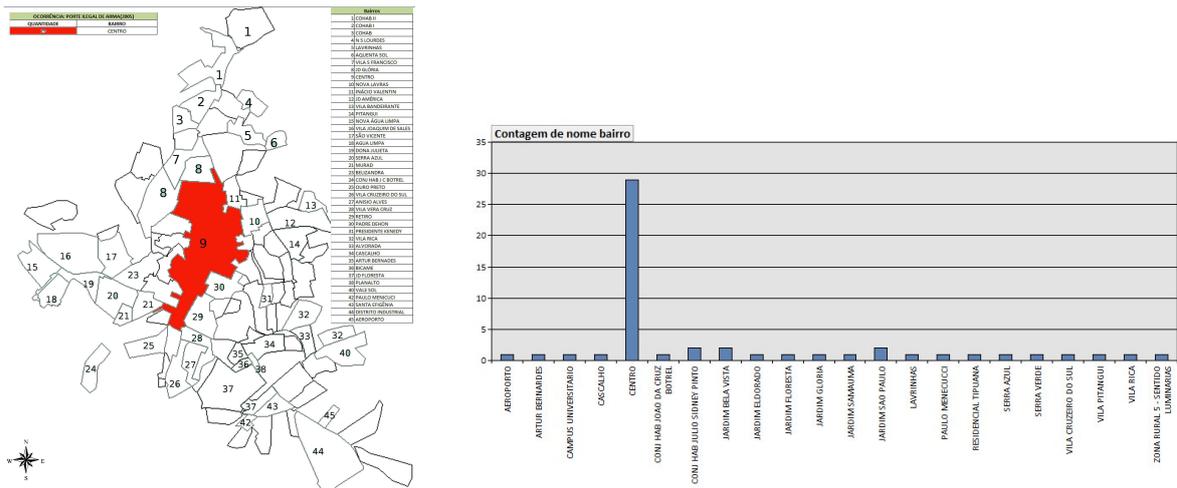


Figura D.24. Porte ilegal de armas - 2005

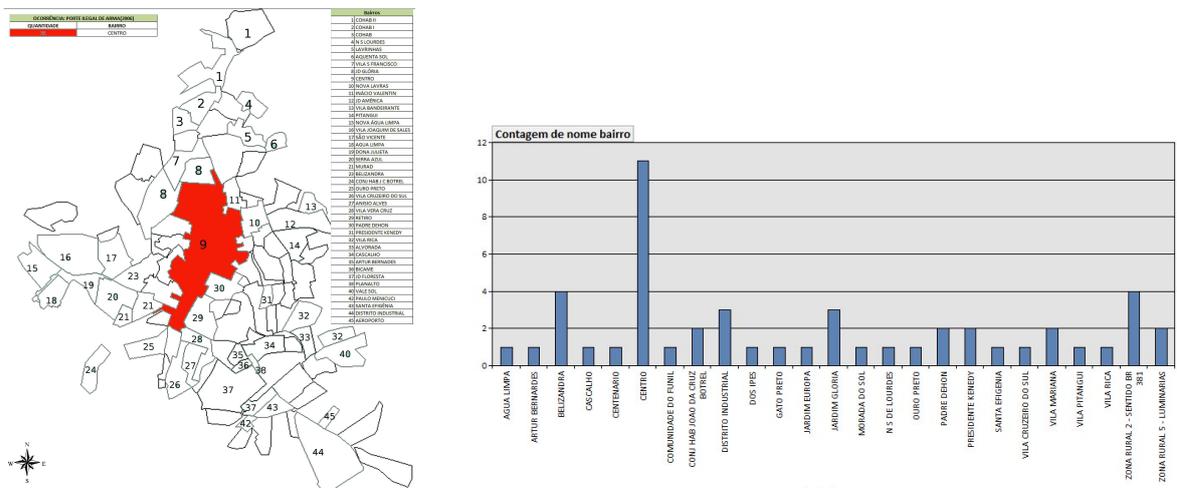


Figura D.25. Porte ilegal de armas - 2006

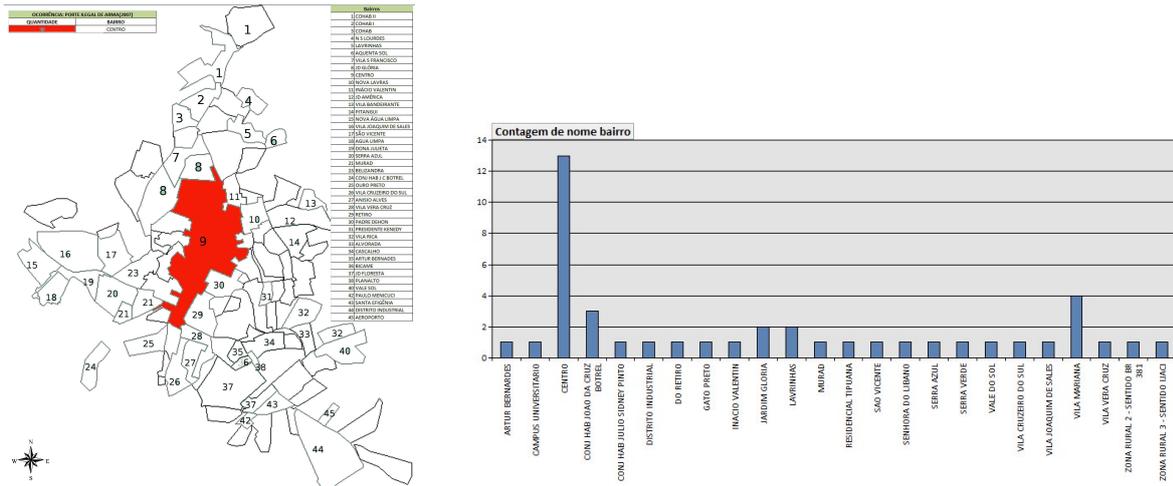


Figura D.26. Porte ilegal de armas - 2007

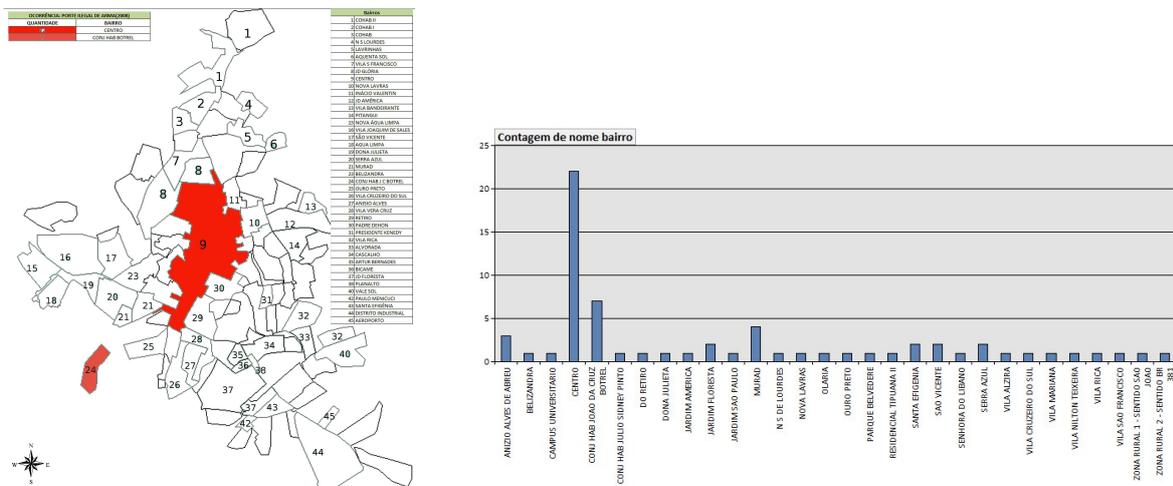


Figura D.27. Porte ilegal de armas - 2008

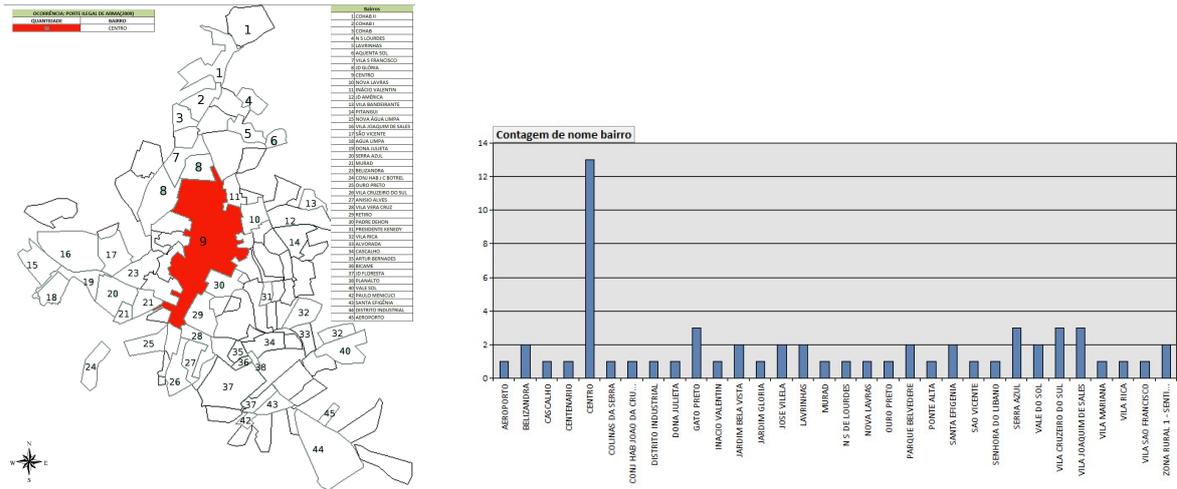


Figura D.28. Porte ilegal de armas - 2009

D.4 Roubo

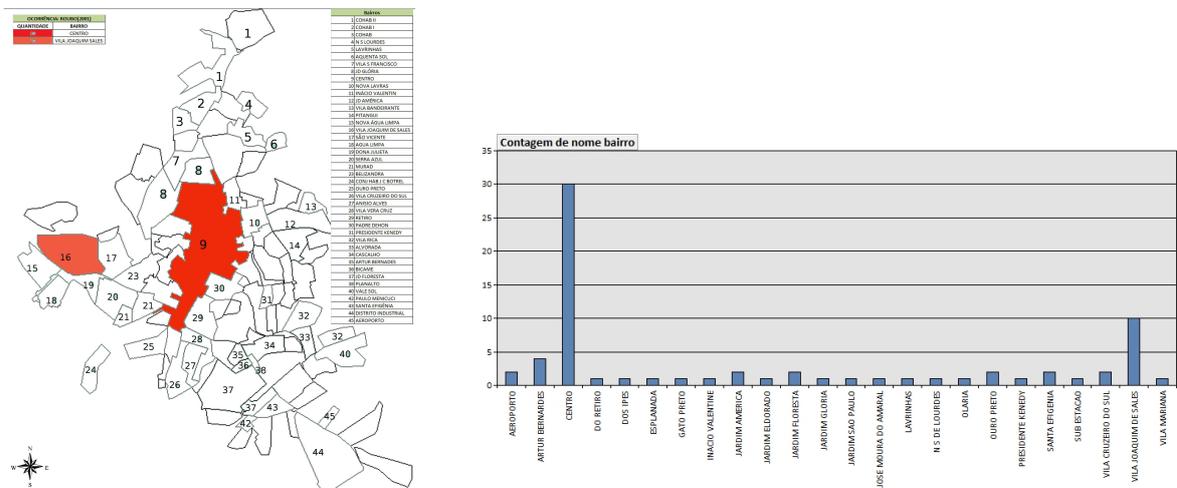


Figura D.29. Roubo - 2001

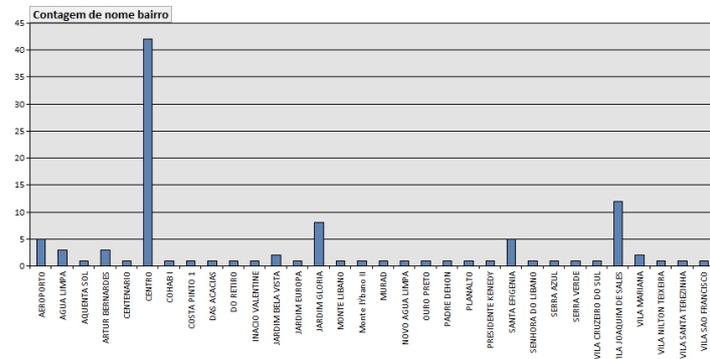
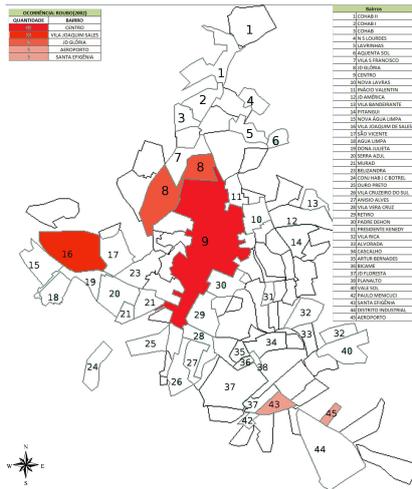


Figura D.30. Roubo - 2002

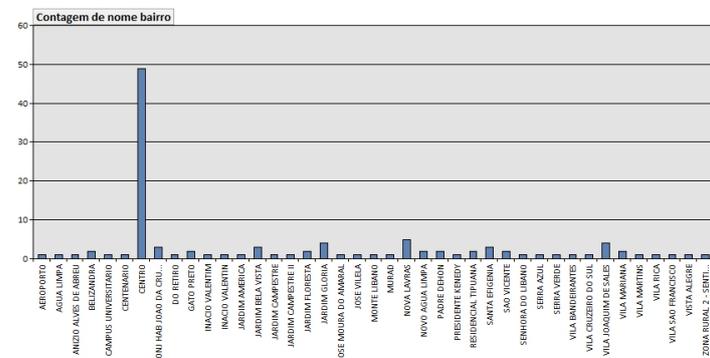
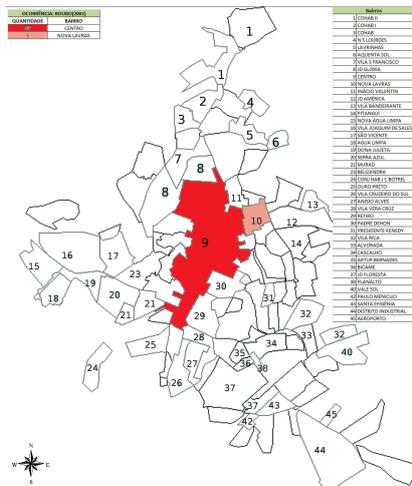


Figura D.31. Roubo - 2003

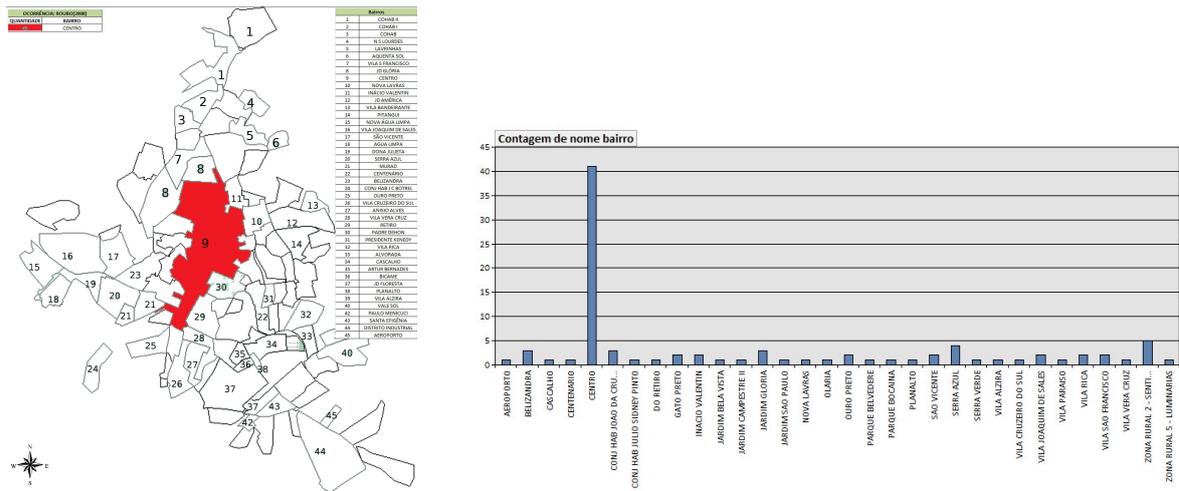


Figura D.36. Roubo - 2008

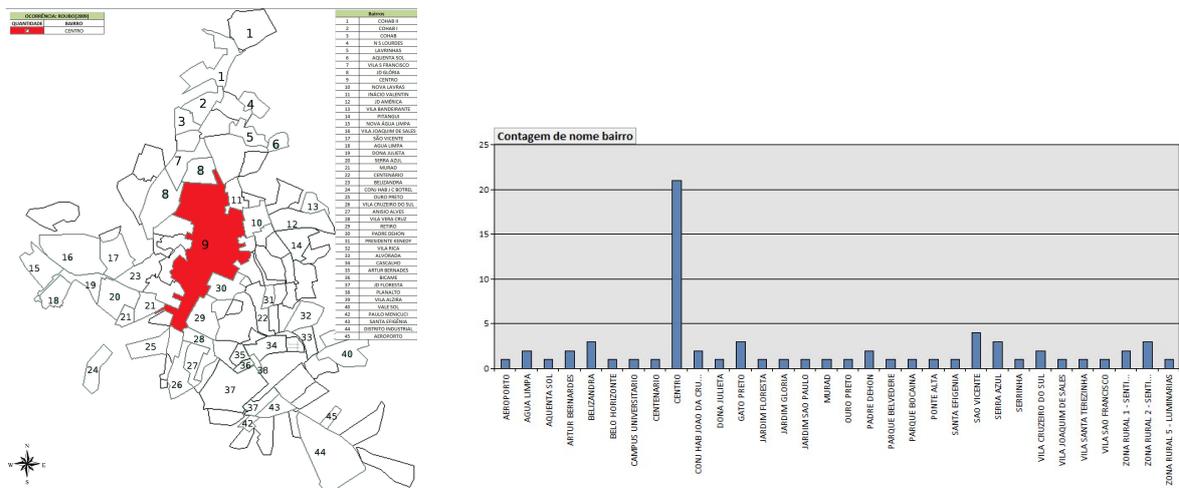


Figura D.37. Roubo - 2009

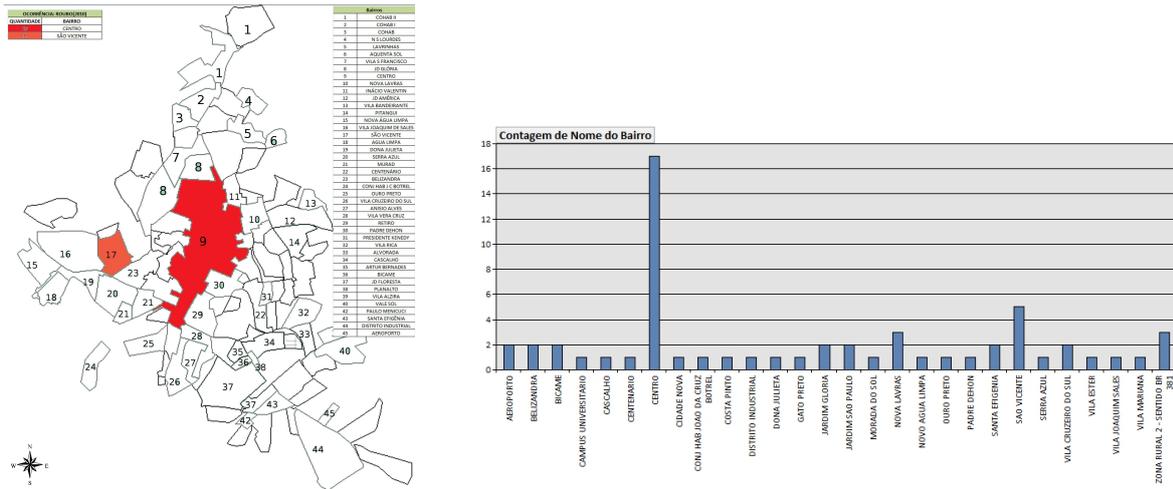


Figura D.38. Roubo - 2010

D.5 Tráfico de drogas

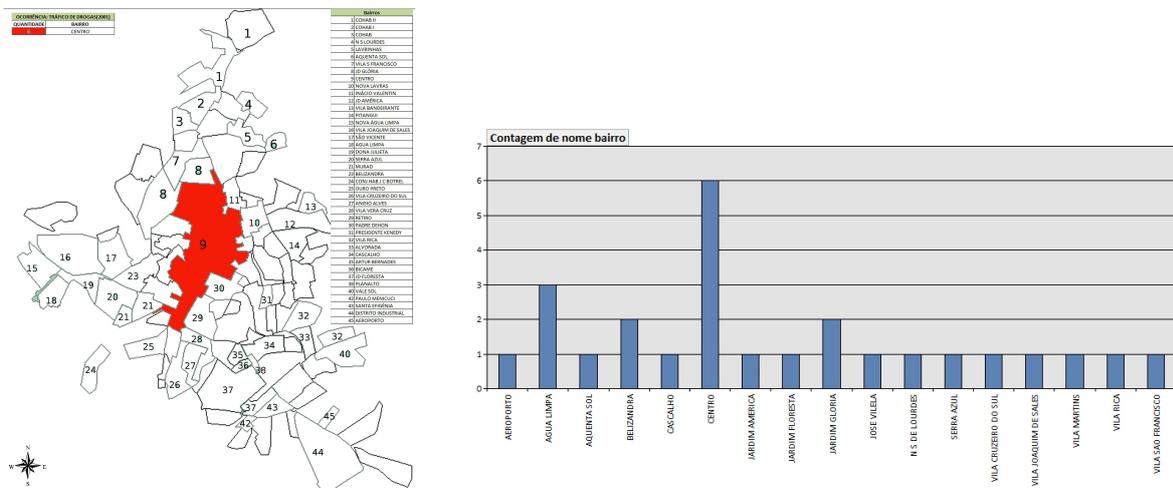


Figura D.39. Tráfico de drogas - 2001

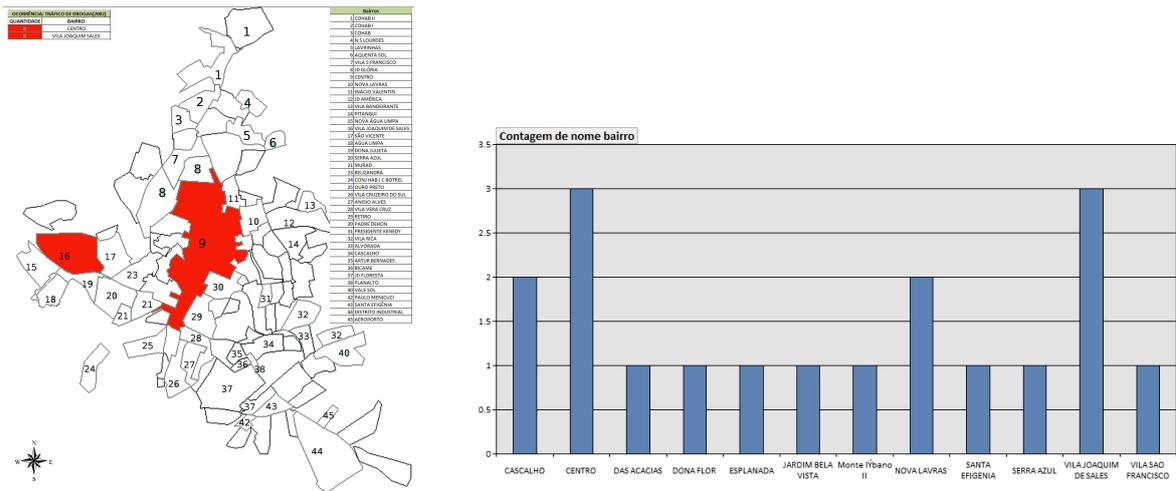


Figura D.40. Tráfico de drogas - 2002

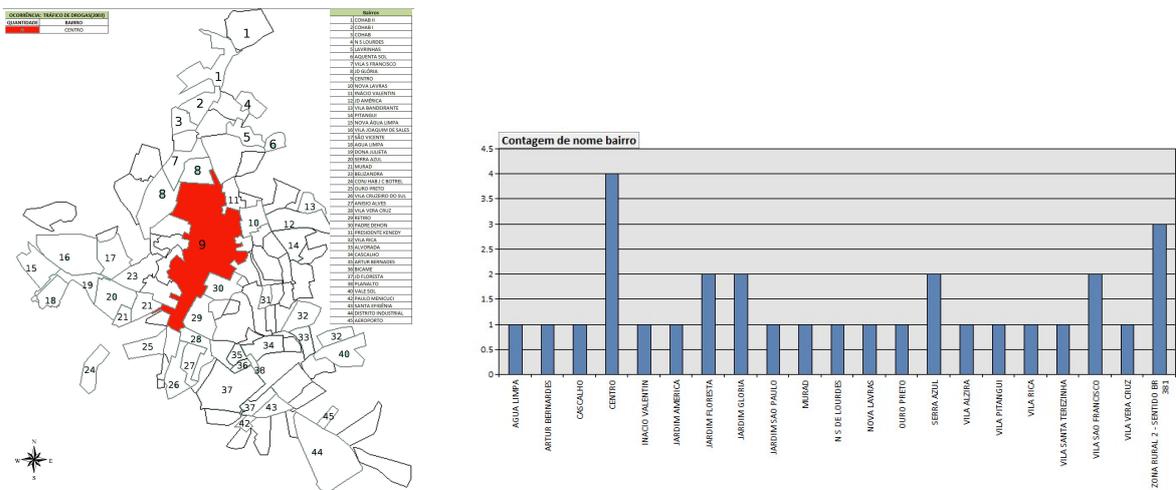


Figura D.41. Tráfico de drogas - 2003

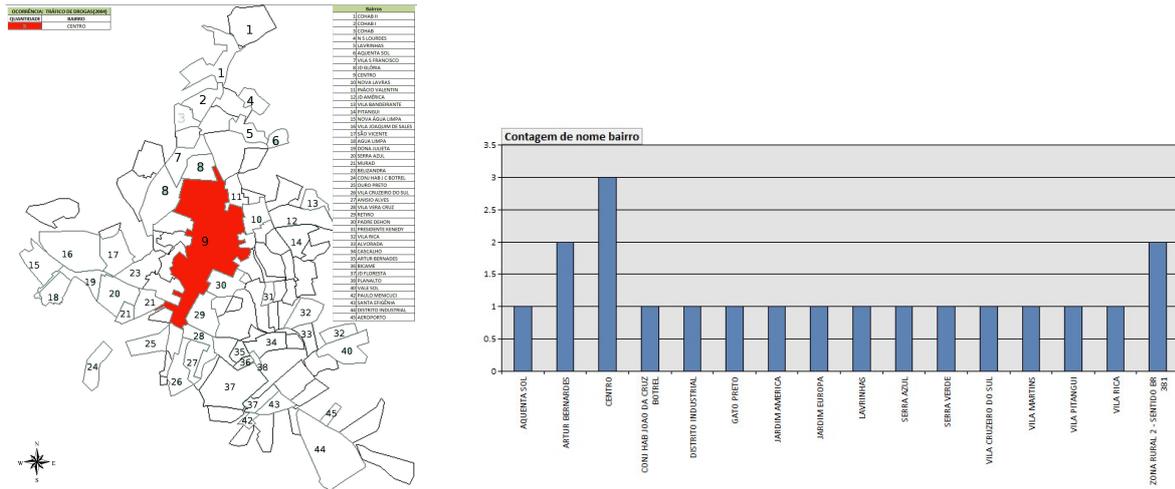


Figura D.42. Tráfico de drogas - 2004

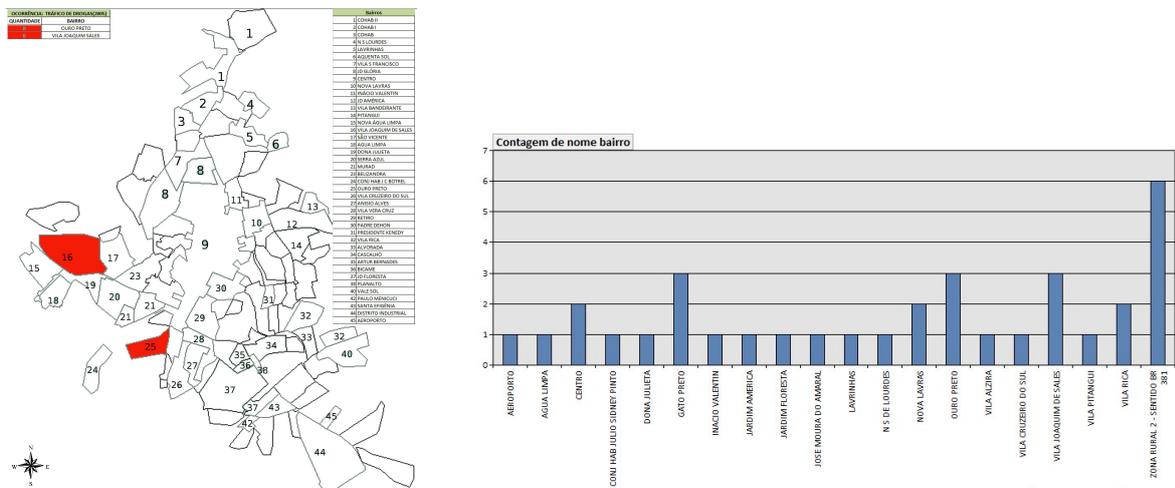


Figura D.43. Tráfico de drogas - 2005

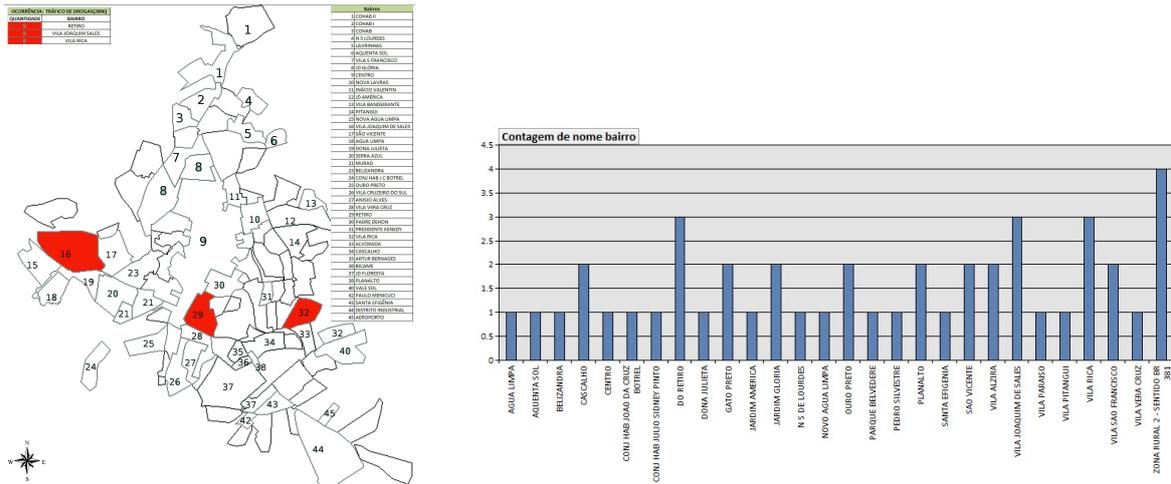


Figura D.44. Tráfico de drogas - 2006

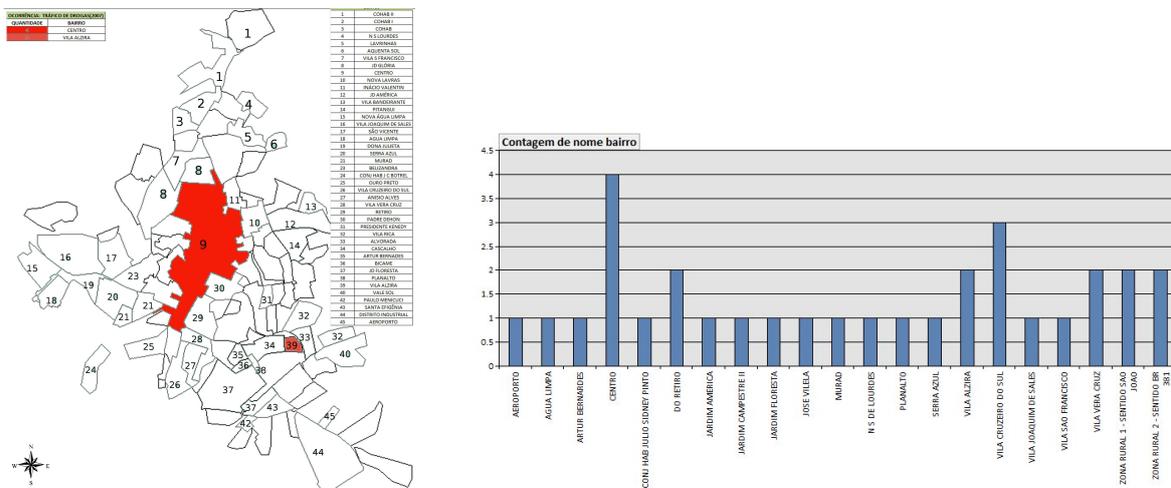


Figura D.45. Tráfico de drogas - 2007

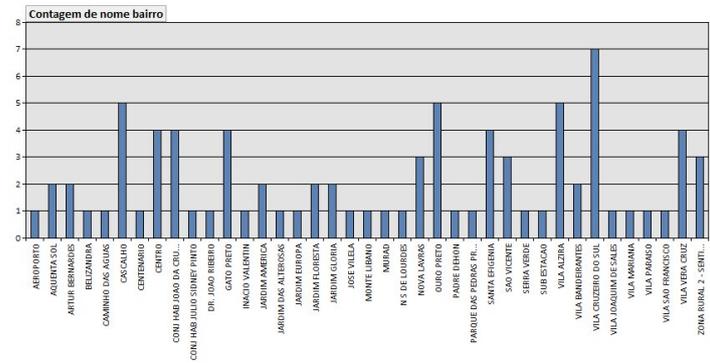
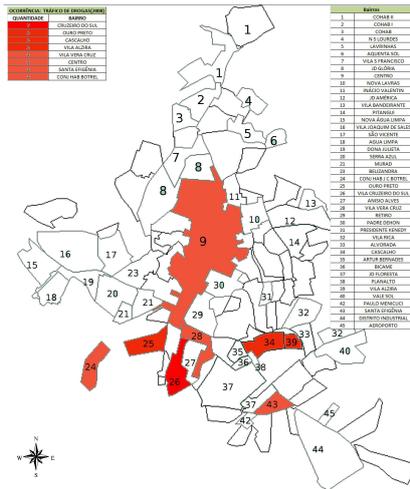


Figura D.46. Tráfico de drogas - 2008

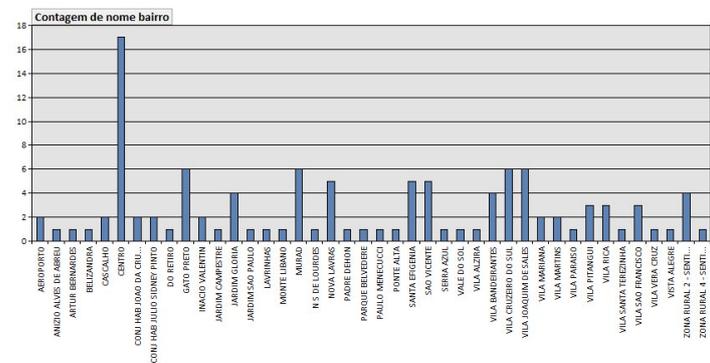
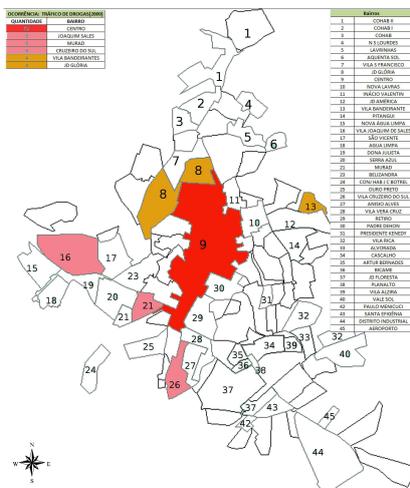


Figura D.47. Tráfico de drogas - 2009

D.6 Uso de drogas

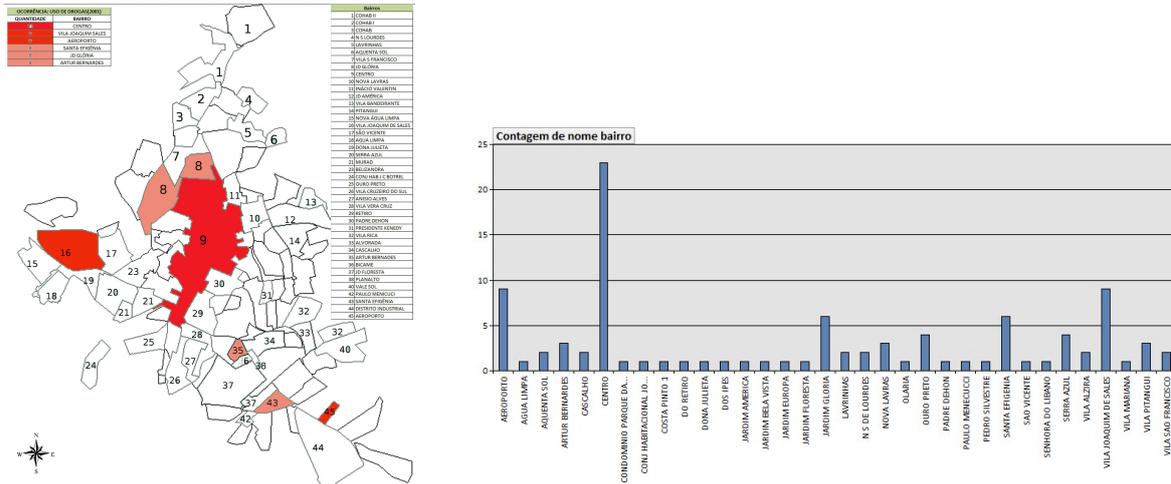


Figura D.48. Uso de drogas - 2001

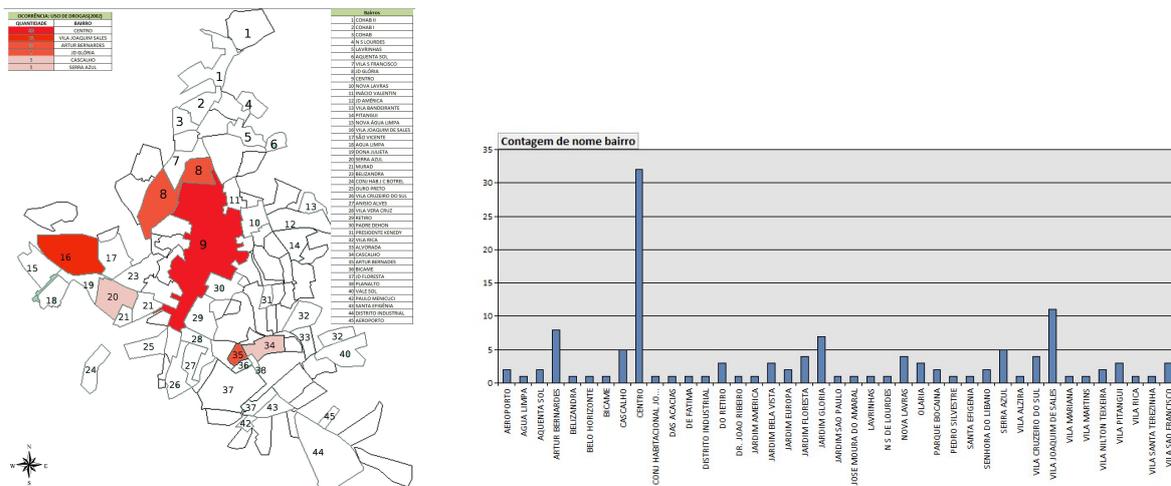


Figura D.49. Uso de drogas - 2002

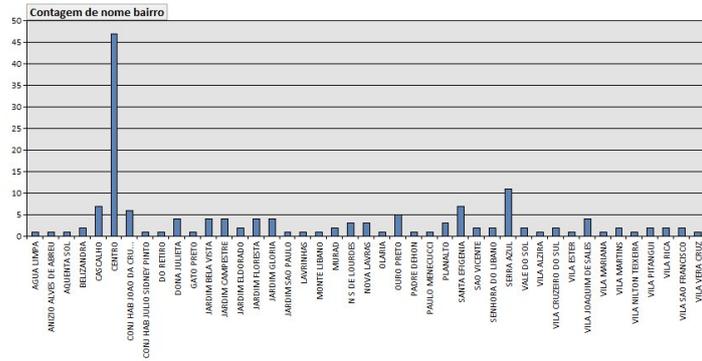
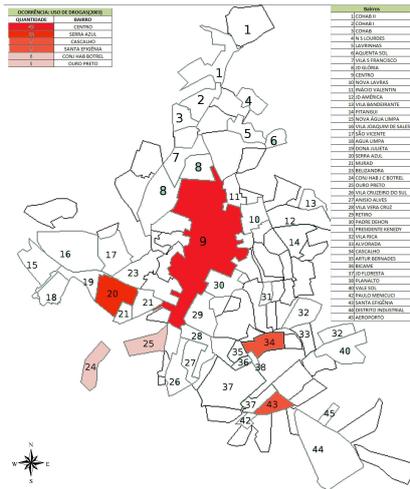


Figura D.50. Uso de drogas - 2003

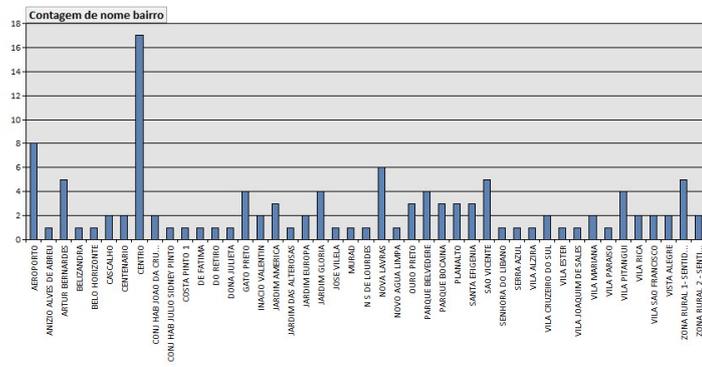
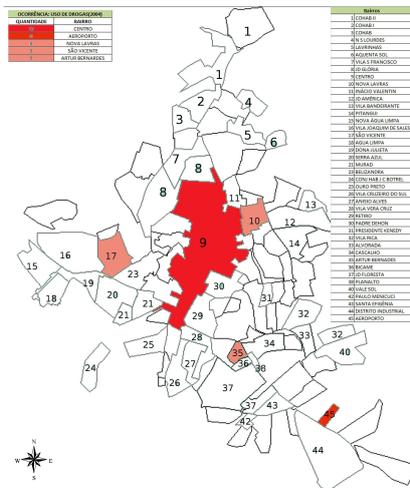


Figura D.51. Uso de drogas - 2004

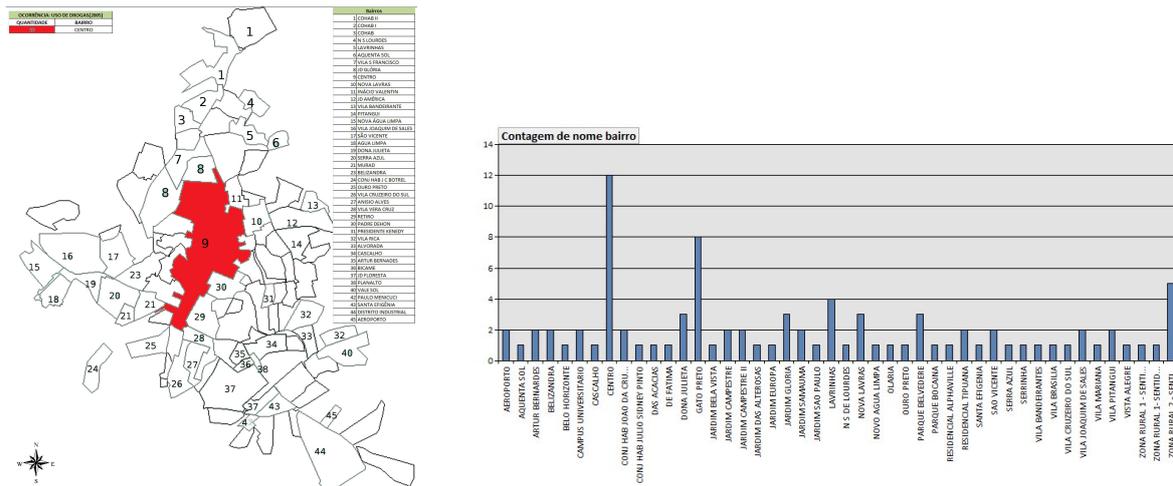


Figura D.52. Uso de drogas - 2005

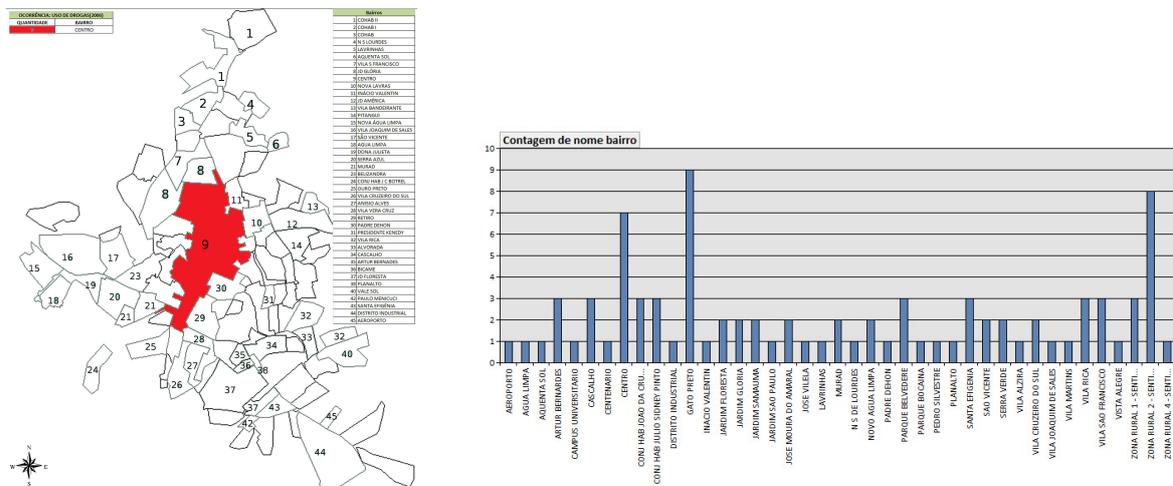


Figura D.53. Uso de drogas - 2006

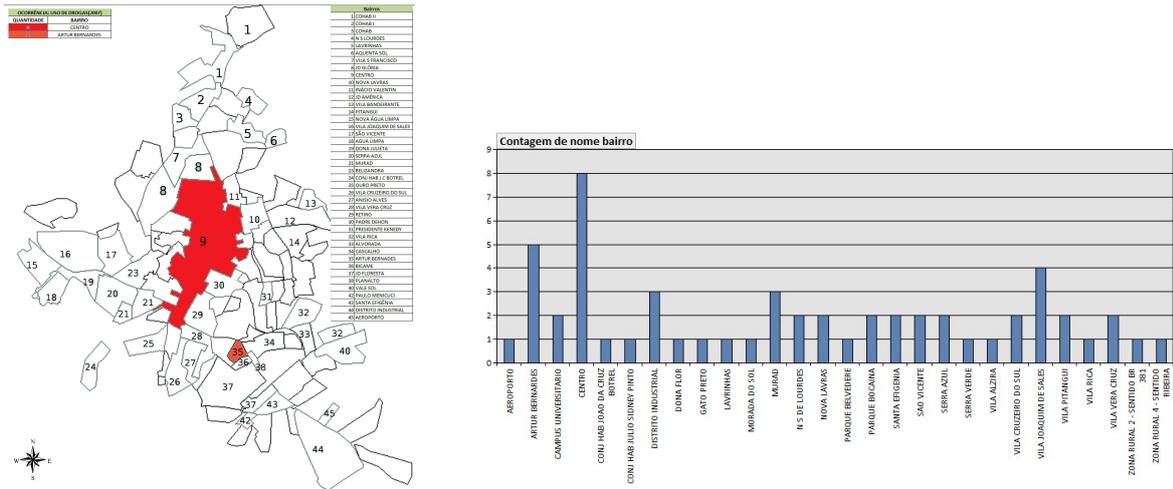


Figura D.54. Uso de drogas - 2007

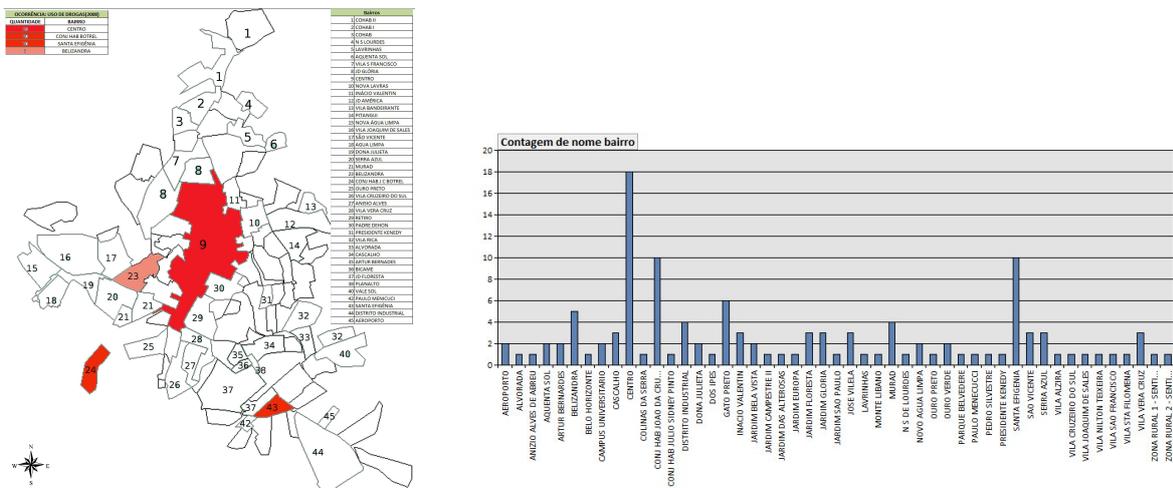


Figura D.55. Uso de drogas - 2008

